



A PEDAGOGIA DA JUVENTUDE:

UMA REFLEXÃO SOBRE A DIALÉTICA
DA PRÁXIS DO MOVIMENTO DE JUVENTUDE

ANDRÉA WAHLBRINK PADILHA DA SILVA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANDRÉA WAHLBRINK PADILHA DA SILVA

**A PEDAGOGIA DA JUVENTUDE:
uma reflexão sobre a dialética da práxis do movimento de juventude**

**PORTO ALEGRE
SETEMBRO DE 2022**

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Andréa Wahlbrink Padilha da
A PEDAGOGIA DA JUVENTUDE: Uma reflexão sobre a
dialética da práxis do movimento de juventude / Andréa
Wahlbrink Padilha da Silva. -- 2022.
258 f.
Orientadora: Conceição Paludo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Pedagogia. 2. Juventude. 3. Teoria da
Organização Política. 4. Organização de Juventude . 5.
Movimento Social. I. Paludo, Conceição, orient. II.
Título.

ANDRÉA WAHLBRINK PADILHA DA SILVA

**A PEDAGOGIA DA JUVENTUDE:
uma reflexão sobre a dialética da práxis do movimento de juventude**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de titulação de doutorado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Linha de pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Conceição Paludo

**PORTO ALEGRE
SETEMBRO DE 2022**

BANCA EXAMINADORA:

.....
Profª Drª Conceição Paludo (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

.....
Profª Drª Mônica Dias Peregrino Ferreira
Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

.....
Profª Drª Laura Souza Fonseca
Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

.....
Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro
Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

.....
Prof. Dr. Mathias Seibel Luce
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

DEDICATÓRIA

À juventude que ousa lutar!

Ao meu pequeno Martín, fonte de todo o amor!

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à minha família; em especial, aos meus pais e à minha irmã, em quem encontro as bases sólidas de minha formação, e que me ensinaram a ver o mundo com solidariedade, compaixão e muita empatia. Onde sempre tenho um lugar para voltar.

À família que construí, meu companheiro Lucas, e meu pequeno Martín, por serem suporte e amor diário, por entenderem a importância desse trabalho em minha formação, e assim compreenderem minhas ausências.

À minha irmã Laura, e ao meu cunhado Guilherme, por serem meus parceiros e incentivadores. Por me proporcionarem, em muitos momentos da escrita desse trabalho, espaços para a descontração e de celebração da vida. Também agradeço à minha irmã, por ter desenvolvido todo o material gráfico dessa tese.

À minha amiga e orientadora, Conceição Paludo, por esses mais de quatorze anos juntas. Por ter sido esse verdadeiro “divisor de águas” na minha vida, com toda a sua grandiosidade. Minha eterna gratidão por termos nos encontrado na vida.

Aos meus colegas de grupo de pesquisa, o TRAMSE, orientandos e ex-orientandos, Dynara, Paulo, Patrícia, Antônio, Ângela, Catarina, Raul, Onélia, Fabio, Felipe, Anelise, pelas diversas trocas e aprendizados. Em especial, a Juliane, Magda, Vanessa e Valdirene, pelo nosso grande encontro, pela oportunidade de encontrar em vocês a amizade e o companheirismo diário.

Às organizações que fizeram parte dessa pesquisa, União da Juventude Comunista (UJC), União da Juventude Socialista (UJS), Levante Popular da Juventude, e o Juntos, pela pronta disponibilidade e por terem acolhido de forma tão generosa todas as etapas dessa pesquisa, o meu muito obrigada.

Às companheiras da Saboaria Popular Las Margaritas - Joanne, Cloraci, Genessy, Sara, Silvana, Grazi, Josiane, Fábica e Solange -, pela oportunidade de dividir com vocês o desafio de construir um projeto tão grandioso de economia popular e solidária, no chão da periferia de Caxias do Sul/RS. Em especial, a Joanne, por ter dividido comigo tantas angústias, mas por termos nos construído de forma tão bonita juntas nesse processo.

Aos camaradas do Partido da Refundação Comunista, com quem divido a utopia de um mundo possível. Em especial, aos membros do Comitê Estadual, e do Coletivo de Base de Porto Alegre.

Às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, que abriram os caminhos para minha militância em Caxias do Sul/RS, em meio ao desenvolvimento desse trabalho de tese.

Às minhas queridas Paula, Joana e Gladis, que foram fundamentais no meu retorno da licença-maternidade, ficando com meu pequeno para que eu pudesse retomar os estudos.

Ao camarada e amigo Glauco, que se colocou prontamente à disposição para a tradução dos resumos dessa tese.

Aos amigos que acumulei ao longo da vida e que sempre estiveram comigo, da infância e da adolescência em Santana do Livramento, e os que conquistei nas Universidades por onde passei - UFPel e UFRGS. Aos amigos de Pelotas, de Porto Alegre, e agora de Caxias do Sul, com os quais compartilho tantas histórias e me ajudam a construir a minha trajetória.

A todos meus professores e professoras da UFRGS, que lutam pela Universidade Pública, com quem aprendi tantas coisas e tenho profunda admiração. Em especial, aos professores e professoras membros da banca de defesa dessa tese, Mônica Peregrino, Laura Fonseca, Leandro Pinheiro e Mathias Luce, pela contribuição no rigor científico no desenvolvimento desse trabalho.

À CAPES, que possibilitou com que eu recebesse a bolsa de estudos, a fim de que pudesse me dedicar de forma exclusiva e com a devida rigorosidade que o estudo de pós-graduação exige.

*Caminhando pela noite de nossa cidade
Acendendo a esperança e apagando a escuridão
Vamos caminhando pelas ruas de nossa cidade
Viver derramando a juventude pelos corações
Tenha fé no nosso povo que ele resiste
Tenha fé no nosso povo que ele insiste
E acordar novo, forte, alegre, cheio de paixão
Vamos caminhando de mãos dadas com a alma nova
Viver semeando a liberdade em cada coração
Tenha fé no nosso povo que ele acorda
Tenha fé no nosso povo que ele assusta
Caminhando e vivendo com a alma aberta
Aquecidos pelo sol que vem depois do temporal
Vamos, companheiros pelas ruas de nossa cidade
Cantar semeando um sonho que vai ter de ser real
Caminhemos pela noite com a esperança
Caminhemos pela noite com a juventude!
(Milton Nascimento)*

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar a forma e o conteúdo dos movimentos políticos de juventude, a fim de compreender os processos educativos que se forjam a partir das lutas sociais travadas, principalmente a resistência ao neoliberalismo no Brasil. A pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo de quatro organizações da juventude, de âmbito nacional, sendo elas: União da Juventude Comunista (UJC), União da Juventude Socialista (UJS), Levante Popular da Juventude (LPJ), e o Juntos. O trabalho desenvolvido busca compreender o papel que os movimentos da juventude assumem em sua construção histórica, o lugar que ocupam na teoria da organização política, suas características organizativas, seus aspectos geracionais, sociais, políticos, econômicos, culturais e educativos. A metodologia da pesquisa consistiu na perspectiva teórica do Materialismo Histórico Dialético (KOSIK, 2011; CHEPTULIN, 1982), no campo da pesquisa qualitativa em educação. Foram caminhos dessa pesquisa, a análise de conteúdo (BARDIN, 1997) e a técnica de triangulação de dados (TUZZO; BRAGA, 2016), a partir da análise documental, das entrevistas semiestruturadas e do referencial teórico. Os autores chave para esse estudo foram: Ademar Bogo, Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Maria da Gloria Gohn, Mário Margulis e Dermeval Saviani. Chegou-se à conclusão que os movimentos de juventude representam um importante potencial renovador, enquanto sujeitos políticos e pedagógicos, ao mesmo tempo em que preservam uma trajetória política, um acúmulo histórico da teoria da organização política presente na América Latina. Ainda, foi possível analisar que é por meio desse movimento de construção de suas táticas e estratégias que as organizações da juventude produzem a sua pedagogia das lutas sociais. Considerando, assim, a pedagogia da juventude como um amplo processo de formação humana, que se constrói em movimento, conectada ao seu tempo histórico, à conjuntura e à expressão de sua correlação de força.

Palavras-chave: Organizações da Juventude; Pedagogia; Teoria da Organização Política.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the form and content of youth movements, in order to understand the educational processes that are forged with the fought social struggles, especially the resistance to neoliberalism in Brazil. The research was developed studying four youth organizations, nationwide, namely: Union of Communist Youth (UJC), Union of Socialist Youth (UJS), Popular Uprising of Youth (LPJ), and Together (Juntos). The work seeks to understand the role that youth movements assume in their historical construction, the place they occupy in the theory of political organization, their organizational characteristics, their generational, social, political, economic, cultural and educational aspects. The research methodology consisted of the theoretical perspective of Dialectical Historical Materialism (KOSIK, 2011; CHEPTULIN, 1982), in the field of qualitative research in education. Content analysis (BARDIN, 1997) and the data triangulation technique (TUZZO and BRAGA, 2016) were used for this research, based on document analysis, semi-structured interviews and the theoretical framework. The key authors for this study were: Ademar Bogo, Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Maria da Gloria Gohn, Mário Margulis and Dermeval Saviani. It was concluded that youth movements represent an important renewing potential, as political and pedagogical subjects, while preserving a political trajectory, a historical accumulation of the theory of political organization present in Latin America. Furthermore, it was possible to analyze that it is in this movement of the construction of their tactics and strategies that youth organizations produce their pedagogy of social struggles. Considering youth pedagogy as a broad process of human formation, which is built in movement, connected to its historical time, the conjuncture and the expression of its force correlation.

Keywords: Youth Organizations; Pedagogy; Political Organization Theory.

RESUME

Esta tesis tiene como objetivo analizar la forma y el contenido de los movimientos políticos juveniles, con el fin de comprender los procesos educativos que se fraguan a partir de las luchas sociales libradas, principalmente la resistencia al neoliberalismo en Brasil. La investigación se desarrolló a partir del estudio de cuatro organizaciones juveniles nacionales, a saber: União da Juventude Comunista (UJC), União da Juventude Socialista (UJS), Levante Popular da Juventude (LPJ) y Juntos. El trabajo realizado busca comprender el papel que asumen los movimientos juveniles en su construcción histórica, el lugar que ocupan en la teoría de la organización política, sus características organizativas, sus aspectos generacionales, sociales, políticos, económicos, culturales y educativos. La metodología de investigación consistió en la perspectiva teórica del Materialismo Histórico Dialéctico (KOSIK, 2011; CHEPTULIN, 1982), en el campo de la investigación cualitativa en educación. Los caminos de esta investigación fueron el análisis de contenido (BARDIN, 1997) y la técnica de triangulación de datos (TUZZO y BRAGA, 2016), a partir del análisis de documentos, entrevistas semiestructuradas y el marco teórico. Los autores clave de este estudio fueron: Ademar Bogo, Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Maria da Gloria Gohn, Mário Margulis y Dermeval Saviani. Se concluyó que los movimientos juveniles representan un importante potencial renovador, como sujetos políticos y pedagógicos, preservando una trayectoria política, un cúmulo histórico de la teoría de la organización política presente en América Latina. Aún así, fue posible analizar que es en este movimiento de construcción de sus tácticas y estrategias que las organizaciones juveniles producen su pedagogía de las luchas sociales. Considerando la pedagogía de la juventud como un proceso amplio de formación humana, que se construye en movimiento, conectado a su tiempo histórico, la coyuntura y la expresión de su correlación de fuerzas.

Palabras clave: Organizaciones Juveniles; Pedagogía; Teoría de la Organización Política.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A concepção educativa da pedagogia da juventude	75
Figura 2 - União da Juventude Comunista	94
Figura 3 - União da Juventude Socialista.....	101
Figura 4 - Levante Popular da Juventude.....	108
Figura 5 - Juntos.....	113
Figura 6 - Princípios Educativos	218
Figura 7 - A Pedagogia da Juventude.....	238

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Associação Cristã de Moços
AGIPROP	Agitação e Propaganda
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ANPG	Associação Nacional dos Pós-Graduandos
APIB	Articulação dos Povos Indígenas
BA	Bahia
BH	Belo Horizonte
CA	Centro Acadêmico
CAB	Coordenação Anarquista Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEB	Casa do Estudante do Brasil
CEMJ	Centro de Estudos e Memória da Juventude
CEPIS	Centro de Educação Popular do Instituto Sede Sapientiae
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CMJ	Conselho Municipal da Juventude
CONEG	Conselho Nacional de Entidades Gerais
CONUBES	Congresso Nacional da UBES
CONUNE	Congresso Nacional da UNE
CP	Consulta Popular
CPC	Centros Populares de Cultura
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUCA	Circuito Universitário de Cultura e Arte
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central do Estudante
DF	Distrito Federal
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAG	Federação Anarquista Gaúcha

FAO	Fórum dos Anarquistas Organizados
FBP	Frente Brasil Popular
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FJCB	Federação da Juventude Comunista do Brasil
FNLD	Frente Democrática de Libertação Nacional
FONAJUNE	Fórum Nacional de Juventude Negra
FPSM	Frente Povo Sem Medo
FSM	Fórum Social Mundial
FVE	Federação Vermelha dos Estudantes
GO	Goiás
JEC	Jornada Escolar Complementar
JPT	Juventude do Partido dos Trabalhadores
JUNTOS	Movimento de Juventude em Luta Por Outro Futuro
LEVANTE	Levante Popular da Juventude
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queers, Intersexo, Assexual, Pansexual e o + que serve para aliados e outras denominações
LIT-QI	A Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional
LOCE	Lei Orgânica Constitucional de Educação
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MBL	Movimento Brasil Livre
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MÊS	Movimento Esquerda Socialista
MG	Minas Gerais
MHD	Materialismo Histórico e Dialético
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPL	Movimento Passe Livre
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRP	Movimento de Resistência Popular
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTD	Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUP	Movimento em Luta Pela Universidade Popular
ONCB	Organização Nacional dos Cegos do Brasil
ONG's	Organizações Não Governamentais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PC-SBIC	Partido Comunista – Sessão Brasileira da Internacional Comunista
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PJ	Pastoral da Juventude
POA	Porto Alegre
POSDR	Partido Operário Social – Democrata Russo
PPS	Partido Popular Socialista
PRONATEC	Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TRAMSE	Trabalho, Movimentos Sociais e Educação
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual de Estudantes
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

UGES	União Gaúcha de Estudantes Secundaristas
UIE	União Internacional dos Estudantes
UJC	União da Juventude Comunista
UJS	União da Juventude Socialista
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional de Estudantes
UNEGRO	União de Negros Pela Igualdade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UP	Partido Unidade Popular para o Socialismo
USP	Universidade de São Paulo
VAR	Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 PERSPECTIVAS SÓCIO-HISTÓRICAS: JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	29
2 O CONTEXTO GLOBAL E A CONTRIBUIÇÃO DAS LUTAS DA JUVENTUDE.....	38
3 AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL E A PRESENÇA DA JUVENTUDE.....	52
4 A PEDAGOGIA DA JUVENTUDE COMO INSTRUMENTO FORMADOR DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE.....	68
5 IDENTIDADE E AS FORÇAS CONSTITUTIVAS DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE	77
6 HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS	88
6.1 UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA (UJC)	88
6.2 UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA (UJS).....	95
6.3 LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE (LEVANTE).....	103
6.4 MOVIMENTO DE JUVENTUDE EM LUTA POR OUTRO FUTURO (JUNTOS).....	109
7 OS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE E SEUS CONTEXTOS PARTIDÁRIOS	115
8 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O MOVIMENTO DE MASSA	128
9 A JUVENTUDE TRABALHADORA E O TERRITÓRIO PERIFÉRICO	146
10 O MOVIMENTO DE JUVENTUDE E A PAUTA DAS OPRESSÕES	153
11 AS TÁTICAS E AS ESTRATÉGIAS DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE PARA OS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA.....	160
12 OS MÉTODOS ORGANIZATIVOS DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE.....	185
13 AGITAÇÃO E PROPAGANDA, E A ESTÉTICA DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE	200
14 AS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE	212
15 A ATUALIDADE DA OFENSIVA NEOLIBERAL, A VIDA NAS CIDADES E OS DESAFIOS PARA OS MOVIMENTOS DA JUVENTUDE	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
REFERÊNCIAS	244

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutoramento foi realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Faculdade de Educação, na Linha Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação – TRAMSE, sob a orientação da professora Dr^a Conceição Paludo. Conteí, para a realização dessa pesquisa, com a bolsa de estudos da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros.

A construção desta tese representa um acúmulo, como parte de um processo de formação enquanto pesquisadora, educadora popular e militante, que se estende há mais de quinze anos. Tem sido um acúmulo teórico e prático de apropriação do Materialismo Histórico e Dialético, bem como minha inserção nas lutas populares, que passa pelo movimento estudantil, pelo movimento social e popular, e pelo partido político. Sendo resultante, também, de minha participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão, em grupos de pesquisa, e no desenvolvimento de diversos projetos que passam pelo trabalho na universidade e na organização popular. O trabalho contido nas linhas desta tese é fruto desse acúmulo e de um amadurecimento que ainda carece de um aprofundamento ininterrupto, tanto de minha formação humana, como pesquisadora, como também da minha ação política intencional e propositiva.

Com uma caminhada resultante dos meus processos de inserção política, mas também de profunda inquietação investigativa, o esforço desse trabalho de tese consistiu em aprofundar o debate sobre o papel histórico, político, social, cultural, educativo e organizativo do *movimento da juventude*¹ e suas implicações junto às lutas sociais travadas em nosso país – Brasil. Considera-se que, na atualidade de nossas lutas sociais, as organizações de juventude se apresentam como uma das forças fundamentais da luta de classe². Nessa direção, o objetivo foi o de demonstrar a importância dessa parcela da juventude, de seus fundamentos e práticas educativas no tecido social, que forjam o que aqui denominamos como a construção de um

¹ No decorrer do texto, utilizaremos *organizações da juventude* ou *movimentos da juventude*, para designar os sujeitos dessa pesquisa. Destaca-se que se trata de movimentos políticos de massa da juventude, na forma de organizações políticas.

² Parte da inquietação investigativa desta tese é resultado de minha inserção/participação nas atividades propostas pelo Bloco de Lutas de Porto Alegre/RS, que teve sua atuação entre os anos de 2013 a 2015. O Bloco de Lutas pelo Transporte Público constituiu-se como um movimento que tem seu início nos protestos de junho de 2013 e se aprofundam na tentativa de um programa unitário das forças políticas de esquerda da cidade. É importante destacar que, nessa ocasião, as organizações de juventude e os demais jovens que se somaram nesse movimento possuem um destacado protagonismo de influência nas decisões coletivas e nas ações nos movimentos de massa. Isto possibilitou, de minha parte, buscar entender mais profundamente o contexto analítico dessas forças sociais e políticas.

processo educativo específico e, ao mesmo tempo, amplo: a *pedagogia da juventude*. Esta, por sua vez, consiste em um acúmulo teórico e prático da força da organização dos sujeitos juvenis, que além de uma participação ativa nos acontecimentos históricos, representam uma ferramenta de método e conteúdo para a formação humana, social, política e educativa para os filhos da classe trabalhadora.

Historicamente, em diferentes contextos, a juventude cumpre um papel importante na luta política, seja na luta por direitos sociais, contra regimes totalitários, pela abertura democrática, por um projeto de país, ou na busca por programas sociais.

A organização mais antiga e ativa da juventude no Brasil ultrapassa a marca de 95 anos, demarcando uma relação histórica da sua importância política, na qual as organizações de juventude se forjam juntamente com o avanço do movimento progressista no Brasil. Nesse contexto, é importante refletir sobre o papel da juventude e seus movimentos, com todas as suas implicações. O caminho escolhido para isso foi uma análise dos processos educativos em curso, das concepções identitárias, das reflexões teóricas e práticas e do conjunto explicativo da organização política desses coletivos, a partir do método materialista histórico e dialético, que sustenta essa pesquisa.

Para o desenvolvimento desta tese, foram eleitas quatro organizações políticas da juventude: União da Juventude Comunista (UJC), União da Juventude Socialista (UJS), Levante Popular da Juventude (Levante) e o Movimento de Juventude Em Luta Por Outro Futuro (Juntos). Estas organizações foram destacadas por demonstrarem a sua importância na cena política e organizativa do país. As quatro organizações estão presentes em todos os estados brasileiros, principalmente nas grandes e médias cidades, totalizando um número expressivo de militantes.

A necessidade de estudar o papel da juventude na organização da política se expressa na crescente adesão da juventude, no protagonismo de importantes lutas, nesse último período no Brasil. É notório que a juventude tem seu espaço afirmado e de relevância na construção da política, mas o que gostaríamos de chamar a atenção são os movimentos mais recentes, principalmente a partir das Jornadas de Junho de 2013³, dos movimentos de ocupação das

³ A luta pelo transporte público tem seu começo em Florianópolis/SC, em 2003, mas seu ápice está na Jornada de Junho de 2013, que inicia em 06 de junho, com passeatas em torno de 2 mil pessoas, como em São Paulo e Porto Alegre. Mas é em 17 de junho que atinge seu ponto alto, com mais de 70 mil participantes por várias capitais do país. Em 20 de junho, quase 430 cidades, incluindo 22 capitais, sacodem os pilares da ordem social, aglutinando não só mais estudantes radicalizados. Nesse período, as ruas são tomadas por mais de 2 milhões de manifestantes, das periferias, dos bairros e centros urbanos.

escolas públicas e universidades⁴, dos protestos cunhados pelos estudantes secundaristas em defesa da escola pública⁵, dos protestos do #EleNã⁶, e dos atos em favor das Universidades Públicas e dos Institutos Federais⁷. E, mais recentemente, com novos desafios, como a chegada do Covid-19, uma pandemia mundial sem precedentes, que coloca o mundo em alerta e exige das organizações políticas alternativas para continuarem ativas e propositivas. Nestes últimos dois anos, a partir da necessidade do isolamento social, das grandes dificuldades internas no país e da crise do capitalismo que se agudiza, as organizações de juventude potencializam suas ações políticas e educativas nas mídias sociais e nas ações de solidariedade. É importante destacar que as organizações da juventude foram as primeiras forças políticas a se movimentarem, com métodos e metodologias para não interromperem seu diálogo com sua base social. E também são as mesmas organizações que provocam o campo político⁸ para que se retome o movimento de massa, em uma campanha denominada “Vida, Pão, Vacina e Educação”⁹.

É visível que, pelo menos nos últimos dez anos, há um crescente número de organizações de juventude no Brasil. Mesmo que, para a realização dessa pesquisa, tenhamos elegido somente quatro organizações para a análise, podemos ainda citar mais algumas organizações importantes no enfrentamento e que, junto com as demais, formam um corpo

⁴ As mobilizações estudantis, em 2016, correspondem a uma série de manifestações e ocupações de escolas secundárias (mais de mil escolas) e universidades brasileiras que se intensificaram durante o segundo semestre de 2016. As mobilizações foram realizadas por estudantes secundaristas e universitários em diversos estados do Brasil. Os estudantes protestaram contra os projetos de lei da "PEC do teto de gastos", da PEC 241 do projeto "Escola sem Partido", do PL 44 e da medida provisória do Novo Ensino Médio.

⁵ O movimento que ficou conhecido como a “primavera secundarista” dá início a um conjunto de reivindicações e ocupações que começam em 2015 e se espalham em 2016 dentre os secundaristas no país. Partindo da denúncia da “máfia da merenda”, em São Paulo, os estudantes ocuparam as escolas e as ruas em protesto contra o fechamento de salas de aula e as denúncias de corrupção nos contratos da merenda escolar. Os jovens também acusam o governo estadual de dar prosseguimento para a chamada reorganização escolar. O processo, que previa o fechamento de mais de 90 escolas, foi suspenso no ano passado, após uma série de protestos e ocupação de diversas escolas em todo o estado. E, ainda, a política de criação de grêmios estudantis oficiais, que inviabilizam a autonomia do movimento estudantil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/estudantes-protestam-em-sao-paulo-contracorrupcao-na-merenda>>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

⁶ O movimento que ficou conhecido como #EleNã representa as manifestações populares lideradas por mulheres, que ocorreram em diversas regiões do Brasil e do mundo, tendo como principal objetivo protestar contra a candidatura à presidência da República do deputado federal Jair Bolsonaro. As manifestações ocorreram no dia 29 de setembro de 2018 e tornaram-se o maior protesto já realizado por mulheres no Brasil e a maior concentração popular durante a campanha da eleição presidencial no Brasil em 2018.

⁷ Manifestações organizadas por todo o país em protesto aos cortes de 30% das verbas para as Universidades Públicas e Institutos Federais, além das greves nacionais das IFES e dos IF's nesse período.

⁸ Compreendemos campo político todas as organizações do campo das contestações que integram partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, e grupos da sociedade civil, que compõem a esquerda brasileira.

⁹ A diretoria executiva da UNE reuniu-se com as diretorias da UBES e ANPG para aprovar a agenda de atos da Jornada de Luta da Juventude de 2021. Com o tema “A juventude quer Vida, Pão, Vacina e Educação”, os estudantes com participação das direções sindicais do campo de esquerda mobilizaram o país com atos simbólicos e ocupações das ruas, exigindo principalmente a compra de vacinas e contra a política genocida de Jair Bolsonaro.

colaborativo de auto-organização das questões de cunho juvenil e do conjunto das lutas sociais. São algumas das organizações de juventude que compõem a UNE no último CONUNE (2021): AFRONTE, ALICERCE, Liberdade e Luta, RUA, Fogo no Pavio, todas ligadas às tendências do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL; Kizomba, Para Todos, JPT, Construindo um Novo Brasil, Juventude em Disparada, ligadas às tendências internas do Partido dos Trabalhadores – PT; Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista – PDT, Juventude Rebeldia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU, e Movimento Correnteza, Juventude Rebele-se, União da Juventude Rebelião, todas ligadas ao Partido Unidade Popular – UP.

Ainda podemos citar algumas das importantes organizações de juventude dos movimentos sociais, como a Juventude do Movimento Sem Terra – MST, a Juventude do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, Juventude Sem Medo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, a Juventude do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD e, também, as juventudes quilombolas, as juventudes indígenas, juventudes étnico-raciais, as juventudes religiosas, como a Pastoral da Juventude – PJ da Igreja Católica, entre outras. E, sem desprezar a importância das juventudes periféricas, também citamos as juventudes comunitárias e seus coletivos culturais.

Todas essas organizações, e todas aquelas que, por ventura, não foram citadas nesse momento, representam uma presença marcante da juventude na ocupação dos espaços públicos, das ruas, das assembleias, nas praças, nas organizações de bairros, nos movimentos de periferias, e nas entidades juvenis, que trazem indicativos importantes a serem analisados, na direção de compreender qual é a forma e o conteúdo de sua participação e construção social.

Desse ponto de vista, podemos observar a importância das manifestações de Jornadas de 2013, que representam, como anuncia Antunes (2018), o fim da letargia e o trasbordamento dos múltiplos descontentamentos, um impacto político profundo e de diferentes compreensões, que ainda carecem de maiores análises. As Jornadas correspondem a uma virada no movimento de massa, e no ciclo político em nosso país, protagonizada por jovens em um movimento que já não se presenciava desde as “Diretas Já”¹⁰ e o “Fora Collor”¹¹. Dessa forma, as Jornadas apresentam-se como um fato de retorno da juventude ao cenário político, mais massificado, que

¹⁰“Diretas Já” foi um movimento de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984.

¹¹Uma importante colaboração da juventude ficou representada no movimento dos “Caras-pintadas”, que representou o movimento estudantil brasileiro ocorrido em 1992, como resposta aos esquemas de corrupção envolvendo o presidente da república, na época, Fernando Collor de Mello. O movimento tinha como objetivo principal o *impeachment* de Collor. Recebeu esse nome, pois os jovens saíram às ruas com as caras pintadas pelas cores da bandeira do país. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/caras-pintadas/>>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

ainda repercutem em nossos dias. Isto mesmo permeado pelo contexto pandêmico vivido e com a ascensão da extrema-direita, que modificam as pautas do movimento de massa, mas que encontram nas Jornadas de 2013 o *start* da retomada das ruas, como palco de manifestações, como organização da indignação, frente a conjuntura política do país.

Observa-se a necessidade de compreender o papel da juventude que se organiza e toma a frente das questões que envolvem os rumos da política de seu país e da própria totalidade da América Latina. A juventude que se organiza em coletivos, sejam eles, partidos políticos, frentes sindicais, movimentos sociais, associações de bairros, grupos culturais, movimentos identitários como LGBTQIA+, movimento negro, movimento de mulheres, entre outros, representam um potencial na luta de classe e que merecem um olhar analítico para as suas especificidades.

Consideramos como parte do perfil dos movimentos da juventude a falta de sua memória coletiva, como fruto de uma militância, por vezes, de transitoriedade, renovação e brevidade, que dificultam as estratégias mais gerais de sua unidade na ação, mas que, por outro lado, não se constituem como sujeitos já determinados por uma condição política prévia ou pelo cumprimento de algumas regras e conteúdos estabelecidos, representando a importância de seu potencial renovador enquanto sujeitos políticos e pedagógicos. Ao mesmo tempo, passam a se inserir em um contexto político que faz parte de uma trajetória teórica e organizativa do campo que integram. As organizações nesse sentido ocupam duplo caráter: a) o da possibilidade de renovação política; b) e o de preservação de uma trajetória política e organizativa.

Nessa perspectiva, de entender os caminhos da juventude, é importante traçar os percursos que a juventude percorreu ao longo da história, em sua construção social, geracional, política e cultural. Uma vez que, segundo Mannheim (1968), a juventude sempre correspondeu a uma reserva vital da sociedade, o que ele chamou de um acúmulo energético, físico e mental nas devidas transformações das sociedades, como importantes componentes do motor da história.

Dado esse potencial de reserva vital de renovação, este trabalho de pesquisa tem o compromisso de trazer à tona os elementos que constituem a nossa atualidade. Segundo Antunes (2013), as organizações das massas passam por um processo de transformação, um período que demonstra “lutas que têm um conteúdo por certo hidrogênio e polissêmica, mas que também expressam claras conexões entre os temas do trabalho, da precarização, do desemprego, aflorando as ricas transversalidades existentes entre classes, gênero, geração e etnias, [...]” (ANTUNES, 2013, p. 40). É necessário que nos apropriemos da atualidade da

organização das massas e de como a juventude vem compondo este espaço, quais suas principais defesas, e o que projetam para a auto-organização do sujeito juvenil.

O desemprego estrutural, o trabalho precarizado, terceirizado, quarterizado, plataformizado, o desmonte da educação pública, da saúde, da assistência social, do transporte público, dos direitos humanos, do direito à cidade, as denúncias contra o feminicídio, o extermínio da juventude negra, a negação dos padrões socialmente consolidados, como é o caso da família tradicional, da heteronormatividade, da liberdade sexual e do desejo, o respeito às diferenças, a horizontalidade das relações, são alguns dos princípios que *empurram* a juventude para as ruas. Segundo Antunes (2013), a juventude, atualmente, vem construindo novas forças e demandando da sociedade um olhar atento para o que anunciam. É preciso entender o que este conjunto de reivindicações e a atualidade do mundo do trabalho exigem para a juventude e para sua organização enquanto categoria social.

Embora alguns teóricos tragam a discussão que, na atualidade, as pautas das lutas sociais e de classe pareçam ter se tornado diluídas em possíveis grupos temáticos¹², ou lutas por direitos básicos, efêmeros, o central, em nossa análise, é compreender a luta pelo público, pela superação da superexploração, pela construção de novas sociabilidades, por um projeto que se opõe ao capitalismo desde sua raiz, por uma esquerda radicalmente anticapitalista/anti-imperialista. Compreende-se, portanto, que não há como universalizar o público sem lutar contra a mercantilização de todas as esferas da vida e, por conseguinte, contra o capital; por isso, afirmamos que tais lutas contra todas as formas de exploração e opressão são partes das lutas anticapitalistas e anti-imperialistas.

A crise hegemônica do capital internacional e a fragilidade dos projetos de governo de esquerda¹³ na América Latina, com suas políticas compensatórias de alívio à pobreza, conjunturais e, portanto, não de superação da pobreza, são alguns dos sintomas que explicam a atual condição de vida da população. Mesmo que possamos considerar que houve importantes avanços nas políticas sociais na América Latina, com a presença dos governos populares de esquerda, estes ainda preservaram a essência do modelo dependente, neoliberal e suas forças produtivas. Com isso, o avanço, ainda que neodesenvolvimentista (KATZ, 2016), acabou por sofrer ataques de uma direita e de uma extrema-direita oligárquica, conservadora e subserviente aos interesses imperialistas, que através de seu poder econômico, político e midiático,

¹²Entende-se “grupos temáticos”, ou lutas contra as opressões, termo que acreditamos ser mais adequado, os grupos ou coletivos que lutam pelas questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, culturais, etc.

¹³O termo esquerda brasileira contido neste estudo está designado a todas as organizações consideradas do campo progressista da política; nelas, estão contidos os humanistas, os marxistas, os comunistas, os socialistas, os democratas, entre outros.

construíram duras disputas no interior das relações, criando um golpe parlamentar, empresarial, midiático, misógino à democracia, e abriu espaço para a chegada de um governo pró-fascista e de resgate do neoliberalismo em seu sentido puro no Brasil.

Este trabalho justifica sua relevância social e de pesquisa em um momento histórico que necessitamos compreender os processos em curso da organização da política no país, com o princípio de que a juventude se constitui como um dos seguimentos importantes na construção de uma sociedade. O movimento da juventude que denuncia a atual organização da vida, a superexploração, a precarização, o descaso, a violência, um verdadeiro estado da barbárie social, organiza-se e ocupa os espaços públicos, as mídias e redes sociais, denuncia nas ruas o caos social em que vivem, também apontam mudanças no cenário das lutas sociais, (re)constróem novas formas e conteúdo da organicidade das lutas populares, em um movimento de construção de processos educativos que atingem a totalidade das lutas da classe trabalhadora.

A hipótese deste trabalho se sustenta a partir da identificação da importância histórica que as organizações da juventude exercem no movimento de massa e na organização política, em diferentes dimensões, principalmente a partir da reconfiguração da ofensiva neoliberalista, que provoca mudanças no cenário das lutas sociais e no papel das organizações de base popular no Brasil, sendo assim formulada: o movimento da juventude como parte importante da renovação política e como um dos segmentos que acompanha a trajetória teórica e organizativa do campo que integra se constitui como um dos segmentos que propõem táticas e estratégias para o campo da esquerda brasileira, encontrando-se desafiada a construir a sua pedagogia das lutas sociais, na construção dos processos de luta que protagoniza.

A hipótese levantada questiona a atualidade da condição de vida nas cidades para a juventude, conectada com a realidade da classe trabalhadora. A negação do que é público em detrimento dos interesses privados, a precarização e mercantilização da vida em diversas esferas *empurram* a juventude para a ocupação das ruas, das escolas e universidades, das redes sociais, nas periferias, para todos os seus processos de auto-organização. A juventude configura-se como um dos seguimentos que mais sofre com a falta de perspectiva de dias melhores, o que nos provoca a questionar o afloramento dos movimentos de massa, mas também a crescente construção de organizações de juventude que pautam as suas necessidades. Por este motivo, é urgente compreender o papel das organizações da juventude, os elementos que constituem sua forma de organicidade e o conteúdo de suas lutas sociais. A *pedagogia da juventude*, proposta por este trabalho, é entendida como o conjunto dos elementos históricos, teóricos, práticos, políticos, sociais, culturais, educativos e organizativos, que compõem o fazer político e pedagógico da ação juvenil no campo que integra.

O objetivo central desta pesquisa foi o de analisar a forma e o conteúdo que compõem as lutas sociais travadas pela juventude, na resistência ao neoliberalismo no Brasil, principalmente depois dos movimentos de massa, a partir das Jornadas de 2013, até o momento atual dessa pesquisa, buscando compreender que pedagogia se forja nesses processos.

Como objetivos específicos, realizaram-se os seguintes estudos: a) o levantamento sobre a trajetória das lutas das organizações políticas da juventude no Brasil, em especial do estado do Rio Grande do Sul; b) o histórico de cada organização de juventude integrante desta pesquisa; c) o perfil e identidade da juventude organizada no Brasil; d) a análise da matriz pedagógica que orienta a práxis destes sujeitos e que desdobramentos se apresentam na sua forma e conteúdo na organização das lutas, assim como os processos de luta potencializados na sua construção pedagógica; e) a especificidade da política brasileira e o papel das organizações políticas; f) bem como a teoria da organização política que sustenta a sua práxis.

Este trabalho vincula-se ao materialismo histórico e dialético, como um guia para a ação, fundamento teórico e, ao mesmo tempo, método marxista de compreensão da realidade, enquanto modo de pensar as contradições, como modo de compreendermos o mundo como essencialmente contraditório e permanentemente em transformação (KONDER, 2008). O movimento metodológico é o de buscar, na realidade, os fundamentos, as contradições, a historicidade, as totalidades e as múltiplas dimensões do fenômeno de pesquisa, na direção de conhecer a “coisa em si”, da qual, segundo Kosík (1976, p. 15), “a distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis unitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade ou, numa palavra a ‘cisão do único’ é o modo pelo qual o pensamento capta a ‘coisa em si’”.

O método dialético compromete-se em conhecer adequadamente a realidade, sem esquemas abstratos, sem análises discursivas e interpretativas, sem simplificações ou representações aparentes. Busca, a partir das leis fundamentais dos pares dialéticos, da aparência para a essência, do objetivo e do subjetivo, do espaço e do tempo, do geral, do particular e singular, da qualidade e da quantidade, do necessário e do contingente, do conteúdo e da forma, da unidade e da luta dos contrários, a negação da negação, da possibilidade e da realidade, as múltiplas determinações do fenômeno pesquisado (CHEPTULIN, 1982). A dialética compromete-se em conhecer o real em sua profundidade e relevância. É o método que destrói a *pseudoconcreticidade* para atingir o concreto. E a totalidade do mundo revelado pelos sujeitos na história em sua especificidade é o fundamento contestador, de entendê-lo e transformá-lo.

Para esse movimento de compreensão dialética do fenômeno, foram realizados alguns caminhos metodológicos e técnicas para a coleta de dados. Utilizamos a metodologia da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), com o objetivo de apresentar uma análise crítica e criteriosa, como uma descrição objetiva, sistemática, qualitativa e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações. E também como parte do rigor metodológico, foi utilizada a técnica de triangulação de dados (TUZZO; BRAGA, 2016), a fim de olhar para a questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados, buscando a análise de diferentes ângulos e fontes, podendo ser usada de forma complementar e articulada à qualidade e à quantidade dos dados. A triangulação dentro da metodologia realizada combinou a análise documental, entrevistas semiestruturadas e o referencial teórico, à luz do materialismo histórico e dialético.

A análise documental foi realizada a partir dos documentos disponíveis de cada organização, num recorte temporal correspondente aos últimos dez anos. Os documentos estudados foram: estatutos, resoluções, cartas, manifestos, cartilhas, boletins, jornais, artigos, vídeos, *podcast*, redes sociais, matérias gráficos e digitais, totalizando 168 documentos, que foram sendo categorizados a partir do interesse de análise. A catalogação dos dados das documentações resultou em um documento de 126 páginas de material coletado e sistematizado por categorias. As categorias destacadas para a análise foram: perfil e histórico das organizações; identidade; fundamentos teóricos e metodológicos; concepção de juventude, de sociedade, de revolução, de organização, de cultura, de trabalho de base; tática e estratégia da luta de classe; estrutura organizativa; principais campos de atuação; relação com as estruturas partidárias, sindicais, movimentos sociais; o movimento de massas; o movimento estudantil universitário e secundarista; a juventude trabalhadora; o território periférico; as escolas de formação; concepção de educação/formação humano; as práticas educativas; os elementos culturais; a agitação e a propaganda; e a pauta das opressões.

Foram realizadas um total de oito entrevistas, com dois militantes de cada organização pesquisada, totalizando vinte horas de entrevista. Todas as entrevistas foram feitas através de videochamadas, e transcritas posteriormente em um documento final de 198 páginas. As entrevistas no projeto de pesquisa estavam previstas para serem realizadas presencialmente, além do acompanhamento mais sistemático de reuniões e atos organizados pela juventude; porém, com a chegada da pandemia do Covid-19, e a necessidade do isolamento social, tais procedimentos de coleta de dados não foram possíveis e foram substituídos pelo trabalho remoto.

Ao mesmo tempo em que o referencial teórico é essencial nas análises contidas nessa triangulação, o referencial possibilitou aprofundar, sustentar, questionar e criar novas sínteses no processo reflexivo.

Foram etapas da coleta de dados e da análise de conteúdo: 1) um contato inicial com os documentos e com as entrevistas em uma leitura dinâmica, com a proposição de elaborar as categorias centrais de análise; 2) definição das categorias como agrupamentos determinados, e elementos reunidos de características comuns, como critérios semânticos (temas), o que foi resultante de um agrupamento significativo de informações organizadas, posteriormente desenvolvidas em duas etapas: inventário (onde foram isolados os elementos comuns) e classificação (onde foram divididos os elementos e impondo-se uma organização sistematizada); 3) os dados coletados, selecionados e classificados dialogaram com o referencial teórico, procurando embasar as análises e dando sentido à interpretação, a fim de trabalhar os achados da pesquisa.

O caminho construído até o resultado dessa tese passa também por um aprofundado conhecimento sobre a temática da juventude, principalmente no banco de dissertações e teses da CAPES, nos programas de pós-graduação em educação do país. Para os objetivos anteriores de qualificação deste trabalho de tese, foi realizado um estado da questão, que buscou reconhecer quais os debates realizados a nível nacional em relação à temática da juventude e participação política. Assim, chegando à conclusão que este é um dos debates, dentro dos aspectos que cercam a juventude, que ainda necessita de maior aprofundamento. Pela limitação do objeto final dessa tese, não retomaremos esse debate no corpo deste texto. Mas entendemos que esta etapa realizada foi fundamental para o aprofundamento do objeto de pesquisa.

Ainda, destacamos que não foi possível a realização do trabalho a campo a partir da observação *in loco* das organizações pesquisadas. A necessidade do isolamento social com o avanço do Covid-19, a partir de março de 2020, impossibilitou a realização das observações como haviam sido previstas no cronograma no projeto de qualificação, para o ano de 2020. Por esse motivo, não foram possíveis a participação em eventos, congressos, seminários, ou cotidiano de trabalho das organizações.

Os capítulos que seguem são resultados do esforço da construção da “cartografia” ou do todo explicativo, do que aqui defendemos como a *pedagogia da juventude*, sendo resultado do esforço de análise e das categorias evidenciadas.

O primeiro capítulo apresenta as perspectivas sócio-históricas da juventude e o debate sobre a construção do conceito de juventude. O segundo capítulo busca retomar alguns movimentos históricos em nível global, da qual a juventude esteve ativamente nos processos

ou protagonizou lutas sociais implorantes, principalmente no século XX e XXI. O terceiro capítulo apresenta as principais lutas políticas travadas no país e a presença da juventude, destacando o papel das organizações, seus acúmulos históricos e sua contribuição para o tecido social.

O quarto capítulo apresenta a teoria pedagógica que sustenta o que aqui denominamos como a *pedagogia da juventude*, como instrumento formador dos movimentos de juventude. O quinto capítulo traz o perfil das organizações pesquisadas e a identidade dos sujeitos, seus processos históricos de constituição, suas formas de atuação, principais pautas defendidas, espaços de atuação e identidade visual, organizações que compõem a identidade e o perfil dessa juventude, suas características gerais e específicas. O sexto capítulo dialoga sobre a história e trajetória das organizações pesquisadas. O sétimo capítulo destaca o lugar de atuação dessas organizações e as suas relações partidárias e de campo político de convergência. Já o oitavo capítulo apresenta o lugar de destaque do movimento estudantil e do movimento de massa como espaços da atuação das organizações de juventude.

O nono capítulo aborda as questões importantes que envolvem as organizações de juventude e seu trabalho desenvolvido com a juventude trabalhadora e o território periférico. Ao passo que o capítulo dez apresenta o lugar notório que as pautas das opressões passam a ocupar nas agendas das organizações. O capítulo onze, por sua vez, trará a dimensão da teoria da organização política da juventude, seus fundamentos teóricos e metodológicos, sua concepção de organização, assim como no capítulo doze, que segue, apresenta as suas estruturas organizativas e suas principais ações. O capítulo treze apresenta as discussões sobre os processos de agitação e propaganda, cunhados pelas organizações de juventude, além de seus aspectos estéticos e culturais. O capítulo quatorze aborda os princípios educativos da juventude, suas concepções e experiências educativas, seus espaços de formação e atuação, seus referenciais, seus métodos e metodologias. O último capítulo dedica-se a apresentar a atualidade da condição neoliberal e os efeitos na organização e na vida da juventude, com os elementos da conjuntura, com a questão urbana, e o papel das organizações da juventude. Para encerrar a construção desta tese, apresentamos uma breve consideração final, que serve também como espaço para novos questionamentos e possibilidades de aprofundamento da temática.

1 PERSPECTIVAS SÓCIO-HISTÓRICAS: JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Ao longo da história, foi possível definir diferentes abordagens em relação ao sujeito juvenil, a partir de distintas áreas dos conhecimentos, sejam elas psicológicas, biológicas, antropológicas, culturais ou sociológicas, e quem têm relações profundas com o contexto econômico, político e social em cada contexto histórico. Entendemos que é parte fundamental desse estudo percorrer por estas distintas abordagens conceituais da categoria de juventude, como movimento de compreensão de sua natureza social, econômica e política na atualidade.

Mesmo que a juventude seja uma faixa etária da vida, essa noção vem sendo construída ao longo da história, com diferentes abordagens e intencionalidades sociais. Ao abordar o processo histórico que constitui a juventude, torna-se fundamental percorrer os caminhos que caracterizam o desenvolvimento da humanidade, as definições conceituais em movimento dessa faixa etária da população, além de suas implicações culturais, sociais, de classe, de gênero, econômicas, políticas, de organização social e de participação.

O conceito de sujeito jovem não é uma questão simples, uma vez que, no decorrer da história, a juventude é representada de diversas formas com diferentes divisões etárias. Um determinado tempo histórico tem um impacto profundo na formação da juventude. A juventude, de modo geral, é uma construção social e cultural que está subordinada às determinações do seu papel em diferentes tempos históricos, culturais e econômicos, que influenciará profundamente também a constituição de seus valores sociais. A juventude é uma condição social, ao mesmo tempo, um tipo de representação (PERALVA, 1997).

Segundo Mannheim (1968), a juventude representa a potencialidade latente de uma sociedade, seja ela revolucionária, reacionária ou conservadora, o que indica que nem sempre as saídas para a juventude representam uma potencialidade progressista, mas sim um potencial de mudança. Como afirma Mannheim (1968, p. 72), “[...] a função específica da mocidade é a de um agente revitalizante; é uma espécie de reserva que só se põe em evidência quando essa revitalização for necessária para ajustamento a circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas”. Nesse sentido, a juventude representa a força de mudanças sociais profundas ou, até mesmo, possíveis reformas, ajustamentos ou recuos. Isto indica que a juventude comunga na tentativa de novas saídas para as próprias crises civilizatórias. Seu papel revolucionário dependerá da formação da sua consciência política e de sua clareza tática.

Contudo, principalmente a partir do século XX, forjam-se algumas das concepções sobre juventude que ainda hoje estão presentes em nosso cotidiano. A juventude passa a ser

associada a um período de emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites. A representação da juventude como um todo e, em especial, a operária, explica as estratégias de controle social sobre os jovens. Para os jovens da classe operária, as instituições de controle estavam no trabalho e na vigília policial, o que, na atualidade, se repete com a juventude negra e periférica. Para os filhos da burguesia, o controle vinha das instituições de ensino, do poder religioso e da família. A modernidade inaugura o momento em que a juventude passa a ser considerada como um estágio perigoso e frágil da vida dos sujeitos.

Também como produto da modernidade, considera-se a juventude como um momento do percurso de vida, capaz de expressar sua peculiar forma de vivê-la, e menos como mera etapa preparatória para a vida adulta.

Partindo da ideia de reconhecer a juventude como uma etapa da vida com suas particularidades, analisamos a perspectiva da qual Bourdieu (1983), sobre a condição juvenil a partir da modernidade, demonstra que cada faixa etária da vida social carrega consigo costumes, valores, modos de produção da vida, leis específicas que definem sua relação com o mundo, que definem, por sua vez, etapas da vida. Mas por si só, isto não seria o suficiente para explicar a condição juvenil. Uma vez que em uma sociedade diversa culturalmente, de imensas desigualdades sociais, não há uma única expressão da juventude, mas sim uma infinidade de diversidades.

Por este motivo, Bourdieu (1983, p. 2) afirma:

[...] podemos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos 'jovens' que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico reais, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc.

Compreendendo as distinções de classe, as condições materiais objetivas de cada jovem, podemos afirmar que não é possível analisar a juventude de forma homogênea, mas sim com particularidades de classe, mesmo que a juventude em sua compreensão ampla corresponda à mesma fase da vida para o conjunto destes jovens em sociedade. A juventude, como uma condição social, como um símbolo, como uma etapa da vida, está determinada por uma moratória vital e social. O exercício dessa condição social, em uma sociedade marcada por extremas desigualdades sociais, estará legitimado para poucos. Mesmo considerando que a

condição juvenil é uma etapa biologicamente existente para toda a condição humana, seu exercício social será restrito a poucos (MARGULIS, M.; URRESTI, M., 1996).

Outra questão importante a ser levantada em relação à construção do conceito de juventude é o esforço de entender sua construção conceitual, a partir das discussões na atualidade, em especial, nos debates sobre os estudos da sociologia da juventude, que constituem um corpo teórico notório, que defende uma perspectiva de uma condição juvenil, pautada em seu entendimento como uma construção social e histórica, e que ignora a dimensão etária dessa etapa da vida. Cunha-se o termo *juventudes* no plural, por considerar que existem diferentes modos de vivenciar a juventude, a partir de suas condições sociais, econômicas, de raça, de gênero, de orientação do desejo, que acabam por repercutirem nas possibilidades e nos limites para a vivência da juventude como formas particulares dessa sociabilidade. A partir do debate levantado até aqui, e de nossas análises a partir dos materialismos histórico e dialético, concordamos em parte com tal afirmação, uma vez que o debate, na maior parte das vezes, parece focar em uma subjetivação, com foco na singularidade, na individualidade, diminuindo ou diluindo as relações do geral, singular e do particular, como uma unidade dialética que cerca todos os fenômenos sociais, inclusive a categoria da juventude, e não de *juventudes*, como assim se deseja definir. Quando nos dedicamos a entender a juventude em sua dimensão coletiva, buscamos entender a sua diversidade em sua totalidade. Foracchi (2018, p. 16) destaca essa unidade geracional em movimento, em sua processualidade:

A noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social no momento em que se afirmar como produto histórico e social, isto é, como movimento de juventude. É possível, nessa condição, propor-se a questão geral do significado de uma *consciência jovem*, expressão dos conflitos e tensões que se desenvolvem no sistema e que são extravasados nos movimentos de juventude.

Vejamos, é possível dizer que a juventude, como uma condição dada, carrega em si as propriedades e ligações que são próprias e singulares de sua existência. É fato que ela ocupa um lugar próprio de existência. Ou seja, é óbvio que o jovem por ser jovem tem características próprias como aqui já colocamos, e necessidades distintas das crianças, dos adultos e dos idosos. Portanto, um jovem da periferia das grandes cidades possui formas singulares, distintas dos jovens do campo, e se relacionam com o mundo à sua volta de forma diferente, específica, mas também, por outro lado, é dotado de algumas características comuns no geral que os denominam jovens socialmente. Entretanto, o conteúdo desta diferença não o define, não o torna maior, ou determina por si só sua existência. Suas capacidades e ligações que se repetem constituem o seu entendimento geral, a totalidade do que é ser universalmente jovem

socialmente. Podemos acrescentar que a união dos aspectos singulares e gerais, da parte e do todo, corresponde ao particular. O particular é a unidade do singular e do geral, e unidade na diversidade; é particular ser jovem, como é particular ser idoso.

O que une essa diversidade dessas singularidades juvenis é a sua condição social universal; ou seja, essa condição geral, que tem, enquanto parte de seu fundamento, a emancipação da sua primeira forma de socialização – a família. Para a construção de um conjunto de valores sociais, que se dará principalmente a partir de sua “entrada para o mundo social”, com um olhar para o novo, mas permeado de referência da sua origem social, de classe, em um processo de socialização mais ampla, mais geral, mais autônoma.

Quando definimos juventude como uma etapa da vida, os aspectos da faixa etária, biológicos e psicológicos, fazem parte também dessa dimensão geral da juventude, mas não unicamente, lembrando que até mesmo o próprio recorte etário é construído socialmente. Ou seja, ser jovem, criança ou idoso, não é só uma palavra, uma vontade, um estilo de vida ou um conjunto de características independentemente da idade, mesmo que consideramos que ser jovem ou idoso são termos relativos, que mudam em relação ao referencial do período histórico e social, como afirma Bourdieu (1983).

Portanto, alguém sempre será jovem em relação a alguém. Entretanto, tal argumentação só é possível, desconsiderando os elementos biológicos, psicológicos, de faixa etária e geracionais, de um determinado tempo histórico e formação social. E tratando a definição do jovem apenas como referencial de comparação entre idades, meramente cronológico e linear, o conceito de juventude seria mesmo apenas uma palavra, como defende Bourdieu (1983).

Assim, juventude é uma faixa etária inerente à vida de todo ser humano, em suas formas gerais, singulares e particulares, com determinações biológicas, psicológicas, sociais, culturais, antropológicas, etárias e geracionais, e que encontrará em seus coletivos sua potencialidade. Mas compreendendo que seu significado e a sua construção se dará em base das condições materiais, econômicas, políticas, sociais, culturais e históricas de seu tempo, em um processo articulado que compõe a sua natureza dialética.

Por outro lado, de forma alguma compreendemos a juventude como uma abstração, ou um fato genérico, e sim entendemos como fundamental os aspectos da singularidade de ser jovem em uma sociedade de classe. Uma vez que, segundo Margulis (1983), as diferenças sociais, históricas e culturais não são iguais para o conjunto da juventude, e estas diferenças, por sua vez, definirão o uso social deste período da vida, deste espaço de tempo, desta moratória validada socialmente. Vejamos o que este mesmo autor tem a dizer sobre isso:

A partir de mediados del siglo XIX y e del siglo XX, ciertos sectores sociales logran ofrecer a sus jóvenes la posibilidad de postergar exigencias – sobre todo las que provienen de la propia familia y del trabajo –, tiempo legítimo para dedicarse al estudio y la capacitación, postergando el matrimonio, permitiéndoles a sí gozar de un cierto período durante el cual la sociedad brinda una especial tolerancia. La juventud termina, en el interior de las clases que puede no ofrecer a sus miembros recién llegados a la madurez física este beneficio, cuando estos asumen responsabilidades centradas, sobre todo, en formar el propio hogar, tener hijos, vivir del propio trabajo (MARGULIS, 1983, p. 02).

Porém, Margulis (1983) atenta para uma possível análise culturalista da questão da juventude, da qual vincula sua natureza muito mais próxima de uma simbologia social, de uma vontade, de uma forma de ser jovem, do que propriamente os aspectos históricos que a constituem, chegando até mesmo a desmaterializar a sua existência. Por vezes, essa própria concepção cultural acaba por fragmentar a noção de juventude, em detrimento de sua totalidade social, empobrecendo a análise do que significa ser jovem. Por isso, aqui afirmamos o esforço de entender o conceito de juventude em sua totalidade também.

Quando a noção de juventude parte da relação das desigualdades sociais a que estamos submetidos, é impossível negar que há diferentes formas de vivenciar uma condição de juventude. Por este motivo, não é possível analisar a juventude somente baseando-se numa condição etária ou biológica, por mais que estas sejam importantes. A capacidade de compreender a moratória exige que ampliemos os aspectos. Recorramos novamente ao autor Margulis (1983, p. 03):

Los jóvenes de sectores medios y altos tienen, generalmente, oportunidad de estudiar, de postergar su ingreso a las responsabilidades de la vida adulta: se casan y tienen hijos más tardíamente, gozan de un período de menor exigencia, de un contexto social protector que hace posible la emisión, durante períodos más amplios, de los signos sociales de lo que generalmente se llama juventud. Tales signos tienden – en nuestro tiempo – a estetizarse, a constituir un conjunto de características vinculadas con el cuerpo, con la vestimenta, con el arreglo, y suelen ser presentados ante la sociedad como paradigma de todo lo que es deseable.

Esse conjunto de signos que definiram a condição social da juventude em uma sociedade de classe corresponde à capacidade de “poder” também ser jovem. O autor afirma que a moratória social da juventude, neste sentido, é mercadoria, que pode ser comprada e vendida, um capital temporal. A capacidade de ter tempo livre, oportunidade de estudar, ingressar na faculdade, morar com os pais por um longo tempo da vida, adiar a constituição da família e a vinda dos filhos, usufruírem de um conjunto de estética juvenil, roupas, cabelos, formas de expressão, é uma condição de privilégio social.

Os jovens das classes populares, por sua vez, não podem comprar sua moratória, pela qual a condição de juventude é definida. Isto porque, para esse conjunto de jovens, o mundo do

trabalho começa muito cedo na vida. A possibilidade de dar continuidade nos estudos se resume muito, uma vez que se torna muito difícil manter a vida escolar, ao mesmo tempo em que se trabalha em trabalhos braçais e exaustivos muitas vezes. A constituição da família e a vida dos filhos é muito mais prematura para essa classe. Já que a própria constituição da família corresponde à exigência e à capacidade de uma vida mais autônoma e independente do seu núcleo familiar de origem.

O tempo livre, por exemplo, é uma característica social marcante na vida da juventude da elite e da classe média; porém, na vida da juventude das classes populares ela produz, na maioria das vezes, tristeza, sentimento de culpa, sofrimento e inquietação, fruto, principalmente, do desemprego ou das formas precarizadas de trabalho.

Margulis (1983) atenta na direção de demonstrar que estas questões não significam dizer de que a juventude das classes populares não usufrui de nenhum tipo de moratória ou, até mesmo, que possam ser consideradas não jovens. Ele afirma que a moratória vital é característica de todo o conjunto da juventude, sua relação geral. Ela representa a capacidade energética, suas forças disponíveis, sua capacidade produtiva, seu valor de uso, seu valor de mudança, sua predisposição em intervir de forma investigativa no mundo.

Ademais, além da classe social, podemos pensar que relações, como as de gênero, raça, etnia, orientação sexual/sexualidade ou, até mesmo, a localização geográfica do sujeito, contribuem de forma significativa para que ele seja contemplado ou não com a moratória social em seu sentido amplo. A juventude não pode ser só uma palavra, mas um conjunto que depende da idade, da geração, da moratória vital e social, das questões de classe social, de gênero, raça e etnia, orientação sexual/sexualidade.

Outra questão importante, levantada por Mannhein (1968), é a falta de compromisso que a juventude tem com o modelo social vigente, com as normas morais e com a ordem. Além de sua própria efervescência biológica, fruto da fase de seu desenvolvimento humano, sua entrada na vida pública confronta-se, pela primeira vez, com o caos dos valores sociais e morais da sociedade. O fato é o de que a juventude evidencia o conflito posto na sociedade em um olhar “de fora”, que antes era quase que exclusivamente mediado pela família.

Com essa entrada na vida pública, que acontece quase que exclusivamente na juventude, o sujeito torna-se mais autônomo enquanto indivíduo, possibilitando muitas vezes uma visão de desnaturalização do que está posto e em conflito interno.

[...] essa posição de estranho é um fator mais importante que a efervescência biológica para explicar a mutabilidade e receptividade, e tende a coincidir com as atitudes de alienígenas de outros grupos e indivíduos que, por outras razões vivem à margem da sociedade, como as classes oprimidas, os intelectuais independentes, os poetas, os artistas, etc. Evidentemente essa situação de elemento estranho é somente uma potencialidade e, como eu disse, depende em grande parte das influências orientadoras e diretoras vindas de fora, para saber se essa potencialidade será suprimida ou se será mobilizada e integrada num movimento (MANNHEIM, 1968, p. 76).

Representando essa fase à margem ou “marginal” do desenvolvimento humano, que não pode ser encaixada nem em sua fase da dependência infantil nem mesmo na autonomia da vida adulta, e quase justificando essa ideia do lugar não definido, transitório, temporário, de dúvidas e incertezas, de busca, de aprendizagem, mas também de uma potencialidade histórica, que nos leva a entender que estes sujeitos não só representam, na maioria das vezes, a maior parte da população, como também são responsáveis por influir diretamente na organização de uma sociedade (LEVI; SCHMITT, 1996).

Essa capacidade de evidenciar as contradições do interior da sociedade capitalista não torna a juventude, por si só, capaz de eliminar suas contradições internas, por mais bem-intencionados que os jovens possam ser. Tudo dependerá do nível de aprofundamento que estes terão sobre a realidade da condição humana na sociedade capitalista. Ianni (1998) corrobora com esse pensamento, ao analisar que as contradições inerentes do sistema capitalista são as mesmas responsáveis em produzir o jovem radical.

A radicalização, apresentada pelo autor, significa a capacidade de ir à raiz do problema, aprofundar o que se encontra no nível da aparência, do superficial:

O seu radicalismo produz-se exatamente no momento em que ele próprio descobre que o seu comportamento é tolhido, prejudicado, e, muitas vezes, deformado institucionalmente. Em consequência da relação do trabalhador com as condições e o produto do seu trabalho – fenômeno que começa a ser descortinado na juventude – e devido às contradições entre os valores universais da sua cultura e as possibilidades reais apresentadas à ação, o adolescente vislumbra tanto as inconsistências estruturais do sistema como as alternativas concretas apresentadas à sua consciência (IANNI, 1998, p. 238).

Ianni (1998) demonstra que o jovem, quando amplia suas relações sociais para além das relações familiares, também cria a capacidade de aprofundar sua percepção sobre a vida social. A entrada no mundo do trabalho, a ampliação da rede de relações e a inserção em novos grupos culturais são alguns dos elementos que possibilitam a ampliação da visão social de mundo dos jovens.

Ademais:

Nos contatos com teorias e ideais, propiciadas em especial pela escola, nos grupos de amigos reunidos em torno de interesses comuns, nas atividades lúdicas, nas manifestações das atividades sexuais, no trabalho, o jovem é posto continuamente em faces de componentes do sistema sociocultural que revela ou acentua o caráter contraditório dos elementos que compõem a situação social vivida (IANNI, 1998, p. 232).

Porém, há o fato de que nem sempre todo jovem cria essa capacidade de leitura reflexiva sobre as condições contraditórias do modo de produção da vida capitalista e, até mesmo, não desfruta da capacidade de sua condição juvenil, das possibilidades objetivas e subjetivas que ela representa.

Muitos jovens, ao se tornarem “adultos”, terminam por se distanciar da capacidade de ser um contestador da ordem social. Na medida em que vão se tornando adultos, afastam-se dos “ideais juvenis”, muitas vezes acomodando-se em posições reformistas, até mesmo conservadoras. Ianni (1998) chama a atenção para os mecanismos de controle dos quais a passagem da juventude para uma responsabilidade com a vida adulta acaba por direcionar a concepção de mundo destes sujeitos:

À medida que a pessoa se torna adulta, vai sendo preparada para o desempenho de papéis sociais condizentes com o *status quo*. Esse é um dos polos de atuação do sistema doméstico, da escola, do clube etc. O processo de socialização que envolve a pessoa é um fenômeno contínuo e atuante, e é estruturado segundo as exigências da sociedade presente. Por isso, o indivíduo muitas vezes é paulatinamente levado a ajustar-se aos padrões adequados às necessidades da sua nova situação (IANNI, 1998, p. 239).

A ocupação dos espaços formais, socializadores e de controle social acabam por “estretar”, para mais, a possibilidade de uma visão de mundo mais ampliada. As exigências da atualidade do mundo do trabalho, que desumanizam, consomem e degradam a vida humana, retiram a possibilidade de uma reflexão sobre a vida cotidiana. A retirada de uma “condição juvenil” da juventude, de forma bastante precoce, para que esta cumpra as necessidades da manutenção da vida, também é um dos fatores que condicionam alguns dos aspectos que definem a atuação da juventude, principalmente da juventude latino-americana.

Segundo os autores Levi e Schmitt (1996), os jovens, como atores, principalmente nas cidades, são os primeiros sujeitos ativos da história, com seus sentimentos de rebelião, contestam valores, recriam por muitas vezes condutas e imprimem novas formas de se relacionar em sociedade. É com muita seriedade e rigor que a juventude encara as adversidades de seu tempo, mesmo que ainda o mundo adulto possa dar pouca “credibilidade” para a ação juvenil, ela por muitas vezes torna-se responsável por inovar, reconstruir e criar estratégias para a sua própria existência.

Nesta direção, é preciso compreender o papel histórico da juventude brasileira na construção do tecido social, em suas bases gerais, como condição social e histórica de sua importância, no desenvolvimento de seus movimentos teóricos e práticos, que constituem a ação juvenil, na direção de entender a condição juvenil, principalmente do conjunto de jovens, que, na ação coletiva e na construção de seus movimentos, ocupam espaços de representação e de ação política. O desenvolvimento deste trabalho de tese tem a preocupação de analisar a categoria de juventude, com base na *particularidade das organizações políticas da juventude*, a partir da sua relação geral e singular. Entendemos que os fenômenos sociais analisados são sempre singulares, cada jovem, por exemplo, é único na sua existência individual, como fenômeno aparente, mas também geral em sua condição biológica, social e histórica. A união dos aspectos gerais e singulares correspondem à particularidade que caracterizam o conjunto de sua ação, como formas coexistentes inter-relacionadas de entendermos nosso objeto de estudo (LUKÁCS, 1967).

Com esta breve problematização em relação à forma conceitual de entender o papel da juventude na sua construção e formação da sociedade, trabalharemos, no item a seguir, os aspectos que englobam a sua capacidade de proposição como um conjunto geracional que atua, por ora, de forma espontânea ou organizada, e da ação política da juventude, principalmente no movimento de massa e nas lutas sociais a nível global e nacional.

2 O CONTEXTO GLOBAL E A CONTRIBUIÇÃO DAS LUTAS DA JUVENTUDE

Os movimentos políticos encontram na força revigorante da juventude sua expressão latente para os processos de rupturas e transformações da ordem social. Muitos dos seus líderes e parte significativa dos seus agentes são jovens “desajustados, “desvinculados”, que questionam sua condição social. Embora compreendemos que a juventude é parte, um agrupamento importante na luta de classe, o curso da história demonstra que somente juntos com a totalidade da classe, é possível construir uma práxis verdadeiramente transformadora, quando a tomada de consciência se faz coletiva.

Neste capítulo, trabalharemos alguns momentos trilhados, papéis estabelecidos na história, que contam com a presença da juventude, em um caminho cronológico, entre os séculos XX e XXI, a fim de demonstrar um acúmulo teórico e político da questão da juventude nas lutas sociais travadas.

O século XIX inaugura as primeiras rebeliões mais expressivas da juventude, como é o caso dos *Carbonários* franceses e italianos, da década de 1820, que, em oposição à política pró-napoleônica, organizam-se em defesa aos direitos liberais e de patriotismo. Na Rússia, em 1825, a juventude compõe a maioria dos *Dezembristas*, um marco para a juventude revolucionária russa, que foi brutalmente silenciada pela monarquia *Czariana*, devido aos seus ideais liberais.

Mais tarde, já no século XX, a juventude ocupa papel de destaque nos processos de contestação da ordem social. É na revolução de 1917 que a juventude russa experiencia o triunfo da construção de um mundo novo. Lenin (2000), em um de seus textos para a juventude, denominando “Tarefas da Juventude na Construção do Socialismo”, declara que é tarefa da juventude aniquilar as velhas estruturas, sobre os interesses de toda uma classe, em uma verdadeira tarefa de construção da sociedade comunista.

Trotsky (1968) descreve o papel central que a juventude desempenhou no processo revolucionário da Rússia. O partido *Bolchevique*, segundo este autor, foi sempre o partido dos jovens operários, em contrapartida dos *Mencheviques*, partido quase que exclusivamente compostos por maduros e velhos. Os *Mencheviques* apoiavam-se na ideia de superioridade, e de um “olhar do alto”, sob o julgo de que a maturidade correspondia à responsabilidade e ao prestígio dos ideais.

O autor ainda afirma que, mesmo que a juventude represente o gás e o vigor do mundo novo, arrastando o homem amadurecido e os velhos, na construção da nova sociedade, onde já não cabem mais os hábitos conservadores, por exemplo, a geração pós-revolucionária continua sendo tutelada. Segundo o organizador do exército vermelho: “A política, forma suprema do

comando, continua integralmente nas mãos do que chamamos de velha guarda. E, embora dirigindo a juventude com discursos muito cordiais e por vezes muito lisonjeiros, os velhos guardam ciumentamente seu monopólio” (TROTSKY, 1968, p. 32).

Trotsky faz duras críticas sobre os processos que culminaram, principalmente, após a implementação do Stalinismo na Rússia. Sobre as questões que envolvem a juventude, aponta para a pouca ou a quase inexistência da sua participação política na elaboração e na tomada de decisões sobre os caminhos do estado soviético. Segundo o próprio autor: “Todas as questões, inclusive as que lhe dizem respeito, são decididas sem eles” (TROTSKY, 1968, p. 34). Há um conjunto de fazer político cristalizado, que não dá abertura para o novo. “Tudo o que há de devotado e indócil na juventude é sistematicamente reprimido, eliminado ou fisicamente exterminado. Assim, explica-se o fato de que milhões e milhões de membros das juventudes comunistas não formam, até o dia de hoje, uma só personalidade marcante” (TROTSKY, 1968, p. 36).

A burocracia do fazer político, a hostilidade dos mais velhos com a juventude, o aguçamento da individualidade e o distanciamento da realidade vivida pelos jovens acabam por tornar o partido e a atuação política indiferentes aos jovens, em um descontentamento que aponta a vontade de caminhar com as próprias pernas, como relata Trotsky (1968). Porém, é tarefa histórica da juventude adquirir a autoridade que hoje lhe falta, em uma atitude de combatente às velhas formas burocráticas, autoritárias e cristalizadas.

Segundo o autor, seria de uma atitude unilateral reduzir os problemas vividos pela URSS às questões geracionais, uma vez que esta é parte importante. Vejamos o que o intelectual marxista diz sobre isso:

Entre os velhos a burocracia conta com muitos adversários, declarados ou ocultos, ao mesmo tempo que há milhares de perfeitos burocratas entre os jovens. Mas de qualquer canto que partem os ataques contra as camadas dirigentes, seja da direita ou da esquerda, os atacantes encontrarão suas forças principais entre os jovens sufocados, descontentes e privados de diretos políticos (TROTSKY, 1968, p. 37).

O debate em relação ao papel da juventude e sua importância na construção da nova sociedade são elementos de análise e de construção permanente. Embora a União da Juventude Socialista Russa tenha passado, ao longo dos anos, por diversos processos, ela ainda ocupa espaço importante na organização da juventude Russa.

O século XX também inaugura diversos pontos de explosão da juventude pelo mundo. Na América Latina, a ilha de Cuba inaugura um processo revolucionário, com um contingente de jovens encabeçando a organização política e da guerrilha. A Revolução Cubana e os jovens

Che e Fidel representam um espaço de esperança para as lutas sociais na América Latina. Essa Revolução traz consigo uma referência para o conjunto da juventude que passa a organizar diversos focos de lutas por todo o território latino-americano. Um bom exemplo é a Nicarágua (1958), que inspirada no que vinha acontecendo em Cuba, realiza um conjunto de ações, principalmente no meio estudantil, com a realização de greves nacionais estudantis e congressos nacionais. Somado ao apoio de sindicatos, trabalhadores do campo e da cidade, as mobilizações estudantis e mais um conjunto de ações, também de caráter guerrilheiro, dão início há um processo revolucionário na Nicarágua (ZIMMERMANN, 2006).

Ainda no século XX, na Europa, em especial, na França, um acontecimento histórico trará impactos profundos no conjunto das lutas sociais, sendo a juventude a força motriz desse processo. O movimento que entrou para a história como “Maio de 68” é marcado pelos protestos de jovens estudantes, em sua maioria, com aliança com os trabalhadores que tomaram as ruas de Paris.

O que começou como uma greve geral por reforma das universidades e pelo fim de dormitórios segregados entre homens e mulheres, passa a intensificar as pautas a partir das mudanças em que o mundo estava passando. Bernardo (2008) aprofunda a análise, demonstrando que as manifestações na França de 68 representam também o resultado do avanço do capitalismo, exigindo uma maior produtividade e qualificação da força de trabalho. As universidades, antes reservadas a uma pequena elite, passam a massificar seus estudantes em futuros trabalhadores. Portanto, a universidade passa a modificar seu papel na sociedade e seu público também.

Para o autor, o movimento compreendia-se da seguinte maneira: “[...] a recusa de uma universidade ao serviço do capital, a defesa dos interesses dos trabalhadores no interior da universidade e a aliança entre intelectuais e trabalhadores” (BERNARDO, 2008, p. 23).

Outros fatores sociais também estavam na pauta neste ano de 68, que interferem diretamente no movimento e elevam o debate que vinha sendo construído, como é o caso da intensificação de imperialismo, acontecimentos como a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, os movimentos de *contracultura*¹⁴ e o movimento hippie, a pauta da liberdade sexual e a criação do anticoncepcional, o assassinato de Martin Luther King, a luta antirracial e pelos direitos civis nos Estados Unidos, as expressões do socialismo pelo mundo e a busca por transformações

¹⁴Entende-se como *contracultura* o conjunto de ações culturais que buscam novas formas de expressão, de repúdio das velhas formas, em um esforço de criação e de contestação, que não são regulados por padrões hegemônicos e institucionais (FORACCHI, 2018).

mais profundas na ordem social. Todos esses movimentos impulsionam a juventude a rebelar-se.

Na França, as intensificações das lutas provocam o fechamento da Universidade de Sorbonne. A juventude francesa reage com o apoio de operários, sindicatos e partidos de esquerda. O *livro vermelho* de Mao Tsé-Tung torna-se um símbolo unificador em referência à Revolução Chinesa.

A forte repressão da polícia acarreta centenas de pessoas feridas e muitos presos. Os protestos multiplicam-se pelas ruas de Paris, em forma de diversas barricadas, fechamentos de fábricas e enfrentamentos diretos com a polícia. Em apoio aos estudantes, muitos setores da sociedade juntam-se às lutas e chamam uma greve geral, sendo que mais de dois terços dos trabalhadores pararam suas atividades. Pressionado pelas manifestações no país, o presidente anuncia eleições gerais, há aumento do salário mínimo e renúncia do cargo.

Porém, muitos são os entraves na organização da luta. A segmentação da esquerda, os conflitos entre sindicalistas, estudantes, organizações partidárias pela direção das lutas, comungam na desarticulação dos manifestantes e na reeleição da base aliada do governo. Segundo Bernardo, o legado de 64 ainda está em aberto e nos deixa questões a serem resolvidas, assim ele diz: “Uma democracia que recorre cada vez mais a métodos totalitários e uma esquerda anticapitalista que ainda não encontrou as formas da sua reorganização” (BERNARDO, 2008, p. 31).

Maio de 68 é um marco na história do protagonismo da juventude que busca, em sua maioria, o anseio pela liberdade. O movimento é a soma de diversos acontecimentos no mundo, que culminam também para a mudança do perfil comportamental, principalmente dos jovens, que aspiravam novas relações sociais.

No mesmo ano de 68, no México, ocorreu o que ficou conhecido como o *Massacre de Tlatelolco*. Os manifestantes, sendo boa parte deles jovens ligados ao movimento estudantil, protestavam contra os gastos públicos para a realização dos Jogos Olímpicos de 1968, na Cidade do México. Foram vários dias de manifestações pela cidade. No dia 02 de outubro daquele ano, as forças armadas abriram fogo contra os milhares de manifestantes, matando um número indeterminado, provavelmente centenas de estudantes. O massacre ocorreu na Praça das Três Culturas, na seção de Tlatelolco.

O ataque é considerado parte da *Guerra Suja Mexicana*¹⁵, quando o governo usou suas forças para suprimir a oposição política. O massacre ocorreu dez dias antes da abertura das Olimpíadas de 1968. O chefe da Direção Federal de Segurança informou que 1.345 pessoas foram presas. Na época, o governo e os meios de comunicação no México alegaram que as forças do governo haviam sido provocadas por manifestantes que teriam atirado contra eles, mas documentos governamentais divulgados nos anos 2000 deflagram que franco-atiradores haviam sido empregados pelo governo na área e o número de mortos pode ter chegado a mais de 300 pessoas. De acordo com o periodista Max Altman (2012), da coluna *Opera Mundi*, na seção História:

O massacre teve início no início da noite, quando forças do exército e da polícia – equipadas com carros blindados e tanques – cercaram a praça e começaram a abrir fogo contra a multidão. Eles atingiram não só os manifestantes, mas também pessoas que se encontravam no local. A matança continuou noite adentro, com soldados efetuando operações de busca nas casas e apartamentos localizados junto à praça. Testemunhas destes acontecimentos afirmam ter visto mais tarde os corpos serem recolhidos por caminhões de lixo. Na explicação oficial, afirmava-se que provocadores armados misturados entre os manifestantes, colocados nos edifícios adjacentes à praça, tinham iniciado o confronto. Encontrando-se debaixo de fogo, as tropas teriam disparado em defesa (ALTMAN, 2012, p. 28).

O movimento estudantil do México, neste período, construía a sua referência, a partir dos movimentos guerrilheiros espalhados pela América Latina e pela própria efervescência de uma alternativa possível ao capitalismo que brotava em diversos territórios do mundo. Os estudantes incluíam em suas reivindicações maiores liberdades civis e a punição de casos de repressão policial. O governo mexicano acusava o movimento de influências estrangeiras comunistas. O *Massacre de Tlatelolco* é um acontecimento emblemático na história das lutas sociais e do movimento estudantil, que ainda carece de maior visibilidade e esclarecimentos públicos e legais do que foi ocorrido nesse período.

O movimento estudantil mexicano continua ativo e atuante em seu papel contestador e anuncia, para o século XXI, a continuidade de suas lutas. Nos anos de 1999 e 2000, iniciou-se uma longa greve estudantil, que protestava contra a tentativa de cobrança de mensalidade de alguns estudantes, colocando em risco a longa tradição de formação de qualidade e quase

¹⁵*La Guerra Sucia* refere-se a uma guerra interna entre o governo mexicano regido e os grupos guerrilheiros estudantis de esquerda, nos anos 1960 e 1970, em grande parte sob as presidências de Luis Echeverría e José López Portillo. A guerra suja do México caracterizou um conjunto de repressão política e militar para dissolver o movimento de oposição política e armada contra o Estado Mexicano. Esta guerra é um assunto pouco conhecido pela maior parte da população. Foi caracterizada por uma reação contra o movimento estudantil ativo, na década de 1960, que terminou no massacre de Tlatelolco, em uma manifestação estudantil, em 1968, na Cidade do México, na qual 30 a 300 (relatório oficial, fontes não governamentais afirmam que foram milhares) estudantes foram mortos. Durante a guerra, as forças do governo efetuaram desaparecimentos forçados, estimados em 1200, tortura sistemática, e prováveis execuções estratégicas.

gratuita da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), a maior universidade da América Latina, com mais de 230 mil estudantes de graduação e pós-graduação. Fruto deste processo, no ano 2000, o Auditório Justo Sierra, batizado como Auditório Che Guevara pelos estudantes, é ocupado pelos manifestantes, tornando-se a mais longa ocupação de um prédio universitário da história até 2017.

O século XXI traz consigo revoltas e rebeliões cunhadas pela juventude, em outros territórios da América Latina, como é o caso do Chile com a *Revolta dos Pinguins*¹⁶, movimento organizado pelo movimento estudantil secundarista, que mobilizou mais de 600 mil jovens, entre abril e junho de 2006 e entre setembro e outubro do mesmo ano. Tal movimentação representa a inquietação da juventude de diversos colégios, liceus e universidades chilenas, com a política educacional que vinha sendo pautada. Estima-se que mais de 100 entidades estudantis participaram da maior greve geral pela educação no dia 30 de maio, data histórica para as lutas sociais chilenas.

A pauta da ocupação dos espaços públicos e das instituições de ensino indicava a reivindicação de diversos pontos, como o transporte gratuito, a revogação da Lei Orgânica Constitucional de Educação (LOCE¹⁷) e o fim da municipalização do ensino, estudo e reformulação da Jornada Escolar Complementar (JEC), gratuidade da *Prueba de Selección Universitaria*¹⁸, o que significa, na prática, exigir a desmercantilização da educação, concebendo-a não como um serviço, mas como um direito. Vale lembrar que a LOCE foi imposta pela ditadura do general Pinochet, em 1990, permitindo a participação do setor privado na prestação de serviços educativos.

O professor Zibas (2008) chama a atenção para os impactos que as manifestações estudantis causaram nas estruturas do estado Chileno, já muito tempo ausente de manifestações política no país, além da instabilidade criada no governo representada pela seguida demissão de ministros da educação.

Outro elemento que chama a atenção nesse processo é a capacidade de organização e de adesão da juventude, em grandes assembleias, maciços eventos em espaços públicos, ocupação de escolas e universidades. Este conjunto de manifestações e atos públicos foram chamando a atenção da sociedade civil como um todo. A classe política e os partidos políticos tradicionais

¹⁶O nome a *Revolta dos Pinguins* tem referência aos uniformes utilizados pelos estudantes secundaristas, responsáveis pela maior parte da juventude que protagonizou os protestos no Chile pelo direito à educação pública.

¹⁷Último ato legislativo do Governo Pinochet - na véspera da entrega do poder aos civis - foi a homologação da LOCE. Com essa norma constitucional, a ditadura procurou tornar irreversível o sistema descentralizado e privatizado da educação, implantado por meio de decretos desde o início da década de 1980.

¹⁸ Prova de Seleção Universitária (tradução da autora).

foram descartados como sujeitos desse movimento. A revolta esboçou uma nova forma de fazer e construir a política democrática.

Todos esses movimentos recusaram delegar o poder a formas institucionalizadas de representação, que, embora presentes, tiveram de se submeter às formas mais diretas de democracia. Outro traço comum desses movimentos é a reivindicação de uma educação não mercantilizada, recolocando na agenda política a questão do público.

De forma a encontrar um caminho, um pacto pela educação, e acalmar os “nervos”, o governo promoveu inúmeras reuniões com os setores envolvidos, instituições, alunos, professores, famílias, sindicatos, órgãos privados. Porém, o documento final foi rejeitado por não haver consenso em todas as partes envolvidas.

Ao discordar dos encaminhamentos do Conselho Assessor Presidencial, os estudantes tentaram, em meados de 2007, nova mobilização. No entanto, o clima político já era outro, e dessa vez não houve condições de construção de um discurso unitário que sensibilizasse as diferentes correntes do setor estudantil. Além disso, como será discutido mais adiante, há indícios de que a repressão ao movimento já estava mais bem organizada, o que pode ter impedido a generalização dos novos protestos (ZIBAS, 2008, p. 2001).

A falta de unidade política, as disputas pela condução do movimento e as fortes repressões policiais foram fatores que ajudaram no enfraquecimento das lutas. O aparato repressivo já se encontrava muito bem organizado e apoiado pela mídia.

Mesmo com o fim das manifestações, Zibas (2008) relata que o saldo desse processo é importantíssimo para a reconstituição da democracia no Chile. Vinda de uma longa ditadura, traumatizada com a profunda violência, a sociedade chilena não havia ocupado as ruas desde os anos 1990, com a abertura política. Esse também pode ser um dos fatores de perplexidade do poder público e da sociedade como um todo, quando se depara com uma massa jovem em marcha pelo direito à educação pública. Muitos destes jovens obviamente não viveram os anos de chumbo, mas neste momento deram aula pública sobre direitos, cidadania e princípios democráticos para o conjunto da América Latina.

Os anos de 2010 a 2013 inauguram uma nova fase de contestação e ocupação dos espaços públicos. Fruto da crise capitalista de 2008, somada ao aumento dos bolsões de pobreza nas grandes metrópoles e aos níveis de vulnerabilidade e degradação na vida das cidades, eclode um conjunto de movimentações, manifestações, rebeliões, ocupações de espaços públicos, greves de massas por todos os continentes. O que se destaca, ainda, é a forte presença da juventude na organização e condução destas manifestações, mas agora com o auxílio também

das novas tecnologias. Assim, as redes sociais passam a ser a ferramenta da organização dos protestos.

As manifestações que ficaram conhecidas como a *Primavera Árabe* representam o conjunto de revoltas que aconteceram no Oriente Médio e no norte da África, a partir do ano de 2010, tendo como maiores motivações o agravamento das crises econômicas, o aprofundamento das desigualdades sociais e a derrubada de seus governos totalitários ditatoriais, que ainda ocupam boa parte do território Árabe. O território ou mundo árabe é composto por 21 estados, e os acontecimentos da *Primavera Árabe* repercutiram em diversos deles, como veremos adiante.

O início desse conjunto de revoltas começa em um evento na Tunísia, denominada a *Revolução de Jasmim*, que marcou o início de um conjunto de revoltas por diferentes países, quando um jovem de 23 anos ateou fogo em seu próprio corpo, em frente à assembleia legislativa, em um ato de desespero aos seguidos pagamentos de propina para a polícia. O ato desesperado deste jovem denunciava a falta de perspectiva no país. Esse gesto causou comoção e revolta por parte da população, comungando na renúncia do presidente Ben Ali Renunc, em janeiro de 2010, que ocupava o poder há mais de 23 anos, e abrindo um processo eleitoral no país. “A Revolução de Jasmim leva o crédito de ter inspirado outros países árabes no movimento denominado Primavera Árabe, sendo o Egito o primeiro a seguir seu caminho” (GOHN, 2014, p. 100).

No Egito, a presença marcante da juventude nos protestos representa a busca pela democracia e o fim dos regimes totalitários. As crises econômicas, o alinhamento político e econômico com os Estados Unidos, os escândalos de corrupção, a crise no transporte público, a falta de políticas públicas e de assistências básicas, o avanço da pobreza, o uso da violência por parte do governo para calar a população, foram alguns dos elementos que condicionaram a população e, em especial, a grande participação da juventude em manifestações pelo país. Segundo Bijos e Silva (2013), a juventude era o grupo etário que mais sentia os impactos da crise no Egito.

Segundo as autoras:

A impossibilidade de constituir família, devido às baixas condições dos jovens de sustentar seus próprios lares, forçando estes a viverem com os pais até a idade adulta, alcançando a independência muito mais tarde do que nos países ocidentais reverberava em irritação, constituindo o ápice dos problemas sociais pontuados na primeira seção deste tópico. O desemprego entre a juventude era um dado alarmante (convém lembrar que antes da revolução jovem, cerca de 90% dos desempregados estavam entre as faixas de 15 a 30 anos), sendo esta mais uma forma de exclusão dos jovens (BIJOS; SILVA, 2013, p. 64).

As mobilizações populares levaram à derrubada do ditador Mubarak, no poder há trinta anos. Após a derrubada do governo, organizou-se uma marcha via internet que contou com mais de 15 mil pessoas. “O grupo Anonymous¹⁹ deu apoio efetivo aos atos de protesto no Egito” (GOHN, 2013, p. 103).

Logo após, em 2013, o cenário político volta a ser centro de atenções. Um golpe de Estado derruba o presidente eleito em 2011. Uma polarização marca os protestos pelo Egito, demarcado por interesses da Irmandade Muçumana, da organização militar e de setores mais radicalizados.

Os levantes que dão início na Tunísia e logo após no Egito se espalharam pelos países do Norte da África – Argélia, Djibuti, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental, assim como nos países do Golfo Pérsico – Iêmen, Omã, Bahrein, incluindo Iraque, Jordânia, Síria e Palestina. Estes dois últimos países ainda estão sendo assolados por uma guerra civil.

A presença dos protestos na Europa atinge, em especial, a Grécia, Espanha e Alemanha. A Grécia chega numa condição difícil de seus conflitos sociais, em 2012. Sob intensos protestos, cerca de 100 mil pessoas tomam as ruas, protestando contra o pacote econômico do governo, que anunciava cortes de gastos públicos, aumento de impostos para a população e reformas estruturais, com o objetivo de estancar a dívida interna e externa que forçaria a saída da zona do euro.

As ruas e as praças de Atenas transformaram-se em palco de manifestações artísticas e de protesto. “Forte controle social impera, impedindo novas manifestações. A memória das manifestações na praça entre 2009 e 2011 ficou na história do povo grego e foi registrada em trabalho de resgate de grafites feitos nos muros da cidade na época” (GOHN, 2014, p. 108).

Os *Indignados da Espanha* foram os que mais atraíram atenção da mídia internacional. Cidades como Madri, Barcelona e Valência foram os principais locais de manifestações no país. Os manifestantes, em sua grande maioria, eram compostos por jovens que denunciavam o desemprego estrutural, a falta de perspectivas para o futuro, a necessidade de uma “democracia real” e uma postura “antissistema”, além das críticas de corrupção que escandalizavam o país.

¹⁹Os *Anonymous* consiste em um recurso simples: usam um programa de computador (por exemplo, o *Low Orbitation Canon*), que opera sobrecarregando o sistema de um dado site até retirá-lo do ar, a isso chamam invasão. Bancos, sites governamentais, agências de controle de cartão de crédito e de segurança e órgãos internacionais têm sido os alvos prediletos dos ativistas nas ações como *hackers*. Registra-se que o *Anonymous* teve duas fases – uma *pré-Primavera Árabe e Occupy*, e outra depois. Isto porque, em 2011, o grupo assumiu uma face mais politizada, uma militância política que se aliou ao ativismo da cibercultura (GOHN, 2014, p. 53).

O Movimento dos Indignados na Espanha ficou conhecido como 15M, referência à data de seu início - 15 de maio de 2011 -, quando uma convocatória feita por redes sociais reuniu milhares de pessoas em sessenta cidades espanholas; muitos deles ficaram acampados em praças públicas. Não foram os sindicatos ou os partidos que convocaram as manifestações, foram cidadãos ‘plugados em redes sociais’. Aliás, desde o início se fez crítica radical a todas as instituições do *establishment* - parlamento, partidos, sindicatos, empresas, igrejas e monarquia (GOHN, 2014, p. 109).

Houve forte repressão por parte da polícia, e as fotos e os vídeos denunciando a violência foram para as redes sociais, convocando a população para que resistissem pacificamente, além de atos com panelaço para denunciar a violência vinda do Estado.

O pano de fundo da crise era econômico, em 2008 o governo contribuiu com recursos para salvar banco e setores da economia. Veio uma onda de forte desemprego. O acesso ao crédito reduziu-se, a rolagem das dívidas do governo não foi mais possível, agências internacionais passaram a monitorar a economia. Corte e congelamento de salários, redução de benefícios trabalhistas e direitos sociais, demissões, aumento das tarifas, abandono de obras de infraestrutura, privatizações de serviços estatais etc. foram as respostas do governo (GOHN, 2014, p. 110).

O Movimento dos Indignados foi a resposta frente à crise do estado de bem-estar social na Espanha e sua política de austeridade. O próprio movimento, mais tarde, deu origem para a criação do Partido X, que se propunha a unir a polarização política do partido conservador e do partido socialista.

Na Alemanha, o palco de protestos foi a ocupação da praça Willy-Brandt Platz, na cidade de Frankfurt, no ano de 2011. O movimento, que ficou conhecido como *Occupy em Frankfurt*, denunciava os sistemas financeiros e os paraísos fiscais, sendo denominado uma ocupação antissistema. “O *Occupy Frankfurt* durou dez meses e, em agosto de 2012, foi esvaziado pela polícia, sob razões de problemas sanitários e de saúde pública. Cerca de 60 pessoas sobreviviam lá” (GOHN, 2014, p. 114).

A Turquia também vivenciou seus momentos de turbulência, quando o governo decidiu transformar o Parque Gezi, em Istambul - considerado o maior parque verde, pulmão da cidade - em um grande *shopping center*. A intenção do governo gerou protestos e manifestações em Istambul. “No início os protestos de 2013 na praça eram protestos ambientais pacíficos, encabeçado por 50 ambientalistas em defesa do Parque Gezi” (GOHN, 2014, p. 116).

Porém, o movimento passa a ganhar força e outras pautas somam-se e ganham visibilidade. As questões do Parque Gezi fazem parte de um projeto muito maior de transformação do tecido urbano, que, por exemplo, passaram a deslocar moradores tradicionais de áreas centrais para as periferias, além de uma série de privatizações dos espaços urbanos.

Com esse processo, desde 2005, um movimento pelo direito a cidade, inicialmente construído por profissionais ligados à temática urbana e às pessoas afetadas pelas remoções, foi ganhando apoio e momentos, até que em maio explodiu a ocupação da Praça Taksim (GOHN, 2014, p. 1188).

Os protestos, em Istambul, aglutinaram pessoas de diversas classes sociais, que enfrentavam a polícia em marchas pelas ruas, formadas majoritariamente por jovens. Os conflitos com a polícia eram cotidianos e violentos, chegando a 04 mortos e mais de 800 feridos. O próprio Parque Gazi foi desocupado com jatos d'água contra os manifestantes. Mesmo após todos estes momentos de violência vividos pelos manifestantes e a própria desocupação do parque, o espaço tornou-se um espaço de resistência da cidade de Istambul.

Na América do Norte, teremos dois movimentos importantes no movimento de massa e na organização da luta da juventude. O primeiro é a *Marcha das Vadias*, em abril de 2011, em Toronto no Canadá. Este movimento, que teve seu início no Canadá, rapidamente espalhou-se pelo mundo todo. A *Marcha das Vadias* corresponde a um conjunto de atos públicos contra a cultura do estupro e a culpabilização das mulheres que são vítimas de abuso. Os atos eram organizados em formas de protestos contra o machismo e o patriarcado. As mulheres, durante a marcha, usam não só roupas cotidianas, mas também roupas consideradas de mulheres *vadias*, como blusas transparentes, lingerie, saias, salto alto ou apenas o sutiã.

As manifestações começaram depois de um conjunto de casos de abuso sexual com mulheres na Universidade de Toronto. O movimento cresceu e ganhou visibilidade entre feministas, que passaram a organizar em suas cidades a *Marcha das Vadias*. As pautas eram: liberdade sexual, “*meu corpo minhas regras*”, “*não é não*”, e tantos outros *slogans* tomavam conta dos cartazes das manifestantes.

O segundo acontecimento importante é nos Estados Unidos. O movimento *Occupy Wall Street*, iniciado em setembro de 2011, na cidade de Nova Iorque, denunciava o capitalismo financeiro e os poderes dos agentes financeiros. A própria crise econômica de 2008, nos Estados Unidos, que levaram milhões de norte-americanos a terem suas casas tomadas pelos bancos por dívidas impagáveis, geraram a maior crise imobiliária do país. Fatores como a queda do padrão de consumo, o aumento do desemprego e o subemprego e a própria financeirização da economia, explicam a crise e a onda de protestos e ocupação de *Wall Street*, considerado o coração do capital financeiro do mundo.

As pautas do protesto incluíam o repúdio ao desemprego, às desigualdades sociais, à insaciável busca de lucros pelas corporações financeiras, à corrupção, à condenação dos lobistas que defendem interesses privados junto ao poder público etc. Buscava-se além das denúncias contra o sistema financeiro, levar bandeiras de campanha em prol de cooperativas de crédito (GOHN, 2014, p. 126).

No começo, as ocupações foram convocadas a partir das mídias sociais e sua grande maioria era composta por jovens da classe média e brancos.

Depois o grupo se diversificou. Moradores de rua, sem-teto, hippies aderiram ao movimento, assim como alguns sindicatos, imigrantes, veteranos de guerra, jovens desencantados, grafiteiros, estudantes e professores universitários e alguns profissionais liberais e funcionários do setor da saúde (GOHN, 2014, p. 127).

O movimento foi ganhando visibilidade e passou a se espalhar rapidamente por outras cidades dos Estados Unidos, num total de 147 cidades em 45 estados. A experiência das ocupações, ou *occupy*, espalharam-se por 900 cidades no mundo, em 82 países, como foi o exemplo alemão e espanhol, como do próprio contexto brasileiro da ocupação de escolas públicas e universidades federais. Construíram-se ocupações de diversas naturezas, todas com o auxílio das redes sociais e com a presença marcante da juventude.

O centro de gravitação desse movimento são os desempregados, estudantes, semiempregados, juventude desempregada, membros precários da classe média. É um conglomerado de grupos de diferentes vivendo em um estado de precariedade porque foram excluídos da chance de ter uma posição estável de exploração (GOHN, 2014, p. 129).

A *Occupy Wall Street* gerou ainda um conjunto de outros eventos de natureza artística como: grafites, documentários, exposições etc. As máscaras sorridentes e de cavanhaque, que acompanham o cenário místico do movimento dos *Anonymous*, foram inspirados nas ocupações de Nova Iorque. Em 2016, na França, suas praças foram ocupadas por jovens e trabalhadores contra a reforma trabalhista de Hollande, no chamado movimento “Nuit Debout” ou “Noites de pé”.

A *Primavera Feminista* foi um movimento que teve início na Argentina, com a campanha “Ni Una Menos”, e que se espalhou por diversos países ao redor do mundo, com destaque para as mobilizações na América Latina, em países como Brasil, Chile, Uruguai e Peru. Parte de uma das bandeiras da luta feminista é a legalização do aborto. As mulheres tomam as ruas, reivindicando o direito a decidir sobre suas vidas, sobre seus corpos. Toda essa organização tem a presença fundamental da juventude como agente mobilizador. A vitória no Congresso Nacional da Argentina pela legalização do aborto é resultado de um potente movimento de mulheres, que aglutinam forças e abrem caminhos para importantes transformações na luta feminista na América Latina.

Não são poucas as lutas sociais travadas com a presença da juventude ao longo da história, tratamos de levantar aqui algumas delas, com o intuito de demonstrar o quanto

interligados e conectados os problemas do *sociometabolismo*²⁰ do capital se encontram. Pode-se afirmar que os grupos juvenis sempre estiveram presentes nos principais eventos, sejam eles na luta por direitos elementares, ou na busca de transformações mais profundas da sociedade. Para alguns, sua presença foi fundamental; para outros, seu protagonismo foi determinante.

O fato é que em todos estes processos de contestação da ordem social, há sempre a presença da violência e da repressão por parte do Estado, enquanto mecanismos de *silenciamento* de uma possível mudança de paradigmas ou, até mesmo, propostas de pequenas reformas por dentro do Estado burguês.

É importante observar que o século XXI está marcado pela insurgência de algumas importantes mudanças no cenário das lutas sociais travadas pela juventude. Os movimentos da juventude sentem os efeitos das crises estrutural do capital e da devastação da globalização, da intensificação da superexploração, do capital financeiro e fictício, do desemprego estrutural, do subemprego e das terceirizações, da péssima qualidade dos serviços públicos, das cidades sendo entregues para os interesses dos capitais privados, cidades onde imperam as desigualdades sociais e aumentam os bolsões de pobreza. O desmonte dos direitos elementares e a falta de perspectiva, principalmente por parte da juventude, deflagram um conjunto de indignados que provocam manifestações por todo o mundo.

Esses conjuntos de manifestações apresentam similaridades e conexões – o debate do direito ao acesso do que é público, a ocupação dos espaços públicos, das praças, das ruas, das escolas e das universidades – expressam a condição de vida nas cidades e suas privações. Ou seja, a precarização da vida e a negação do direito à cidade como um bem público e universal.

Há uma nova forma de comunicação e interlocução entre os jovens: a utilização das mídias sociais ganha centralidade nas lutas sociais do nosso século. Elas passam a ser ferramentas de auxílio para a organização de atos, assembleias, denúncias de violência, divulgação de conteúdos políticos e propagação de informações.

É importante ressaltar que todos os movimentos de massa aqui apresentados não correspondem a uma homogeneidade das relações. Pelo contrário, os movimentos da juventude, na atualidade, são cada vez mais heterogêneos, pluriclassistas e pluri-ideológicos. Mas em sua diversidade de relações e contestações, eles ganham a unidade em suas lutas antissistêmicas.

²⁰Segundo o autor István Mészáros, entendemos por sociometabolismo do capital um conjunto de estruturas totalizantes e orgânicas, que constituem os elementos da condição capitalista de existência, de controle e de manutenção de sua ordem.

Todas estas ocupações, marchas e movimentos de massa representam, também, uma juventude indignada que desestabiliza seus governos, ganha visibilidade na grande imprensa nacional e internacional, provoca o debate no interior da sociedade, convoca a população a pensar sobre os padrões e normas sociais e escancara a precariedade da vida e da natureza sob a ofensiva neoliberalista. O movimento da juventude constrói, na atualidade, uma forma de ser e estar no mundo, com relações próprias, com as configurações de seu tempo, e no desenvolvimento de seus processos educativos de construir alternativas, através da luta sociais, para a construção de novas formas de sociabilidade. No capítulo que se segue, buscamos aprofundar as perspectivas aqui levantadas, alicerçadas mais especificamente em nosso cenário nacional, em conexão com a totalidade das lutas sociais espalhadas pelo globo.

3 AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL E A PRESENÇA DA JUVENTUDE

A formação social brasileira, que encontra na América Latina traços particulares de um capitalismo dependente, se constitui em um histórico de violência contra os povos originários, de uma estrutura escravocrata, de superexploração da força de trabalho, de saqueio dos recursos naturais, e da exploração da terra. Dentro desta perspectiva, entende-se a América Latina como a periferia do mundo, ou como o quintal das grandes potências imperialistas. A partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência, observam-se a dependência, o subdesenvolvimento e a superexploração como as marcas do tipo de capitalismo próprio às necessidades totalizantes de sua condição de imposição, como elementos da nossa formação social, econômica, política e cultural.

A dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional. O subdesenvolvimento e o desenvolvimento entendidos como processos indissociáveis e necessários para a evolução internacional do modo de produção capitalista. [...] A superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo, quando o mesmo mecanismo se caracteriza pela centralização do poder nas mãos dos grandes mandatários do capital, proveniente das economias tecnologicamente mais desenvolvidas (TRANSPADINI; STEDILE, 2005, p. 33-34).

O capitalismo, na América Latina, é o resultado de um desenvolvimento econômico dependente das grandes potências mundiais, na garantia e na permanência do seu modo de acumulação de riqueza, que passa pela superexploração dos trabalhadores, que sustentam essa esfera de acumulação em escala global. Em um território de tantas riquezas, como é o caso brasileiro, com mão de obra abundante, estruturas organizativas da classe trabalhadora bastante frágeis, e com uma burguesia nacional associada aos interesses da burguesia imperialista, tem como resultado uma relação violenta do capitalismo dependente de subordinação.

Mesmo evidenciando esses traços, de um capitalismo altamente subserviente, a história da formação social brasileira também é história dos povos em luta. O conjunto de lutas sociais, na América Latina, se expressa como forma de garantia de direitos e também como exercício da elevação da consciência da classe trabalhadora sobre os seus direitos.

A seguir, trataremos de trabalhar algumas destas lutas no Brasil, nas quais a presença da juventude também se constituiu enquanto parte importante, compreendendo alguns dos acúmulos possíveis, avanços, recuos e desafios, suas referências na totalidade do movimento político, nas tensões do capitalismo mundializado, nas referências políticas e organizativas, e na construção de métodos e metodologias de sua própria trajetória.

A expressão da juventude, seja organizada ou em movimentos espontâneos, esteve presente, juntamente com os demais seguimentos, principalmente da classe trabalhadora, em diversos fatos históricos importantíssimos na construção da nossa formação social, como: a *Coluna Prestes*, *Intentona Comunista*, *Ligas Camponesas*, a campanha *O Petróleo é Nosso*, *Campanha da Legalidade*, *Centros Populares de Cultura*, as *Greves do ABC Paulista*, entre tantas outras.

Neste capítulo, trataremos de apresentar os movimentos que a juventude integra, principalmente a partir dos anos 1960 até os nossos dias, com o intuito de demonstrar a importância do movimento estudantil e da ação da juventude no conjunto dos processos políticos travados, principalmente a partir da Ditadura Civil, Militar e Empresarial. Mas tendo a certeza de que a juventude, enquanto categoria social, sempre esteve presente no cenário das lutas sociais, ao longo da história.

Os anos 60, no Brasil, inauguram uma nova fase em nossa história. A efervescência das revoluções na América Latina, a ampliação dos movimentos sociais populares, associações comunitárias de bairros, comunidades eclesiais de base, ampliação dos grupos sindicais, das greves operárias, os movimentos de *contracultura*, a busca por reformas do Estado na direção da melhoria da condição de vida do povo, são a força que movem a juventude e diversos setores, na organização de um processo revolucionário para o Brasil. Mas que também representaram um forte controle social por parte do Estado, a fim de barrar qualquer possibilidade de ascensão das massas. A saída foi um conjunto de ações violentas que culminaram no Golpe Civil, Militar e Empresarial (1964-1985).

A juventude, principalmente a juventude organizada nos movimentos estudantis, foi uma das principais forças contra a ditadura. Por este motivo, os jovens foram perseguidos²¹,

²¹“Decreto Aragão”, nome pelo qual ficou conhecido entre os estudantes o Decreto-Lei nº. 228, de 28 de fev. de 1967, devido ao nome do ministro da educação que o promoveu: Raimundo Muniz de Aragão. Este Decreto alterava dispositivos da Lei nº. 4.464/64 (Lei Suplicy), tornando ainda mais rígido o controle das atividades estudantis. Estipulava a pena de 30 dias de suspensão para estudantes que não votassem nas eleições para os diretórios acadêmicos, a não ser que comprovassem doença ou "motivo de força maior". Diante da insistência dos diretórios acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes em promover "manifestações ou propaganda de caráter político-partidário" e de "incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares", o decreto-lei determinava que as entidades que assim procedessem fossem suspensas ou dissolvidas. Estas penas recairiam, também, sobre as entidades que não se adaptassem aos termos das leis citadas. Se a suspensão fosse de 90 dias, as entidades seriam automaticamente dissolvidas e suas sedes, no interior das faculdades ou universidades, reavidas pelas diretorias e reitorias, assim como os recursos materiais postos à sua disposição. O decreto-lei também extinguiu as entidades estudantis, mesmo as previstas pela Lei Suplicy. No lugar do Diretório Nacional de Estudantes, previsto por ela, criava a Conferência Nacional do Estudante Universitário, convocada pelo ministro da Educação, a se reunir uma vez por ano, durante uma semana. Sua finalidade seria “o exame e o debate objetivo de problemas universitários para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial”. Essa conferência não foi convocada uma só vez. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-aragao-educacao>>. Acesso em: 30 de mai. de 2022.

desaparecidos, torturados e assassinados. Além disso, eles tiveram suas sedes e entidades depredadas, incendiadas, até que a lei Suplicy Lacerda²² colocou um conjunto de organizações na clandestinidade.

O ano de 68 foi marcado por muitas manifestações nas ruas do país, em protesto contra a Ditadura Civil, Militar e Empresarial. A juventude era, em sua maioria, a responsável pelas manifestações, alicerçada por um sentimento de esperança em derrotar o regime nas ruas. As pautas da liberdade, da contracultura, das aspirações de um mundo novo, norteavam suas ações. Três acontecimentos importantes marcam esse ano: a execução pela polícia militar do estudante secundarista Edison Luis de Lima Souto no Calabouso²³; a passeata dos 100 mil; e o congresso da Une em Ibiúna. Ambos os acontecimentos foram liderados pela juventude estudantil, que ganhou a adesão de demais setores da sociedade, como os pais, os professores, os funcionários públicos, os sindicalistas, os partidos de esquerda e a classe artística.

“Maio de 68”, na França, já relatado no capítulo anterior, foi o ano que balançou o mundo. Também corresponde a um importante momento de luta coletiva contra a ofensiva capitalista no Brasil. Vários são os elementos que circundam essa questão, como os baixos salários, a intensificação da força de trabalho e as longas jornadas, as guerras espalhadas pelo mundo, a mudança do padrão cultural, o anseio pela liberdade em suas múltiplas dimensões, o avanço do pensamento comunista e as experiências das revoluções socialistas, que encorajam, principalmente, a juventude a tomar as ruas.

Neste período, a juventude, no Brasil, encontra-se desafiada a dialogar com a sociedade sobre questões importantes. O direito ao prazer, o direito a um futuro com dignidade, à liberação das drogas, à ampliação do entendimento da cultura e dos movimentos de contracultura, como a *psicodelia*, entre outros, são algumas das pautas que colocam, em sua centralidade, a reavaliação dos costumes sociais e da presença do conservadorismo.

O ano de 68, no Brasil, encerra com o mais duro de todos os Atos Institucionais, o AI - 5, que correspondeu à cassação dos direitos políticos e civis, à censura na arte e nos meios de comunicação, à ilegalidade de um conjunto de organizações sociais, à suspensão do *habeas corpus* por crimes de motivação política, entre outros. A figura do presidente passa a intervir diretamente nos estados e municípios. Sua primeira medida foi o fechamento do Congresso Nacional.

²²A Lei 4.464 foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo general presidente Castelo Branco, em 09 de novembro de 1964. Conhecida como Lei Suplicy, a Lei 4.464 significou a revogação do livre direito de organização e manifestação para o movimento estudantil - medida que já tinha atingido os trabalhadores com o banimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Lei Antigreve.

²³Restaurante no centro do Rio de Janeiro e ponto de encontro dos estudantes organizados na UNE.

A restrição das liberdades e as fortes repressões e perseguições desse momento histórico provocam a intensificação da resistência daqueles que lutam contra o regime autoritário. Um conjunto de movimentos de guerrilhas, constituídos quase que majoritariamente por jovens, espalham-se no território nacional. São eles: *A Guerrilha do Araguaia*, *Aliança Nacional Libertadora*, *Vanguarda Armada Revolucionária Palmares* e *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*.

A *Guerrilha do Araguaia* ou a *Força Guerrilheira do Araguaia* corresponde a uma das organizações que se colocam em confronto à ordem opressora da Ditadura. A Guerrilha do Araguaia, criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), representa a organização de um conjunto de estudantes secundaristas e universitários, em sua maioria, organizados em torno da União da Juventude Patriótica (UJP), considerada um braço juvenil do partido. A partir das inspirações das guerrilhas vitoriosas, em Cuba e China, organizam, ao longo da extensão do Rio Araguaia, a experiência da construção de uma guerrilha, com o objetivo de combater o regime e instaurar uma revolta popular, contando com mais de 80 guerrilheiros espalhados em locais estratégicos de pequenas cidades e territórios rurais. Assim como na experiência da guerrilha chinesa, a estratégia pautava-se pela construção de uma guerrilha prolongada e permanente, que partisse, principalmente, do recrutamento de camponeses pobres. Os anos de 72 a 74 foram marcados por confrontos entre os guerrilheiros e as forças armadas, na *operação papagaio*, com a intenção de desmobilizar e exterminar qualquer tipo de guerrilha. Estima-se que mais de 50 guerrilheiros foram mortos, e muitos ainda se encontram desaparecidos.

A *Ação Libertadora Nacional* (ALN) tinha a proposta de uma ação objetiva e imediata de aniquilamento do regime militar, defendendo a luta armada, a guerrilha e a guerra popular como instrumentos de ação política. Constituída como uma guerrilha urbana, e tendo como seu maior líder Carlos Marighella, sua estratégia pautava-se nas expropriações, como assaltos a bancos. A maioria de seus militantes eram estudantes que formavam a linha de frente da organização. Dos quatro sequestros de diplomatas, realizados na história do país, a ALN participou da execução de dois. O primeiro, junto com o MR-8, foi o do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, que conseguiu a libertação de 15 presos políticos, além de conquistar grande destaque na imprensa, divulgando a sigla da organização e a ideia da luta armada. O segundo sequestro foi o do embaixador alemão, Ehrefried Von Holleben, que libertou 44 presos políticos. Após o assassinato de Marighella, em uma emboscada em 1969, e um conjunto de perseguições, torturas e executados, a ALN 1974 já não conseguia aglutinar e organizar uma ação revolucionária.

A *Vanguarda Armada Revolucionária Palmares*, liderada por Carlos Lamarca, tinha seu nome em homenagem ao maior quilombo, no período da escravidão/escravização no Brasil. Formada por estudantes universitários, sua estratégia era a organização de uma guerrilha urbana de ação direta. Uma das ações mais conhecida da organização foi o "roubo" do "cofre do Adhemar", cardiologista e secretário do governador de São Paulo. No cofre continha pouco mais de 2,5 milhões de dólares em espécie, fruto de desvios e escândalos de corrupção. Dentre os militantes que compunham a VAR - Palmares, destaca-se a ex-presidente Dilma Rousseff. Na ocasião do assalto, o movimento emitiu o comunicado que o dinheiro que havia sido roubado do povo a ele seria devolvido.

No mesmo caminho, temos o *Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR8*. O nome do movimento faz menção à data em que Ernesto Che Guevara foi capturado da Bolívia. O movimento guerrilheiro foi constituído a partir de estudantes universitários da cidade de Niterói/ RJ. Tornou-se nacional e internacionalmente conhecido pelo seu papel preponderante no sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, realizado em conjunto com a Ação Libertadora Nacional (ALN), de São Paulo. A ação foi realizada, em princípio, para libertar o líder estudantil Vladimir Palmeira, principal liderança do MR-8, preso desde o ano anterior. Um de seus militantes, que acabou ganhando visibilidade nacional e internacional, foi o estudante Stuart Angel Jones, filho da estilista Zuzu Angel, que passou a fazer uma campanha internacional pelo direito de poder sepultar seu filho.

Embora ainda possa haver um maior número de grupos guerrilheiros que aqui não foram citados, nosso interesse é o de demonstrar o quanto havia não só resistência nesse período, mas um conjunto de organizações que pautavam a construção de uma nova ordem social pela via da luta armada e que, em sua grande maioria, eram jovens oriundos, principalmente, dos meios universitários.

É importante demarcar que, durante a Ditadura Civil, Militar e Empresarial, constituiu-se uma organização paramilitar, anticomunista e de extrema direita, atuante, composta por jovens estudantes, policiais e intelectuais favoráveis ao regime militar, sobretudo, nos anos 1960. O *Comando de Caça aos Comunistas - CCC* foi responsável por difundir o medo ao comunismo, a instigar o ódio da população aos militantes de esquerda, além de cometer diversos atentados contra instituições ligadas a setores contra o regime e perseguir e torturar militantes. O CCC contava com mais de 5 mil integrantes, a maioria composta por estudantes universitários

que tinham entre suas tarefas infiltrar-se no movimento estudantil e agir como delatores. A maior ação do CCC foi o episódio que ficou conhecido como “A Batalha da Maria Antônia”²⁴.

Já na década de 1980, assim como em outros regimes militares latino-americanos, a ditadura brasileira entrou em profunda decadência, quando o governo não conseguiu mais estimular a economia, sendo que o *Milagre do Brasil* (BOAL, 1979) não estava mais dando certo. Controlar a hiperinflação e os níveis crescentes do empobrecimento da população acabou por enfraquecer o projeto da ditadura, o que impulsiona o debate sobre a redemocratização do país com o conjunto da população. Após 21 anos sem eleições diretas para presidente, um novo cenário se constrói no país.

As *Diretas Já*, no ano de 1985, representam a movimentação do conjunto da população brasileira, que reivindicava a escolha de seus dirigentes. Neste momento, mesmo com a presença da repressão, o movimento pela liberdade não retrocede e os manifestantes intensificam os protestos por eleições diretas. O movimento de massa em formação, aos poucos, vai elevando sua capacidade de reflexão sobre a conjuntura do país. Assim, no dia 25 de abril, em São Paulo, mais de 1,5 milhões de pessoas reuniram-se para declarar apoio ao *Movimento das Diretas Já*. As forças da ditadura já não conseguiam vencer os níveis de rejeição e nem o movimento de contestação e mudança que vinham das ruas, exigindo a redemocratização do país.

O processo de redemocratização passou pela lei da anistia (nem ampla, nem geral, nem irrestrita, em 1979) e a volta dos exilados culminou com a volta do poder civil, em 1985, na aprovação de uma nova Constituição Federal de 1988 e com a realização das eleições diretas para Presidente da República, em 1989. A juventude teve um papel fundamental na eleição de Tancredo Neves para presidente. Neste mesmo ano, a juventude e suas entidades representativas conquistaram a aprovação da Lei do Grêmio Livre, que garantiu a reabertura dos grêmios estudantis e diretórios acadêmicos nas escolas e universidades do país. Em 1988, a juventude, mediante suas lutas organizadas, conquista o direito ao voto para os jovens de 16 e 17 anos, já para as eleições de 1989.

²⁴Violento confronto que ocorreu entre 02 e 03 de outubro de 1968, quando alunos da Faculdade de Filosofia da USP (considerada como um reduto da esquerda política) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (tida como reduto da direita) travaram uma verdadeira batalha campal na Rua Maria Antônia, em São Paulo. No dia 03 de outubro, o prédio da Faculdade de Filosofia da USP foi incendiado, e um jovem secundarista, José Carlos Guimarães, de 20 anos, morreu, atingido por uma bala na cabeça. Três outros estudantes foram baleados e houve dezenas de feridos, alguns gravemente queimados com ácido sulfúrico. À noite, o teto do prédio da Faculdade de Filosofia desabou.

A partir dos anos 90, inicia um novo momento das lutas da juventude. O movimento que ficou conhecido como *Os Caras-Pintadas*²⁵ tornou-se um dos principais personagens das mobilizações pelo *Fora Collor*, que, em 1992, arrastou multidões pelo país, após o presidente Fernando Collor de Mello envolver-se em escândalos de corrupção, devido ao congelamento de contas bancárias e pela alta da inflação. A juventude é a maioria daqueles que compõem o movimento de massa e exige a saída imediata do presidente do cargo. Neste momento, é importante ressaltar a importância da UNE e UBES, que reaparecem com força, depois de um longo processo de clandestinidade e sufocamento do poder organizativo de suas entidades. A mídia teve um papel central nesse processo, divulgando, apoiando e incentivando a tomada das ruas.

A partir de 1994, a instabilidade política do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso e o agravamento da dívida externa, provocados também pelo projeto do neoliberalismo avançando em nosso país, geram o debate do movimento estudantil contra o neoliberalismo e contra a privatização do patrimônio nacional em curso. As organizações estudantis posicionam-se contra a mercantilização da educação, promovida pela gestão FHC. Durante seu governo, foram privilegiadas as instituições particulares de ensino, com o sucateamento das universidades públicas e o atrito constante com professores, funcionários e estudantes das Universidades Federais de todo o país.

Os anos 2000 correspondem a um embrião de esperança do conjunto dos setores populares e do campo da esquerda brasileira. A chegada na presidência do então metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) representa a ascensão de um representante da classe trabalhadora ao governo. É importante ressaltar que a juventude e as representações estudantis tiveram papel fundamental no apoio à campanha de Lula.

O movimento estudantil e o conjunto de organizações da juventude, neste período, passam por um longo período de descenso dos movimentos de massa. As consolidadas entidades de representação estudantil voltam-se para a sua construção interna, como mobilizações para a construção das grandes Bienais, que valorizam áreas como a cultura, ciência e tecnologia e esporte. O processo de reintegração do terreno da UNE, onde se encontrava seu prédio histórico incendiado e demolido na Ditadura Civil, Militar e Empresarial, tem sua retomada no governo Lula. Sua ocupação garantiu a inauguração e as obras de reconstrução do prédio. Além disso, as entidades passam a organizar grupos identitários como o movimento de estudantes negros, mulheres, gays, lésbicas, entre outros grupos.

²⁵O movimento teve esse nome em referência aos estudantes que pintavam os rostos de verde e amarelo e vestiam preto em sinal de luto contra a corrupção.

Neste milênio, a juventude brasileira, somada ao conjunto de manifestações ocorridas por todo o mundo, recoloca na agenda das lutas sociais do país o movimento de massa em protestos pelas condições de vida da população e os projetos de nação em curso.

O movimento que ficou conhecido como *Jornadas de Junho 2013* tem como sua motivação inicial a redução da tarifa do transporte público, encabeçada pelo *Movimento Passe Livre*²⁶. A pauta é assumida, principalmente, por estudantes universitários e estudantes secundaristas; em seguida, massifica-se num protesto em relação à forte repressão policial, ampliando a sua pauta pelos mais diversos direitos sociais. Segundo Menegozzo (2017, p. 295), “conquistada a reivindicação inicial, as ações repercutiram em atos descentralizados, com pautas e composição de classe as mais diversas, atingindo no final de junho 430 municípios e recebendo o apoio de 75% dos brasileiros”. As Jornadas provocaram um turbilhão de acontecimentos na conjuntura, como a ampla cobertura televisiva. Dessa forma, a mídia como um todo volta-se ao fenômeno que acontecia nas ruas, ocasionando também que muitos canais de mídia independente²⁷ surgissem nesse período. Os movimentos sociais populares, os partidos políticos e as frentes sindicais em alguns estados perdem a condução do processo dos atos. Há uma forte tendência em criminalizar os partidos de esquerda, exigindo que esses baixassem suas bandeiras. É neste momento que cresce a presença da direita e de sua interferência²⁸.

²⁶“Movimento Passe Livre (MPL) – apartidário, mas de esquerda – e integrado por jovens secundaristas e universitários, os atos contaram com apoio da esquerda, incluída aí não apenas a oposição de esquerda, mas também setores da base do governo na época. Este impulso encarna o descontentamento de setores médios radicalizados – em parte excluídos da coalizão do atual governo. Encarna também expectativas quanto ao avanço de reforma estruturais, suscitadas com a vitória de Lula, em 2002. Manifestações deste impulso já haviam sido sentidas em inúmeros atos pela redução das tarifas do transporte, ocorridos no país desde 2003 (MENEGOZZO, 2017, p. 296).

²⁷Uma das mídias alternativas que emerge desse processo é a Mídia Ninja, hoje responsável por boa parte da cobertura dos acontecimentos políticos do país. Segundo a página da Mídia Ninja na web: “A Mídia NINJA foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho que reuniram milhões nas ruas do Brasil. À ocasião realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos, com múltiplos pontos de vista invisíveis na mídia tradicional. Em 2016 foi uma das principais iniciativas de resistência na luta pelo fortalecimento da democracia em meio à instabilidade política. Hoje a rede engaja mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas diretamente envolvidas com o suporte de casas coletivas pelo Brasil. Em 2013, ganhou o *Shorty Awards for our Social Media Profile*” Disponível em: < <http://midianinja.org/quem-somos/>>. Acesso em: 12 de mai. de 2021.

²⁸Um dos movimentos da direita que se constrói desse processo é o Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL é um movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico e o republicanismo, ativo desde 2014. Formado, em sua maioria, por jovens com menos de trinta anos, seus integrantes, Kim Kataguiré e Fernando Holiday, atualmente, cumprem mandato de deputado federal e deputado estadual. Segundo sua página no Facebook, que possui mais de 3,4 mil seguidores, o movimento define-se como: “O MBL – Movimento Brasil Livre – é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia”. A mesma rede social informa que a data de criação da página é de 17 de junho de 2013, curiosamente o mesmo dia em que há o ponto alto das manifestações pelo país. Em São Paulo, neste dia, há o registro de mais de 70 mil manifestantes ocupando a Avenida Paulista.

Neste segundo momento das manifestações, entra em cena ampla parcela da juventude escolarizada, alargando a pauta e tornando-a cada vez mais difusa. É nesse momento que manifestações moralistas, nacionalistas e antipartidárias ganham maior espaço, reforçadas pela mídia. Neste período, há maior expressão dos setores médios. Outro fator importante que emerge com mais força é a presença da tática *Black Blocs*²⁹, de um conjunto de jovens que optam pela ação direta de escracho às instituições públicas, seguimentos religiosos, agências bancárias, containers de lixo, entre outros, provocando reações diversas e divergentes dos manifestantes.

A última fase das Jornadas e de maior número é a aderência dos setores mais empobrecidos, daqueles que mais sofrem com a violência dos centros urbanos, provocados pelas reivindicações de ampliação das políticas públicas. Menegozzo (2017, p. 297) afirma que “revoltados com a polícia – tal como os jovens de classe média – se mostraram mais suscetíveis à violência, protagonizando depredação e enfrentamento com a esquerda organizada” (neste caso, incitados pela extrema-direita, diluída nas manifestações). Neste momento, o debate em relação às obras da Copa do Mundo e à realização dos megaeventos esportivos somam-se às pautas de indignação da população. Cartazes com frases como “Não precisamos de estádios, precisamos de hospitais”, “Vem, vamos pra rua que a rua é a maior arquibancada do Brasil” representam a insatisfação da população em relação aos gastos públicos e da precariedade da vida, além de acontecimentos como despejos/remoções para a construção das grandes obras.

A copa do capital expressou as grandes contradições das quais vivemos, com a realização de obras arquitetônicas no “Padrão FIFA”, onde somente circulavam a classe média e alta branca. Os pobres e os negros participaram somente da construção desta riqueza, como expressa Antunes (2018, p. 247):

Os que construíram esse país nestas últimas duas décadas foram excluídos não somente da plateia dos jogos, mas também do entorno do estádio, já que o comércio oficial da copa expulsou a população que poderia se beneficiar da oportunidade: os camelôs, o pequeno comércio ambulante, essencial para a sobrevivência de muitas pessoas, foram impedidos de circular, a fim de ceder espaço somente aqueles determinados pela FIFA.

²⁹A tática *Black Blocs* surgiu na Alemanha, nos anos 1980, como tática utilizada por autonomistas e anarquistas para defender os *squats* (ocupações) contra a ação da polícia e os ataques de grupos neonazistas. Posteriormente, suas atividades ganharam atenção da mídia fora da Europa, durante as manifestações contra o encontro da OMC, em Seattle, em 1999, quando grupos mascarados destruíram achadas de lojas e escritórios do *McDonald's*, da *Starbucks*, da *Fidelity Investments* e outras instalações de grandes empresas.

Estas relações permitiram que a população compreendesse os nexos que produziam o conteúdo dos megaeventos esportivos e produzissem por si uma “copa das rebeliões” pelas ruas do país. Antunes (2018) corrobora, quando argumenta que a população não suporta mais o descaso com o bem público, o cotidiano do transporte precarizado e privatizado, as enormes filas para o atendimento à saúde, o ensino público defasado e abandonado. “A população, portanto, parece próxima de seu ponto de saturação e esgotamento, causados por essa mercadorização da *res publica*, tipicamente neoliberal” (ANTUNES, 2018, p. 246).

É nesse conjunto de protestos que a periferia passa a compor os acontecimentos das Jornadas. A juventude periférica propõe o “Rolezinho”³⁰, enquanto forma de anunciar seu lugar no mundo e os lugares onde esta mesma juventude não é permitida de ocupar.

As manifestações nas ruas expressam a correlação de força que está em jogo. Antunes (2018) corrobora na análise, quando traz à tona a conjuntura, demonstrando que o avanço da ofensiva neoliberal, desde os anos 1990, com o desenvolvimento de capitais financeirizados e mundializados, sedimentados em privatizações, superávit primário e desregulamentação de capitais, tentos os grandes capitais como prioritários no jogo comercial, causam profundo mal-estar na população. A indignação e a tomada das ruas denunciam a negação dos direitos elementares, sobre o que trazemos a centralidade do direito à cidade em sua totalidade. As denúncias das ruas expressam a incapacidade das nossas cidades em promover a qualidade de vida para aqueles que mais necessitam da presença do Estado.

Mas a resposta do governo às ruas evidencia as tensões e o projeto de coalizão dos interesses de classe. Como apresenta Menegozzo (2017, p. 298):

[...] de um lado, o governo atende as reivindicações dos setores populares e parte dos setores médios ao propor a alocação de recursos advindos da exploração do Pré-Sal em serviços básicos como saúde e educação. Por outro, reforça o compromisso com a austeridade fiscal, sinalizando favoravelmente aos setores que se beneficiam, por meio do pagamento da dívida pública, dos mesmos recursos que faltam às áreas da saúde e educação, entre outros.

Mesmo de forma imediata aos anseios expressados pelos manifestantes nas ruas, a questão não está resolvida e, portanto, continuará em jogo. A pressão dos setores do capital e crescente e a onda conservadora ganham cada vez mais espaço. O que vemos a seguir deste

³⁰O fenômeno do “Rolezinho” expressa o “Apartheid” social que denuncia a desigualdade social e racial no país, quando a juventude da periferia ocupa de forma coletiva os *shopping centers*, em uma ação denominada *flash mob*, que reúne e envolve um conjunto de jovens de forma repentina e instantânea em ambientes públicos.

processo é a construção de um golpe em curso que culminará com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff³¹.

Não como uma forma conclusiva, mas é possível expressar alguns apontamentos sobre as Jornadas de junho de 2013. Elas trazem à tona questões como o repúdio aos políticos e a política, a descredibilização nas instituições políticas e públicas, a busca por uma resposta em relação à corrupção vinda dos órgãos públicos, a criminalização aos partidos de esquerda, setores progressistas e os movimentos sociais populares. Há um avanço no pensamento conservador e a ultradireita ganha maior adesão da população. Nessa direção, cresce a ideia da família tradicional, a importância das forças armadas, a redução da menoridade penal, ampliação da ação da igreja evangélica, a ideia da negação da política e da ideologia enquanto um fenômeno de dominação e doutrinação da esquerda.

A adesão dos jovens nas Jornadas e em todas as demais lutas podem estar ligadas a fatores importantes. A ampliação do acesso à universidade do Brasil – na política pública destinadas à expansão das universidades públicas, e ainda com a política das ações afirmativas³² – reconfigura as universidades públicas e os institutos federais. A ampliação das vagas abre espaço para a entrada de setores médios e até os mais empobrecidos ganham o direito ao ensino superior. A política de cotas raciais determina a entrada de negros e negras nos bancos das instituições de ensino superior. Estes movimentos causam profundo impacto nas instituições de ensino e em diversos setores da sociedade.

Nosso entendimento parte de que todas estas mudanças do perfil das instituições de ensino superior do país provocaram também mudanças comportamentais e estruturais. Setores médios, periféricos, negros e negras, grupos LGBTQIA+, ganham espaços e visibilidade e passam a exigir também “seu lugar” na sociedade. Mesmo não se tratando do mesmo fenômeno, relembramos um dos fios condutores para os acontecimentos que direcionaram os protestos do Maio de 68 na França. A entrada do povo na universidade exigiu da sociedade francesa uma nova configuração, provocando um conjunto de manifestações e protestos que influenciaram o mundo todo.

Outro fator importante que emerge e ganha forma a partir das Jornadas de 2013 é a capacidade da internet em mobilizar e convocar atos públicos, assembleias, manifestações em

³¹O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff aconteceu em 31 de agosto de 2016, assumindo a presidência seu vice-presidente Michel Temer.

³² Com iniciativas como a lei das cotas, com o Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, e com o Estatuto da Igualdade Racial, as ações afirmativas passam a ser entendidas como conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social, ocorridos no passado ou no presente.

geral. As redes sociais³³ foram responsáveis por mobilizar e publicitar muito do que veio a acontecer nesse período. É possível dizer que ainda se constitui como uma ferramenta importante para a articulação dos movimentos de massa, assim como na *Primavera Árabe* e nas *Occupys*. Todas estas movimentações, manifestações, protestos e ocupações não se encontram de forma isolada, nem tampouco desarticuladas com os caminhos do neoliberalismo mundializado.

É importante demarcar a presença da perspectiva teórico-metodológica da pós-modernidade ou pós-marxistas, que influenciam a configuração dos movimentos da juventude, passando a negar por vezes a centralidade do trabalho e da classe social, da vanguarda-revolucionária e das organizações históricas da classe trabalhadora, como seus partidos e sindicatos. Demonstram, assim, um recuo da teoria, em formulações extremamente subjetivas, e a negação da utopia como um caminho a ser percorrido. Este será um dos debates a serem aprofundados posteriormente.

Há também a presença de distintas origens de classe, desde sujeitos oriundos das classes populares até a pequena burguesia. Mas o que nos parece ser relevante é a análise de que muitos destes sujeitos não são mais atingidos pelas ferramentas organizativas que estão ligadas à inserção no mundo do trabalho, como é o caso dos sindicatos. Em primeira análise, isto tem relação profunda com a atual reestruturação produtiva, causas do desemprego, da informalidade, enorme dilatação do setor de serviços e a expansão do fenômeno da terceirização, a uma resignificação das organizações e das lutas populares que necessita de um olhar atento.

Essa “nova forma” das lutas populares, em geral, buscam uma organização mais horizontalizada, mais plebiscitária. Além de sua formação de caráter policlassista e pluri-ideológico, também adere a este processo uma juventude proletarizada de serviços (ANTUNES, 2005), que não tem ligação com o movimento estudantil ou com os movimentos de periferia, mas que estão na universidade privada e precisam trabalhar para estudar ou, ainda, vivenciam em seu cotidiano o desemprego e o subemprego.

Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por ocupações em escolas públicas e universidades federais de todo o país. O movimento que começou em São Paulo e se espalhou em 23 estados resultou em mais de 1.000 escolas ocupadas. A motivação das ocupações iniciou-se contra as medidas de reestruturação do sistema educacional e contra os cortes na educação do estado de São Paulo, que previa o fechamento de mais de 100

³³ As redes sociais mais utilizadas foram o *Facebook* e *Twitter*.

escolas e o remanejamento de 311 mil alunos e 74 mil professores. E, em seguida, os protestos se sucederam pelo fim da “máfia da merenda”, um esquema de corrupção e de superfaturamento das merendas escolares, que envolviam o governo Geraldo Alckmin (PSDB) e mais 22 prefeituras do estado de São Paulo.

Além das escolas, os secundaristas também ocuparam a assembleia legislativa, exigindo a construção de uma CPI para a ampla investigação dos processos licitatórios da merenda escolar no estado de São Paulo, em um contínuo movimento e presença nas ruas de São Paulo, na organização de atos e marchas, que contaram sempre com milhares de estudantes.

Rapidamente, a experiência vivida nas ocupações em São Paulo espalhou-se pelo resto no Brasil, episódio que ficou conhecido como a *Primavera Secundarista*. Neste ponto, importante destacar a centralidade e articulação dos grêmios estudantis e da UBES em sua atuação, enquanto entidades locais e nacionais nesse processo de mobilização. O maior foco de ocupações foi no estado do Paraná, onde quase 90% das escolas foram ocupadas.

No estado do Rio Grande do Sul não foi diferente. As principais reivindicações eram a falta de professores, a precariedade da infraestrutura das escolas, a falta de investimento público e a terceirização dos serviços das escolas. Todas as principais, grandes e médias cidades tiveram suas escolas ocupadas. Só na cidade de Porto Alegre, mais de 230 escolas foram ocupadas.

Motivados pela onda secundarista, em 2016, os estudantes universitários ocupam as principais universidades públicas e institutos federais do país, protestando contra a proposta de ementa constitucional, que ficou conhecida como a “PEC da morte” ou “PEC do teto de gastos”, a “PEC 241” e, na atualidade, a “EC 95”. Também faziam parte das pautas reivindicatórias a retirada do debate da câmara dos deputados e senado o projeto de lei da “Escola sem Partido”, a “PL 44”, e da medida provisória do Novo Ensino Médio.

Em ambos os processos de ocupações, a presença das redes sociais foi de extrema importância para a divulgação e articulação dos espaços de formação, de convocatória de aulas públicas, das assembleias, dos momentos culturais, e da agenda programática das atividades em geral. As experiências das ocupações garantiram um espaço de aprendizagem e de auto-organização significativo para o conjunto do movimento estudantil. Além disso, abriram um diálogo sobre o papel dos movimentos de juventude de caráter mais histórico, como é o caso dos sujeitos dessa pesquisa, como também o crescente número de estudantes organizados em “comitês independentes”, negando a presença das

organizações de juventude ligadas a partidos políticos e às entidades representativas como UNE e UBES.

A Primavera Secundarista ainda é objeto de investigação, apesar de já ter muita produção disponível, despertando vários pontos de vista sobre seu processo organizativo e seus desdobramentos políticos. O que podemos ressaltar é a importância do debate público, do direito à educação, do protagonismo da juventude na condução de suas ocupações e do fortalecimento de suas entidades, uma vez que a juventude secundarista passa a ganhar peso e visibilidade importante no conjunto das lutas do movimento estudantil no país. Trabalharemos um pouco mais desse saldo político e educativo no decorrer da tese.

As eleições de 2018 provocaram um conjunto de manifestações que ficaram conhecidas por #EleNão. Atos liderados por mulheres, em sua maioria jovens, repudiavam a candidatura do candidato Jair Bolsonaro. As manifestações ficaram conhecidas por tornarem-se as mais massivas manifestações de mulheres da história do Brasil, no século XXI. Destaca-se também a importância dos coletivos feministas na linha de frente dos protestos.

O movimento de massa protagonizado pela juventude, o movimento estudantil em especial, retoma as ruas em 2019. As manifestações, que reuniram centenas de estudantes, espalhadas por todo o país, expressam a força da primeira mobilização contra o governo Bolsonaro, que ficou conhecida como o “Tsunami da Educação”.

Os protestos contra o projeto “Future-se” e contra o corte de gastos na educação, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC), tiveram apoio amplo de professores, funcionários, pesquisadores e de todos os trabalhadores da educação, que denunciavam os ataques à soberania das universidades, como também denunciavam a falta de investimento para seu amplo funcionamento, o sucateamento e o esvaziamento de recursos para os centros de pesquisa, que correspondem a 90% das pesquisas realizadas do país. Ao todo, foram mais de duzentas cidades com atos espalhados em todos os estados. Em São Paulo, os atos tiveram a presença de mais de cem mil participantes.

Mais recentemente, em 2021, a UNE, UBES e ANPG, juntamente, lançam uma campanha nacional denominada “Pão, Vacina e Educação”, como um conjunto de ações em defesa da educação, da vida e da democracia. A articulação das entidades estudantis exige uma resposta imediata do governo, por vacina urgente para toda a população, pela ampliação e permanência do auxílio emergência, como condição básica para as famílias e a população mais empobrecida, pelo direito à vida e ao conhecimento. Em documento, a

campanha anuncia “Não aceitamos perder uma geração para a evasão escolar, pela falta de vacina, para a desesperança, a fome e o subemprego”.

As ações que começaram com atos virtuais progrediram para os atos de rua. Exigiam respostas do governo federal sobre a falta de recursos públicos para as universidades e institutos federais e pelo anúncio de falta de recursos para a execução do ENEM. Também lutavam contra a negação da ciência e, ainda, pelo avanço de um programa de vacinação³⁴ amplo e gratuito. As condições do isolamento social e a falta de um planejamento amplo das aulas a distância (remotas) também fazem parte das discussões sobre o futuro da educação em tempos pandêmicos.

Observa-se que este conjunto de ações, reivindicações, movimentos de ocupações de praças, de escolas, de prédios públicos, de denúncias nas redes sociais, e de ocupação das ruas em grandes manifestações, deflagram a precarização da vida, sob a ofensiva do neoliberalismo em escala mundial, em uma relação muito aprofundada nos países da América Latina. Por este motivo, há uma necessidade real de debater a condição da vida nas cidades³⁵ e o futuro das gerações. Segundo Harvey (2013, p. 32), “o direito à cidade não pode ser concedido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedade social”. As cidades necessitam incluir as diferenças de todas as ordens, precisamos expandir as esferas da liberdade e dos direitos. Para isso, o direito às mudanças não é, de forma alguma, abstrações, mas a materialização das rupturas e da construção de novos caminhos. Os jovens, que hoje exigem o cumprimento dos direitos básicos, encontram-se com a realidade de uma vida precarizada, de informalidade, de péssimas moradias, de serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência, com seus direitos de ir e vir comprometidos em espaços urbanos segregados. Com todas estas questões latentes, a explosão da juventude nas ruas não pode ser surpreendente, mas sim o efeito de toda essa adversidade.

O esforço deste capítulo é o de demonstrar fatos históricos importantes que a juventude integra ou é a protagonista, em um movimento de sua própria constituição

³⁴O Brasil é o maior país da América Latina e o que está com o processo de vacinação de sua população mais atrasado. O Brasil continua em 58º lugar no ranking global da aplicação de doses da vacina e menos de 20% da população do país foi imunizada, em um agravamento profundo da crise sanitária, ultrapassando a marca de 657 mil mortos. Parte da crise sanitária é fruto da negação da pandemia por parte do governo, que ignorou estatísticas, especialistas, alerta de colapso nos estados e ofertas para a compra de vacinas.

³⁵O debate sobre o direito à cidade não exclui o debate sobre a questão agrária e a condição de vida no campo, uma vez que analisamos esta perspectiva da questão urbana, a partir de uma compreensão totalizante e dialética da formação social brasileira e mundial.

enquanto sujeitos sociais e como uma entidade organizativa e propositiva de um projeto de nação. É possível dizer que há momentos de ascensão e há momentos de recuo da ação da juventude organizada, o que dependerá de múltiplos fatores, como já observamos. A juventude, na atualidade, passou pela efervescência dos movimentos de massa e da ocupação dos espaços públicos, o que já algum tempo não se via. A pandemia e a necessidade do isolamento social, por ora, modificam esse quadro. Além disso, há um conjunto de formas e conteúdo das lutas, na atualidade, que necessitam de maior profundidade de análise.

Os capítulos que seguem partem desse esforço de entender esse conjunto de múltiplas determinações que condicionam os movimentos de juventude e seus sujeitos, em relação à forma e ao conteúdo da construção de sua pedagogia das lutas sociais, que encontram em sua disponibilidade para a luta, na sua entrada descompromissada com o *status quo*, e também no acúmulo histórico das lutas sociais, elementos de referência, mas também de improviso, de criação própria para a sua pedagogia.

4 A PEDAGOGIA DA JUVENTUDE COMO INSTRUMENTO FORMADOR DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE

As organizações da juventude, como fruto de um longo processo de acúmulo e sistematização das lutas sociais, estão intimamente vinculadas ao desenvolvimento de uma teoria de organização política, como forma e conteúdo de sua organicidade enquanto sujeito social, histórico, político e educativo. Compreendemos que a totalidade da produção de seus processos auto-organizados parte da necessidade de buscar respostas imediatas para as mazelas sociais, em específico a partir da condição juvenil, mas também enquanto movimentos que propõem rupturas e transformações do tecido social. Defendemos, neste trabalho, que o conjunto de suas ações e proposições representa uma práxis educativa, ou seja, um embasamento teórico e prático, comprometido com o vir a ser da formação humana.

Partimos, então, do entendimento de que os processos que constituem a formação humana são diversos, amplos e múltiplos. Por este motivo, partimos da ideia que somos educados cotidianamente, das mais diferentes formas, seja pelas relações sociais que estabelecemos, pela presença das tradições familiares, da religiosidade, pela mídia, pela escola, pelas distintas instituições do Estado, dentre tantas outras maneiras. Podemos dizer que a sociedade, em sua totalidade, educa, a partir de seus princípios, ideias, valores, condutas, morais, princípios éticos, símbolos, hábitos e costumes que operam na vida dos sujeitos, ao passo que estão cotidianamente em um processo de formação do seu entendimento sobre o mundo.

Compreender a sociedade como um todo formador de mentalidades não retira da escola a centralidade do papel que ocupa na formação de uma sociedade, enquanto espaço privilegiado, onde o ato educativo se apresenta de forma mais sistematizado, desenvolvido e intencional. Porém, o esforço aqui será de trazer o debate da teoria da educação e da teoria pedagógica para uma aproximação com nosso objeto de estudo, a juventude politicamente organizada, que em nosso entendimento cumpre um papel importante na formação dessas mentalidades.

A pedagogia, enquanto teoria da educação, tem sua fundamentação na ação da prática educativa, em um movimento de equacionar, questionar, problematizar, formular e de propor diretrizes, que orientem os processos de ensino e aprendizagem das mais diversas dimensões, em um movimento de propor a elaboração de uma teoria educacional e pedagógica. Ao longo da trajetória de diversas tradições pedagógicas, muitos foram os entendimentos dados à pedagogia, inclusive o próprio questionamento se a pedagogia poderia ser considerada uma

ciência ou não, já que se aporta em outras determinadas ciências. Mas entendemos que este não é o foco da nossa discussão. Por este motivo, partimos diretamente para a defesa da importância e da centralidade que a pedagogia ocupa na teoria da educação e na própria constituição de sua cientificidade.

Deste modo, destacamos o conjunto das concepções pedagógicas denominadas contra-hegemônicas, que se constituem como um campo da teoria pedagógica de caráter crítico, que opera como contraponto às ideias da educação tradicional ou hegemônicas no seu caráter burguês. Na trajetória dessas concepções pedagógicas contra-hegemônicas, podemos destacar a contribuição da pedagogia socialista, da pedagogia comunista, da pedagogia libertária, da pedagogia da educação popular, da pedagogia histórico-crítica, da pedagogia libertadora, da pedagogia dos movimentos sociais, da pedagogia da prática e da pedagogia da terra. Todas elas são fruto da elaboração teórica e prática de alternativas educativas para/da classe trabalhadora, algumas operando de forma radical em sua crítica e proposição educativa, outras nem tanto.

O ponto que coloca em unidade estas pedagogias do campo das concepções de educação contra-hegemônicas, além da crítica direcionada à educação burguesa, está em trazerem a orientação da educação como uma atividade mediadora, a partir da prática social, trazendo consigo sempre o ponto de partida e o ponto de chegada na prática social. Saviani (2012, p. 111) destaca que “o trabalho pedagógico configura-se, pois, como um processo de mediação, que permite a passagem dos educandos de uma inserção a crítica e inintencional no âmbito da sociedade a uma inserção crítica e intencional”. A educação, como instrumento mediador, neste sentido, tem esta intencionalidade, a de aprofundar, elevar, problematizar os níveis de consciência. A cada passo, há patamares mais elevados na análise da realidade social.

Pensar uma teoria educacional corresponde ao exercício de formular uma concepção de educação, apoiada em um projeto histórico, social, econômico, cultural e político; em suma, pensar em um determinado projeto de desenvolvimento societário, que discuta os horizontes da educação e da formação humana como um projeto de sociedade. Implica em definir que tipo de sujeito se quer formar, os fins e os meios dessa educação, entre tantos outros aspectos.

A discussão aqui levantada aponta para a necessidade de compreender mais profundamente os processos que constituem a formação humana, em especial, a juventude que se organiza em iniciativas de movimentos políticos. Procura-se, assim, anunciar as especificidades e totalidades que englobam o fazer educativo desses sujeitos, como parte de sua formação integral, uma vez que estes coletivos atuam de forma intencional na construção da sua consciência sobre o mundo, através de seus objetivos, princípios, valores, condutas, táticas e estratégias, para compreender o mundo, assim como para transformá-lo. A partir destas

formulações, apontamos para a necessidade de reconhecer os princípios teóricos, metodológicos e didáticos que constituem a prática educativa da juventude organizada, no bojo das teorias já mencionadas.

Trata-se aqui, portanto, de compreender a *pedagogia da juventude*, em seu duplo caráter educativo, no papel que a organização opera como instrumento educativo na vida da juventude, e a própria juventude, enquanto sujeito pedagógico³⁶, propositor de uma reflexão intencional. Nossa tarefa é a de compreender as formas e o conteúdo desse ato educativo na formação desses sujeitos. A tarefa aqui proposta aponta a necessidade de pensar a juventude organizada em coletivos políticos, como sujeito pedagógico.

Podemos aqui elencar previamente questões que nos provocaram a buscar a reflexão sobre os princípios desse fazer pedagógico, enquanto uma matriz pedagógica fomentadora de processos educativos potencialmente formadores, como: Quais são as bases teóricas que educam estes sujeitos? Quais metodologias são utilizadas? Quem são esses sujeitos? Que concepção de formação humana existe? Que trajetória pedagógica vem sendo construída? O que há de novo para o campo da educação? O que fundamenta a organização política? Qual é a crítica ao sistema, e qual projeto societário se quer construir? Quais são seus métodos e formas organizativas? Este conjunto de questões, e mais tantas outras, fizeram parte da base de nosso questionamento em relação ao caráter educativo que a organização da juventude cumpre na atualidade.

Consideramos a *pedagogia da juventude* como um conjunto de objetivos, conteúdos, teorias, visões de mundo, prática social, princípios educativos, métodos, metodologias e didática, leitura da realidade na qual se vincula. Somados, também, à sua forma de expressão cultural e política, ao lugar social que ocupa, à identidade de sua composição, às estratégias e táticas adotadas. Essa pedagogia é o conjunto de elementos que definem a sua forma de análise e intervenção da realidade no movimento histórico de sua constituição.

A juventude sempre cumpriu um papel importante nas lutas sociais; porém, na virada do século, a organização da juventude avança em sua atuação. Além de ocupar os espaços universitários como de tradição, tem se preocupado em organizar a juventude da periferia, dos movimentos culturais e também das organizações partidárias. É crescente o conjunto de organizações de juventude, nestes últimos dez anos, com uma preocupação real em organizar o seguimento da juventude da classe que vive do trabalho. É nesse caminho que se forja a necessidade de se apropriar das perspectivas teóricas e metodológicas para compreender a

³⁶Caldart (2012) define sujeito pedagógico, como um movimento que se propõe educativo, “aprendiz e ensinante”, que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas em processos coletivos.

condição juvenil da atualidade para, assim, intervir de forma consciente e propositiva, em um movimento de criar capacidades colaborativas, criativas, inovadoras, sensíveis à materialidade dos sujeitos, de aprofundamento da consciência, de vislumbrar as contradições, de uma sabedoria política que ganhe autonomia na construção de suas táticas anticapitalistas e de poder popular.

A juventude, enquanto uma categoria social que não, obrigatoriamente, carrega o compromisso moral de cumprimento da ordem social, projeta para o tecido social diversas possibilidades, indagações, contestações, inquietações, rupturas, que oxigena e revisita as contradições existentes. Esses são alguns dos elementos que propiciam que a juventude possa reelaborar e, por vezes, direcionar o olhar para a classe e as formas de intervenção, o que não excluiu a importância dos adultos e das organizações políticas históricas da classe trabalhadora, que carregam consigo o compromisso em construir e oferecer ferramentas seguras para a construção da sua pedagogia. A experiência dos mais velhos, sua sabedoria e seu alcance de visão, de modo algum são excluídos desse processo, são também parte fundamental da sua construção. Não é possível negar a importância formadora dos adultos, mas também não é possível que estes direcionem os caminhos e a capacidade propositiva da juventude. Tanto os movimentos de massa, como as organizações políticas, têm o compromisso de assumir para si a tarefa de elevar o nível de consciência da classe.

É por intermédio da luta que alcançamos a elevação da consciência. Segundo Lenin (2018), a “forma embrionária do consciente era a luta espontânea”. A luta, enquanto um instrumento educativo, deve acompanhar todos os processos de organização da classe. Conforme Bogo (2001, p. 23): “Neste sentido é que entrava a tarefa do partido em agregar ao aprendizado espontâneo, a partir de dentro do próprio movimento, os conhecimentos científicos e revolucionários”. É tarefa de todos os setores que envolvem o campo da esquerda construir o conhecimento a partir das bases da economia, da política, da história, da filosofia, e da sociologia, com as demais áreas do conhecimento que compõem e formulam o aprofundamento da consciência de classe. Será com o conjunto da classe consciente de sua tarefa, que estarão os sujeitos organizados em coletivos que correspondem ao instrumento de classe capaz de educar as massas populares.

É por meio da ação, direção, das experiências concretas de luta, da capacidade de construção de novas formas de relações humanas, mais coletivadoras, solidárias, cooperativas, autônomas de pensamento e ação, de um exercício de dialogicidade sobre as contradições, com os “pés fincados” na vida concreta, em um exercício de superação da

idealização das relações sociais, que é possível superar uma visão ingênua ou alienada da realidade na direção de consciência política e emancipadora.

Segundo Iasi (2011), a formação da consciência, na sua condição dialética, expressa em cada momento os elementos de sua superação, em um movimento contínuo de amadurecimento de suas próprias contradições, mas que podem conter saltos e recuos. A tarefa da formação da juventude é a de alcançar patamares de consciência cada vez mais avançados, sendo esse movimento parte do processo educativo. Partimos para entender um pouco mais sobre esse processo da construção da consciência e de sua relevância, quando pensamos os processos educativos que o movimento da juventude cumpre.

A consciência, em sua condição de processo, de acordo com o próprio autor, “é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e destes com a natureza, e o processo pelo qual, em níveis individuais, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas” (IASI, 2011, p. 14). A primeira manifestação da consciência corresponde em sua forma alienada ou de senso comum.

A consciência alienada será terreno fértil, onde será plantada a ideologia, a visão de mundo da classe dominante, como forma de dominação, agindo de fora para dentro. Este processo de alienação é fruto de sua própria condição de desumanização, numa sociedade baseada na divisão social do trabalho, daqueles que produzem a riqueza, daqueles que detêm os meios de produção e se apropriam da riqueza. Estes também constituem a força da ideologia que trabalhará nas consciências em detrimento de seus interesses de classe. Iasi (2011, p. 21) informa o seguinte:

Ao viver o trabalho alienado, o ser humano aliena-se da sua própria relação com a natureza, pois é através do trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, a humaniza e assim pode compreendê-la. Vivemos relações em que ele próprio se coisifica, onde o produto de seu trabalho lhe é algo estranho e que não lhe pertence, a natureza se distancia e se fetichiza.

É nesse caminho de coisificação, de mercantilização da vida, que os seres humanos são educados e acabam por se afastarem de sua ontologia, o trabalho. O trabalho, enquanto atividade vital e enquanto princípio educativo, é um passo importante para a humanização, possibilita a construção de nosso “ser mais”. É pelo trabalho socialmente útil que podemos aprofundar nossa consciência sobre si e sobre o mundo.

A segunda forma da consciência, que é considerada uma consciência “reivindicatória”, ou uma consciência em si, corresponde à consciência que se baseia nas vivências das relações imediatas, superando a visão do indivíduo e vinculando-se à visão do grupo, da categoria. Elas

estão fortemente envolvidas nas lutas sindicais, nos movimentos culturais, indenitários, entre outros, e que pode evoluir para a consciência de classe.

Nessa expressão da consciência, podemos perceber a juventude, organizada em prol da melhoria da infraestrutura das escolas, da qualidade da merenda, etc. Estes processos de luta poderão ter o efeito de projetar estes jovens para a compreensão mais alargada das contradições sociais e projetá-los para novos patamares de consciência mais profundos ou, então, não ultrapassará as lutas mais imediatistas e reivindicatórias. A consciência em si pode ser um potencializador de uma consciência revolucionária ou caminhará entre os limites do senso comum.

A consciência revolucionária, ou consciência “para si”, representa a necessidade de assumir uma consciência para além de si, mas na direção de se colocar na tarefa histórica da superação da sociedade de classe. Também é na negação do capitalismo, de seu sistema de exploração e opressão, na busca em desvelar a aparência e aprofundar a análise da realidade social. Iasi (2011, p. 35) relata desta maneira:

É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reivindicação pela da transformação. O indivíduo transcende o grupo imediato e o vínculo precário com a realidade dada, buscando compreender relações que se distanciam no tempo e no espaço, toma como sua a história da classe e do mundo. Passa a conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária.

A superação de uma consciência “em si” para uma consciência “para si” terá na ação coletiva, na organização social e política da classe uma de suas ferramentas fundamentais. Neste caminho, é que apontamos a importância da organização da juventude, no amadurecimento do entendimento das contradições postas e no papel histórico que cumpre. Mas vale lembrar de que a consciência não é linear, ela pode, por muitas vezes, recuar a formas anteriores. Dependerá, portanto, da capacidade de ocupar espaços e reflexões profundas das contradições e da atualidade do tecido social.

A *pedagogia da juventude* caminha na direção de apreender a sua especificidade enquanto categoria social, a dominar os conhecimentos sistematizados em princípios do campo que integra. É possível dizer que a organização da juventude corrobora e é parte importante na elaboração da forma e do conteúdo das lutas sociais, e do desenvolvimento da teoria da organização política, em um movimento contínuo de apropriação e reinvenção de um projeto societário em construção.

Os movimentos de juventude consistem em uma força social particular, em movimento e em conexão com as lutas da classe trabalhadora, e de todas as organizações que integram e

dialogam diretamente. O movimento de juventude carrega para si um conjunto de demandas e determinações da materialidade da condição juvenil em seu tempo histórico. Exercem um perfil, uma identidade e um conjunto de práxis próprias no tecido social, carregando consigo um importante papel político, histórico e social na organização e na formação social. Os capítulos que se seguem constituem o que aqui consideramos como a totalidade dos aspectos da forma e do conteúdo da construção permanente dessa *pedagogia da juventude*.

Trabalharemos os aspectos gerais, a singularidade e particularidade dos sujeitos juvenis dessa pesquisa, como também as características de suas organizações políticas, ao longo do tempo histórico. São pontos de análise: a identidade juvenil, o histórico das organizações, seus principais campos de atuação, principais pautas, seus métodos organizativos, a base de sua teoria política, suas frentes de atuação, sua base social de pertencimento, suas formas de comunicação, sua estratégia e tática a partir do campo político que integram, sua concepção e experiências educativas, como também a atualidade da ofensiva neoliberal e os desafios que cercam as organizações de juventude.

O método científico de análise marxista nos possibilita analisar esses fenômenos de forma rigorosa, a partir de seus fundamentos e de suas múltiplas relações, sejam elas históricas, sociais, econômicas, políticas, e de contradição, enquanto produtos das condições materiais determinadas, decorrentes da práxis social em movimento (KOSIK, 2010). Mas também de sua relação dialética, como teoria e prática, essência e aparência, qualidade e quantidade, geral e específico, mercado e Estado, matéria e consciência, necessário e contingente, realidade e possibilidade, tempo e espaço, forma e conteúdo. As relações dialéticas expressam a unidade dos fenômenos em sua essência, integrados a uma dinâmica relacional.

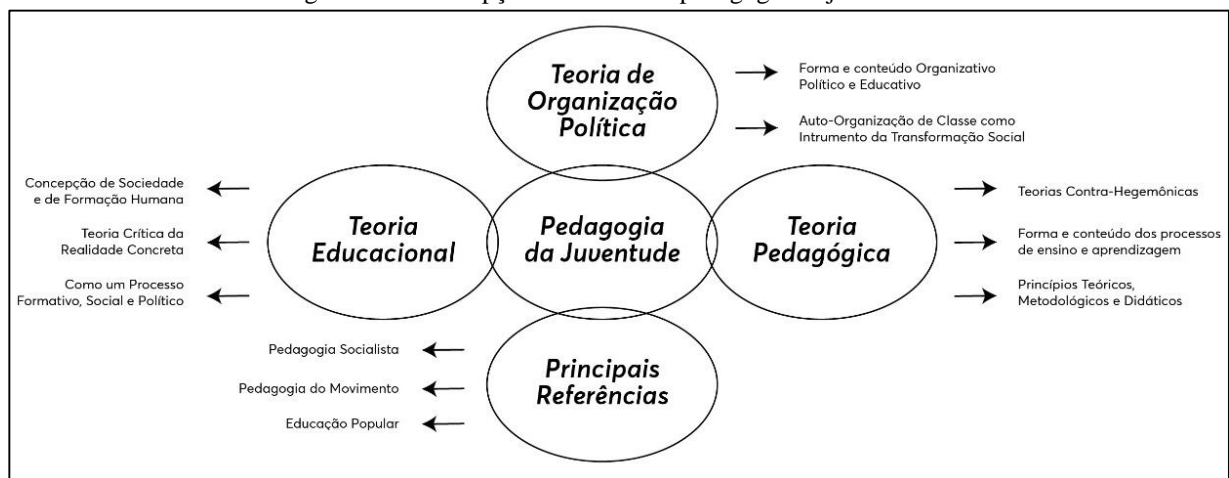
Trabalharemos mais especificamente as relações estabelecidas nas categorias de forma e conteúdo na sua dimensão dialética, na construção da juventude politicamente organizada, entendendo que todo conteúdo constitui e transforma a forma, na mesma relação que toda forma constrói e transforma o conteúdo, numa relação intrínseca. Sendo assim, reflexo e condicionante da totalidade que constitui todas as dimensões da pedagogia da juventude. Nossa preocupação é a de demonstrar essa dialeticidade, essa relação mútua, em que a forma tem um papel tão importante quanto o conteúdo, e vice-versa.

Buscar compreender a forma e o conteúdo do processo educativo vivido pela juventude politicamente organizada corresponde analisar profundamente as características de sua sociabilidade, de seu papel social, político, educativo, em um movimento da totalidade da sociedade. Entendendo, dessa forma, que toda ação humana está permeada por um processo intencional, de uma dimensão também educativa.

As formas adotadas, as estratégias políticas, os campos de atuação, as opções táticas da práxis política e educativa, a estrutura organizativa, as relações com as estruturas partidárias, sindicais, movimentos sociais, o trabalho de base desenvolvido e as táticas de correlação de forças, entre outros, são parte da forma organizativa, social e política da juventude organizada. Já o conteúdo pode representar as opções teóricas e metodológicas da condução da estratégia da juventude organizada, como também sua concepção de juventude, de sociedade, de revolução, de organização social, de luta de classe, e de seus fundamentos teóricos e metodológicos. Lembrando que esses não são momentos isolados, ou que podem se sobrepor, ou duais, mas que se realizam na sua interação, na sua determinação mútua e condicionante, constituindo uma unidade.

O esquema visual abaixo busca representar sistematicamente o que nesse trabalho de tese entende-se como os elementos que constituem a definição da concepção educativa, da pedagogia que se forja no interior das organizações pesquisadas. Nele, está representada a teoria da organização política, a teoria educacional e a teoria pedagógica que sustentam a sua práxis.

Figura 1 - A concepção educativa da pedagogia da juventude



Fonte: Elaborado pela autora, com base no acervo das entrevistas e análise documental.

A pedagogia da juventude, proposta por esse trabalho, busca apresentar as bases teóricas do que aqui compreendemos como a concepção educativa contida na ação educadora proposta pelas organizações da juventude. Assim, tendo como um dos seus principais fundamentos a teoria da organização política, como forma e conteúdo da concepção de organização e de política, como instrumento de auto-organização dos sujeitos, para a transformação da sua condição social, política e econômica. A teoria educacional, aqui abordada, dedica-se a entender os princípios que norteiam a concepção de sociedade e de formação humana, baseada nas

formulações da teoria crítica da realidade, que entende a educação como um processo formativo social e político, com vistas à emancipação humana e social.

Entende-se que a teoria pedagógica que sustenta a sua ação educadora se constrói a partir das teorias contra-hegemônicas, como forma e conteúdo dos processos de ensino e aprendizagem, e que se desdobra em um conjunto de teorias, métodos, metodologias e didáticas, principalmente referendadas a partir das construções históricas de pedagogias como: a pedagogia socialista, a pedagogia do movimento sem terra e a educação popular.

5 IDENTIDADE E AS FORÇAS CONSTITUTIVAS DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE

Partimos, primeiramente, de uma análise dos elementos que representam a identidade particular e geral, que constituem essa unidade dialética dos sujeitos pesquisados, como forma de compreender o conjunto de características, valores, motivações, representação social, condições objetivas e subjetivas, que cercam a formação da identidade de cada sujeito pesquisado e a totalidade do perfil identitário de suas organizações. A construção da identidade, seja ela individual ou coletiva, nessa análise, parte do entendimento de sua importância no motor da história, na sua profundidade dialética, no movimento real de sua formulação, fugindo de representações abstratas, ou assentadas unicamente em uma fundamentação cultural. Buscamos suas multideterminações, na relação entre sujeito, sociedade e natureza. Movimento que nos possibilita entender os aspectos que cercam a formação da identidade, a partir de sua condição de gênero, faixa etária, de raça, de cultura, de classe social e política.

Bogo (2008) aborda sobre a valorização das identidades em uma sociedade dividida em classes, entre identidades vitoriosas e identidades derrotadas. A validação da identidade está na luta dos contrários e na apropriação dominante de sua valoração. “As identidades dominantes são matrizes de preconceitos contra seus opostos: os dominados” (BOGO, 2008, p. 46). Por esse motivo, há uma identidade amplamente difundida, a identidade burguesa, centralizada na ideia de uma identidade universal, institucionalmente e socialmente aceita. A construção da identidade das classes populares ocupa lugares marginalizados e de pouca “valia”. A valorização da identidade da classe trabalhadora, as mais diversas construções identitárias, passa pela luta dos contrários, em um processo de negação da identidade burguesa e de valorização de todas as expressões humanas, em momento de reconstruir essas identidades. “A identidade de classe se forma quando há reações concretas de luta para não aceitar passivamente aquilo que está estabelecido por força da classe dominante” (BOGO, 2008, p. 118).

A identidade, como um processo de construção social, encontra-se em um contexto marcado por relações de poder, mas também por experiências consolidadas que abrem passagem para novas formas. A construção de uma identidade, que se coloca como instrumento de resistência de classe, passa pelo respeito mútuo, pela igualdade, pela diversidade, enquanto elemento de conexão, de produção de subjetividades, pela valorização singular e particular, e de sua importância coletiva. Ao trabalhar a importância da formação da identidade juvenil e de seus movimentos, partimos de compreender os processos identitários como formação individual, como resistência coletiva, como construção de projeto societário, como sujeito que

internaliza a identidade militante ou revolucionária. Por estes motivos, a luta de classe também é a luta pela diversidade da dimensão identitária e pela valorização da cultura popular.

Na pesquisa realizada, podemos apresentar aspectos gerais sobre a identidade das organizações, como também o perfil de seus militantes. A idade dos entrevistados é entre 23 a 28 anos, sendo cinco mulheres e três homens. Atualmente, quatro trabalham, dois estudam, e dois estudam e trabalham. Os sujeitos entrevistados foram escolhidos de forma prévia pelas próprias organizações.

Das oito entrevistas realizadas, todas e todos deram início em sua atuação política no movimento de juventude. De três deles, a família já possuía um vínculo com a política, o que, segundo eles, facilitou seu interesse. Em entrevista, relataram que sua porta de entrada para os movimentos de juventude foram a partir de vivências concretas, principalmente no movimento estudantil secundarista e universitário. Suas participações partiram de ações como as ocupações das escolas e das universidades, da construção no grêmio estudantil, no diretório acadêmico do seu curso de graduação, do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) da UFRGS, a partir dos movimentos de massa, principalmente depois das Jornadas de 2013, e também pelos instrumentos do partido. As escolhas pelas organizações partiram do contato direto nesses momentos relatados. Observar o movimento em ação, seus posicionamentos, sua identidade visual, sua organicidade, sua expressão coletiva, foram os elementos que conectaram com o interesse em participar de um movimento organizado de juventude.

Foi possível identificar, dentro das organizações pesquisadas, que há um espaço construído de muita relevância em relação aos movimentos de juventude. As organizações partidárias, os movimentos sociais, os adultos, reconhecem a importância desses coletivos e o potencial que desenvolvem no conjunto das lutas sociais. Todos os sujeitos trouxeram a importância da seriedade e da rigurosidade com o compromisso coletivo com a organização, com a participação nas reuniões, nas formações, com o cumprimento de tarefas, com a responsabilidade que se trata também a imagem do movimento de juventude. Existe um sentimento de cuidado mútuo por parte dos militantes, de responsabilidade coletiva, uma dimensão do afeto bastante profundo e enraizado nas relações. Segundo um dos entrevistados, esse é um ponto forte para que os jovens permaneçam na política, sintam-se acolhidos das mais diferentes formas.

Parece haver aspectos similares que levam alguns jovens a procurar organizarem-se em movimentos de juventude. Um deles é a mudança da percepção da realidade social, mediada pelo confronto pessoal e social, como a abertura para uma realidade até então desconhecida. O engajamento é outro elemento importante da participação, pois é um caminho construído que

coloca os jovens enquanto sujeitos em potencial, ao encontro da realização de ações a partir de seu protagonismo. Todos os sujeitos pesquisados relatam que tiveram sua vida transformada, e sua percepção e postura perante a realidade modificadas. A vivência coletiva, a divisão social do trabalho, a distribuição de tarefas, a partilha do cotidiano, as relações de afeto, o compartilhamento das ansiedades, incerteza, a intensidade do mundo, o vínculo mútuo construído, e a esperança na transformação, representam um profundo vínculo identitário entre esses sujeitos e suas organizações.

Ao definirem o papel das organizações na vida da juventude, todos afirmam que ela representa verdadeiramente uma escola primária de formação, enquanto um instrumento potente para a ampliação da visão social de mundo, como um “divisor de águas” na vida da militância, possibilitando que a sociedade possa ser vista a partir de uma dinâmica coletiva, tanto da vivência como das possibilidades. A experiência da coletivização da luta e da condição humana rompe, em parte, com a lógica burguesa individualista e meritocrata e colocam no centro a possibilidade de que o mundo pode ser alterado, e que esse processo passa pela organicidade da classe trabalhadora em cooperação, em seus mais diferentes extratos.

É notório o número de jovens que começam suas vidas políticas nas organizações de juventude e que, posteriormente, tornam-se grandes figuras públicas. Mesmo que em alguns momentos haja uma considerável sobrecarga de tarefas, uma exaustão pela quantidade de reuniões, demandas cotidianas, encaminhamentos necessários e, por vezes, desgastes nas relações, os entrevistados relatam que o vínculo criado nas organizações de juventude é bastante profundo e marcante na história de suas vidas pessoais.

Os entrevistados relatam que, mesmo que os jovens na vida adulta optem por não continuarem atuando em uma organização política, a vivência nesses movimentos altera, em parte, a sua percepção sobre a vida em sociedade, sobre a política, e sobre o potencial de transformação que existe nessas organizações. A entrevistada 02 da UJC relata que se entender militante é sim uma forma de ser e estar no mundo, e que esse exercício, se entendido profundamente, será empregado de forma independente de onde estiver atuando, seja na vida pública, nas relações familiares, ou na militância organizada. A continuidade da ação militante dependerá do enraizamento e do entendimento da importância da organicidade, das entidades e da luta política, independentemente da idade, da condição social e do espaço de atuação. Esse pode ser um vínculo permanente na vida dos sujeitos, um traço marcante de sua personalidade e de sua condição humana e social.

A construção das organizações da juventude, além de ser esse instrumento formador de consciência, é espaço propício para a autoafirmação dos sujeitos, para o desenvolvimento de

suas múltiplas possibilidades humanas, construção de sua autonomia, protagonismo social e, em parte, porta de entrada para a vida pública. Esse processo de autoconstrução individual, mas também coletiva, se dá de diferentes maneiras, seja pelo acesso a um conjunto de referencial teórico e prático, que, em geral, não está disponível e legitimado, por exemplo, nos espaços escolares e na formação do núcleo familiar. Lembra-se, então, que a escola é o espaço favorável, mas não único, para a formação intelectual de uma sociedade. O contato com as mais diferentes reflexões sobre a formação social, econômica, política e cultural da sociedade, amplifica a relação da juventude com a formação do tecido social, e isso se expressa na tentativa de alterar a sua condição de vida e do conjunto da sociedade. Outro elemento marcante na fala dos entrevistados é a importância da “tarefa” de executar um conjunto de atividades que fortalecem e constroem esse coletivo. Executar tarefas, ter uma responsabilidade, das mais simples às mais complexas, exerce a possibilidade da construção da autonomia, do sentimento de pertença, de se sentirem capazes e úteis, da valorização da sua ação e de seu pensamento, o que é importante para o processo e necessário na luta coletiva e em seu papel educativo. A defesa que assumimos ao longo dessa tese é a de que os movimentos de juventude foram esse todo educativo, seja ele na formação individual de cada militante, nos processos vividos de auto-organização, e em todas as demandas que a atualidade do desenvolvimento social exige.

Abraçar para si as pautas juvenis, a condição juvenil na luta de classe, os sentimentos desse período da vida, as incertezas, os afetos, o espírito de rebeldia, a inquietude com o mundo a sua volta é tarefa do movimento de juventude. O trabalho desenvolvido desses jovens, em suas organizações, é de imprimir no mundo o desejo de que a vida pode ser transformada, e que uma geração também pode cumprir sua tarefa histórica. O mundo que até então era “visto de fora” encontra nas organizações da juventude seu lugar de pertencimento e de ruptura.

Para que as organizações possam cumprir minimamente essa tarefa, é necessário que haja uma organicidade de participação ativa, de permanente formação e autoconstrução, auto-organização, vinculada intimamente com as pautas mais atuais de uma sociedade, de um instrumento de ação concreta na vida da juventude, em seus espaços de estudo, de lazer, de moradia, e de construção de vínculos profundos. Deseja-se que nesses espaços possam apreender e vivenciar hábitos, valores e princípios da sociedade que se deseja construir. E que, ainda, a solidariedade, a compaixão, a autonomia, o protagonismo, a coletivização da vida, o respeito às diferenças, o vínculo de classe, a construção da democracia e do espírito inquieto, possam ser exercitados com o máximo de apreço. Mesmo que aqui possamos demonstrar o tamanho do significado dessas organizações para a formação da juventude, os entrevistados não se eximem de colocar os desafios que encontram no seu dia a dia na construção das

organizações, principalmente na capacidade da ampliação do número de seus militantes e de suas ações.

Também é responsabilidade das organizações de juventude possibilitar a experiência de momentos e espaços bem diversos dos vividos cotidianamente. A participação em atos, em assembleias, congressos, plenárias, momentos culturais dos mais diversos, passeatas, palestras, ações diretas, escrachos, acampamentos, viagens, são momentos compartilhados que contribuem muito na experimentação dos mais diversos comportamentos, hábitos, valores, culturas, que enriquecem a bagagem dos jovens e ampliam seus horizontes.

Ao perguntar sobre a capacidade que as organizações possuem de inflexão das mudanças sociais desejáveis, recebemos como respostas duas diferentes compreensões. Uma de que a sua organização é a expressão de um bloco histórico de caráter revolucionário, e outra de um instrumento amplo de massas. Mesmo que possa haver diferenciações nesses significados, o que fica é a necessidade de conseguir não só se manter como um movimento representativo dos anseios da juventude, mas também que seja possível agregar as mais diferentes condições juvenis existentes em seu determinado tempo histórico. E nessa caminhada, deparam-se com dois fenômenos importantes para a análise.

O primeiro refere-se às diferentes condições materiais da juventude, que passam pela precarização do mundo do trabalho, pela perda de direitos sociais elementares, pelo desemprego estrutural, pelas péssimas condições de vida e, por vezes, pela ausência da esperança na mudança. Isso também tem ressonância no descrédito com as organizações de luta coletiva, como é o caso dos movimentos sociais e partidários. Segundo o entrevistado 03 do Levante, a ausência de condições mínimas de subsistência, do disfrute de tempo livre, de dedicação exclusiva para os estudos, do direito real à moratória social, impedem que a juventude possa usufruir de um tempo dedicado a esses movimentos de juventude. Afirmamos que a impossibilidade de viver uma condição juvenil minimamente desejável é fruto dessa incapacidade de vivermos uma condição humana em seu sentido pleno, dentro da ordem degradante do capital.

O segundo elemento, que julgam ser o mais profundo, está ligado à incapacidade das organizações de “absorverem” as demandas da juventude. A questão da saúde mental é uma questão decorrente e que tem afetado em cheio a condição juvenil. O entrevistado 05 da UJS relata os inúmeros casos de adoecimento mental da juventude e a degradação da condição humana, questões nas quais as organizações conseguem pouco auxiliar.

A capacidade das organizações de se manterem atuais também é fundamental. A forma de se comunicar com a juventude, as ferramentas de representação social, o avanço da

tecnologia e da comunicação, a fragmentação, individualização e fluidez da vida nas cidades, o esvaziamento do convívio social, a superficialidade das relações, o desencantamento com o mundo, as péssimas condições de vida nas cidades, são parte das reflexões que cercam as organizações. Os vínculos afetivos e de pertencimento e a capacidade de entender a condição humana, na atualidade, são elementos que ainda muito necessitam serem aprofundados pelas organizações.

Seguindo o critério de atualidade dos debates societários, a pauta das opressões ganha muita força nos movimentos de juventude. A necessidade de aprofundar as especificidades que vão dando contorno para a luta de classe e sua identidade, passam também pelo reconhecimento de uma análise da classe social que traga consigo todos os elementos que condicionam a classe trabalhadora como um todo. As organizações de juventude representam esses coletivos que assumem para si, de forma integral, o compromisso com a reflexão sobre pautas como o machismo e a misoginia, o racismo, a LGBTfobia, xenofobia, capacitismo, etarismo, aporofobia, como elementos indissociáveis da luta de classe, e convocam o conjunto dos adultos e demais organizações a pautarem o debate. Todas as organizações pesquisadas possuem seus setores, coletivos ou frentes de atuação, com a temática das opressões, que representam uma centralidade na ação e na organicidade dos movimentos. Mas também relatam que esse ainda é um ponto frágil, inclusive para a ampliação de seus militantes. Percebe-se que os sujeitos se aproximam das organizações pelo reconhecimento das pautas das opressões. Há imperiosidade de as organizações políticas, desde a juventude, armarem a militância por processos formativos contra as opressões, e que manifestações de opressão sejam educativamente combatidas nas organizações, nos sindicatos, nas entidades estudantis, nos movimentos sociais.

É elemento também da construção da identidade dos movimentos de juventude a sua capacidade de expressar a sua marca juvenil com o trabalho que desenvolvem com a cultura popular, periférica e juvenil. O trabalho com a cultura está presente nas quatro organizações pesquisadas. Algumas têm um amplo trabalho já consolidado, outras observam a importância dessas pautas e tentam caminhar nessa direção, em alguns momentos com mais intensidade do que outros. Nesse ponto, iremos trabalhar de forma mais sistematizada, quando debatermos os aspectos da estética juvenil, mas podemos aqui adiantar que o trabalho com a cultura pode ser considerado elemento chave do trabalho de base, realizado, principalmente, nos territórios periféricos e com a juventude trabalhadora.

É tarefa histórica das organizações de juventude a tática da ação direta. Em geral, são os jovens que buscam demonstrar sua indignação através da pichação, da colagem de lambes, da ação do “escracho”. Este também será um elemento abordado no capítulo no qual nos

dedicaremos a aprofundar a estética juvenil. Mas também o compreendemos como parte da identidade das organizações da juventude, pois são esses que, na maioria das vezes, ocupam os espaços públicos para denunciar as atrocidades do modo de produção capitalista. A ação dos escrachos, como elemento de rebeldia, representa a recusa em aceitar a dominação, a opressão e a exploração. Segundo a entrevistada 06 do Levante, essas são ações que cabem à organização de juventude fazer, sendo que o Levante tem grande protagonismo nessas ações. “Essas ações mais pontuais de agitação propaganda, como na vez que a gente tacou glitter no Bolsonaro, e a vez que a gente tacou os dólares no Cunha. E agora a pouco a gente fez o escracho na Prevent”. As organizações de juventude, muito inspiradas também nas ações diretas dos movimentos sociais como o MST, têm utilizado desse recurso de agitação para comunicar-se amplamente com a população.

Como parte do instrumento de transmissão dos métodos e metodologias, da organicidade, do reconhecimento da identidade do movimento, estão responsáveis os militantes mais velhos, com maior trajetória. Estes ocupam um papel importante de condução e acompanhamento dos novos militantes, e também de representação, por serem considerados aqueles que carregam consigo o conteúdo político de sua organização.

Durante o levantamento de dados nos documentos e matérias disponíveis e nas entrevistas com cada organização, foi possível identificar que todas as organizações possuem um importante volume de material, umas mais que as outras. Existe, por parte desses movimentos, a preocupação com o registro, seja ele de suas concepções, de sua história, e suas posições com a conjuntura vivida em cada momento histórico. Há, por parte de algumas dessas organizações, um profundo debate teórico, um acúmulo considerável e relevante. Desmentindo, por vezes, que as organizações de juventude carecem de profundidade teórica e metodológica, e que somente com a maturidade isso é possível. Isso obviamente está relacionado com o vínculo com as suas organizações partidárias, com a disponibilidade para o estudo, com a construção de instrumentos formativos e com as escolas teóricas e práticas que acabam por assumir. Segundo Bogo (2008, p. 181), “a natureza político-ideológica da organização determinará as características da militância e vice-versa, isso repercute na qualidade de suas ações”. A construção da identidade dessas organizações também passa pelas formas e conteúdos da sua práxis política.

As formas de transição, que representam a saída dos militantes das organizações quando chegam na fase adulta, apresentam-se de distintas maneiras. Para a UJC, ela está associada à passagem para a militância no partido, o PCB, na frente sindical, a Unidade Classista, ou pode ainda ser para os coletivos, como é o caso do Ana Montenegro. Segundo as entrevistadas, esse

é um caminho relativamente fácil de ser feito, já que todas as organizações que compõem o PCB têm um trabalho bastante próximo. Já para o Levante, segundo o entrevistado 03, existe uma certa ausência de política mais efetiva de transição, por entender que alguns militantes se “perdem no caminho”. Os militantes que seguem, em geral, passam a atuar na Consulta Popular ou no MST. Tanto para a UJS e o Juntos, o caminho da transição é a construção de seus partidos. Isso se reflete no conjunto de candidaturas parlamentares, que se constroem a partir dessas organizações de juventude. Atualmente, essas organizações de juventude são aquelas que têm um número considerável de parlamentares a nível nacional.

Também como ponto importante para entender os movimentos de juventude, seu vínculo e transição e suas relações partidárias, é importante refletir sobre a relação com os adultos. É inegável que há, em parte, algum conflito geracional, que se expressa de diferentes maneiras como, por exemplo, uma certa tutela das organizações partidárias sobre as organizações da juventude, que mesmo que expressem a importância da construção dos instrumentos da juventude e da sua autonomia, sentem a necessidade de reafirmar e intervir a partir de posicionamentos, alegando um certo despreparo teórico e prático dos jovens. A pouca idade pode representar, em suas avaliações, um despreparo, um “vir a ser”, com uma ideia de que só a maturidade pode alcançar o acúmulo para compreender a verdadeira formulação revolucionária. Por isso, há a necessidade de serem “dirigidos” ou acompanhados.

Nesse movimento, também existe, por parte dos adultos, uma visão de que as organizações carecem de tática e estratégia; por esse motivo, há uma necessidade de interferir no que as organizações de juventude devem fazer, como devem agir frente a conjuntura. Também existem diferentes visões sobre determinados assuntos, como é o caso das opressões. Essas são pautas muito encabeçadas no interior das discussões da juventude, mas que sentem dificuldade de ressonância com os adultos, principalmente aqueles que vêm de uma longa tradição da esquerda brasileira. As pautas do machismo, da LGBTfobia, do racismo, são vistas como pautas secundárias e, muitas vezes, não integrantes da luta de classe. O que existe é uma certa desconfiança de que essas pautas podem diluir, diminuir ou enfraquecer a luta de classe ou, ainda, revelam aspectos de viés preconceituoso ou conservador, que cercam as organizações e necessitam avançar em tais posições. O esforço tem sido o de trazer amplos debates, referendados em importantes intelectuais. Um bom exemplo trazido pelo entrevistado 05 da UJS é sobre a pauta da regulamentação da maconha. Segundo ele, esse é um debate que não há consenso entre a UJS e o PCdoB, “[...] a UJS por exemplo defende a regulamentação do uso de drogas, e essa é uma formulação política nossa, e que ainda o PCdoB tá distante de chegar ao nosso nível de formulação e elaboração sobre o tema”. É importante perceber essas nuances, e

o quanto esse embate de ideia é necessário para a vida de ambas as organizações. Segundo a entrevistada 06 da UJS, isso também pode ser explicado pela distância entre as gerações. Os dirigentes do PCdoB são frutos de uma formulação partidária que viveu a ditadura dos anos 60. De lá pra cá muitas reflexões foram sendo aprofundadas, novas pautas se incorporaram, costumes, tradições, posições também se transformaram. As disputas sobre a condução dos processos é um ponto ressaltado pela entrevistada 06 da UJS, “[...] essa geração eles têm muita resistência, e dizem ‘a gente sempre fez assim’, ‘porque foi assim que sempre deu certo’, ou às vezes, até percebe que tem alguma coisa errada, mas a capacidade de fazer autocrítica ainda é um problema”.

O exercício do diálogo e da democracia, da reflexão aprofundada, do distanciamento do conservadorismo burguês, da capacidade de manter-se atualizado, mas também vinculado a uma tradição política construída, é um caminho que todas as organizações percorrem. Os desafios em compreender as vivências dos idosos, dos adultos e dos jovens, são múltiplas, mas também altamente formadoras, assim como também são os desafios que cercam homens e mulheres, brancos e negros, heteros e homossexuais, operários e camponeses, centro e periferia, indígenas e quilombolas, e toda a rica diversidade que constituiu a construção humana, suas identidades, e o papel representador de suas organizações políticas. Nos parece ser bem importante complementar essa reflexão com o que a entrevistada 04 do Levante aborda, quando trata do assunto da divergência, como algo que deve ser visto como positivo, como construtivo, como educador, e não como tensionamento, dissidência ou enfrentamento.

É importante destacar que, mesmo que as organizações de esquerda se coloquem historicamente em uma posição progressista, de vanguarda das mudanças necessárias, da defesa dos direitos humanos e da liberdade, elas não se encontram isentas de contradições, pelo contrário. Esse é um processo que movimenta os conflitos, que possibilita a reflexão, que desestabiliza. Sobre esse ponto, é necessário destacar a fala da entrevistada 06 da UJS, quando relata posições conservadoras entre os militantes, principalmente oriunda dos adultos, que têm bastante dificuldade em assumir algumas posições e, por vezes, reforçam nas organizações posições machistas, homofóbicas, racistas, sexistas, que precisam ser combatidas cotidianamente, papel que a juventude vem muito desempenhando.

Mesmo que tais tensões existam, todos os pesquisados relatam que, frente a essa autonomia relativa, os processos e deliberações das organizações são todos dirigidos pela juventude. Há sim uma presença forte da estratégia e tática dos partidos que são vinculados, mas as táticas, por vezes, são bem mais amplas e correspondem também com as pautas da juventude. Compreendem também a importância da parceria com os adultos, de aprenderem

juntos mutuamente, e da relevância de sua experiência militante. Como na fala da entrevistada 07 do Juntos, que reforça a importância de aprender com a experiência dos mais velhos, respeitando o potencial de renovação que a juventude desempenha.

Outra marca importante que representa a identidade dos coletivos de juventude é a presença no movimento de massas. As organizações de juventude exercem uma presença marcante, notória e importante nos embates de rua. A agitação e propaganda da juventude nas ruas tornaram-se elementos fundamentais para esses espaços. As diferentes formas de comunicar-se com a população são elementos de sua identidade, mas também formas de sua organização política.

A chegada da pandemia impossibilitou a presença da juventude nas ruas e aprofundou a relação com seu público por meio das redes sociais. Nesse período, foram inúmeras *lives*, encontros e congressos virtuais, *podcast*, formações online. Todos esses movimentos buscaram refletir sobre o momento vivido e os desafios colocados. As redes sociais e as páginas digitais sempre tiveram um espaço importante na agenda das organizações da juventude, diferente de outras organizações da esquerda. A juventude muito mais conectada, como expressão da sua marca geracional, soube ampliar esse canal de comunicação e usá-lo a seu favor na batalha das ideias. A avaliação, por parte dos entrevistados, é a de que a maior utilização das redes sociais como um canal de comunicação com seu público é positiva, mas que estas não substituíram todos os mecanismos presenciais. A realidade é que essa forma de comunicação digital ficou na pauta e na intenção das organizações, mas que ainda precisa ser muito mais aperfeiçoada e explorada.

Com possibilidade reduzida de ação por uma crise sanitária mundial sem precedente, e com o agravamento das condições materiais de vida da população, principalmente das periferias dos centros urbanos, as ações de solidariedade formaram a grande tônica das tarefas militantes. As quatro organizações pesquisadas relatam que, durante a pandemia do Covid-19, voltaram-se para as ações de solidariedade. Algumas já desenvolviam esse tipo de ação, outras deram início no período da pandemia. Mas todas foram responsáveis por organizar mutirões de doação de cestas básicas. Campanhas como “Nós por Nós”³⁷ foram motivadas, principalmente, pela ausência do Estado em trazer respostas de subsídios básicos para a população mais empobrecida do país. Foram inúmeras as ações de solidariedade, além das cestas básicas, foram organizadas cozinhas comunitárias, auxílio gás, mutirões de limpeza, doação de roupas, *drive-thru* solidário

³⁷ O jornal Brasil de Fato publicou, em detalhes, a campanha “Nós por Nós”, encabeçada pelo Levante Popular da Juventude. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/31/campanha-nos-por-nos-contra-o-coronavirus-recebe-medalha-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

de dia das crianças e Natal, entre outros. Todos os entrevistados relatam a importância dessas ações, do aprofundamento da noção de solidariedade de classe, os vínculos importantes que podem ser construídos a partir de ações como essas, do trabalho comunitário, e da necessidade de construção permanente de trabalho nos territórios, principalmente os periféricos. Ressaltam, inclusive, como uma possibilidade de ampliação do trabalho de base, não só com a juventude, mas com a comunidade como um todo.

Todos os elementos abordados em relação aos aspectos identitários dos jovens e de suas organizações trazidos nesse capítulo serão devidamente aprofundados nos capítulos que se seguem, como uma forma integral da constituição de sua história, trajetória, papel social, político e educativo dessas organizações.

6 HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

6.1 UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA (UJC)³⁸

Considerada a primeira organização comunista da juventude brasileira, a União da Juventude Comunista (UJC) tem sua origem e permanência no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1926, com a formação da primeira cédula em Recife, com denominação de Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB). Essa organização tinha a responsabilidade do recrutamento, da formação política e da organização da militância junto aos segmentos dos jovens. Leôncio Basbaum foi um dos jovens que, juntamente com estudantes universitários e jovens operários, passou a encabeçar a construção da organização, também a nível nacional.

No período seguinte, a organização da militância comunista passou por períodos de guinadas e crises, que se relacionavam também com a conjuntura internacional do momento histórico. “Tanto o PCB quanto a UJC, conseqüentemente, sofrem a crescente influência do “obrerismo”³⁹, o que engessou as organizações, levando-as a um estreito de isolamento político” (UJC, 2018, p. 07). Esse movimento de tendência mais sectária levou à construção da Federação Vermelha dos Estudantes (FVE), espaço de atuação no meio universitário, mas que logo sentiu suas limitações na organização da juventude, e encaminhou para a reflexão da necessidade de ampliar as relações com outros setores da juventude, levando à dissolução da FJCB, em 1937.

Na seqüência, a juventude comunista passa a ser organizada pelo comitê central do PCB, mas ainda com pouca penetração nos demais setores da juventude. Em 1935, delibera-se a necessidade da construção de um comitê juvenil na Aliança Nacional Libertadora (ANL), mas que, sob pressão e perseguição do governo Getúlio Vargas, coloca o movimento na ilegalidade. Sua ação, entre os anos de 1938 a 1947, se dão quase que exclusivamente no movimento estudantil universitário, auxiliando, por exemplo, na construção Casa do Estudante do Brasil (CEB), em 1929, e da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre 1937 e 1938. Até 1945, a UNE foi um importante espaço de atuação da juventude comunista.

A partir do ano de 1945, o PCB passa a preocupar-se em estruturar as ações juvenis, numa organização própria, o que culminaria na resolução de fundação da União da Juventude

³⁸Os dados para a construção desse texto foram retirados de textos, documentos, site e redes sociais da organização.

³⁹O obrerismo representava a centralidade da ação política nos proletários, considerados “trabalhadores produtivos”, cumprindo ações centrais no partido. Os demais militantes, intelectuais e estudantes eram considerados militantes secundários na ação política, ou até menosprezados.

Comunista (UJC), em 1947, com a aprovação de seu estatuto pelo comitê central do partido, tendo como objetivo organizar amplamente todos os setores da juventude, em torno das pautas da consolidação da democracia, da paz mundial e no combate ao fascismo. Conforme extrato do Estatuto da UJC, “A União da Juventude Comunista educará os jovens, inspirando-se nas tradições revolucionárias e progressistas do povo e orientando-os nos exemplos e ensinamentos do socialismo”⁴⁰.

Porém, logo após a fundação da UJC, o PCB e demais organizações do campo da esquerda passam a sofrer fortes ameaças e perseguições pelo anticomunismo que se aprofundava naquele contexto histórico. Em abril do mês ano, o então presidente Dutra publica um decreto, que viria cassar os direitos políticos do PCB e também suspender todas as ações da UJC.

Entre os anos de 1947 a 1949, os militantes da UJC organizam-se, principalmente, na UNE e no Partido Socialista Brasileiro (PSB), organização partidária que era majoritária na UNE, fortalecendo essa entidade representativa e alavancando também a organização da Juventude. No ano seguinte, o PCB adota uma nova política de enfrentamento (Frente Democrática de Libertação Nacional - FDLN⁴¹) e decide pela reorganização da UJC, como umas das importantes frentes de organização pela luta da libertação nacional. Nesse período, forja-se a necessidade da construção de um amplo movimento estudantil, na direção da luta de classe, além de participação de mobilizações internacionais de juventude, como a União Internacional dos Estudantes (UIE), Festivais Internacionais da Juventude e dos Estudantes Pela Paz e Amizade, evento bianual promovido pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD)⁴².

No mesmo período, a UJC esteve envolvida na campanha nacional de “O Petróleo é Nosso”, atuando amplamente na UNE contra o anticomunismo, e nas organizações secundaristas contra a precarização do ensino e o aumento das taxas escolares, na falta de vagas nas escolas e por descontos nas atividades culturais e no transporte público.

Os anos de 1954 a 1957 são períodos de ênfase no movimento estudantil, compondo uma chapa, em 1956, reconduzindo a UNE a uma postura mais progressista, das quais anteriormente a juventude de direita havia ocupado.

⁴⁰Extrato do Estatuto da UJC, Diário Oficial da União, Seção I, 4309, 28/03/1947.

⁴¹PRESTES, Luis Carlos. Declaração pela organização da Frente Democrática de Libertação Nacional. **Voz Operária**, p. 03, 05/08/1950.

⁴²A FMJD tem origem no Conselho Mundial da Juventude (CMJ), organizado para reunir as juventudes antifascistas durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, em Londres, o CMJ aprovou a fundação FMJD (**Voz Operária**, p. 06-07, 16/07/1955).

A crise do movimento internacional comunista⁴³ e as tensões internas entre a UJC e o PCB levaram, em 1957, à dissolução da organização da juventude dentro do partido, sendo emitida uma nota pelo comitê central em uma análise de autocrítica, da qual o partido não teria debatido amplamente o problema em torno das questões da juventude, devido ao fato de grupos que divergiam em relação à condução da ação juvenil e à forte acusação de ter se tornado uma organização sectária⁴⁴.

Mesmo com esse contexto histórico, a juventude ligada ao partido comunista continuou a atuar e a influenciar as organizações representativas da juventude, como a UNE, UBES e diretórios acadêmicos, sustentando, inclusive, a nova diretoria eleita da UNE, no ano de 1964. Quando se instaura a Ditadura Civil, Militar e Empresarial, inicia-se, então, a perseguição ativa aos militantes de esquerda e a todas as suas organizações políticas. Os próprios tensionamentos, frutos da ditadura, colocam no centro outro debate importante para a UJC, se as vias revolucionárias seriam pelos caminhos de uma luta armada, pelos movimentos de massa ou pela ampliação dos espaços de representação. Estas tensões provocaram mais afastamentos de militantes da organização.

O aprofundamento da ditadura e a resolução do ato constitucional de n. 5, que viriam para massacrar⁴⁵ a militância da UJC e enfraquecer sua ação, provocam, praticamente, sua dissolução. Alguns militantes dispersos seguiram atuando, outros migraram para outras organizações até o restabelecimento e volta da legalidade da UNE, que viria a acontecer nos anos 1980.

A UJC e o PCB voltam a atuar de forma legal somente em 1985, após a lei da anistia e as campanhas pelas “Diretas Já”. Porém, sua capacidade de adesão e mobilização nos anos seguintes são muito pequenas, fruto também de uma própria tendência da qual o PCB vinha adotando, de suavização de pautas e de uma possível conciliação de classe, juntamente com o cenário internacional de enfraquecimento das alternativas revolucionárias.

Só em 1993, no X congresso do PCB, é possível a reativação da UJC, ressaltando a importância dessa organização no interior do partido. “[...] Este é o grande investimento do Partido em longo prazo, pois os jovens são os verdadeiros continuadores da história, tradições

⁴³O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética provoca movimentações importantes no entendimento da condução dos caminhos da Revolução Russa às críticas travadas pelo então secretário geral do partido, Nikita Serguêievitch Krushev, sobre a condução da revolução pela direção de Stálin na URSS. Coloca no centro do debate também diferentes entendimentos das vias revolucionárias adotadas pelo PCB. Com isso, foram-se fissuras e rachas internos, um deles é a constituição do PCdoB, em 1962.

⁴⁴Resolução do Comitê Central sobre a UJC. **Voz Operária**, p. 17, 27/04/1957.

⁴⁵Um terço do comitê central do PCB é assassinado, assim como muitos jovens da UJC (União da Juventude Comunista. **Caderno de apresentação e organização**, p. 10, 2018).

e lutas do Partido Comunista Brasileiro”⁴⁶. Em 1994, na cidade do Rio de Janeiro, acontece o congresso de reconstrução da UJC, elegendo a direção nacional, que terá como tarefa a construção da organização em todo o território nacional, em um movimento de profunda reconstrução, que trará sua consolidação nos anos 2000, com a atuação, principalmente, da UNE e UBES e das instâncias do partido.

De 2005 a 2010, a UJC passa por um novo processo de reconstrução, somando à realização de três congressos nacionais consecutivos, em 2010 a 2012, que implicam no avanço da estratégia organizativa. Estes congressos são considerados como “importantes passos no sentido da consolidação do processo de reconstrução revolucionária do PCB, apontado no partido a partir das resoluções de seu XIV congresso”⁴⁷.

A realização do V congresso, em 2010, aconteceu na cidade de Goiânia/GO, como um importante momento de articulação da juventude anticapitalista e anti-imperialista, com a presença da juventude do PSOL, PSTU e da Consulta Popular. Nesta ocasião, foi deliberada a necessidade da construção de um bloco revolucionário do proletariado, que tem como tarefa a construção do poder popular, com a palavra de ordem “Juventude que ousa lutar, constrói poder popular!”⁴⁸. Além da construção de uma campanha nacional, “O petróleo tem que ser nosso!”. Organizam, assim, sua ação em frentes de massa, frentes de jovens trabalhadores, frentes do movimento estudantil e frentes de cultura.

No ano de 2012, quando completaria 85 anos de existência, a UJC realiza, na cidade de Niterói/RJ, seu VI congresso nacional, reafirmando seu posicionamento histórico da construção de uma sociedade socialista, como processo transitório da sociedade comunista. A atualidade da sociedade capitalista expressa o aprofundamento da crise, que cortam direitos, serviços sociais básicos, em um movimento de “privatização de recursos naturais e estratégicos de nossa economia, precarização e flexibilização de direitos sociais são algumas medidas que o governo Dilma”⁴⁹. A conjuntura aponta para a necessidade de um bloco proletário, que possa avançar na luta anticapitalistas e anti-imperialista, e que possa reconstruir o movimento estudantil de organizações como UNE e UBES, que, no atual momento, se encontram burocratizadas e institucionalizadas. Por este motivo, a importância de continuar fortalecendo entidades como

⁴⁶União da Juventude Comunista. **Caderno de apresentação e organização**, p. 11, 2018.

⁴⁷Idem.

⁴⁸Resoluções do V Congresso Nacional da UJC, São Paulo/Porto Alegre, 31 de março de 2010.

⁴⁹Citação retirada das “Resoluções do VI Congresso Nacional da UJC”, em 1º de agosto de 2012.

“Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular”⁵⁰, além de aprofundar a leitura sobre as pautas transversais.

Os acontecimentos da Jornadas de 2013 envolvem a juventude da UJC nos movimentos de massa que se espalham pelo país. A avaliação da organização é a de que o não atendimento às reivindicações populares provocam revoltas que se expressam nas ruas, principalmente vindas da juventude, que tem dificuldade de encontrar saída na crise que se aguça no país. A contrapartida dos setores da burguesia foi a criminalização dos movimentos à repressão do Estado. A UJC entende que, a partir desse momento, a luta de classe no país muda de patamar, demonstrando a fragilidade da esquerda institucionalizada e da intensificação da crise econômica e social do país.

Também na cidade de Niterói/RJ, em 2015, acontece o VII congresso nacional da UJC, num momento de reafirmar sua existência histórica, sua força e seu crescimento. A palavra de ordem era “Organizando rebeldias, massificando lutas!”, entendendo que o momento atual brasileiro exige da juventude uma organização sólida para enfrentar o imperialismo, os grandes monopólios, e a criminalização da classe trabalhadora e suas organizações. Com isso, a tarefa primordial é a de reestruturar a UJC para uma fase mais intensiva da luta de classe, na direção da construção do poder popular com todos os setores da juventude. “Trata-se de um novo direcionamento para o crescimento da juventude comunista, em quantidade e, principalmente, em qualidade” (Resoluções do VI Congresso Nacional da UJC, 2012); para isso, a decisão foi o de novas formações políticas, recrutamento, agitação, propaganda e finanças. Assim, dando também continuidade ao fortalecimento da defesa da universidade popular, reforçando a participação na construção da articulação nacional dos MUP – Movimento em luta pela Universidade Popular.

Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por ocupações nas escolas públicas e nas universidades públicas. Muitas eram as reivindicações; dentre elas, os estudantes secundaristas lutavam pelo direito à merenda escolar, à melhor infraestrutura e qualidade na educação. Os estudantes universitários, motivados pelas ocupações das escolas públicas, ocupam os prédios das universidades, protestando pelo fim da “PEC da Morte”⁵¹. Os militantes da UJC estiveram presentes em todos os processos, na organização das ocupações e nos atos de rua, fortalecendo o movimento que se tornou um marco na história das lutas juvenis.

⁵⁰O Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular construiu-se após a realização I Seminário Nacional de Universidade Popular (SENUP), realizado na cidade de Porto Alegre/RS, em 2012.

⁵¹A Proposta de Emenda à Constituição 55/2016 ou Emenda Constitucional do Teto dos Gastos públicos, que ficou conhecida como a “PEC da Morte”, limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação para os próximos vinte anos, o que traria consequências de investimentos em setores como a saúde e a educação.

O VIII congresso nacional aconteceu, em 2018, na cidade de Florianópolis/SC, com o lema “Unidade para resistir, ousadia para avançar”. Nesse momento, a UJC consolida-se como uma importante organização no cenário das lutas juvenis, em especial, no movimento estudantil. Uma das principais questões levantadas na construção do congresso foi a necessidade de ampliar a atuação da UJC para uma força dirigente, principalmente com a juventude trabalhadora e a importância da formação de novos quadros e lideranças que potencializem a organização e o recrutamento.

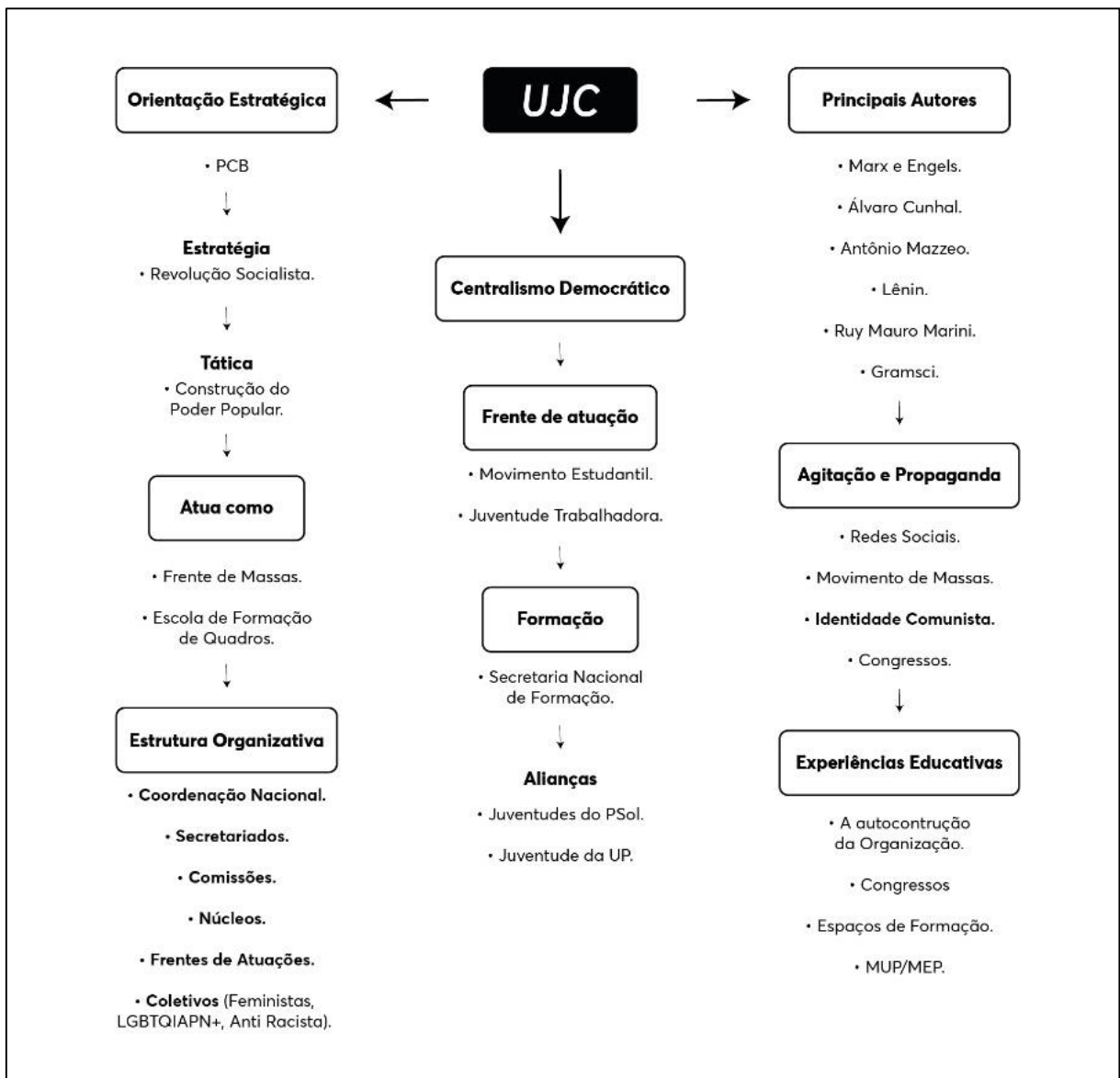
Para a UJC, o ano de 2020 foi um ano de ações de solidariedade, contra à fome que se agrava com a chegada da pandemia do Covid-19 no Brasil, mas também foi um ano de organizar a militância em torno das candidaturas de prefeitos e vereadores do PCB. A organização, nesse período, realizou inúmeras atividades virtuais, com amplos debates em relação à pandemia e suas bandeiras de luta. No mesmo ano, também realizou um evento com mais de 7 mil inscritos para o “Curso de Formação Política da Revista O Futuro⁵² - O comunismo é a juventude do mundo”. Atualmente, a UJC está organizada em 24 estados do território nacional, possui uma cadeira na diretoria da UNE, de relações internacionais e conta com mais de 32 mil seguidores nas redes sociais⁵³.

Abaixo, segue o esquema visual que representa alguns aspectos importantes do conjunto da intenção organizativa da UJC, como: sua estratégica orientada pelo PCB, a adesão ao centralismo democrático como método organizativo, o movimento estudantil como seu principal campo de atuação, e como orientação tática a construção do poder popular, nas suas alianças políticas, na sua estrutura organizativa, nas suas formas de agitação e propaganda, e nas suas experiências educativas mais sistematizadas, entre outros.

⁵²A revista *O Futuro* é uma iniciativa editorial da UJC como instrumento na disputa do campo das ideias.

⁵³Na rede social do *Facebook*, conta com mais de 32 mil curtidas, além de 38,6 mil seguidores no *Instagram*, e 14,5 mil seguidores no *Twitter*. Estes dados foram verificados em 26 de março de 2022.

Figura 2 - União da Juventude Comunista



Fonte: Elaborado pela autora, com base no acervo das entrevistas e análise documental.

No decorrer da pesquisa, a partir do levantamento histórico da organização e da leitura de seus documentos, podemos destacar alguns elementos importantes que compõem o esquema visual acima, como forma de sistematizar aspectos relevantes da configuração da UJC. Além do que já foi citado, a UJC organiza-se a partir de coordenações nacionais, secretariados nacionais e estaduais, comissões e núcleos, que, em geral, são de caráter local, além de uma destacada atuação em suas frentes de atuação, como os coletivos feministas, LGBTQIAPN+ e antirracista. Com uma destacada atuação no movimento estudantil, principalmente no universitário, vem discutindo a necessidade de ampliar sua atuação com a juventude trabalhadora. Através de sua Secretaria Nacional de Formação, realizam um conjunto de

estudos. É possível ser identificado o nível de debate teórico que realizam, e a preocupação em estudar os clássicos de Marx e Engels e dos marxistas. Identificam que existe uma grande preocupação com os estudos, em uma grande diversidade de autores.

Expressam que a sua preocupação com a agitação e propaganda parte de uma visão leninista. Apostam no movimento de massas, na disciplina consciente e na identidade visual comunista. As experiências educativas mais sistematizadas da organização partem dos espaços de formação, no desenvolvimento da sua autoconstrução a partir do centralismo democrático, além de instrumentos como o MUP - Movimento Universidade Popular e o MEP - Movimento Educação Popular.

A UJC, além de ter uma notável trajetória histórica, com mais de nove décadas de existência, vem ganhando espaço, na atualidade, após um período de reformulação, principalmente no movimento estudantil, e ampliando seu número de militantes e espaços de atuação.

6.2 UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA (UJS)⁵⁴

Fruto também do acúmulo histórico da juventude comunista e de sua tradição política, a UJS forja-se em um cenário de lutas sociais intensas e no bojo da construção do PCdoB, declarando-se como a “Juventude do Araguaia”, e encontra no período de redemocratização do país a sua construção enquanto UJS.

Após difíceis anos de repressão, sofridos pela Ditadura Civil, Militar e Empresarial, o Brasil caminha na direção da redemocratização, a partir de 1983, com a campanha nacional pelas Diretas Já. Neste contexto, em 1984, mais de 600 jovens reúnem-se na assembleia legislativa de São Paulo para o ato de criação da UJS - União da Juventude Socialista, organização vinculada ao PCdoB - Partido Comunista do Brasil.

Nesta ocasião, a organização parte de alguns princípios orientadores. Um deles refere-se à utilização do termo socialismo, considerando que, naquele momento histórico, devido à difusão do anticomunismo, a vinculação a uma perspectiva comunista poderia afastar a juventude e os demais segmentos da sociedade. A preocupação era a construção de um manifesto amplo em defesa da juventude e do socialismo.

A tarefa prioritária da coordenação eleita era a preparação para o 1º Congresso Nacional da UJS, que só aconteceria no ano seguinte, com a participação de mais 900 jovens no Ginásio

⁵⁴Os dados para a construção desse texto foram retirados de textos, documentos, site e redes sociais da organização.

de Tarumã, no município de Curitiba/PR. Nesta ocasião, os debates rolam em torno da nacionalização da entidade e da transformação em um amplo movimento de massas da serviços da luta pela democracia e pela construção do socialismo. No intuito de discutir a herança de desemprego, as péssimas condições do ensino e a elitização do esporte, deixada pela Ditadura Civil, Militar e Empresarial, a UJS aprova uma campanha nacional por “emprego, esporte e cultura”.

A partir deste momento, a juventude da UJC, além dos estudantes universitários e secundaristas, abre campanhas esportivas e culturais para aproximação de jovens das regiões de periferia.

No seguinte ano, realiza-se o 2º Congresso Nacional da UJS, no campus da Universidade Federal do Espírito Santo, na cidade de Vitória/ES, reunindo mais de 2 mil jovens, com uma grande presença dos secundaristas. Nesse momento, a UJS já estava organizada em todos os estados, contando com 14 coordenações estaduais. Os principais debates circulavam em torno de reivindicações próprias, que seriam encaminhadas para o governo federal, para o debate futuro da construção da constituinte; dentre elas, estava o voto direto aos 16 anos, do serviço militar opcional e do incentivo ao primeiro emprego. Também foi parte das atividades do congresso um ato público no centro da cidade de Vitória, que denunciava as ações do FMI no Brasil e a luta contra o imperialismo.

O 3º Congresso Nacional foi realizado na cidade de Aracaju/SE, na Universidade Federal de Sergipe, em 1987, reelegendo a coordenação geral e demonstrando sua força organizativa para a Assembleia Nacional Constituinte. Nesta ocasião, um grupo de jovens ligados a UJS e a UBES instalam-se no congresso nacional e participam ativamente da formulação do que viria ser a Constituição Federal. “A galeria lotada de jovens cobrava a aprovação” (Resoluções, 3º Congresso Nacional da UJS, 1987). A aprovação do voto aos 16 anos representou uma vitória muito importante para a juventude, o que viria a representar 5,7 milhões de jovens eleitores.

Na realização de seu 4º Congresso, na cidade de Petrópolis/RJ, em 1988, o evento contou com a participação de jovens estrangeiros, como também participação de partidos políticos, como PMDB, PT, PCB, PSB e o próprio PCdoB, representante da UBES, CUT e CGT. Neste momento, intensificando a campanha pelo voto e defendendo a unidade dos partidos de esquerda e dos segmentos da juventude.

O ano de 1989 representou para a UJS o caminho da construção de um programa eleitoral para a “Juventude da Frente do Brasil Popular”. Havia, nesse período, uma grande esperança na eleição de um candidato que pudesse reconduzir os caminhos do Brasil em um

projeto democrático e popular. A Juventude da UJS e grande parte das organizações progressistas encabeçaram a campanha do então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Em especial, a UJS produz um material que chama “Brasil, mostra a tua cara”, que incentivava a juventude a votar em Lula.

O 5º congresso, realizado em 1990, na cidade de Curitiba/PR, tinha como foco aprofundar as questões que envolviam os interesses da juventude e seu potencial de organização. Em 1992, a UJS realiza o “I Ecos da Juventude”, encontro para mostrar e debater a produção cultural dos jovens. O evento foi realizado em Campinas/SP, contando com a presença de mais de 800 jovens. Na ocasião, aconteceram muitos debates, produções musicais, teatrais, literárias e de dança.

Porém, no mesmo ano, a conjuntura foi de profunda crise no governo Fernando Collor, o que levou milhares de jovens às ruas, sendo de importante protagonismo da UJS a palavra de ordem “Fora Collor”. O movimento da juventude no *impeachment* do então presidente foi ponto importantíssimo no movimento de massas no país.

Apesar da importante movimentação da juventude e do próprio protagonismo dos “caras-pintadas”, a UJS passou por um processo de paralisia, conforme nota no 6º congresso, realizado em Vitória/ES, em 1992, buscando retomar o debate interno e a necessidade de maior mobilização da militância. Chegando em seu 7º congresso, em 1994, na cidade de Salvador/BA, os problemas detectados se aprofundam e há um momento de avaliação e de autocrítica dos caminhos adotados e da identidade da UJS em relação ao partido e à sua própria construção. Todas estas questões se estenderam para o 8º congresso, realizado em 1996, na cidade de São Paulo, com o compromisso de eleger a nova direção e as estratégias que iriam tomar para dar continuidade na organização.

No ano de 1997, a UJS lidera uma campanha em homenagem aos trinta anos de execução de Ernesto Che Guevara, como um grande exemplo para a juventude. No mesmo ano, a UJS, com demais organizações da juventude, prepara a delegação Brasileira que iria participar do XVI Festival Mundial da Juventude, que seria realizado em Cuba, no mesmo ano.

O 9º congresso, realizado em 1998, em São Paulo/SP, apresenta um novo manifesto – “Socialismo com a nossa cara”, colocando em evidência as dificuldades que a juventude atravessa, sobretudo com o aumento do desemprego e as políticas neoliberais do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Isto resulta também em uma aproximação de setores sindicais e da construção do “I Encontro de Jovens Trabalhadores Socialistas”, em 1999, na cidade de Belo Horizonte/MG.

A realização do 10º congresso da UJS, em 2000, em Ouro Preto/MG, celebraria os 15 anos de existência da organização, em um dos períodos difíceis da conjuntura nacional no avanço do neoliberalismo. Até o ano de 2002, a UJS participa da realização de importantes eventos, dentre eles: Festival Nacional da Juventude, Fórum Nacional das Organizações Juvenis, II Encontro da Juventude Negra e Favelada, além de realizar sua filiação no conselho geral da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) e da campanha nacional pelo “Fora FHC”.

As atividades do ano de 2002 começam com a realização da segunda edição do Fórum Social Mundial,⁵⁵ em Porto Alegre/RS, com grande protagonismo da juventude, garantindo, para a UJS, um espaço importante de debate e articulação. No mesmo ano, a UJS realizará seu 11º congresso, na cidade de Aracaju/SE, com o tema central da atualização política para a construção de uma entidade ampla e de massas, no combate ao individualismo, ao neoliberalismo, às tendências “esquerdistas”⁵⁶ e utópicas. Vale lembrar que, nesse mesmo ano, a juventude da UJS esteve bastante dedicada na campanha política de Lula, com uma penetração grande nos territórios e espaços culturais juvenis. Lula ganha as eleições, com uma contribuição importante da juventude, o que irá refletir nos espaços de diálogo com a UJS.

Em 2004, na Universidade Federal de Brasília UnB/DF, a UJS realizará seu 12º congresso nacional, em um momento de ampliação dos membros da direção nacional, uma demonstração de como a organização estaria ampliando sua atuação. Um dado importante é a ampliação da participação das mulheres, tanto na organização, como em espaços de direção. O ano de 2005 foi um ano de defesa ao governo Lula. A mídia e setores da direita abrem campanha de denúncia sobre a compra de votos do senado, o que ficou conhecido como “mensalão”. “A UJS, aliada a diversos movimentos sociais, coloca 30 mil pessoas em frente ao Congresso demonstrando que o povo não cederia às tentativas golpistas”⁵⁷.

No 13º congresso, realizado em Brasília/DF, no ano de 2006, elege-se uma nova direção, que assume o compromisso de construir uma campanha eleitoral de reeleição do então presidente Lula. Nesse momento, a UJS conta com mais de setenta mil filiados, muitos deles fruto do acúmulo das campanhas eleitorais⁵⁸ e dos espaços que a juventude da UJS vinha conquistando.

⁵⁵Fizeram parte das atividades do Fórum a realização do Acampamento Mundial da Juventude, o Encontro Mundial da Juventude e o Encontro Mundial da Periferia.

⁵⁶Esquerdismo pode ser considerado a tendência política que exerce um excesso de radicalismo.

⁵⁷Disponível em: <<https://ujds.org.br/sobre-a-ujds/nossa-historia/>>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

⁵⁸Além da expansão do número de militantes, importantes dirigentes da UJS ocuparam cargos no governo petista, como foi o caso de Orlando Silva Jr., que assumiu ministério do Esporte, e Wadson Ribeiro, que foi nomeado secretário-executivo do ministério.

O ano de 2007, para a UJS, é marcado por acontecimentos importantes; dentre eles, a retomada do prédio da UNE e da UBES na Praia do Flamengo/RJ, que foi incendiada durante a Ditadura Civil, Militar e Empresarial. Há também a realização de uma campanha chamada “Comando de Caça ao Bush”, que acompanhou toda as movimentações do então presidente dos Estados Unidos, com fortes manifestações de repúdio contra o considerado “Senhor da Guerra”. E, ainda, ocorre a indicação da UJS para o Conselho Nacional de Juventude do governo nacional, sendo a primeira entidade a ocupar a vaga reservada a “Juventudes Políticas e/ou Partidárias”.

No 50º congresso da UNE, realizado em Brasília/DF, em 2007, é eleita a primeira mulher militante da UJS, depois de 15 anos de sucessivas presidências masculinas. Em dezembro do mesmo ano, em Goiânia/GO, realizou-se o 37º congresso da UBES, elegendo como presidente da entidade também um militante da UJS.

Para a realização do 14º congresso, na cidade de São Paulo/SP, em 2008, a UJS reforça seu apoio ao então presidente Lula e reafirma sua importância política no cenário nacional. No ano seguinte, aconteceria o 51º congresso da UNE, 6º Bienal da UNE, o sétimo Fórum Social Mundial em Belém/PA, todos com forte presença da UJS na tomada e condução das decisões, como também amplo apoio e participação do governo federal.

O 15º congresso da UJS acontece em 2010, na cidade de Salvador/BA, com o registro dos importantes acontecimentos do país nos últimos oito anos, e da superação de uma nação de “complexo de vira-lata”. Segundo a avaliação do congresso, o desafio das gerações é o de aproveitar as oportunidades para construir o país como uma grande nação. A UJS retira o apoio à candidatura da petista Dilma Rousseff nesse mesmo ano.

No ano de 2012, realizou-se o 16º congresso da UJS, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Na avaliação do momento, entendia-se que a juventude brasileira estaria vivendo um dos seus melhores momentos. “Alcançamos a marca de um milhão de prounistas, a descoberta do pré-sal e a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas poderiam se transformar em uma grande oportunidade para o Brasil crescer e superar desigualdades sociais históricas⁵⁹”.

O ano de 2013 chega para sacudir a juventude. O aumento das passagens é o ponto de partida para o movimento de massas que tomou o Brasil. A UJS também esteve presente e atuante nas atividades que ficaram conhecidas como as Jornadas de junho de 2013. A avaliação da organização é de que as Jornadas se transformaram em uma forma de desestabilizar o atual governo e manipular as pautas que vinham das ruas. “O aumento das passagens é cancelado

⁵⁹Fragmento da fala do então presidente da UJC, André Tokarski, no ato de realização do 16º congresso da entidade.

após as mobilizações e o governo propõe aos brasileiros 5 pactos para o desenvolvimento do país. A UJS esteve presente nas ruas em todos os momentos, lutando contra os que tentavam desviar as legítimas demandas do povo brasileiro”⁶⁰.

No ano seguinte, realiza seu 17º congresso, em Brasília/DF, contando com mais de 500 mil jovens e com a participação da então presidente Dilma Rousseff, com o desafio de continuar organizando os jovens em seus trinta anos de história. Nesse momento, o então presidente da entidade aponta a importância da UJS como uma escola de formação política para a juventude brasileira.

A UJS teve papel importante nas ocupações das escolas públicas, no ano de 2015. Teve também importante atuação na ocupação das universidades públicas, em 2016. Em ambos os movimentos, a juventude da UJS teve papel importante como instrumento organizativo e de ampliação de sua ação.

O 18º congresso, realizado em São Paulo/SP, em 2016, foi marcado por protestos pelo “Fora Temer” e pela crise política e econômica que o país enfrentava, além do retrocesso dos direitos sociais. Foram debatidos temas como a importância das mídias sociais como também um agente mobilizador, e pelo combate ao machismo, à homofobia e ao racismo. Também na cidade de São Paulo, foi realizado o 19º congresso, em 2018. Neste momento, mais de três mil jovens reforçaram a importância de disputar os espaços de poder e o fortalecimento da resistência. Neste mesmo ano, a UJS retira o apoio à candidatura da chapa Fernando Haddad (PT) e Manoela D’Ávila (PCdoB) à presidência.

A chegada da pandemia⁶¹ e a necessidade do isolamento social condicionam um conjunto de organização a realizar suas atividades coletivas de forma virtual. Esse foi também o caso do 20º congresso da UJS, que aconteceu nas plataformas digitais, entre os dias 20 a 25 de junho de 2020. Dentre os temas debatidos, estavam a defesa da democracia, a defesa da ciência em tempos de negacionismo, a pandemia e a defesa do Sistema Único de Saúde - SUS, a luta contra a violência, o machismo, a homofobia e o racismo. Além da afirmação de um “contra-ataque” ao projeto do presidente Bolsonaro.

Considerada a maior organização da juventude no Brasil, a UJS está inserida nos principais movimentos juvenis do país, como UNE, UBES, UEE, e, por vezes, a construção de sua história mistura-se com a dessas entidades. Desde a refundação da UNE, em 1979, após longos anos de clandestinidade, a UJS compõe as cadeiras de direção da entidade, somando

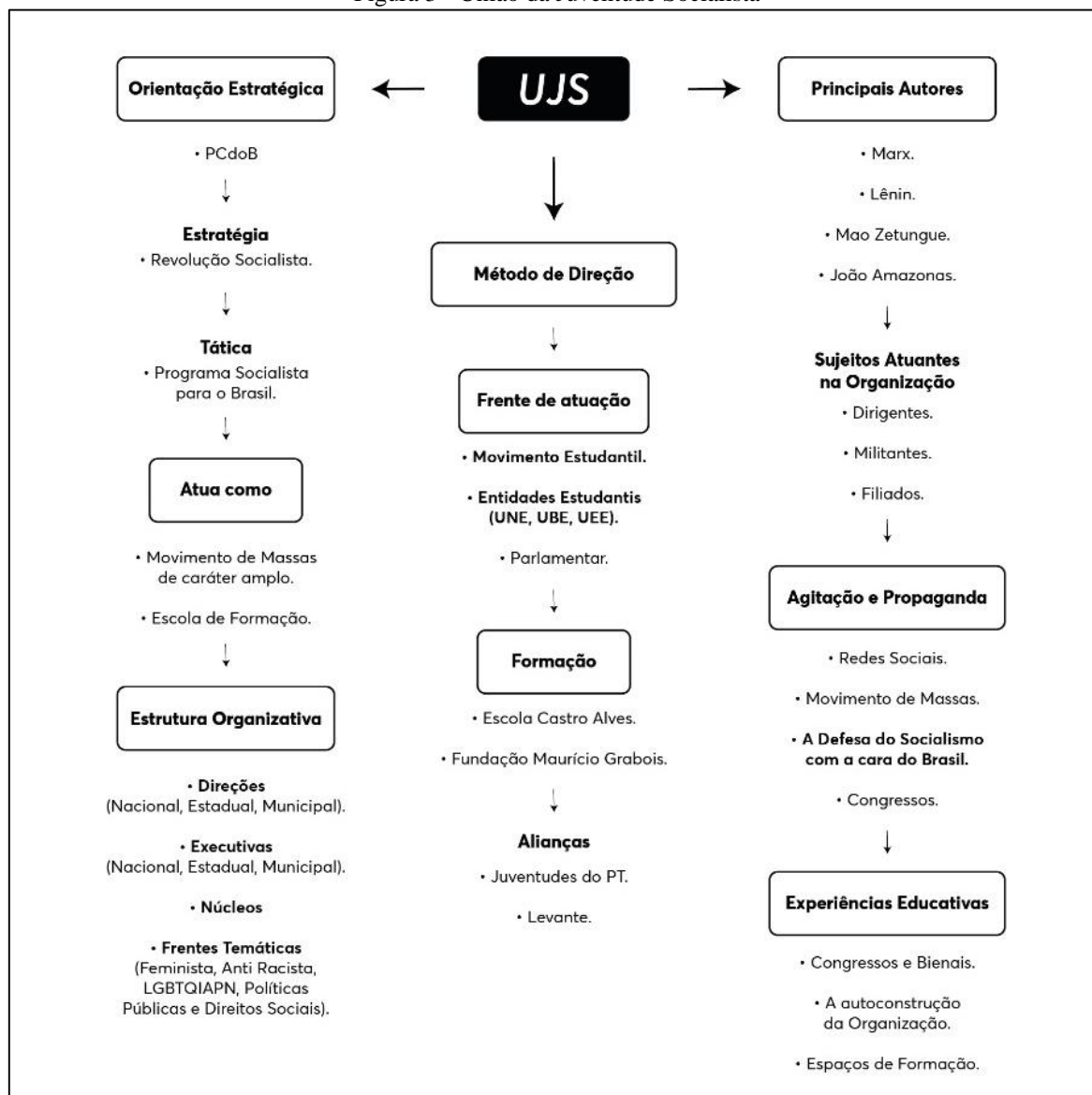
⁶⁰Nota da UJS sobre as Jornadas de Junho de 2013. Disponível em: <<https://uj.org.br/blog/timeline/2013/#more-194>>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

⁶¹Pandemia do Covid-19.

mais de quatro décadas de um amplo campo majoritário, além de contar com uma “Escola Nacional de Formação Castro Alves”⁶². Atualmente, ocupam seis cadeiras na UNE, entre presidência e diretorias, e contam com mais de 25 mil filiados em todos os estados do país, sendo que em suas redes sociais possui mais de 101 mil seguidores⁶³.

Segue esquema que representa alguns dos aspectos da organicidade da UJS:

Figura 3 - União da Juventude Socialista



Fonte: Elaborado pela autora, com base no acervo das entrevistas e análise documental.

⁶²Fundada em abril de 2020, pela União da Juventude Socialista, como um instrumento de formação política para a juventude, com o intuito de difundir e democratizar o acesso à teoria marxista e crítica. Disponível em: <<https://formacaocastroalves.com.br/>>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

⁶³Na rede social do *Facebook*, conta com mais de 101 mil seguidores, além de 52 mil seguidores no *Instagram*, e 39 mil seguidores no *Twitter*. Estes dados foram verificados em 16 de março de 2022.

Alguns dos aspectos da organicidade da UJS, apresentados no esquema acima são: sua orientação estratégica fundamentada no PCdoB; o desenvolvimento de seu Programa Socialista para o Brasil; a utilização do método de direção, como guia de seus processos organizativos; a sua ação, principalmente no movimento estudantil e nas entidades estudantis; a sua estrutura organizativa, nas suas alianças, nos seus espaços de formação e nas suas experiências educativas.

A UJS possui uma estrutura organizativa que está dividida entre direções nacionais, estaduais e municipais, em executivas nacionais, estaduais e municipais, em seus núcleos de base, além de suas frentes de atuação temáticas, que são: feministas, antirracistas, LGBTQIAPN+, políticas públicas e direitos sociais. Atuando como um movimento de massa de caráter amplo, a UJS possui três formas distintas de atuação na organização, que são eles: os grupos de dirigentes, que possuem a responsabilidade de pensar/planejar todos os processos de forma de atuação da organização; os militantes, aqueles que possuem um vínculo mais profundo com a organização e que, em conjunto, tem o compromisso de executar as linhas gerais da organização; e os filiados, aqueles que participam da organização, mas que não possuem uma relação de sentido mais orgânico com a UJS.

Com uma atuação marcante no movimento estudantil, ocupa um espaço destacado nos estudantes secundaristas. Na atualidade, passa a pensar também na necessidade da atuação com a juventude trabalhadora. Em seus espaços de formação, apontam para o estudo de autores como: Mao Tse-Tung, Lenin, Stálin, Che Guevara e João Amazonas.

Partem da ideia que a agitação e a propaganda é uma importante ferramenta para a ampliação de sua militância, defendem as cores do Brasil e a preocupação de uma identidade patriótica e de caráter amplo e plural, que tenha o debate do projeto de nação como centro.

Suas principais experiências educativas mais sistematizadas partem de sua atuação nas entidades representativas que dirigem, como: nas Bienais da UNE; na execução dos seus congressos nacionais e estaduais; nos processos orgânicos de sua autoconstrução como, por exemplo, nos momentos de formação.

A UJS é uma organização da juventude que se mantém ativa ao longo de sua construção, possui uma expressão numérica de militantes, além de ocupar a direção de importantes entidades do movimento estudantil.

6.3 LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE (LEVANTE)⁶⁴

O Levante Popular da Juventude (Levante) forja-se no interior da organização da juventude da Consulta Popular⁶⁵, a partir do ano de 2005, em uma assembleia nacional, que define a necessidade de organizar a juventude urbana, em especial a juventude periférica. O debate em torno de um projeto popular deveria acontecer também em relação à juventude trabalhadora, principalmente nas grandes periferias das cidades. Para isso, a estratégia era deslocar quadros políticos para organizar a juventude nesses territórios, com a avaliação de que historicamente as organizações da juventude teriam pouca aderência na juventude trabalhadora e periférica.

A partir desta deliberação, o estado do Rio Grande do Sul dá o pontapé inicial na construção de uma organização de juventude, que, nesse momento, ainda não tinha uma concepção organizativa bem definida. A formação do primeiro grupo de jovens é composta por militantes da Pastoral da Juventude-PJ, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos-MTD, e do movimento estudantil universitário, que terão seu primeiro foco de ação na periferia da cidade de Porto Alegre/RS, a partir de encontros e debates sobre as dificuldades vividas pela juventude.

A tarefa, para o ano de 2006, era a realização de um acampamento de fundação do Levante. Aproveitando a oportunidade da realização de atividades de homenagem ao Sepé Tiaraju⁶⁶, no Estado do Rio Grande do Sul, a Via Campesina⁶⁷ realizou, na cidade de São Gabriel/RS, um grande encontro, contando com a participação de centenas de Indígenas, Quilombolas e movimentos sociais ligados à Via Campesina. Foi nessa oportunidade que a juventude do Levante realizou seu primeiro acampamento, contando com mais de 700 jovens de todo o estado, em sua maioria jovens do MST e do MTD, e, em número menor, jovens da periferia e universitários.

⁶⁴Os dados para a construção desse texto foram retirados de textos, documentos, site e redes sociais da organização.

⁶⁵A Consulta Popular foi fundada em 1997, por militantes de 350 movimentos populares atuantes no Brasil, próximos do Partido dos Trabalhadores e do Movimento dos Sem Terra, mas com um distanciamento crítico em relação às estratégias eleitorais. Atualmente, a Consulta Popular compõe a Frente Brasil Popular, articulação de movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, que buscam construir uma alternativa política popular para a sociedade brasileira.

⁶⁶Sepé Tiaraju foi uma liderança Guarani, símbolo da resistência contra a colonização Europeia e o massacre indígena no Rio Grande do Sul.

⁶⁷A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses, composta por diversos movimentos sociais do campo, que busca articular suas ações através deste instrumento.

O resultado do acampamento foi a conformação do Levante Popular como uma organização da juventude, em especial, a periférica, a camponesa e a estudantil. “Como resolução do Acampamento define-se como bandeiras de lutas prioritárias: Educação, Trabalho, Cultura e Lazer”⁶⁸.

O período seguinte foi o de pensar os desafios; dentre eles, estava a organização da juventude universitária. Calcados na ideia de um projeto popular para a universidade brasileira, o Levante com mais algumas organizações e estudantes ocupam a reitoria da UFRGS, em 2007. Entre as diversas pautas pela reforma universitária, acentua-se a necessidade da emergência de cotas sociais e raciais. Este movimento sai vitorioso, e a UFRGS anuncia a aprovação de reserva de vagas⁶⁹ para o ano seguinte.

A partir de 2008, o Levante centra seus esforços na construção dos Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV’s)⁷⁰, preocupados com a formação de sua militância, e com as importantes conexões entre o campo e a cidade, no aprofundamento da leitura da realidade e das experiências de luta social. Todo esse processo ajudou muito o Levante na qualificação e na formulação do que depois viria a desenvolver-se como um programa de formação para a juventude do campo e da cidade.

No mesmo ano, o Levante realizou seu Acampamento Nacional, com a participação de mais de mil jovens. Mais um momento importante que apontava para a necessidade de ampliação dessa ferramenta para os demais centros urbanos. A própria experiência que vinha se forjando no Rio Grande do Sul serve de motivação para a juventude dos demais estados desse campo político, resultando na construção de um setor nacional de juventude na Consulta Popular.

Na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, no ano de 2012, aconteceria então o 1º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude, reunindo mais de mil e trezentos jovens de diversos estados, com o compromisso de impulsionar a nacionalização da organização. O evento reuniu jovens camponeses, das periferias das cidades e estudantes. O evento contou com a participação de movimentos sociais, como o MST, MPA, MTD, Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Frente Popular Dario Santillán (Argentina) e Movimento

⁶⁸Trecho do texto “Nossa História”, na página oficial da organização. Disponível em: <<https://levante.org.br/quem-somos/nossa-historia/>>. Acesso em: 17 de mar. de 2021.

⁶⁹Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/10/20/10-anos-cotas-universidade/>>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

⁷⁰Representa uma atividade de extensão realizada pelos estudantes universitários, vinculados com os programas de extensões das universidades, em uma articulação entre as universidades, o movimento estudantil e os movimentos sociais, representando a possibilidade de um estágio em um contexto concreto e de potencialidade crítica e reflexiva. No estado do Rio Grande do Sul, boa parte dos estágios de vivência acontecem nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária do MST.

Nacional Campesino Indígena (Argentina). Além da nacionalização da organização, os resultados do evento foram a construção de uma carta compromisso, a afirmação da identidade da organização e a eleição da primeira coordenação nacional. Uma marca forte que permaneceria nas atividades organizativas do Levante foi a presença da cultura popular, com grupos de hip-hop, de dança e de batucadas.

No mesmo ano, o Levante promove, em sete estados do Brasil, uma ação direta de escracho aos torturadores da Ditadura Civil, Militar e Empresarial, como combate à impunidade, sendo assim inscritos no movimento nacional que vinha sendo construído por diversas forças sociais e políticas pela “Memória, Verdade e Justiça”. Todo esse movimento coletivo possibilitou, mais tarde, a construção da Comissão Nacional da Verdade⁷¹, no governo federal.

No ano de 2013, o Levante esteve ativo no movimento de massa que tomou conta do país. Fruto desse processo, a organização passa a pensar a construção de um plebiscito popular para a formulação de uma nova constituinte exclusiva à soberania do sistema político. Segundo os militantes do Levante, as Jornadas de 2013 apontam para o esgotamento da ordem política e social atual.

No mesmo ano, o Levante passa a intensificar sua participação nos congressos da UNE, e toma como decisão um maior giro para as pautas estudantis. O que se observa na sequência é a alteração da frente camponesa de atuação, para uma frente universitária e secundarista bem mais definida, permanecendo a frente territorial.

O 2º acampamento nacional aconteceria na cidade de Cotia/SP, no ano de 2014, contando com a participação de três mil e duzentos jovens de vinte e cinco estados do país. Nesse momento, o Levante já é uma organização consolidada com a juventude, e que tem um grande potencial de capilaridade nos territórios periféricos, o que acentua a sua própria característica organizativa. Nesse momento, a juventude discute a importância do trabalho de base e o papel central da agitação e propaganda por intermédio da cultura juvenil, como elemento potencializador do engajamento com a organização. O evento foi marcado por diversas atividades culturais, além de uma forte campanha pela construção de uma nova constituinte, com participação ativa do povo.

⁷¹A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014, pela medida provisória nº 632. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>. Acesso em: 07 de jan. de 2022.

O Levante teve um papel importante no conjunto de ocupações que aconteceram nas escolas e universidades públicas do país, entre os anos de 2015 e 2016. Além da participação ativa, o Levante pôde aprofundar sua ação e reflexão em relação aos caminhos da educação brasileira. Para eles, o resultado da ocupação aponta para “não só ocupar, mas disputar os rumos da escola, da educação. Um processo que envolva a formação, organização e luta para a construção de um Projeto Popular para a Educação e para o Brasil”⁷².

No ano de 2016, o Levante realizou um megaevento, seu 3º acampamento nacional, contando com mais de sete mil jovens de todo o Brasil, na cidade de Belo Horizonte/MG, no Estádio do Mineirão. Na ocasião, como parte da programação, o então ex-presidente Lula e demais panelistas falam sobre a conjuntura política do país e do então golpe parlamentar que a presidente Dilma Rousseff haveria sofrido, provocando seu afastamento e um conjunto de retrocessos. Nesse momento, também foi realizada uma terceira carta compromisso da juventude do projeto popular, finalizando com uma marcha pelas ruas de Belo Horizonte pelo “Fora Temer”.

O 4º acampamento nacional, que seria realizado em junho do ano de 2020, na cidade de Salvador/BA, acabou sendo cancelado pelas medidas de isolamento social trazidas pela pandemia mundial do Covid-19. A alternativa encontrada pela juventude do Levante foi a substituição pelo “Festival da Resistência”, em junho de 2020, que contou com uma programação extensa, com diversos convidados para a realização das “Lives”⁷³. Dentre os convidados, estavam cantores, pesquisadores, professores, artistas, políticos, militantes de diferentes organizações sociais, além do protagonismo dos jovens do Levante. O evento contou com mais de 8 mil inscritos e com mais de 35 mil visualizações dos vídeos das atividades. As discussões foram em relação ao advento do fascismo no Brasil, à construção da resistência contra o governo Bolsonaro, ao coronavírus, como também em relação à organização da juventude em defesa da vida, do meio ambiente, da diversidade cultural, dos direitos humanos, e contra a censura.

O ano de 2020 foi marcado também pelas ações de solidariedade impostas pela pandemia. A juventude do Levante esteve à frente das importantes ações da campanha nacional

⁷²Fragmento do texto “Para além de ocupar escola, ocupar a educação”. Disponível em: <<https://levante.org.br/2017/11/13/para-alem-de-ocupar-escola-ocupar-a-educacao/>>. Acesso em: 22 de mar. de 2021.

⁷³As “Lives” são consideradas tecnologias de transmissão de conteúdo multimídia online, de forma simultaneamente gravada e transmitida em tempo real. As plataformas mais utilizadas, atualmente, são o *YouTube*, *Facebook* e *Instagram*.

“Periferia Viva”⁷⁴, na distribuição de cestas básicas e no trabalho de levar informações sobre as problemáticas da pandemia para a população das periferias do país.

O Levante Popular da Juventude, como expressa em seus documentos, entende-se como uma organização de jovens militantes voltados para as lutas de massas em busca da transformação da sociedade. “Somos a juventude do projeto popular” é um de seus lemas, também se propondo a ser instrumento formativo da juventude.

O Levante possui uma importante escola de formação denominada “Escola Nacional Paulo Freire”⁷⁵, responsável pela formação política da juventude, além de uma rede de cursinhos populares, consolidada há mais de sete anos, a Podemos+.

Atualmente, compõe duas cadeiras diretivas na UNE, a da vice-presidência e da diretoria política e educacional. Estão organizados a partir de três pontos de atuação: frente universitária, frente secundarista e frente territorial. Em seus perfis nas redes sociais, contam com mais de 368 mil seguidores⁷⁶.

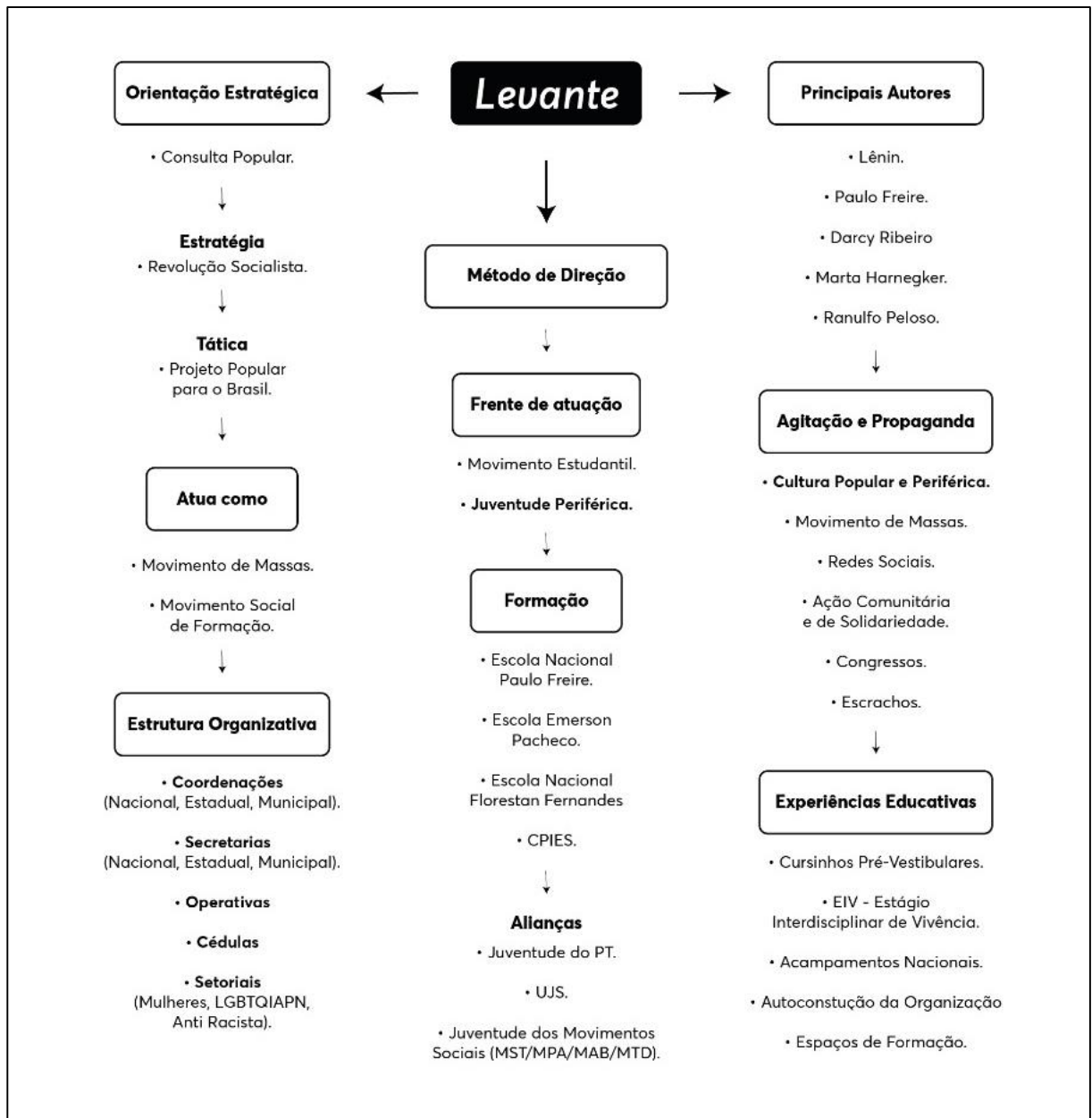
Como forma de sistematizar os aspectos que cercam a organicidade do Levante Popular da Juventude, apresentamos um esquema visual, a seguir, considerando a orientação estratégica construída a partir da Consulta Popular, no desenvolvimento do que defendem como um Projeto Popular para o Brasil, tendo como base organizativa o método de direção, com uma atuação no movimento estudantil e na juventude periférica, na construção de suas escolas nacionais de formação, nas suas alianças políticas, no lugar de destaque da agitação e propaganda e na sistematização de suas experiências educativas.

⁷⁴A campanha nacional “Periferia Viva” é uma articulação das organizações sociais, movimentos sociais e partidos políticos que compõem a “Frente Brasil Popular”, do denominado campo democrático e popular, para ações de solidariedade de doações e entrega de alimentos saudáveis, cestas básicas, marmitas e itens de necessidades básicas a todos. Faz parte dessa articulação: Movimento do Sem Terra-MST, Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos-MTD, Movimento Pela Soberania Popular na Mineração-MAM, Movimento dos Atingidos por Barragem-MAB, Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres-MMM, Partido dos Trabalhadores-PT, Consulta Popular, ente outros.

⁷⁵A Escola Nacional Paulo Freire é um espaço de formação política, técnica e cultural, voltada para a juventude e para os movimentos populares urbanos. Localizada na cidade de São Paulo, é protagonizada pelo Levante Popular da Juventude e promove cursos de formação sobre a realidade brasileira, educação e juventude. Também constrói a rede de cursinhos populares pré-enem “Podemos +”, além de realizar atividades culturais como oficinas.

⁷⁶Na rede social do *Facebook*, conta com mais de 355 mil seguidores, além de 69 mil seguidores no *Instagram*, e 18 mil seguidores no *Twitter*. Estes dados foram verificados em 18 de março de 2022.

Figura 4 - Levante popular da juventude



Fonte: Elaborado pela autora, com base no acervo das entrevistas e análise documental.

Como uma possibilidade de apresentar uma síntese do que foi estudado sobre a organização, destacamos alguns pontos. O Levante Popular da Juventude, como fruto de sua história, forja-se da necessidade de construir uma organização da juventude que não está no movimento estudantil. Por esse motivo, é notório o número significativo de jovens trabalhadores e periféricos que compõem as fileiras da organização, embora também sua expressão no movimento estudantil venha crescendo significativamente nos últimos anos, a partir da estratégia mais recente de ocupar as entidades representativas do movimento estudantil.

Atuante como movimento de massas, tem uma forte identidade também como movimento social. Sua estrutura organizativa parte de coordenações nacionais, estaduais e municipais, de secretarias nacionais e estaduais, por operativas estaduais e municipais, pelas cédulas municipais, além das setoriais de mulheres, antirracista e LGBTQIAPN+.

O Levante, dentre as organizações pesquisadas, é a única organização que possui uma escola nacional com um espaço físico. A Escola Nacional Paulo Freire é uma das escolas nacionais de formação da organização, com uma experiência muito inspirada na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST. A proximidade com os movimentos sociais populares, principalmente do MST, faz parte da identidade da organização, que passa a assumir um conjunto de táticas e estratégias e uma metodologia de trabalho, daquilo que consideram como um acúmulo sistematizado do trabalho com o “meio popular”, que representam também formas de inserção e de trabalho com a população mais empobrecida.

Ao abordarem os autores que mais se dedicam ao estudo, destacam autores como: Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Marta Harnecker, Ranulfo Peloso. Dos clássicos marxistas, destaca-se Lenin, mas relatam que estudam pouco os marxistas em suas obras originais.

Nos processos de agitação e propaganda, o Levante possui um trabalho bastante consolidado com a cultura. A partir da identidade da cultura popular e periférica, o Levante utiliza-se de diversas expressões artísticas como forma de aproximar a juventude, a partir da batucada, do samba, do grafite, da muralização, da batalha de rap e slan, entre outros, principalmente a partir de seu trabalho no cotidiano da vida comunitária. Também mantém ativamente as suas redes sociais, como forma de manter-se em comunicação com seu público.

Os momentos dos acampamentos nacionais e as atividades dos escrachos públicos são importantes momentos da agitação e propaganda, além de ocuparem também um espaço educativo para seus militantes, como a socialização de experiências mais coletivizadas, a vivência múltipla e diversa. As atividades de cunho mais educativo no Levante podem ser conhecidas, principalmente, nas experiências dos cursinhos pré-vestibulares, nos estágios interdisciplinares de vivência nas universidades, e em seus espaços dedicados à formação. Todas as questões aqui levantadas de forma sintética serão também abordadas no decorrer do texto com mais profundidade.

6.4 MOVIMENTO DE JUVENTUDE EM LUTA POR OUTRO FUTURO (JUNTOS)

É um movimento inspirado nos movimentos de juventude que aconteciam no mundo inteiro, como o exemplo da “Primavera Árabe”, que reflete a crise econômica de 2008. A

juventude ligada à tendência do MES – Movimento Esquerda Socialista do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, inaugura/organiza, em 2011, sua organização juvenil, com a denominação Juntos. Acreditando na potencialidade dos movimentos de massa e na disputa da hegemonia, através das lutas contra as opressões, o Juntos tem suas ações bastante focadas na ocupação dos espaços públicos.

A fundação aconteceu no 52º Congresso da UNE, no dia 15 de julho de 2011, com o primeiro encontro nacional do Juntos, que reitera o compromisso de “Transformar a Indignação em Luta”. A primeira luta foi em defesa do meio ambiente e dos povos da Amazônia contra a usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, estado do Pará, que deflagrava um ataque direto aos povos da floresta e da fauna e flora da região.

O coletivo Juntas, coletivo feminista da organização, foi fundado no mesmo período, com a máxima de que “A luta das mulheres muda o mundo”. Teve importante participação na organização da “Marcha das Vadias”, com início em 2011. Os protestos internacionais de caráter feminista denunciam o machismo e a violência contra as mulheres. Parte deste movimento foi importante para “derrubar o projeto da ‘cura gay’⁷⁷, em 2013, nas manifestações em defesa da vida das LGBTQIA+ e pelo direito de ser e amar”⁷⁸.

Em 2013, a juventude do Juntos realizou, em colaboração com mais organizações da juventude latino-americana, seu “I Acampamento Internacional da Juventude Anticapitalista e Anti-imperialista”, em Buenos Aires/Argentina, contando com quase 2 mil pessoas de 10 países da América Latina e Europa. O evento potencializou a organização, além de uma campanha de solidariedade internacional.

O ano de 2013 também foi palco do movimento de massas no Brasil, contando com a presença ativa da juventude do Juntos. A avaliação da organização foi a de que a luta contra o aumento da tarifa do transporte público potencializou os protestos e tornou-se palco de reivindicação por mais investimento nos setores públicos e da indignação da população com o sistema político. As Jornadas “recolocou no horizonte de milhões de pessoas a ideia da mobilização como método de luta”⁷⁹.

Desde a fundação do Juntos, a organização participa dos congressos da UNE. A avaliação é de que a entidade, nos últimos 20 anos, tornou-se burocratizada por um mesmo grupo político, com pouca aderência aos jovens e sem respostas aos seus anseios. Para o 54º

⁷⁷Projeto de Lei, que ficou conhecido como a “Cura Gay” do então deputado Marco Feliciano, que na ocasião presidia o conselho dos direitos humanos.

⁷⁸Cartilha Movimento Juntos, 2020.

⁷⁹Idem.

Congresso, o Juntos levou uma delegação com mais de 800 jovens e 214 delegados, resultando em uma polarização do congresso e da possibilidade de uma alternativa de oposição, que foi denominada “convoque sua luta”.

Os anos de 2015 e 2016 ficaram marcados pelas ocupações das escolas e universidades públicas. As ocupações, que têm início no estado de São Paulo, contra o fechamento das escolas e contra os desvios das verbas públicas das merendas escolares, acabam por ter ressonância no país inteiro, de forma massiva nas capitais, denunciando a péssima qualidade do ensino público do país. Na sequência, mais de 200 universidades por todo o país são ocupadas, denunciando os cortes na educação do então presidente Michel Temer. O Juntos esteve presente e também pôde fortalecer sua organicidade como resultado desse processo, ampliando seus militantes e qualificando sua inserção nos espaços juvenis.

Um conjunto de atos de ruas pedem a saída do presidente Michel Temer e seus projetos de reforma, principalmente a de barrar a reforma da previdência. O “Fora Temer” se fortalece nas ruas, principalmente com a ação da juventude e de organizações como o Juntos.

O “II Acampamento Internacional das Juventudes em Luta” aconteceu na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em 2017, contando com mais de 1500 jovens, de diversos movimentos sociais do mundo inteiro, com o objetivo de debater e construir um projeto alternativo anticapitalista a esta crise.

O ano de 2018 foi marcado pelo assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, e de seu motorista, Anderson Gomes. O Juntos e demais organizações realizaram inúmeras manifestações por todo o país, pedindo respostas e justiça do Estado em relação à execução criminosa da vereadora.

No dia 15 de maio de 2019, realizou-se, em todo o país, o “Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação”, ou “Tsunami da Educação” e “15M”. Diversos setores ligados à educação protestaram contra os cortes federais na educação. “Fizemos um verdadeiro tsunami em defesa da educação pública, barramos os cortes e mostramos que juntos e organizados é possível derrotar esse governo”⁸⁰.

Ainda em 2019, como ressonância dos atos do #EleNão, o Juntos contribuiu para a realização da “Greve Mundial das Mulheres”, como parte das atividades do “Dia Internacional da Mulher”.

A chegada do Covid-19 traz imensos desafios, além da preservação da vida, as organizações reinventam a forma de comunicar-se com a sociedade. O Juntos, nesse momento,

⁸⁰Idem.

também passa a realizar suas atividades de forma virtual, na realização de Lives, debates, com campanhas pelas redes sociais, carreatas, aplicação de lambe-lambe⁸¹ pelas ruas das cidades, nas campanhas de solidariedade com entregas de cestas básicas e produtos de primeira necessidade.

Como parte das comemorações dos nove anos do Juntos, a organização realizou a “Assembleia Nacional do Juntos”, em suas plataformas digitais, com a participação dos militantes de todo o país. O ano também foi de campanha política para as eleições dos novos prefeitos e vereadores das cidades, sendo que a juventude do Juntos participou do processo, inclusive, encabeçando candidaturas próprias.

As atividades do ano de 2021 começam para a juventude do Juntos com a realização do seu “Seminário Nacional do Movimento Estudantil”, que na ocasião discutiu a conjuntura nacional e as problemáticas centrais do advento do Covid-19 e as políticas de morte do governo Bolsonaro, contra o negacionismo, em defesa da vacinação para toda a população e da educação como arma para derrotar o fascismo.

Nesses dez anos de existência, a juventude do Juntos vem crescendo nas periferias, no movimento estudantil e nos movimentos sociais. Como parte da organicidade do coletivo, o Juntos amplia suas ações com iniciativas como a Rede Emancipa⁸², a escola Marx⁸³, a biblioteca do Juntos, Jornal do Juntos e também em importantes setores para organizar algumas lutas específicas: como o Juntas, organização feminista, antirracista e anticapitalista, o Juntos! Negras e Negros e o Juntos LGBTQI+.

Atualmente, o Juntos está organizado em doze estados brasileiros, ocupando Diretórios Estudantis, Centros Acadêmicos e Grêmios Escolares, também possui uma cadeira da diretoria da UNE, e conta com mais de 70 mil seguidores em suas redes sociais⁸⁴.

Abaixo, apresentamos uma síntese, em um formato de esquema visual, do que aqui destacamos como importantes aspectos da totalidade da organicidade do Juntos, são eles: na orientação estratégica embasada nas discussões do MES/PSOL, na defesa da democracia real enquanto guia para método organizativo, na centralidade do movimento de massa e do método

⁸¹O lambe-lambe é técnica da arte urbana, que surgiu no século 19, como uma forma de disseminação da informação pela cidade, através da colagem dos cartazes pelos prédios, muros e pelos mais diversos espaços públicos.

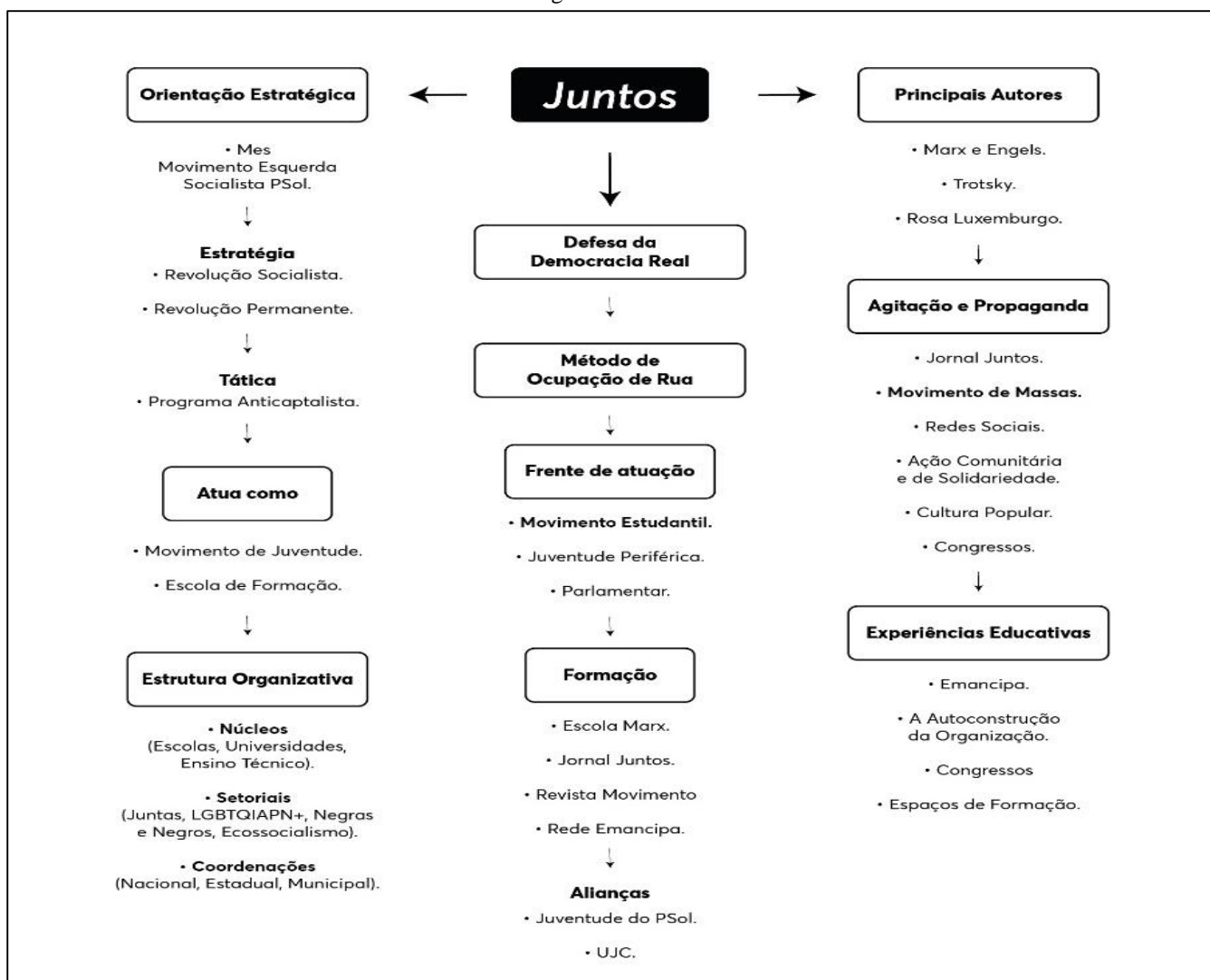
⁸²Rede Emancipa, movimento social de educação popular, de cursinhos populares pré-universitários, dissidente do Cursinho da Poli, que luta para inserir estudantes de baixa renda nas universidades, principalmente públicas e nas faculdades particulares com bolsas de estudos, que, atualmente, possui 40 unidades, em 7 estados do país.

⁸³Escola Marx é uma iniciativa da Revista Movimento, um dos parceiros do Juntos!, que proporciona cursos temáticos com militantes e intelectuais sobre os mais variados temas. Disponível em: <<https://juntos.org.br/escola-marx/>>. Acesso em: 23 de mar. de 2021.

⁸⁴Na rede social do *Facebook*, conta com mais de 70 mil curtidas, além de 18 mil seguidores no *Instagram*, e 6 mil seguidores no *Twitter*. Estes dados foram verificados em 23 de março de 2022.

de ocupação de rua, no lugar destacado do movimento estudantil como frente de atuação, nas suas alianças políticas, na importância das setoriais para a organização, entre outros.

Figura 5 - Juntos



Fonte: Elaborado pela autora, com base no acervo das entrevistas e análise documental.

Constituído com o propósito de ser um movimento de juventude, o Juntos também se propõe como uma escola de formação de militantes, com uma destacada atuação na formação de parlamentares do partido. Sua estrutura organizativa está dividida em núcleos, que podem ser construídos a partir das escolas, das universidades, dos cursos técnicos ou das suas setoriais, como: o coletivo de mulheres, de negras e negros, o LGBTQIAPN+, ou a do ecosocialismo. Também em coordenações nacionais, estaduais e municipais.

As formas de agitação e propaganda do Juntos passam pela ênfase no movimento de massa, como expressão também da sua identidade visual e na utilização do jornal impresso e digital como forma de propagandear ideias, além das redes sociais.

A dedicação à formação passa pelos cursos oferecidos pela Escola Marx, também através do seu jornal e dos demais espaços de formação que compartilham com o MES - Movimento Esquerda Socialista. Suas principais experiências educativas passam pelas contribuições no Emancipa, como um espaço de educação popular, através da sua autoconstrução e nos diversos espaços de formação, que podem ser, desde leituras dirigidas nos núcleos, até mesmo em espaços como congressos nacionais.

Sobre os autores mais estudados, os entrevistados do Juntos destacam a importância de Trotsky, Rosa Luxemburgo, Marx e Engels, em sua formação, como os principais autores lidos. Também destacam a importância da leitura de autores latino-americanos.

Todos esses aspectos trazidos no esquema visual também serão aprofundados no decorrer do texto.

7 OS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE E SEUS CONTEXTOS PARTIDÁRIOS

Partimos de um ponto geral, as organizações pesquisadas fazem parte de campos políticos específicos e se relacionam no conjunto da esquerda brasileira. Os quatro movimentos de juventude pesquisados representam coletivos de relativa autonomia de partidos políticos, alguns mais e outros menos. Assim sendo, a UJC corresponde ao coletivo de juventude ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); a UJS corresponde ao coletivo de juventude ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB); o Levante Popular da Juventude corresponde ao coletivo ligado a Consulta Popular (CP); e o Juntos, enquanto um dos coletivos ligados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

É possível identificar que as organizações partidárias exercem um importante papel de transmissão organizativa, política, educativa e cultural no movimento de juventude, como também fazem parte de um potencial criador, para dentro e para fora de suas organizações. A formação dos novos militantes representa, nessa relação, a preservação e transmissão de um certo patrimônio organizativo, político, educativo e cultural, em um movimento de continuidade, mas também de renovação. Há um conjunto de internalizações e aprendizados, de valores, hábitos, princípios que a juventude assume na sociabilização com os adultos e suas organizações.

Ao falarmos da esquerda brasileira, de seus processos organizativos e propositivos, sempre nos deparamos com o debate da necessidade da unidade do conjunto das organizações de esquerda. Isso deve-se ao fato de que a esquerda não é “una”, nem em sua ação, e muito menos em suas formulações. O que existe são compreensões políticas, reflexões teóricas, posicionamento e ações distintas e que, em certos momentos, se aproximam. Esse é um movimento dinâmico que está relacionado diretamente com a conjuntura, com as suas construções históricas, com as formulações teóricas e as táticas e estratégias adotadas.

Sem a pretensão de gerar um debate dicotômico, determinista, ou simplista dessa relação ou, ainda, criar um conjunto de valores avaliativos, gostaríamos aqui de demarcar algumas distinções que marcam a trajetória das organizações da esquerda no Brasil, a fim de aprofundar a reflexão da práxis contida em cada organização pesquisada nessa tese. Já que partimos de um ponto comum de todos os movimentos de juventude pesquisada, todos apontam a construção do socialista como a estratégia para os caminhos da revolução brasileira.

Este está longe de ser um debate simples ou fácil de fazer, já que sim, todas as organizações se colocam em uma perspectiva revolucionária de sua ação, que comungam com a negação ao capitalismo. No decorrer dessa reflexão, traremos algumas das provocações

trazidas pela autora Fernandes (2019), que apresenta uma abordagem sobre os caminhos adotados por uma esquerda de caráter *moderado* e uma esquerda de caráter *radical*. Ou, ainda, por Iasi, Figueredo e Neves (2019), com o *campo democrático e popular*, e a *esquerda revolucionária*. Relacionam-se os conceitos com os caminhos da revolução brasileira, à luz de um marxismo revolucionário. Entende-se que os dois campos atuam de forma progressista, a partir de suas táticas e estratégias, e contribuem de forma importante no conjunto da política no país.

Segundo Fernandes (2019), a *esquerda moderada* ou *esquerda permitida* sofre as influências herdadas da colonização e do imperialismo, correspondendo, por ora, os interesses dos grandes capitais. Fruto dessa relação da América Latina há um capitalismo dependente e particular aos interesses da burguesia estrangeira. Desse modo, a esquerda *moderada* está fortemente relacionada com meios de negociações e subordinações aos interesses da burguesia nacional e internacional. Fernandes (2019, p. 90) enfatiza de que “se trata de uma esquerda, com apego aos trabalhadores como sujeitos, apesar de estratégias falhas (nem mesmo reformistas) de conciliação de classe”.

Já o conceito de esquerda radical não pode ser visto como o emprego de um termo de valor político ou moral, mesmo que este possa ser uma conotação que transita entre as organizações, como uma autoclassificação, em um contexto de disputa dessa própria esquerda fragmentada. A esquerda radical pode ser compreendida como aquela que se opõe ao capitalismo sistematicamente e se empenha na luta contra ele. E, ainda, buscam alternativas fora do jogo neoliberal. Fernandes (2019, p. 91) afirma: “A esquerda radical contesta a ordem, mas também é plural em seu interior quanto a táticas e estratégias. Ela é, de fato, bastante fragmentada, não somente em números de organizações, mas também em projetos [...]”. Porém, essa reflexão precisa obrigatoriamente ser aprofundada, em seu movimento histórico de constituição dessas organizações partidárias, no bojo das lutas sociais e da formação social brasileira.

Mesmo que não seja a centralidade da análise desse trabalho, parece ser importante recuperar alguns dos aspectos do cenário das lutas sociais e as implicações nas organizações políticas. De forma breve, trataremos, principalmente, o contexto da Ditadura Civil, Militar e Empresarial e, logo após, a reabertura democrática, como elementos importantes para entender os caminhos que cada grupo político foi construindo na disputa política do tecido social.

Partimos da história do Partido Comunista – Sessão Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), este intimamente ligado com os caminhos da construção histórica do nosso país, a partir do século XX. Com data de fundação de 1922 e com princípios do

marxismo-leninismo, o partido passou por períodos de clandestinidade e de legalidade. O PCB participou de importantes fatos sociais nacionais, construiu importantes dirigentes e marcou sua presença também na luta internacional. Protagonizou processos políticos, como a centralidade do movimento sindical classista, uma importante estrutura editorial e jornalística, e um conjunto notável de intelectuais e classe artística, entre recuos e avanços. No momento de sua legalidade, uma ampla vanguarda compôs os cargos públicos institucionais, tornando-se também uma importante matriz para o surgimento de um conjunto de outros partidos, que juntos correspondem a uma tradição comunista no Brasil.

Passando pela constituição da república, pela Era Vargas, pela Aliança Nacional Libertadora, pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria, os comunistas viram, nas motivações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, uma de suas maiores divergências internas, em momentos de tensões que se eclodiram. Os debates no V Congresso do Partido Comunista do Brasil, em 1960, em torno dos caminhos da guerra fria, da figura do Stalin, e das ações de reformas desenvolvidas pelo governo de Nikita Khrushchov, movimentam conflitos internos e rompimentos no partido. A “Declaração de Março”, de 1958, vincula os debates do PCB e colocam a conquista do socialismo no centro, e a ampliação dos espaços democráticos na fórmula de uma estratégia revolucionária de longo prazo. São diversas as reflexões nesse período, há um conjunto de disputas em relação à condução do partido. Algumas delas passavam por entender a revolução brasileira por etapas, por acreditar que o capitalismo precisava ser amplamente desenvolvido na América Latina. Outras que entendiam as reformas de base como elemento chave para o desenvolvimento das forças produtivas. E até aquelas que, inspiradas nas revoluções espalhadas pelo mundo, acreditavam que os caminhos da revolução estavam “na ordem do dia”, e esse movimento poderia ser possível à luz das experiências de guerrilha que estavam acontecendo na América Latina. Restava organizar um exército para tomar o poder.

Um conjunto de militantes desalinhados com as estratégias consideradas de cunho reformista questionam as ações de Khrushchov e o abandono das reflexões do Stalin por parte do partido. Motivados pelos caminhos da Revolução Chinesa, inauguram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, em uma linha maoísta, tendo a tática de guerrilha como um caminho para a Revolução Brasileira, e com uma organização partidária pautada no centralismo democrático. Outros tantos agrupamentos foram construídos nesse período, como movimentos de dissidência ao PCB, que se aprofundaram com a chegada da Ditadura Civil, Militar e

Empresarial, como a recusa por parte do Comitê Central do partido em adotar a luta armada como ação direta, por considerar uma tática “foquista”⁸⁵.

Os difíceis anos da Ditadura Civil, Militar e Empresarial, principalmente com a chegada do decreto do ato constitucional de número cinco (AI-5), em 1968, provocaram mudança no cenário das lutas sociais e, principalmente, nas organizações comunistas, que, em sua maioria, voltaram à clandestinidade, ao exílio, e tiveram mais de um terço de seus militantes assassinados. Há um abafamento real da tática e estratégia dos comunistas nesse período. Há questões importantes nesse ponto, como o fracasso das guerrilhas, a perda dos principais quadros comunistas, a criminalização da esquerda, a descredibilidade nos processos revolucionários ao redor do mundo, com a “queda do bloco socialista”. E, ainda, a desesperança na narrativa marxista revolucionária isola os comunistas, o que abre passagem para a luta sindical não comunista, de ação moderada, com aspirações sociais-democratas e de conciliação de classe. O que se apresenta, além da ampliação do sindicalismo, são mais diversos setores populares organizados, inspirados por parte pelo sandinismo da Nicarágua.

Os finais dos anos setenta e o começo dos anos oitenta foram marcados pela concessão da anistia e a abertura política, com uma luta favorável para a transição da democracia e a construção de uma frente ampla. O movimento sindical e estudantil é sujeito importante nesse período. Importantes lutas aconteceram, como os metalúrgicos da região do ABC paulista (1978-1980), e do sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, a refundação da UNE em 1978/1979, em Salvador, a partir de seu congresso nacional, dentre outras categorias. Estes são fatos que movimentam o cenário político e foram experiências que geraram, posteriormente, a criação de um novo partido de massa, o Partido dos Trabalhadores (PT).

O silenciamento de uma tática revolucionária dos comunistas abre passagem para uma ação mais moderada, pela “via democrática” e institucional dos partidos de esquerda. Boa parte da esquerda tinha suas ações institucionais através do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As Diretas Já, a reabertura democrática e a constituição de 1988 dão passagem à esperança, novamente inspirada na institucionalidade e na legalidade.

A construção do PT, em 1980, representa, em parte, a fragilidade e as disputas internas em relação à tática e às estratégias adotadas pelos partidos comunistas, como também a necessidade de um amplo instrumento que unificasse as lutas que vinham sendo travadas.

⁸⁵A tática foquista consiste na ideia de criar focos guerrilheiros de lutas políticas espalhadas pelo mundo, como forma de enfraquecer a influência do imperialismo. No Brasil, as experiências das guerrilhas armadas caminharam na direção de abrir focos de organização política, muito inspirados na revolução cubana e nas reflexões de Che Guevara.

Influenciados pelas lutas sindicais e democráticas, um conjunto de militantes oriundos dos movimentos sindicais e populares, de dissidências principalmente do PCB e do PCdoB, e católicos vinculados à teologia da libertação, oficializam o Partido dos Trabalhadores. Na defesa de um socialismo democrático, sob a consigna Terra, Trabalho e Liberdade, são favoráveis a uma mudança gradual da sociedade e não forçosa, de um desenvolvimento nacional soberano, e que negavam principalmente as experiências soviéticas e chinesas.

Na tentativa de construir um bloco único dos trabalhadores, com uma intelectualidade antistalinista, as formulações do partido contaram com intelectuais marxistas, com o espontaneísmo de seus militantes sindicais e com as representações das comunidades eclesiais de base, principais responsáveis de sua organicidade. “[...] As raízes do partido são, sem dúvida, de esquerda e de conteúdos diversos, que abrangem desde os interesses em uma esquerda social-democrata àqueles engajados na construção de um programa revolucionário comunista” (FERNANDES, 2019, p. 133).

O lugar notório que o PT foi consolidando possibilitou uma ampla base militante em diversas correntes e setores, o que o tornou o segundo maior partido de massa, e o maior representante da hegemonia da esquerda brasileira, tornando-se um grande catalizador dos interesses populares. Porém, se olharmos para a totalidade de sua ação, para seus esforços programáticos, para a sua ascensão para a institucionalidade, o que de fato aconteceu foi uma política de conciliação de classes, que, em troca de alguns direitos para a classe trabalhadora, beneficiou profundamente a burguesia nacional e estrangeira.

Bogo (2001) alerta para o fato de que a nova ofensiva do capital, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho, a reconfiguração do papel do estado e a “derrocada” dos projetos socialistas no mundo provocaram mudanças profundas nas organizações da classe trabalhadora, desarticulando e desorganizando as organizações de classe, recuando sua ação e, por vezes, distanciando-se da materialidade da classe.

O autor traz a seguinte questão:

As forças repressivas e as medidas coercitivas ampliam o leque do espectro ideológico para criminalizar e desautorizar as organizações de classe a lutarem pela defesa dos direitos, quando não conseguem convencê-las de que as disputas devem ser processadas em outro terreno. Foi o que ocorreu a partir da última década do século XX em diferentes países da América Latina, quando muitas forças organizativas abandonaram as táticas ofensivas e adotaram outras que cabiam dentro da ordem, sem ameaçá-la (BOGO, 2001, p. 14).

A importante vitória do Partido dos Trabalhadores, ao fim e ao cabo, representou um acordo nacional de amplos setores, com caráter popular, que trouxe paulatinamente importantes conquistas para a classe trabalhadora, como políticas contra fome, ampliação e qualificação do ensino público em todos os níveis e um conjunto de programas sociais. Contudo, ao mesmo tempo, não foi um governo que tenha efetivado necessárias reformas estruturantes. Foram melhorias importantes, mas dentro da ordem. Segundo Bogo (2008, p. 134):

Os partidos de massa que conhecemos apostaram na disputa por dentro da institucionalidade com pouca disposição para romper com a ordem, adotando a identidade inicial da esquerda que optou pela ‘revolução passiva’, ou seja, derrotar a burguesia com os seus próprios meios. Por essa razão não possuem vigor suficiente para retomar a formulação do pensamento revolucionário. Falta-lhes a matéria-prima abandonada da luta de classe.

No Brasil, se adotamos práticas conciliadoras de classe ao longo de nossa história, a partir do começo do século XXI, intensificamos este processo no conjunto de governos progressistas que se espalham pela América Latina, recuando na direção de processos de cunho revolucionário. Presenciamos, recentemente, principalmente a partir das Jornadas de 2013, a criminalização das organizações de classe, pelas forças repressivas da classe dominante, que constroem um conjunto de organizações, manifestações de rua, aparatos midiáticos, para difundir sua visão de mundo e repercutir *fake news*, na direção de desqualificar e marginalizar as organizações de esquerda.

Compondo esse campo amplo e hegemônico que se tornou a esquerda moderada, temos a aproximação do PCdoB, de sua tática e estratégia, já no final dos anos oitenta, com as candidaturas presidenciais, relação que foi se aprofundando e que perdura até os dias atuais. Embora o PCdoB tenha nascido dessa tradição comunista e seus documentos expressem o apressamento ao marxismo-leninista, sua prática parece afinar-se com a social democracia. Segundo Fernandes (2019, p. 162), “esses documentos foram concebidos para coesão partidária em relação às suas raízes e não correspondem às práticas políticas que predominam no PCdoB desde o período da democratização no Brasil”. A autora justifica tal afirmação, quando apresenta alguns fatos dessa relação do PCdoB com a garantia da “governança” do PT. Por exemplo, no ano de 2003, a então bancada do PCdoB votou em conjunto com a bancada do PT pela reforma da previdência introduzida pelo governo. As justificativas foram feitas com base no apelo à aliança e com o compromisso com apoio à base do governo em seu projeto neodesenvolvimentista. Mantendo, desde então, uma posição de apoio e de coligações muito flexíveis e amplas, inclusive com a centro-direita.

É fato que há uma crítica por parte dos militantes do PCdoB aos governos do PT, e isso se expressou em nossas entrevistas. Mas também é fato que o PCdoB é o partido que se mantém mais aliado ao PT, e que se empenhou nas campanhas contra o golpe da presidente Dilma. Especialmente o braço de sua juventude, a UJS, que nasce no interior do partido como instrumento amplo de atuação, mas que toma para si um conjunto de ações prioritárias do partido. A mesma juventude teve papel importantíssimo nos governos populares, desde a criação da Secretária Nacional de Juventude, como também em um conjunto de políticas públicas para a educação.

Em nossa entrevista, o entrevistado 05 da UJS expressa a relevância que foi sendo dada, também no interior das discussões do PCdoB, sobre a importância de fortalecer um movimento de juventude: “[...] o PCdoB toma uma decisão no final dos anos 70 e no início dos anos 80, de redobrar sua aposta na juventude e no processo de redemocratização do país”. Tendo a concepção de “[...] que a UJS não poderia ser uma mera reprodução da Juventude do PCdoB”. Mas que deveria ser “[...] um instrumento mais amplo do que o PCdoB, e por isso não éramos mais a UJC.”

Também fazem parte desse campo amplo da esquerda moderada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central de Trabalhadores do Brasil (CTB). O PT foi um dos principais responsáveis pela consolidação da CUT, em 1983, e colaborou ativamente como uma das forças políticas que ajudou na formulação e no desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB), do Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN), da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e da Consulta Popular (CP).

Em 1997, um conjunto de militantes, próximos ao PT e ao MST, organizam a Consulta Popular, um instrumento político, com fins partidários e, ao mesmo tempo, movimento social, que buscavam um distanciamento crítico das estratégias até então adotadas pelo PT. Acreditavam na necessidade e na importância da construção de um movimento da esquerda brasileira para além da busca da institucionalidade, ligado diretamente com a organização da base militante. O entrevistado 03 do Levante explica a ligação do Levante com a Consulta Popular, nos seguintes termos:

O Levante ele surgiu por incentivo da Consulta Popular, que é esse partido, que não normalmente a gente conhece. É esse partido marxista-leninista do termo, que surge em 1997. Em um momento que existia uma necessidade de trabalho urbano, e se cria o MTD e o Levante, essas frentes de massas, vamos dizer assim, no meio urbano (Entrevistado 03 do Levante, p. 06).

Nessa direção, a Consulta Popular foi um instrumento importante na criação do, então, Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em 1999, e do Levante Popular da Juventude, em 2011. Mesmo a Consulta Popular e seus movimentos de atuação teceram críticas ao conjunto do programa desenvolvidos pelo PT em seus governos, sempre estiveram próximos às táticas e estratégias petistas adotadas, desde sua fundação. Desde a necessidade da construção de um instrumento para a juventude urbana e principalmente periférica, o Levante mantém a proximidade com a Consulta. Muito de seus militantes, a nível nacional, continuam a sua militância na vida adulta na Consulta. Mas vale destacar o papel que o MST desempenha também no conjunto da tática e da estratégia do Levante. Segundo o entrevistado 03 do Levante, o MST pode ser considerado a sua maior força dirigente, principalmente do Rio Grande do Sul. “Mas é o MST que acaba nos fornecendo muitas coisas, no sentido de caminhos, de trazendo reflexões, de dizendo vai por aqui, não vai por aí”. Essa forte relação se expressa muito nos caminhos adotados, e também correspondem aos métodos e metodologias do conjunto dos movimentos sociais e populares, do denominado campo popular.

O que se denomina como campo popular, campo democrático e popular, ou a esquerda moderada, corresponde a um conjunto de organizações que compõem os elementos que unem essa esquerda. O campo democrático e popular é responsável pela hegemonia do campo da esquerda, por um certo monopólio da simbologia da esquerda brasileira. E, ao mesmo tempo, consiste de uma base bastante enraizada no tecido social, nos movimentos de juventude, nos movimentos sociais, nos movimentos sindicais, no movimento comunitário, e nos diversos setores populares e culturais, que estão intimamente ligados às táticas e estratégias do PT. Estas organizações também compõem a Frente Brasil Popular (FBP), instrumento que busca unificar as principais bandeiras das organizações partidárias e dos movimentos sociais deste campo.

Para o PCB, os anos noventa representam mais uma crise de disputa sobre a práxis do partido. O X Congresso Extraordinário, de 1992, deflagrou uma nova ruptura, nesse momento em dois grupos em disputa. De um lado, onde se encontravam a maior parte dos membros do comitê central, desejam romper com o conceito revolução social, e abraçar os ideais sociais-democratas, na direção do que vinha sendo chamado como “a nova esquerda” e o “novo sindicalismo”. E, do outro lado, aqueles que buscavam manter a tradição marxista e as heranças revolucionárias. No ano seguinte, os então dirigentes declararam a extinção do PCB, e deram início à construção do então Partido Popular Socialista (PPS), que representaria um profundo recuo da perspectiva revolucionária do partido. Nesse mesmo contexto, um número de militantes também passou a construir o PT que já se desenvolvia amplamente.

No ano seguinte, em 1993, em média de seiscentos militantes formaram um grupo denominado “Movimento Nacional em Defesa do PCB”, que exigia o uso da sigla PCB, sua herança histórica e patrimonial, além de seu reconhecimento no Tribunal Superior Eleitoral. Vale ressaltar que o PCdoB, entre outros grupos comunistas, também reivindica a herança histórica e patrimonial do PCB e da UJC. A própria UJS, estudada nessa tese, indica que a construção corresponde à herança dos militantes da antiga UJC. O que para nós é importante destacar é que todas essas organizações são frutos de processos históricos em movimento, e que carregam consigo trajetórias passadas, mas também posições atuais na conjuntura.

Os anos que se sucederam foram marcados pela definição das linhas políticas do PCB, como o resgate dos princípios do marxismo-leninista e do centralismo democrático, e o afastamento de tendências “etapistas”, que já haviam feito parte das reflexões do partido, enfatizando seu caráter de bloco histórico revolucionário. Outro aspecto relevante dessa nova formulação do partido é um conjunto significativo de jovens que passam a ocupar o papel também de dirigentes nessa nova reconfiguração. Segundo a entrevistada 02 da UJC, o partido passa a ser reconstruído majoritariamente por jovens e mulheres, com pouquíssima tradição de vanguarda.

De lá pra cá, o PCB acabou por romper as relações com o PT e com a CUT, e contrapondo-se às estratégias do campo democrático e popular. A partir dos anos de 2010, vem jogando força para construir suas entidades, como é o caso da UJC, seu braço juvenil, a Unidade Classista, seu braço sindical, Ana Montenegro, seu setor feminista, e Minervino de Oliveira, seu braço da luta antirracista. Como parte dessa reconstrução, temos o papel da UJC, que se manteve por um longo tempo desarticulada e, atualmente, tem se movimentado para a sua reconstrução, em sua ampliação de quadros e espaços de atuação. Segundo a entrevistada 2, a UJC é considerada “[...] a escola de quadros do partido, a gente vai formar os militantes que futuramente vão estar no partido”. Também vale colocar que, atualmente, o PCB se configura como um dos partidos com o maior número de jovens militantes e mulheres em seus quadros diretivos. Essa característica é fruto dessa reconstrução do partido, que, segundo a entrevistada 2, “[...] hoje temos a maioria de mulheres, com idades de 19 e outra com 21 anos. São pessoas muito jovens. Eu acredito muito que a reconstrução revolucionária do partido, que é esse período que a gente está passando foi muito importante a UJC na formação desses quadros novos do partido”.

Já a construção do PSOL passa por novas rupturas, dessa vez no interior do PT. Um grupo de militantes, de tendência trotskista, foram expulsos do partido, no ano de 2003, por descumprirem orientações da bancada, opondo-se à votação que introduziria a reforma da

previdência em detrimento aos idosos no governo petista. O grupo correspondia a um lado crítico à lógica de conciliação de classes adotadas nos governos petistas, e propunha o projeto de uma esquerda anticapitalista, o que resultou então na construção do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004. O PSOL pode ser considerado um partido de massas e de correntes internas, que vão desde as reformistas até as revolucionárias. As diversas tendências que foram sendo formadas no PSOL são fruto, na maioria, de dissidências do PT e do PSTU, e que possibilitaram que o partido se tornasse um instrumento amplo em torno de um projeto comum e com tendências de relativa autonomia política. Por esse motivo, há um conjunto de notáveis divergências entre as tendências, em suas posições e ações, que acabam por definir diferentes posturas políticas do partido em diferentes direções.

Em especial, traremos as contribuições de uma das primeiras tendências trotskistas do PSOL, o MES - Movimento Esquerda Socialista, que ocupa também espaços de direção e é uma das tendências mais expressivas no estado do Rio Grande do Sul. O Juntos, por sua vez, é o braço juvenil do MES. Os trotskistas são aqueles que defendem o direito à tendência nos partidos, por entenderem que a garantia do debate e a abertura para o diálogo são fundamentais. Segundo Fernandes (2019), essas também podem ser as marcas dessa fragmentação.

Atualmente, o PSOL possui muitas tendências internas, a nível nacional, estadual ou regional, o que possibilita, de um lado, um instrumento amplo de atuação, e de outro, um elemento de disputa e fragmentação bastante notório. Fernandes (2019) faz a seguinte ponderação, mesmo o PT e PSOL sendo hoje os partidos de corrente da esquerda, ambos possuem diferenças. Uma vez que o PT se transformou no partido da ordem, “[...] o direito à tendência deixou de ser o equivalente a um direito a criticar, discordar e se opor à burocracia do partido” (FERNANDES, 2019, p. 185). Já o PSOL tornou-se um importante ponto de convergência para uma variedade de organizações, que, muitas vezes em suas disputas internas pela direção do partido, tornaram-se maiores do que a construção comum de um programa.

O conjunto de organizações que aqui compreendemos como a esquerda revolucionária ou esquerda radical é composta por um conjunto de atores sociais que se colocam críticos ao projeto da esquerda moderada e se opõem a ele de várias formas, principalmente pelo fato de que a esquerda radical se encontra menos disposta a negociar com a burguesia e com o grande capital. Isso não significa dizer que essa esquerda não sofra com contradições.

Essas organizações, por sua vez, encontram-se muito mais fragmentadas, com muitas dificuldades de unidade em seu campo. Isso acontece num processo de fragmentação, que acaba por contribuir na despolitização da classe trabalhadora, na ausência de maiores mobilizações e formas organizativas da vontade coletiva, além de um frequente conflito interno em relação aos

caminhos a serem adotados frente a conjuntura. Segundo Fernandes (2019, p. 177), “[...] a esquerda radical encontra dificuldades em se afirmar, descrever e projetar para além de sua oposição ao programa da esquerda moderada”. Percebe-se que há um caminho grande de construção internada das organizações, mas com pouca capacidade de atuação propositiva de mudança desse cenário, em um momento que até mesmo as críticas tecidas contra a esquerda moderada consomem um tempo grande das organizações, mas com pouca capacidade de proposição para caminhos que ajudem a enfrentar os desafios de superar o programa da esquerda moderada junto ao tecido social.

Além disso, há pouco consenso em relação ao programa socialista desejável, que seja capaz de conduzir, mobilizar e organizar a classe trabalhadora para um projeto necessário de transformação da realidade brasileira. Algumas organizações passam por momentos de tensionamento interno também sobre a própria relação que devem estabelecer com a esquerda moderada, sem ferir princípios, mas também de como pode ser possível construir alguma unidade e em que momento, e com qual sujeitos desse campo, o que é bastante grande e diverso.

Formado por um número muito mais amplo de organizações, mas com um número muito menor de militantes e base social, a esquerda radical pode também reunir socialistas, comunistas, autonomistas, anarquistas, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, revolucionários e reformistas. E pode estar, muitas vezes, associada a posturas sectárias, vanguardistas, “puristas” e economicistas.

A esquerda radical encontra na construção da Frente Povo Sem Medo (FPSM) um espaço que comunga na tentativa de uma maior unidade do campo da esquerda radical, mas ainda de forma muito pontual. São organizações que hoje se aproximam dessa frente em vários momentos: PCB, PSOL, PCR – Partido Comunista Revolucionário (PCR), Partido Unidade Popular para o Socialismo (UP), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento de Resistência Popular (MRP), Brigadas Populares, Terra Livre, CSP – Conlutas, Unidade Classista, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), entre outros.

Sabemos que a esquerda radical tem uma importância relevante no conjunto da esquerda brasileira, mesmo que sua composição fragmentada traga para si uma capacidade muito menor de influência no tecido social. Em um cenário de despolitização como vivemos, a esquerda radical necessita ir além da crítica ao campo democrático e popular, buscando superar em alguns níveis sua fragmentação. O que se percebe é a crescente expressão das organizações de juventude da esquerda radical, que antes atuavam de forma muito mais tímida como oposição, hoje crescem em números e em poder de impacto nas frente de atuação e entidades representativas.

Na tentativa de perceber como essas relações e nuances se expressam e se efetivam no estado do Rio Grande do Sul, entre as organizações da juventude, com seus campos políticos, foi perguntado aos entrevistados quais as organizações da juventude que, atualmente, têm conseguido desenvolver processos mais articulados. As respectivas respostas confirmam o que acontece no cenário nacional.

Quando foi perguntado para a entrevistada 02 da UJC qual eram as forças políticas que mais conseguiam atuar em conjunto, esta relata que: “Então a gente não faz aliança política por exemplo, com o PT com o PCdoB, com esses partidos do campo democrático Popular. Quando a gente trabalha com aliança, a gente trabalha com a esquerda radical, esquerda socialista”. O mesmo se aplica quando foi perguntado ao entrevistado 05 da UJS que, inclusive, traz um exemplo para representar essas relações. Segundo ele, no seu campo são muito mais coesas. No seguinte relato:

Aqui no DCE da UFRGS o Juntos é a força dirigente do DCE, eles estão chegando no final da gestão todos brigados entre eles, o Juntos tá de um lado, a UJC está de outro, o AFRONTE tá de outro. E nas entidades que a gente dirige, a gente não tem isso. A gente tem uma grande capacidade de coesão, daquilo que a gente chama do nosso campo político.

Logo em seguida, ele se refere quem seria o seu campo político: “No nosso campo político, a gente tem uma relação histórica com o PT, que se consolidou em especial nos governos Lula e Dilma”.

O entrevistado 05 da UJS também relata um pouco da sua relação com o Levante, que já havia composto a oposição de esquerda majoritária, e passa a ter uma maior aproximação no último período com a UJS:

E nós mais recentemente, pós golpe, passamos a ter como nosso aliado principal em âmbito nacional, e não se reflete muito aqui no Rio Grande do Sul, pelo tamanho deles aqui, mas uma relação de muita prioridade na construção com o Levante. Eles eram a nossa oposição e passaram a compor um campo com a gente. Nós temos uma relação prioritária de atuação com Levante, muito destacada com a juventude do PT (Entrevistado 05 da UJS, p. 21).

Também a entrevistada 07 do Juntos faz a demarcação do que considera como os campos políticos de possíveis articulações: “[...] na esquerda a gente diz que tem dois campos, o PT e o PCdoB e seus coletivos, e a gente fala do nosso campo que é mais o PSOL, o PCB e o PCR, e as juventude que fazem a órbita desses partidos”.

De uma forma geral, entendemos que todos esses caminhos não são lineares e estáticos, mas sim intimamente ligados às mudanças históricas e à condição da formação social brasileira

na expressão da luta dos contrários, que, em alguns momentos, tornam-se mais favoráveis para a auto-organização massiva da classe trabalhadora, do que em outros.

Embora a discussão dos papéis desempenhados pelo conjunto das organizações de esquerda, em especial os partidos políticos, não seja nosso foco de análise, acreditamos que esse panorama mais geral seja necessário para justamente situar as organizações de esquerda no campo que atuam, e em suas intenções teóricas e metodológicas, uma vez que todas as organizações de juventude aqui pesquisadas compõem partidos políticos. Algumas com uma relação de maior dependência e outras nem tanto. Abordaremos mais especificamente, nos capítulos que se seguem, as posições teóricas e metodológicas, além dos caminhos adotados na tática e estratégica. Estes temas serão abordados no capítulo em que traremos o conjunto da teoria das organizações políticas das juventudes estudadas nessa tese, como um capítulo complementar do debate aqui levantado.

8 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O MOVIMENTO DE MASSA

É notório que as organizações da juventude encontram, no movimento estudantil, em especial nos estudantes universitários e no movimento de massas, um terreno fértil para as suas ações militantes. Os principais aspectos são os privilégios da moratória social e os espaços de maior ampliação da consciência gerados pelas universidades. Podemos afirmar que a maior parte dos militantes vinculados às organizações de juventude são oriundos do movimento estudantil universitário, e isso está relacionado diretamente com aspectos históricos, sociais e econômicos. Segundo Foracchi (2018, p. 15), o perfil dos militantes do movimento estudantil tem pontos em comum, “o seu descomprometimento relativo às tarefas produtivas, sua abertura aos processos de criação, sua disponibilidade psicológica e social o encaminha para o exercício da liberdade [...]”.

Isto porque estes sujeitos gozam de um conjunto de privilégios que garantem a disponibilidade para refletirem sobre sua condição juvenil, disposição para a luta, e condições sociais e econômicas para a participação. Além, obviamente, os espaços universitários carregam consigo uma importante influência formativa, enquanto espaço de diálogo e crítica e de ampliação da consciência, que extrapolam sua institucionalidade e ganham forma em movimentos de inquietação política. Mas essas não são condições unicamente hegemônicas, mas históricas. A própria reconfiguração do público e de acesso às universidades e o ingresso mais massivo das classes populares, no último período histórico, reconfiguram muito dessas marcas e alteram também, significativamente, o perfil dos sujeitos que compõem o movimento estudantil universitário. Todos os sujeitos entrevistados nessa pesquisa entraram nas organizações de juventude por intermédio do movimento estudantil secundarista ou universitário.

Outro aspecto importante do perfil dos militantes que se relaciona com o movimento estudantil é a brevidade de sua atuação nessas organizações. O caráter transitório corresponde a um tempo e espaço curto de ocupação para os estudos e que está, em muitos momentos, associado a uma natureza também instável e mutável dos interesses dos jovens. Segundo Foracchi (2018, p. 90), “a transitoriedade da condição de estudante é, assim, um fator que marca profundamente o movimento estudantil, seja retirando-lhe a feição de manifestação permanente, seja diversificando suas orientações contestatórias ou reivindicativas”. Embora a condição juvenil esteja atravessada pelo movimento da vida instável e mutável, por mudanças rápidas e fluidas de interesse, esses aspectos transitórios são marcados, no caso dos secundaristas, pelo tempo de cursar o ensino fundamental, médio e técnico nos espaços do

grêmio estudantil. E o universitário pelo tempo de cursar a graduação escolhida, ou a pós-graduação, nos espaços de DA, CA, DCE e APG, correspondem uma tradição consolidada do exercício da participação, da mobilização e de um aprendizado político.

O movimento estudantil é carregado desse perfil de militância breve, mas também de um instrumento potente de inserção dos sujeitos na vida pública e política. Todas as organizações pesquisadas relatam da importância desses movimentos de juventude como instrumentos formadores e desbravadores de militantes adultos. As entidades históricas – como a União Brasileira de Estudantes Secundarista (UBES), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Estadual dos Estudantes (UEE), a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES), e a Associação Nacional de Estudantes de Pós-Graduação (ANPG) – também cumprem esse papel de formadoras de uma geração, como também um instrumento que permanece há mais de oito décadas nas lutas sociais mais expressivas de seu tempo.

Ambas as entidades ocupam papel importante nas organizações pesquisadas. A presença marcante no movimento estudantil faz parte de suas características e de seus aspectos de formação, principalmente no movimento universitário, compondo Diretórios e Centros Acadêmicos – DA's e CA's e Diretórios Centrais dos Estudantes – DCE's. Também no movimento secundarista, visto que algumas já ocupam um espaço consolidado na organização dos secundaristas, enquanto outras procuram ainda se fortalecer.

Destacamos a importância, principalmente da UNE e da UBES, que incidem e influenciam os direcionamentos e as estratégias adotadas por estas organizações, como também acabam por influenciarem diretamente o papel das entidades.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, fundada em 1948, com 74 anos, representa o conjunto das entidades secundaristas estaduais e municipais, organiza e mobiliza as vontades, as insatisfações e os anseios de todos os secundaristas brasileiros, estudantes do ensino fundamental, médio, técnico e pré-vestibulandos⁸⁶.

A UBES atua em diversas frentes, a fim de canalizar as reivindicações dos estudantes brasileiros: nas ruas e nas redes; nas escolas públicas e privadas; em todas as esferas de governo e ao lado de diversos movimentos sociais do campo e da cidade. A UBES organiza-se, basicamente, em três instâncias deliberativas: o Encontro de Grêmios, que reúne os grêmios estudantis do Brasil; o Conselho Nacional de Entidades Gerais – CONEG, que agrega as entidades municipais e estaduais secundaristas; e o Congresso Nacional da UBES, o

⁸⁶Trecho retirado da página da UBES. Disponível em: <<https://ubes.org.br/>>. Acesso em: 27 de mai. de 2022.

CONUBES, formado por todas as entidades e estudantes. Nas redes sociais, somam mais de 97 mil seguidores.

Vale ressaltar que, nesse último período, as organizações da juventude passam a ter um olhar mais atento para os estudantes secundaristas, muito a partir das ocupações das escolas públicas, em todo o país, nos anos de 2015 e 2016.

O que presenciamos foi um levante dos estudantes secundaristas, que ficou conhecido como a *primavera secundarista*, que denunciava amplamente o sucateamento da educação pública do país. Os estudantes secundaristas, que tinham pouca visibilidade por parte dos movimentos de juventude, a partir das ocupações, passam a registrar uma quantidade expressiva de atos, manifestações, assembleias, movimentos culturais, num processo de auto-organização bastante apurado e propositivo, demonstrando o tipo de escola que desejavam.

Segundo a entrevistada 07 do Juntos, o que se queria era “[...] demonstrar a escola que a gente queria. A gente organizou muitas atividades, de preparação para o ENEM, de teatro, de fotografia, debates sobre saúde sexual, vários temas que a gente não tinha na escola e que a gente achava importante”.

Os processos de auto-organização desenvolvidos pelos estudantes secundaristas demonstraram uma profunda capacidade de gestar a totalidade das demandas da escola. Com pautas extensas e exaustivas, os alunos organizavam todos os tempos e atividades a serem realizadas no período que estavam ocupando as escolas, em um processo coletivo e auto-organizado por eles.

A gente quis mostrar que a gente poderia trazer teatro, algumas coisas mais culturais, esportes. Porque na verdade, ninguém perguntava o que a gente queria, a gente era só informado das coisas, ‘vai ser tal coisa’, mas ninguém perguntava ‘o que vocês acham?’. Inclusive a gente teve um festival, que a gente fez no Protásio, que passou mais de três mil pessoas, levando doação de alimentos, para a gente se manter. E a gente teve várias apresentações, teve hip-hop, teatro, e teve gente cantando, vários artistas da cidade de Porto Alegre que foram nesse festival. E a gente vendeu cachorro-quente e refri, esse tipo de coisa. Mas foi um festival que juntou mais de três mil pessoas, e todo mundo podia conhecer o local que a gente dormia, onde a gente fazia as atividades, como que a gente se organizava (Entrevistada 07 do Juntos, p. 07).

O nível da organicidade dos estudantes secundaristas impressionou a todos, principalmente as organizações históricas da esquerda, como é o caso dos movimentos de juventude pesquisados. As experiências vividas nas ocupações possibilitaram que as organizações de juventude comessem a pautar mais as demandas dos secundaristas, como também uma preocupação maior em acompanhar a organicidade dos grêmios e entidades representativas. Esse foi o caso da UBES, que ampliou significativamente o número de seus militantes em congressos, e teve uma presença maior de outras organizações, que até então não

disputavam a entidade. Segundo o entrevistado 05 da UJS, as ocupações secundaristas “[...] ressignificaram a prioridade política do movimento secundarista, para as organizações de juventude. E isso impacta na própria UBES”. Atualmente, a UBES é majoritariamente dirigida pela UJS, realidade que já se estende há alguns anos.

Os estudantes secundaristas, que em alguns momentos são considerados espontaneístas e com muita pouca bagagem política, ocuparam mais de 236 escolas em todo o Estado, em uma ampla articulação. No período em que as escolas estiveram ocupadas, houve a contribuição das organizações como UJC, UJS, Levante e Juntos, mas também teve a presença dos estudantes considerados “intendentes” dessas organizações. Dos movimentos pesquisados, todos possuem setores, frentes, núcleos, ou coletivos secundaristas. Algumas organizações, como a UJS, já possuíam uma tradição de organicidade com estes estudantes, principalmente pela sua atuação na UBES. As demais, nesse último período, passam a intensificar essa pauta. Como é o caso do Levante, que, a partir de 2017, reforça a importância de desenvolver uma linha nacional de trabalho com os secundaristas. Segundo o entrevistado 03 do Levante, parte da reflexão foi que “a partir da ocupação dos secundaristas que aconteceram em 2016, se parou para pensar: esse povo tá se movimentando e a gente não está lá”.

Segundo o mesmo entrevistado, o trabalho com a pauta secundarista não é simples, e exige uma elaboração própria, sendo que as organizações carecem de maiores estratégias organizativas desse setor: “[...] é diferente o trabalho numa escola que não está envolvida num território, isso é algo que muda substancialmente o trabalho”.

A reflexão que está posta em parte é a de que o trabalho que já vinha sendo desenvolvido no território carregava um caráter amplo das demandas da vida concreta na periferia, e isso absorvia também a juventude que se encontra nas escolas, mas a partir de seu território de moradia. No entanto, pensar num trabalho específico, a partir do chão da escola, exige necessariamente um trabalho mais amplo, não só com o grêmio, mas com o conjunto da comunidade escolar. Isso está relacionado com a capacidade dessas organizações em estabelecer um elo, uma conexão com as instituições de ensino. Aprofundar obrigatoriamente os canais de gestão democrática e de participação real de todos os sujeitos da escola na tomada de decisões e nos rumos dos programas pedagógicos é um desafio, não só para os movimentos de juventude, como também para as instituições escolares.

Também como parte dos desafios lançados no período das ocupações, são os grupos significativos de estudantes que, nesse período, constroem coletivos “independentes”. O sentido independente está em um distanciamento das relações com os movimentos de juventude como os aqui estudados. A crítica que é feita está na negação dessa representação, e de um possível

“aparelhamento” dessas organizações em decorrência do fortalecimento e da autoconstrução de suas organizações, tornando as pautas da totalidade dos estudantes muitas vezes secundárias. Em linhas gerais, o que se percebe, a partir das falas dos entrevistados, é que há uma descredibilidade nos instrumentos tradicionais da política, fruto também da despolitização global, que se expressa em diferentes esferas.

Em nossa avaliação, é importante observar essas disputas e o quanto elas são positivas para a práxis de todos aqueles que se colocam em movimento. Sem negar a autocrítica, mas também buscando aprofundar a sua construção com a devida profundidade e clareza necessária, para que essas organizações se mantenham atuais e representativas do conjunto dos anseios da juventude.

As respostas que foram dadas pelos estudantes nas ocupações de 2016 confirmam esse fato. Há sim uma escola que pode ser construída e que necessariamente deve contar com a participação ativa de seus estudantes, que tem muito a oferecer. E o fortalecimento dessa construção passa, principalmente, pela auto-organização de seus estudantes e na busca de entender seus anseios e suas proposições. Esse pode ser um dos pontos a serem explorados nos programas estratégicos das organizações de juventude.

Já a União Nacional dos Estudantes - UNE, considerada a maior entidade de representação do movimento estudantil da América Latina, fundada em 1937, representa cerca de seis milhões de universitários de todos os vinte e seis estados e no Distrito Federal. Ao longo de seus 85 anos, marcou presença nos principais acontecimentos históricos e políticos do Brasil, a partir do século XX. É considerada uma das maiores entidades do movimento de massa policlassista. Desde sua fundação, a UNE participou ativamente dos principais assuntos nacionais, pelo fim da ditadura do Estado Novo, atravessando a luta do desenvolvimento nacional, a exemplo da campanha do Petróleo, na Frente de Mobilização Popular, pelas reformas de base e pela redemocratização do país, como já foi mencionado nesse texto.

Importante destacar a força da UNE na campanha da legalidade, na garantia da posse do então vice-presidente João Goulart, em 1961. No ano seguinte, a UNE protagoniza dois movimentos importantíssimos na luta pelas reformas de base no país. A conhecida “UNE Volante”, que realizou uma caravana por todo o território nacional, a fim de debater com os estudantes as necessidades das reformas e o projeto de nação em curso, e os Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE, com o intuito de disseminar a arte popular e revolucionária. Reunia todo o tipo de arte, em um caráter coletivo e politicamente engajado. Importantes artistas e intelectuais nacionais compuseram esse espaço, inclusive, um de seus últimos diretores antes dos anos de chumbo, foi Ferreira Gullar, um de nossos maiores escritores e poeta. Ambos os

projetos foram pioneiros e de extrema importância na auto-organização dos estudantes e no cenário político e cultural que se almejava nesse período.

Os anos de chumbo do regime militar foram de profundo impacto na UNE. A primeira ação do governo militar foi justamente o de metralhar, invadir e incendiar a sede da UNE, na cidade do Rio de Janeiro. A UNE era uma das principais forças que, no período, reivindicavam um Brasil plural, aberto à diversidade e com seus posicionamentos sólidos de classe. Colocava-se diretamente contra o pensamento conservador que se apresentava em ascensão, com a chegada da Ditadura Civil, Militar e Empresarial. Durante todo o período ditatorial, a UNE foi duramente perseguida.

Com o fim da ditadura e a chegada da reabertura democrática, as Diretas Já consolidam um novo tempo para a entidade. Nos anos seguintes, foram lutas importantes, com o *impeachment* do presidente Collor e a resistência às privatizações e ao neoliberalismo que marcou a era FHC. O ano de 1999 marca a retomada do trabalho com a cultura, sendo que a UNE realiza sua primeira Bienal, e também lança, em 2001, o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA).

O ano de 2002 marca o retorno do diálogo da UNE com o governo federal. Além do apoio ao presidente Lula, a juventude é presença marcante nas urnas, com a campanha do primeiro voto, posteriormente nos espaços de diálogo com o governo, como também na execução de um conjunto de políticas públicas. Este é um momento em que a UNE reorganiza suas forças para a execução de um conjunto de políticas de governo para a educação. Os anos seguintes dos governos petistas foram acompanhados da presença da UNE e da UBES, até 2016, com o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, que modifica a conjuntura do país e o papel das entidades, que até então eram base aliada e importante representante do campo democrático e popular. Das entrevistas realizadas, quando mencionado o movimento estudantil, traremos o recorte de análise das organizações, principalmente a partir dessa nova fase das entidades, marcada pelo fim da trajetória petista na condução do país.

Atualmente, todas as organizações pesquisadas têm participação nas cadeiras de direção da UNE, num quadro que: a UJS permanece na presidência, com mais cinco diretorias; o Levante na vice-presidência, e com mais uma diretoria; e a UJC e o Juntos, cada um com uma diretoria. Avalia-se que, neste último período, tais entidades têm demonstrado sua capacidade de articulação com as mais diferentes organizações da juventude, uma necessidade que brota da realidade de um país que carece da necessidade de unidade, para derrotar a retomada do pensamento e ação de uma direita conservadora, e do recuo de um conjunto de direitos sociais. Algumas organizações, que inclusive se colocavam enquanto “oposição de esquerda”, como

era o caso da UJC, Juntos e Levante, em conjunto, criticavam a posição institucionalizada e burocratizada que estas entidades haviam se transformado na atualidade. Estas compõem cargos na última gestão com as majoritárias. Aqui entendemos as majoritárias como aquelas organizações que compõem o maior número de cargos nas direções, coordenações e executivas. A UJS, juntamente com a juventude do PT, ocupa esses cargos há mais de três décadas, junto a UNE e a UBES.

Pesquisando os documentos, principalmente as teses apresentadas nos CONUNES, nos últimos dez anos, é possível perceber diferentes posições que demarcam o papel e as estratégias com a UNE e com as organizações que a compõem. Podendo expor de forma geral, que a UJS, em sua tradição e consolidação na presidência da UNE, constituiu um bloco majoritário de atuação e que esteve, desde 2002, intimamente ligada ao projeto de desenvolvimento nacional que vinha sendo executado. “Foi com luta que conquistamos a eleição de Lula e de Dilma, anos em que o povo passou a ter mais oportunidade e ascendeu a uma nova condição social” (Tese Congresso, 2014, p. 02). As defesas aos projetos desenvolvidos pelo governo também se expressam, por exemplo, na defesa de programas para a educação como o PROUNI, REUNI e FIES, e na defesa dos megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, entre outros. Segundo o entrevistado 05 da UJS, “nós fomos a força política decisiva para a conquista e implementação do ProUni, que as outras forças políticas de esquerda, inclusive no início da implementação do ProUni, estavam no outro lado da trincheira, eram contra”.

Na última década o número de estudantes na educação superior aumentou em aproximadamente 43%, fomos de quase 6 milhões em 2009 para 8,6 milhões em 2019. Todo esse crescimento só foi possível graças à expansão do acesso à educação que está fortemente ligada às nossas lutas e conquista pelas políticas de cotas, ampliação da assistência estudantil, expansão das vagas ofertadas no PROUNI e FIES, implementação do REUNI e democratização do acesso com o ENEM e SiSu (Teses Congresso, 2021, p. 10).

A posição em relação aos programas, como o PROUNI e FIES, por parte das organizações de oposição de esquerda da UNE, é a de que, mesmo reconhecendo que houve uma mudança na configuração do acesso e do perfil dos estudantes do ensino superior, a lógica da educação não se alterou e, conseqüentemente, abriu espaços para que formassem construídas grandes corporações educacionais, os “tubarões da educação privada”. Estes passaram a ganhar muito dinheiro com os programas sociais de financiamento da educação privada, “[...] causando o endividamento da juventude em nome do lucro do empresariado, sem garantias de sua permanência nas universidades” (Congresso UJC, 2018, p. 18).

Também como contraponto às políticas que vinham sendo construídas, a UJC e o Juntos, com mais alguns coletivos, alegavam que a UNE havia se tornado uma “correia de transmissão do governo junto aos estudantes, em defesa da implementação de políticas educacionais vinculadas às demandas do ‘novo’ ciclo de crescimento do capitalismo no país” (Congresso da UJC, 2012, p. 18). Assim, esvaziando as críticas e a tentativa de colocar a UNE enquanto um instrumento combativo, e alegando que a maioria passou a priorizar negociações e articulações com a política do governo e, consecutivamente, substituindo as pautas específicas dos estudantes e da condição da educação brasileira.

Em sua defesa, a UJS esclarece que existe a necessidade de lutar pela implementação de tais programas, o que representava, no momento, um avanço nas políticas educacionais jamais vistas no país. Como relata a entrevistada 06 da UJS, quando afirma que pela primeira vez na história do país “[...] o filho do trabalhador também poderia virar um doutor. De uma pessoa ter a oportunidade de estudo, de melhoria de vida, de ter acesso à educação”. Além de considerarem que são a força política que trouxe conquistas reais para a juventude, “temos uma trajetória de conquistas concretas para juventude, e que as outras forças políticas têm fragilidades de apresentar enquanto legado”.

Mesmo tecendo algumas críticas ao governo, a UJS foi a organização que defendeu os gastos públicos para a realização da Copa do Mundo, alegando que este era um momento de defesa do patrimônio cultural brasileiro, o futebol, como também marca de nosso patriotismo. O entrevistado 05 da UJS diz que “[...] somos quem tem mais esse caráter patriótico. Isso inclusive se expressou em vários momentos da luta política. O nosso posicionamento na Copa do Mundo, nas Olimpíadas, era uma, e das outras forças políticas é totalmente outra” (Entrevistado 05 da UJS, p. 12). Segundo o entrevistado, essa marca patriótica de um socialismo com a cara e as cores do Brasil é algo que demarca o lugar da UJS na política.

A posição do Juntos e da UJC sobre a Copa e as Olimpíadas era a de que a grande cortina de fumaça que encobria a verdade era o uso do dinheiro público destinado, principalmente, para banqueiros e grandes empreiteiras, que ganharam bilhões com a execução desses megaeventos. “O que desejam esses setores dominantes é que o povo se imbua novamente do ‘complexo de vira-latas’ e fracasse na realização do que temos de melhor, de patrimônio cultural mais profundo que é o futebol” (Tese Congresso da UJC, 2014, p. 14). Seguindo a avaliação das organizações, a realização dos megaeventos no Brasil representava uma degradação do direito público, com impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais, que atacaram em cheio os moradores de vilas e favelas “que foram desocupadas, segundo o relato de seus moradores, com estratégias de guerra” (Jornal do Juntos, 2012, p. 04). Esses são alguns dos

pontos de divergências que cercam o contexto das organizações pesquisadas e que acabam por influenciar os caminhos adotados por entidades como a UNE.

Passado o golpe presidencial de 2016 e, consecutivamente, uma profunda precarização nos direitos conquistados, reconfigura-se também as posições na UNE. Aqueles que, por muito anos, participaram muito mais enquanto observadores, ou em um número reduzido de oposição, passam a disputar a condução da entidade. No último CONUNE, de 2021, foram apresentadas 24 teses de diferentes organizações. A mudança de condição de observador para a disputa das linhas da entidade pode ser representada pela entrevistada 02 da UJC: “a gente retornou há poucos anos, a gente não militava porque entendia que ela era aparelhada, agora a gente tem outra leitura, que é importante disputar essa entidade”. O próprio Juntos, que se formaliza em um dos congressos da UNE, passa a fortalecer sua atuação, principalmente, nos últimos anos.

A presença mais marcante do Levante na UNE tem conexão com o próprio giro que a organização faz para uma atuação mais intensiva no movimento estudantil, principalmente a partir de 2017. Como um movimento que se forja da necessidade de organizar a juventude trabalhadora e periférica, o Levante passa a jogar peso em sua estratégia a nível nacional no movimento estudantil. Uma das estratégias, segundo o entrevistado 03 do Levante, é a “[...] de visualizar que a atuação na UNE ajudaria a massificar o Levante” e também de maior visibilidade “de dar um status institucional de ‘bom, você é da União Nacional dos Estudantes’, entidade que é reconhecida pelo Governo Federal”.

Nesse processo, o Levante passa a compor, junto com o UJS, as linhas majoritárias de atuação e passam a apoiar-se mutuamente nas linhas adotadas da gestão. Segundo a avaliação dos entrevistados, existem alguns saldos positivos para a organização, como a massificação do Levante. Mas também observam que a sua atuação possibilitou que a organização ampliasse também as suas linhas metodológicas de atuação.

As experiências que o Levante vem construindo ao longo de sua trajetória e seus acúmulos metodológicos, principalmente com aquilo que julgam ser parte do trabalho concreto e de base, possibilitaram reflexões da importância de construir ações diretas, como escrachos e manifestações, e também o debate da importância do retorno de projetos que a entidade já havia realizado no passado, como a UNE, Volante e a CPC. Segundo a entrevistada 04 do Levante, foi muito a partir da entrada deles para esses processos mais de direção que se passou a incorporar inclusive a dinâmica da “mística”, enquanto um momento cultural e de reflexão mais sensível, “a questão da mística que a gente sempre fez, e que é uma tradição dos movimentos do campo, e não é uma coisa que a gente inventou, mas que a gente conseguiu imprimir no

movimento estudantil”, que, anteriormente, era vista de forma hostil, como uma prática “cirandeira”, de pouca relevância ou sentido político.

O fato é o de que, mesmo anterior aos governos de caráter popular até a atualidade dos nossos dias, a UNE e a UBES representam uma das únicas organizações políticas que conseguem efetivamente aglutinar em seu interior as mais diversas tendências e posições da esquerda brasileira. Permeada de desafios e disputas, a UNE se mantém como esse instrumento amplo e de impacto nas lutas sociais. Muitos são os fatores que explicam essa marca. A UJS defende que, em parte, está em sua capacidade de diálogo e de condução, nesses mais de quarenta anos de história, sempre na defesa de uma entidade ampla e das pautas da educação. Segundo o entrevistado 05 da UJS, isso está refletido em “[...] uma organização que tem uma linha política que nos permite estabelecer elos com a juventude para além dessa fronteira daquele já posicionados à esquerda, no espectro ideológico”, “uma organização ampla, mas com esse caráter patriótico”.

O que fica evidente nos diálogos estabelecidos com as organizações e com a leitura de seus documentos é que as ações nas entidades representativas consomem boa parte de suas pautas internas, como também passam a estruturar e conduzir a ação de suas organizações. Como na fala do entrevistado 05 da UJS, “essa atuação das entidades estudantis ela é muito estruturante para nós, ela organiza a nossa atuação política, e isso é para nós um instrumento”. As estratégias se aproximam de tal maneira, que o entendimento da tarefa do trabalho de base com a juventude está intimamente ligado com a agenda programática das entidades representativas. Como na fala do entrevistado 05 da UJS, “quando tem congresso da UNE, congresso da UBES, esse é o momento para nós de organização e de trabalho de base, que às vezes acho que talvez nem seja percebido pelas outras forças”. Mas aparece também na entrevista 06 da UJS uma reflexão: “[...] é justamente debater o papel da entidade do movimento estudantil, que não é uma extensão da UJS”.

As organizações vislumbram alguns problemas nessa relação entre as pautas das entidades estudantis e a sua construção particular. Uma delas refere-se às disputas internas, que além de consumirem com o tempo e a agenda das organizações em debater e encaminhar decisões e ações, geram uma espécie de disputa de “torcidas organizadas”, para, em muitas vezes, demonstrarem seu tamanho e força, acabando por esvaziar o sentido coletivo, político e de unidade na ação.

Quando perguntado sobre os desafios para o movimento estudantil e suas entidades, muitas questões foram sendo trazidas pelos entrevistados. Entre elas, estão a necessidade de ampliar a ação das entidades, de uma “verdadeira retomada do trabalho de base”, de inserção

mais profunda com a classe trabalhadora, com os jovens trabalhadores e periféricos. E, ainda, com a necessidade de expandir o trabalho da extensão universitária, de fortalecer o vínculo e o projeto de uma universidade popular, comprometida com um novo projeto de educação, em defesa da soberania popular, em uma produção científica e tecnológica articulada com a classe trabalhadora, além de aprofundar seu caráter combativo, em uma direção anti-imperialista e anticapitalista.

Sobre a própria transição da militância estudantil para a continuidade da ação militante, os entrevistados relatam que, mesmo que haja algumas políticas internas de transição, ainda boa parte dos estudantes que se organizavam a partir do movimento estudantil não dão prosseguimento à sua militância organizada após o término de seus cursos de graduação, o que deflagra uma certa “falha” das organizações em manter os sujeitos pertencentes à luta.

Fazem parte também dos desafios o aprofundamento dos canais de comunicação e das redes sociais com a juventude, do domínio mais efetivo das novas tecnologias a favor de uma ampla comunicação e formação da juventude na batalha das ideias. Há também um entendimento que se precisa superar a burocratização das entidades estudantis, “do aparelhamento das entidades, táticas rasteiras que se utilizam algumas organizações para a sua própria autoconstrução” (Entrevistada 01 da UJC). A preocupação que se coloca é a do fortalecimento da entidade em um caminho suprapartidário e de composição contestadora e radicalizada, além de um trabalho mais articulado com a base, DA’s, CA’s, DCE’s e Executivas de cursos, intensificando o diálogo e a participação, em uma rede que se aproxima e intensifica as reflexões. Isto considerando que o movimento estudantil canaliza boa parte de seu trabalho de base.

Outro aspecto importante está relacionado com as disputas em torno da direção que a entidade precisa seguir. Existem posições que colocam a preocupação da entidade assumir amplamente os desafios da conjuntura nacional das demandas da classe trabalhadora e da juventude em todos seus extratos, convocando a juventude estudantil para grandes paralisados e atos massificados, como uma vez já havia assumido no passado. Dessa forma, como uma entidade com forte posição de classe.

Já outras organizações defendem que a postura da entidade deve ser a de preocupar-se exclusivamente com as pautas que se designam à educação brasileira em todas as suas frações, e não na “transformação de uma entidade de classe”. Esse é um debate importante e que, por vezes, na história da construção das entidades de representação do movimento estudantil, esteve bastante ligada com a conjuntura vivida no interior da luta de classe e com as posições assumidas na correlação de força.

A discussão do papel do movimento estudantil na luta de classe é um debate bastante profundo e necessário. O Levante, por exemplo, justifica a necessidade da construção de um trabalho orgânico nos bairros, a partir das ações de solidariedade e inspirados nos momentos históricos em que o movimento estudantil esteve mais profundamente engajado com a classe trabalhadora, como no caso da Nicarágua na Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Revolução Cubana, e nas experiências dos Panteras Negras. Defende que “[...] a política de solidariedade como um caminho para a retomada dos vínculos com a classe trabalhadora foi adotada em diferentes experiências históricas do movimento estudantil na América Latina, que devem servir-nos de inspiração” (Caderno de Tese, 2021, p. 21).

Justifica-se, portanto, a ampliação dos espaços culturais e educacionais, de intervenção nas massas e de identidade juvenil, com mecanismos que disseminem e aprofundem o papel da CUCA, das Bienais. E da retomada de projetos, como o CPC, no intuito de se utilizar cada vez mais os elementos culturais e do trabalho de base junto a classe trabalhadora.

Há também a defesa da necessidade que entidades como UNE e UBES tomem para si um amplo apelo pela manutenção do movimento de massa no país. Segundo o Juntos, essas entidades devem ter o compromisso de ocupar as ruas em atos massivos.

Nós não temos dúvida que as ruas precisam ditar a dinâmica do futuro desse governo. Mais do que um fato de “pressão” à CPI e ao Congresso, são as ruas e o movimento de massas que precisam dizer qual o futuro de Bolsonaro. Nessa tarefa, a juventude e o movimento estudantil cumprem papel central, porque temos sido a maioria daqueles e daquelas que têm ido às ruas (Tese do Coletivo Juntos, 2021, p. 03).

Esse é um processo de reconhecer as entidades estudantis enquanto um movimento social articulado com a juventude trabalhadora, em mobilizações permanentes.

Mais recentemente, um dos embates que movimentaram as entidades foi em relação à posição da UNE, e de como deveriam ser conduzidos os atos Fora Bolsonaro, quais seriam as forças e setores que poderiam compor essa frente. A posição da UJS foi relatada pelo entrevistado 05: “Nós fomos a primeira organização de juventude a defender frente ampla para derrotar o Bolsonaro”. A posição exposta pela UJS é a de que o momento exige que se construa uma frente ampla, com todos aqueles que desejam derrotar a “política de morte de Bolsonaro”. “[...] No dia 12 de setembro, nos da UJS, tivemos um posicionamento diferente de talvez a maior parte das organizações de juventude”. As manifestações de 12 de setembro de 2021 foram chamadas por diversas forças políticas, inclusive de direita, centro e centro esquerda. Composto esses grupos, e como uma das principais forças que convocaram esse ato,

estava o MBL⁸⁷, movimento político que ajudou a construir o golpe da presidente Dilma, e que representa um conjunto de maioria de jovens com pautas conservadoras e de caráter pró-fascista.

O que gerou foram vários embates internos, de qual seria posição da UNE nesse ato. Se apoiaria ou não as manifestações a favor do Fora Bolsonaro de forma tão ampla. A posição da UJC e do Juntos foi a de que a UNE não integraria esse ato. Segundo a entrevistada 01 da UJC, “muito pelo tensionamento do campo da oposição de esquerda, a UNE não compôs esses atos, mas não foi fácil”. As declarações do Juntos foram “Nós do Juntos! não iremos ao dia 12, ainda que achemos progressivo iniciativas de unidade ampla que impulsionam a luta pelo impeachment” (Jornal do Juntos, 2021, p. 02). O que há é um comum acordo que Bolsonaro precisa ser derrotado. Mas no que diz respeito a quais forças, ao caráter de sua frente para derrotá-lo, e em que momento deve ser construída a sua derrota, essas posições são bastante variadas no interior das entidades representativas dos estudantes.

Na análise de seus documentos e nos elementos trazidos nas entrevistas, fica evidente a “verdadeira tragédia” que representa as atuais políticas do governo Bolsonaro para a educação, o esvaziamento e o retrocesso das políticas públicas, o corte no investimento com a educação e com o apoio estudantil, as políticas de intervenção nas reitorias das universidades, a precarização das aulas remotas no contexto da pandemia, entre outros. A perda das conquistas em relação aos programas de ampliação das universidades públicas é notória por todos, mesmo que haja desacordos em relação à tática adotada pelos governos populares. Há um consenso da necessidade de evidenciar a atual condição da educação brasileira junto as massas, na direção de compreender a atual condição de precarização.

Por outro lado, com o fim dos governos populares, com seu pacto de conciliação de classe, para a transição de governos “neoliberais em seu sentido puro” (ANTUNES, 2019), entidades como a UNE e UBES são forçadas pela conjuntura a darem uma resposta política. Com isso, o que se apresenta é um nível de politização que tende a aumentar e, conseqüentemente, de disputa política interna, que no período anterior era muito pequena.

⁸⁷É importante destacar que a construção do MBL, no Brasil, contou com financiamento e estratégia política oriunda de fora do país. “O think-tank, também norte-americano, notabilizou-se nas últimas décadas no suporte a grupos emergentes de direita, formado especialmente por jovens, na América Latina, com intuito de solapar governos de centro-esquerda. O Atlas forma suas conexões com apoio do National Endowment for Democracy (NED), uma entidade não-governamental criada pela CIA nos governos Reagan e que, por sua vez, é financiada por Washington. O NED foi criado para patrocinar a realização de eleições presidenciais no exterior, evidentemente, aliando-se a grupos favoráveis à influência dos EUA, que vende democracia entregando imperialismo soft por meio da atuação dessas entidades invisíveis”. Disponível em: <<https://www.obeltrano.com.br/portfolio/65581-2/>>. Acesso em: 12 de abr. de 2022.

Percebe-se, ainda, que há um espaço de destaque das lutas do movimento estudantil, o movimento de massa, como sujeitos potencializadores e, em muitos momentos, protagonistas dos atos de rua. Traremos um pouco as especificidades que cercam os movimentos de juventude em sua atuação na luta de massa, como momentos oportunos de um grande contingente de pessoas, reunidas com o propósito unificado em torno de soluções de seus problemas comuns.

Bogo (2001, p. 08) afirma que “[...] este período, em que as massas se levantam por motivos diversos, desencadeia, ao redor da luta central pelo poder, um movimento espontâneo incontrolável. [...]”. Estes são processos que desencadeiam de forma muito mais rápidas, mas que também necessitam de longos períodos de constituição de um tecido social propício. Para enfrentamentos sociais dessa natureza, são importantes momentos de diálogo mais aberto com o conjunto da sociedade.

É no processo do movimento de massa em ações mais coletivizadoras que se forja a própria dinâmica, sua forma organizativa, sua experiência, e nela estão contidas a capacidade da expressão da consciência de seus sujeitos. Na direção de ganhar forças para o horizonte estratégico, nos movimentos de juventude, em vários momentos, são as organizações que utilizam da luta de massa, da ocupação do espaço público e, por vezes, também reinventam algumas formas de agitação.

Atualmente, o movimento de massas no Brasil é um território permanente de disputa. As ruas são espaços reivindicatórios das forças políticas da direita e da esquerda. Uma imagem que ilustra esse processo de acirramento da luta de classes nas ruas foi o acontecimento emblemático na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para a votação do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, onde o gramado das esplanadas dos ministérios foi dividido em um “muro” entre o “lado direito”, daqueles que defendiam a saída da presidente, e do “lado esquerdo”, daqueles que anunciavam um golpe parlamentar e civil contra a democracia.

Este debate está em aberto e as massas continuam em ação. Nosso tempo histórico exige que os setores populares e as organizações da classe trabalhadora tomem para si o compromisso em avançar na leitura da atualidade e na capacidade efetiva de dirigir as massas da classe que vive do trabalho para o aprofundamento da leitura da realidade social e da disputa dos rumos do país.

A luta social travada nas ruas do país tem ao longo de sua história diversos momentos marcantes, que foram importantes momentos de conquistas, contestações, expressão do descontentamento, espaço de agitação e propaganda das lutas de classe. Após um longo período de silenciamento das lutas de massa, elas retomam as ruas, principalmente a partir do ano de

2013, com as Jornadas de Luta de 2013, movimento conectado às lutas de massa espalhadas ao redor do mundo, mas que ganham ressonância com o agravamento das condições de vida no Brasil, com o esvaziamento das políticas públicas, com o crescente aumento da taxa de desemprego, principalmente entre a juventude, e a dificuldade do acesso aos equipamentos públicos, como o transporte coletivo. As Jornadas movimentaram o país e reabriram as disputas mais abertas da luta de classe.

Passados quase dez anos desses acontecimentos, as lutas de massa continuaram presentes, em momentos mais massivos e outros nem tanto. A chegada do Covid-19 impossibilita muito desses movimentos, e a luta pelas ideias passou a ser mais intensificada por meio das redes sociais e plataformas digitais.

Os movimentos de massa, que podem aparentemente ser considerados momentos espontâneos de indignação, contêm um elemento primitivo de direção, com disciplina e método. Sendo assim, de acordo com Bogo (2001, p. 19), “[...] se faz necessário a formação do instrumento político, cuja função é reunir todos os interesses em torno de um objetivo estratégico universal que, por si só, as lutas sociais restritas não alcançam”. O movimento de massa, os movimentos sociais, as lutas por direitos, para garantirem a elevação de seu nível de consciência, necessitam objetivamente aprofundarem seus espaços de vivência e seus processos formativos.

A tese de Marx (2007), da qual anuncia de que “sem uma teoria revolucionária, não há prática revolucionária”, referenda-se na necessidade que a juventude e o conjunto da classe trabalhadora apropriem-se do que possuímos de mais atual na construção do conhecimento vinculado à perspectiva de classe e às experiências de superação da ordem imposta.

O movimento de massa, espaço fecundo de atuação da juventude e de seu trabalho de base, possui o seu caráter espontâneo, no alcance imediato de conquistas, em um caminho de uma consciência em si. Por outro lado, ele pode ser entendido como o potencializador para a formação da consciência para si, em um movimento que auxilia na ampliação da visão social de mundo através das lutas, no conflito entre a visão ingênua e alienada da realidade, e a capacidade da organização da classe em programas estratégicos e revolucionários, como também na capacidade de entender a importância da agitação e da propaganda em momentos de disputa desses espaços de luta da classe trabalhadora. Bogo (2011, p. 133), refletindo acerca dos escritos de Lenin sobre o movimento de massas, afirma que “a simples experiência da luta imediata, sem que ela seja esclarecida pela teoria revolucionária – produzida a partir das próprias contradições entre as forças em conflito –, não é suficiente para elevar a consciência de classe a um nível superior”. Mesmo que entendamos a importância da luta de massa para a

organização da classe trabalhadora, sua luta política somente poderá ser levada à frente com a organização dos revolucionários.

Segundo Lenin (2017), contribuir com a transformação social, a partir dos movimentos espontâneos das massas, mas sem uma organização política séria, é cair no desvio do *movimentismo*, acreditando ser esta uma força invisível. Sem um programa e sem uma estratégia revolucionária que supere as reivindicações econômicas e que se coloque na tomada do poder, não é possível avançar nos interesses de classe. Por este motivo, é necessária a organização de uma vanguarda revolucionária bem intencionada, na direção de construir experiências concretas da sua organização política, na definição de sua tarefa, na sua abrangência de estratégia, na elevação do nível da experiência da luta social e da tática, e no domínio do conhecimento científico e revolucionário.

Na atualidade, segundo Bogo (2011), existe a necessidade de superar o pragmatismo de acreditar que tudo se resolve sem teoria, sem o estudo profundo da realidade. Como o autor afirma, “alimenta-se um voluntarismo que não impunha derrotas estruturais à classe dominante” (BOGO, 2011, p. 117). Estas são atitudes que implicam na formação da consciência do conjunto de militantes e na própria juventude organizada, que enfrenta dificuldades em dominar a especificidade da luta de classe, em momentos de lutas espontâneas ou por direitos, para dominar a natureza da realidade social e a necessidade de avançar em um programa estratégico de superação dessas contradições.

Se partirmos da premissa de que a juventude corresponde a um dos maiores recursos latentes de revitalização de uma sociedade, cabe a ela também, segundo Mannheim (1968, p. 82), “ser força desbravadora de uma democracia militante”. Nessa direção, a juventude, junto ao conjunto da sociedade, é responsável por tomar a iniciativa da reconstrução social e da reorganização da política. Sua tarefa vital é a de construir mecanismos e processos educativos para a solução dos problemas sociais; problemas que, além da tentativa de seu desdobramento prático em ações transformadoras, exigem por parte dos sujeitos a construção de uma elaboração conceitual bastante aprofundada. Nesta direção, apostamos na importância dos processos educativos também do movimento de massa, que engendram nas lutas travadas pela juventude que ocupam os espaços públicos, um importante instrumento de organização, de agitação e propaganda de suas ideias, além de espaços criativos de sua comunicação com as massas.

Ao longo de nossa análise documental e nas entrevistas, observamos a importância da centralidade do movimento de massa para as organizações de juventude. Em boa parte, podemos afirmar que são as organizações de juventude e suas entidades estudantis que acabam

por convocar a população para a ocupação das ruas como espaços de denúncia, e na organização da indignação por melhores condições de vida, contra os retrocessos na educação, no avanço de políticas sociais contra a barbárie na defesa dos direitos humanos, no direito à cidade, entre tantas outras pautas que mobilizam a juventude.

O movimento de massa cumpre o papel de estabelecer uma agenda programática das lutas, organiza as tarefas coletivas, põe em discussão suas estratégias e táticas para a conjuntura, dá visibilidade, coloca em evidência seus métodos organizativos, e é momento de experiência prática da participação e ação. Há um perfil bastante destacado entre as organizações, em sua maioria, os militantes que participam dessas ações são os oriundos do movimento estudantil, que podem estar também representados pela participação das entidades representantes.

Estes espaços também são momentos privilegiados de aprendizado para todos, para a renovação das forças, como momentos de mística, de sentimento de pertença, de denúncia da atualidade do mundo do trabalho, de agitação da identidade de classe, de expressão da diversidade humana. A juventude trabalhadora e periférica também vem ampliando sua participação, seja pela ação organizada nas periferias, ou pelas lutas dos trabalhadores, como recentemente o Breque dos Apps⁸⁸. Os movimentos comunitários, os coletivos culturais, os movimentos sociais, os partidos políticos, os sindicatos, também encontram nas ruas espaços de unidade das suas mais diversas pautas.

Sobre o fluxo e refluxo do movimento de massa, há um debate extenso, que passa pela defesa de uma greve geral, que pare efetivamente os meios de produção e suas forças produtivas, pela mobilização permanente do movimento de massa, por lutas mais sazonais por direitos e defesa da democracia, entre outros. A entrevista 02 da UJC relata sobre a defesa da greve geral:

[...] construir uma greve geral. A gente acha que a partir do momento que começar a doer no bolso da burguesia, a gente vai começar a falar de uma mobilização popular. É o que a gente tem tido dificuldades, porque por exemplo, os atos que tem sido chamado sempre final de semana, onde realmente não atrapalha a cadeia produtiva. A gente quer avançar, a gente conseguiu botar de volta o pessoal rua, agora beleza, agora a gente tem que avançar, não tem que retroceder ou estagnar. Construir uma greve geral, para que a gente coloque força na mobilização popular, é o povo que vai ditar as regras dessa transição. Porque as possibilidades hoje, são, inclusive, de um acordão, ou uma tentativa de golpe. Mas todas elas só vão ser superadas com mobilização popular, e a partir do momento que a gente construir uma greve geral (Entrevistada 02 da UJC, p. 21).

⁸⁸O Breque dos Apps foi uma mobilização de massa bastante importante, no ano 2020, em um movimento grevista organizado por entregadores de aplicativos, principalmente aplicativos de alimentação, como do iFood, Loggi, Uber Eats e Rappi. O objetivo era a denúncia das péssimas condições de trabalho e baixo remembramento da atualidade do mundo do trabalho, que ficou conhecido como a uberização.

Para o Juntos, a discussão da importância do movimento de massa passa por defender a perspectiva da mobilização permanente das massas, enquanto espaço privilegiado da esquerda e também das organizações da juventude, que ocupam um lugar bastante propositivo e de muitas vezes de condução desses atos. Consideram que a agitação e a propaganda são espaços privilegiados das organizações de juventude, em comunicação mais aberta. A entrevistada da UJS destaca o elemento da importância da participação das organizações da juventude na direção do movimento de massa:

As organizações e mobilizações de rua, elas demonstram potencial. Se não fosse essas organizações da juventude, esses atos serão totalmente diferentes, eles seriam outros, provavelmente eles seriam muito menores. Inclusive o primeiro que foi mobilizado pelas entidades estudantis foi o maior ato que nós tivemos no Brasil, depois eles foram diminuindo um pouco. Isso demonstra o potencial, ao mesmo tempo, precisamos avançar, e para isso essa gente precisa ter base de mobilização real e a gente precisa saber o tamanho da nossa rede de influência de fato (Entrevistada 06 da UJS, p. 20).

Sabendo que os pontos trazidos até aqui expressam uma parte da condição do movimento estudantil brasileiro, resumidamente podemos afirmar que a UNE e a UBES acompanham ativamente as mudanças históricas, sociais e políticas do país. Neste movimento, também se constroem e ocupam um papel de centralidade nas pautas das organizações e na agitação do movimento de massa. Pode-se dizer que os estudantes universitários, mais do que os estudantes secundaristas e os jovens trabalhadores, representam ainda um percentual grande da totalidade de militantes das organizações, mesmo que esse quadro apresente alguns cenários de mudanças. As discussões geradas no interior dessas entidades representam também a posição das organizações no interior da luta de classe e demonstram os aspectos também gerais das táticas e das estratégias dos movimentos de juventude pesquisados, sua intencionalidade política e os caminhos adotados.

9 A JUVENTUDE TRABALHADORA E O TERRITÓRIO PERIFÉRICO

Mas não é só de movimento estudantil que vivem estas organizações de juventude, por mais que possamos dizer que ainda ocupe um espaço grande em suas agendas programáticas. Mesmo que historicamente haja uma centralidade da ação e reflexão no movimento estudantil, esse perfil vem se modificando. Das organizações pesquisadas, podemos dizer que há uma pauta preocupada com a organização da juventude trabalhadora e periférica.

No decorrer deste capítulo, trataremos a preocupação em analisar os aspectos que cercam as organizações da juventude em seu trabalho com a juventude trabalhadora e com os territórios periféricos, apresentando alguns dos desafios levantados pelos entrevistados, e algumas de suas proposições, fruto da elaboração do trabalho que vêm desenvolvendo.

O foco na juventude trabalhadora e periférica traz para as organizações uma ampliação significativa do seu olhar com a juventude e com o papel de suas organizações. O que é possível de ser constatado é de que algumas organizações avançam mais em seu trabalho do que outras, em relação às pautas e ao trabalho concreto nos bairros e periferias das cidades. Abre-se, assim, um canal de organização e de ação direta com a juventude trabalhadora e periférica.

O Levante Popular da Juventude, principalmente a partir de seu vínculo com os movimentos sociais populares, a partir das organizações que nós pretendemos pesquisar nesse trabalho, é a organização de juventude que mais possui um trabalho consolidado com a juventude nas raízes da classe trabalhadora. Essa explicação, segundo o entrevistado 03 do Levante, está no acúmulo de métodos e metodologias de trabalho do campo popular, que possibilitam que haja um enraizamento e um trabalho de organização de núcleos no território periférico. “[...] Conseguimos acumular um método que faz muito sentido, e que consegue atuar de uma forma muito mais consistente nas periferias, muito por esse método de trabalho popular que veio lá da igreja, antes do MST e depois com o MST, e depois com os outros movimentos” (Entrevistado 03 do Levante, p. 02).

O Levante forja-se justamente da necessidade da realização de um trabalho com a juventude trabalhadora. A avaliação no período era a de que havia um espaço vazio de trabalho com a juventude trabalhadora. A crítica que se assentava era a de visualizar que os movimentos históricos da organização da juventude tinham seu trabalho quase que exclusivamente no movimento estudantil, principalmente em uma composição dos setores médios da sociedade, e de que a juventude trabalhadora, por esse motivo, sofria com a falta de um instrumento de organização, principalmente nos territórios periféricos das grandes cidades. O Levante nasce negando o movimento estudantil; porém, principalmente a partir de 2017, passa a mudar de

estratégia e faz um “giro” da sua ação militante para a ação estudantil, o que causa implicações também internas, como avalia o entrevistado 03 do Levante:

Para muitas pessoas o Levante surge como a negação disso, do movimento estudantil. Então é bem frustrante para alguns militantes. E particularmente para mim que vivia esse período entre 2014 e 2016 em diante, deu pra sentir muito como isso impactou a organização, como isso nos fez voltar para o movimento estudantil e como diversos vícios que existem movimentos estudantis e na forma como se atua lá, foram trazidos para dentro da organização (Entrevistado 03 do Levante, p.15).

Tal observação explica a natureza e uma certa distinção do trabalho que é realizado a partir das demandas do movimento estudantil, e o conjunto do trabalho com a juventude trabalhadora e o território periférico. As ações no movimento estudantil tendem a centralizar a pauta das organizações em um movimento de “ter um calendário próprio, ter as disputas de entidade, os congressos da entidade estadual. Ele vai ter esse calendário, e esse calendário aos poucos vai pautando a organização” (Entrevistado 03 do Levante, p. 15). O desafio de pautar um trabalho orgânico com a juventude trabalhadora exige que as organizações assumam um compromisso interno de priorizar o trabalho com a periferia. Como na passagem da entrevistada 04 do Levante, que relata as dificuldades internas na organização em conseguir desenvolver uma agenda programática para o território, por conta, principalmente, das demandas que o movimento estudantil passa a exigir das organizações.

[...] quando ia se debater a frente territorial, nunca se tinha nada pra debater. Tiveram algumas reuniões que eram dois dias de reunião, e um dia e meio debatendo o movimento estudantil, e meia hora para debater o movimento territorial. Até que um dia se teve uma inflexão de dizer ‘vamos inverter a pauta e vamos debater a frente territorial. E o que a galera dizia: ‘Mas qual a proposta, o que vamos debater na frente territorial’, ‘não sei, a gente tem que construir, a gente tem que dizer o que vai ser’. Isso gerou tensões, mas se debateu a frente territorial, se começou a pensar na extensão, em seminários, em encontros nacionais (Entrevistada 04 do Levante, p. 08).

Essa passagem da entrevistada explica com clareza as dificuldades que as organizações encontram na hora de desenvolver um trabalho com a juventude trabalhadora. O que pode ser incorporado na análise desse ponto é entender as limitações vividas pelas organizações, que, em muitos dos casos, acontecem pela falta da tática e da estratégia do trabalho nas periferias. Mesmo entendendo o papel do movimento estudantil historicamente e sua real potencialidade de auto-organização, acreditamos que centrar todos seus esforços nessa pauta é altamente limitante e de muito pouco aprofundamento na luta de classe. A construção do poder popular, com a contribuição do gás vital da juventude trabalhadora e periférica, abre um espaço de penetração no interior da população mais empobrecida de nossa sociedade e que também mais

necessita de ferramentas de organização, de formação, de coletivização e de aprofundamento da consciência crítica.

A ampliação dos sujeitos que constituem a militância das organizações de juventude é o resultado também de compreender a brevidade e a particularidade de atuação do movimento estudantil, e a necessidade de interferir de forma orgânica nos demais espaços em que a juventude se encontra, com seus locais de trabalho, seus espaços de moradia, com o território de suas comunidades, e seus espaços de lazer. A entrevistada 01 da UJC relata essa dificuldade de manutenção da militância para além do movimento estudantil: “[...] nosso projeto estratégico é a construção de uma revolução no nosso país, e isso precisa continuar pra além do movimento estudantil, e muitas vezes tem essa dificuldade de manter os militantes atuantes”. A dificuldade da ampliação para além do movimento estudantil, ou para a permanência na militância, pode estar vinculada, por vezes, à falta de uma política de transição ou de um projeto organizativo que tenha em suas tarefas a construção efetiva de um trabalho de base para além dos espaços de estudo da juventude.

Mesmo que todas as organizações pesquisadas tenham uma preocupação efetiva com a necessidade de ampliação de sua ação para além do movimento estudantil, as políticas de trabalho de base com a juventude trabalhadora e periférica ainda são muito pequenas ou limitadas.

Como parte dos desafios de construir uma agenda de trabalho com a juventude trabalhadora, nas entrevistas realizadas com as militantes da UJC, foi exposta a necessidade de uma inserção organizada no interior da classe trabalhadora:

[...] são objetivos nossos fazer o que a gente chama de giro operário popular, que é realmente mudar a configuração da UJC para majoritariamente operário e trabalhadora. Não que se tenha algum problema de estar na pequena burguesia, ou de núcleos universitários, mas de ter uma organização majoritariamente nas raízes da classe trabalhadora, inserida mesmo na classe trabalhadora (Entrevistada 02 da UJC, p. 25).

O caminho de construir raízes mais profundas e organizativas nos mais diversos territórios de vivência da classe trabalhadora juvenil, seja em seus locais de trabalho ou moradia, parte da capacidade das organizações construírem reflexão, tática, métodos, ferramentas de inserção e de trabalho concreto e cotidiano no interior da condição de vida desses sujeitos. Exige, por parte das organizações, uma leitura aprofundada da condição de vida juvenil da classe trabalhadora, como também uma agenda programática e propositiva que permita a consolidação das organizações nesses espaços. Isto exige um nível de complexibilidade maior, de mecanismos que, em sua maioria, são bem distintos aos utilizados

no movimento estudantil. Como exemplifica o entrevistado 05 da UJS: “[...] a dinâmica para organizar uma juventude trabalhadora não é a mesma do movimento estudantil. Tu não consegues colocar essa galera para dentro de uma reunião no Meet para ficar 3 horas debatendo. Exige um desafio de reinvenção” (Entrevistado 05 da UJS, p. 09).

Esse desafio de reinvenção pode estar conectado com as experiências mais sistematizadas até então vivenciadas, que partem principalmente do trabalho comunitário e das ações de solidariedade de classe. A construção de cozinhas comunitárias, participação nas reuniões das associações de moradores, reuniões no conselho de saúde, almoços comunitários, mutirões de limpeza nos bairros, doação de cestas básicas, atividades festivas como o dia da criança e Natal, tem sido porta de entrada para o diálogo e a inserção dos movimentos de juventude, principalmente nos territórios periféricos.

Mesmo que estas ações de solidariedade de classe sejam extremamente importantes, principalmente em tempos de carestias, a construção de um processo organizativo autogerido pelos jovens trabalhadores ainda é um caminho mais distante nas organizações. O que percebemos na leitura dos documentos e nas entrevistas realizadas é que, mesmo que haja a vontade da realização de um trabalho orgânico com a juventude trabalhadora, em suas mais diversas condições de vida, as ações programáticas ainda se encontram limitadas em ações pontuais de solidariedade. O que é bem pouco, pensando a dimensão da luta de classe, é a necessidade da organização e construção do poder popular.

Como parte de construção de vínculos com os territórios periféricos e com o desenvolvimento de uma ação concreta com a juventude mais precarizada, encontra-se, por exemplo, a estratégia dos cursinhos pré-vestibulares populares. Os cursinhos representam essa possibilidade de um trabalho a partir dos territórios, mas para além dele. Das organizações pesquisadas, o Levante, a partir da experiência do Podemos +, e o Juntos, a partir da Rede Emancipa, executam, há mais de dez anos, uma experiência concreta de pensar a educação popular, a partir da formulação de uma experiência educativa para e com a classe trabalhadora. Também nessa direção, a UJS, que até então tinha sua ação totalmente voltada para o movimento estudantil, passa a pensar a sua intervenção mais territorial. Principalmente a partir de 2021, com o projeto Ocupa, a UJS passa a desenvolver a experiência de um cursinho popular online e gratuito, preparatório para o ENEM. Segundo o entrevistado 05, a Ocupa ainda é um projeto piloto, mas que tem a intencionalidade de gerar uma ação direta nos territórios que atua. “A nossa ideia é manter ele em um caráter híbrido, para que no virtual, qualquer estudante de qualquer lugar possa participar. Mas que a gente tenha uma concentração da nossa atuação em dois territórios da cidade” (Entrevistado 05, p. 08). Sobre essa dimensão da educação popular

e o trabalho desenvolvido a partir dos cursinhos populares, trabalharemos mais profundamente no ponto que discutiremos os processos educativos em curso das organizações pesquisadas.

As ações, a partir de uma participação mais ativa no movimento comunitário, possibilitam que os movimentos de juventude sejam reconhecidos como forças políticas para além dos sujeitos juvenis. A presença marcante dessas organizações de juventude qualifica os espaços de discussão no bairro, interfere no conjunto da tomada de decisão, impulsiona a ação direta e as manifestações políticas e artísticas, coloca em pauta a política e diversidade de debates da atualidade e nutre a dimensão coletiva da auto-organização nos territórios que atuam.

Quando efetivamente as organizações conseguem aprofundar essa relação para além da solidariedade, o que se expressa é um instrumento potente de auto-organização e de implicações formativas e contestatórias na luta por direito nos territórios, principalmente, os periféricos, em uma relação da execução de um trabalho de base no interior da luta de classe, com os sujeitos mais proletarizados dessa relação. Ao ser perguntado para a entrevistada 04 do Levante, quais os aspectos mais marcantes do trabalho que eles vêm desenvolvendo na periferia, ela imediatamente responde que é a configuração efetiva e permanente das cédulas, dos núcleos de base, auto-organizado pelos sujeitos periféricos.

Porque a gente pode dizer, que a gente tem uma cédula que é na periferia com a juventude pobre. Como pode dizer que tem uma liderança, como por exemplo o meu companheiro, que foi do Levante. Ele é uma pessoa que a mãe dele era analfabeta, o pai era guarda noturno, e hoje ele é uma liderança da periferia que o Levante construiu e que mudou a vida dele totalmente. Isso é concreto (Entrevistada 04 do Levante, p. 06).

O vínculo da juventude periférica e trabalhadora é um processo mais recente nas organizações, que exige métodos e metodologias ainda pouco explorados, que se diferem dos utilizados no movimento estudantil. As organizações tendem a buscar esse canal de diálogo por intermédio da cultura, das associações de bairro e das ações de solidariedade, numa caminhada que exige um acompanhamento sistemático e bastante enraizado com a materialidade e o contexto social e cultural de cada território e de seus militantes.

Faz parte dessas dificuldades de executar um trabalho no chão da periferia a ausência de infraestrutura, por exemplo. As organizações dispõem de pouquíssimo ou, até mesmo, a inexistência de recursos financeiros, o que dificulta o deslocamento, a alimentação, e a execução de muitas tarefas que cumpram o papel de criar laços sociais. “Tem questões desde ter que lidar com a questão da fome. Se tu queres que a pessoa seja do Levante, tu precisas de alguma forma dar uma saída para isso, e às vezes o movimento não dá conta de uma mínima dignidade” (Entrevistada 04, p. 11). Ainda sobre a materialidade da condição de vida nas

periferias e a preocupação em construir uma organicidade: “[...] essa coisa da comida, de sempre ter comida. Porque as pessoas não tem comida em casa, então tem que oferecer é esse tipo de dignidade, de estar bem alimentado por exemplo, para poder pensar” (Entrevistada 04, p. 11). Ou seja, em muito dos casos, as organizações, além de não disporem de recursos financeiros, passam pela dificuldade de não possuir um lugar físico para se reunir, além de não poderem dispor de condições mínimas para que as pessoas participem das atividades propostas.

As organizações também destacam algumas das dificuldades em organizar um trabalho mais orgânico com a juventude trabalhadora e com o território periférico. Um elemento bastante destacado refere-se à precariedade da vida da juventude trabalhadora, que se encontra imersa na busca contínua por um posto fixo de trabalho. Essa questão está diretamente ligada com o crescimento exponencial do trabalho informal, sazonal e precário, agravado pelo fenômeno da “uberização” do trabalho. Como fenômeno do crescente dos trabalhadores do setor de serviços, correspondendo ao que Antunes (2018, p. 32) denomina como “novo proletariado de serviços”, composto, em sua maioria, por trabalhadores jovens. Com isso, a juventude trabalhadora encontra-se imersa em longas jornadas de trabalho, com baixíssima remuneração, e em uma condição de vida que impossibilita momentos para a família, para o lazer, para os estudos, para o direito ao ócio, para espaços de socialização e reflexão. O ritmo de vida sempre emergencial, sempre acelerado, dificulta o acesso da juventude há espaços como os movimentos de juventude aqui pesquisados.

As organizações de juventude pesquisadas destacam também o espaço que as igrejas pentecostais ou neopentecostais vêm ocupando nos territórios periféricos. A expansão dessas igrejas resulta em uma reorganização também dos territórios. Os entrevistados destacam que as igrejas católicas vêm perdendo espaço para as igrejas evangélicas e, com isso, também a juventude acaba por migrar para esses espaços religiosos. A ausência de espaços de lazer, de auto-organização das questões comunitárias, e o avanço da violência, do pensamento conservador e moralista, abrem espaços para que os jovens encontrem na igreja um lugar comum de socialização de sua condição juvenil. O resultado dessa inserção, segundo os entrevistados, é o crescimento de uma postura conservadora e fundamentalista, de um pensamento binário entre o bem e o mal, e na reprodução de uma consciência alienada. Estes são alguns dos aspectos levantados em relação aos desafios do trabalho de auto-organização da juventude trabalhadora e dos territórios periféricos.

Podemos dizer que a ampliação das organizações, para além do movimento estudantil, modificam profundamente não só o papel das organizações, mas o conjunto do seu fazer político e educativo. As necessidades da juventude trabalhadora e periférica proporcionam um

mergulho profundo na realidade social da juventude brasileira e em seu compromisso de classe. As bases da organização política precisam estar afinadas com os contextos locais, com a precariedade da vida nas periferias, com o subemprego, com a falta de direitos básicos e elementares, com a baixa escolaridade e a falta de oportunidades, com pouquíssimo capital cultural e, em muitas vezes, pela falta de tempo e de disposição física para a luta.

As experiências relatadas com a juventude trabalhadora e periférica demonstram também seu potencial organizativo e identitário, quando conseguem ocupar um espaço de atuação nos territórios. As atividades culturais das mais diversas, como a batucada, o grafite, a moralização, o slan, o samba, o hip-hop, entre outros, têm se tornado um ponto de encontro e de construção de identidade com os movimentos de juventude. Ao contrário da juventude oriunda de extratos de classe mais elevadas, nas quais sua porta de entrada para as organizações de juventude se dá pelo movimento estudantil, secundarista ou universitário.

O trabalho nos territórios periféricos, a partir da organização da juventude, também possibilita uma ação para além desses sujeitos, interferindo de forma positiva no conjunto da ação política nesses espaços. Colabora, assim, com a ampliação das discussões e das ações, em uma espécie também de retomada do trabalho de base nas comunidades, o que muito foi feito anteriormente pelas igrejas católicas, sindicatos e partidos políticos. Mesmo que se perceba alguns avanços nas proposições das organizações da juventude nos territórios periféricos, observamos um conjunto de ações ainda bastante superficiais, como panfletagem, passagem de carro de som, comunicações dispersas que pouco convocam processos mais orgânicos e propositivos de auto-organização das mais diversas comunidades urbanas.

É presente a necessidade de uma maior rede de interlocução e de trabalho cooperado nos territórios. O trabalho de base nesses espaços passa por uma articulação ampla, de construção de núcleos territoriais, com os mais diversos movimentos sociais, movimentos comunitários, partidos políticos, ativistas locais, produtores culturais do território, equipamentos públicos, como escola e posto de saúde, numa ação que combina objetivos comuns e específicos da juventude e de seus territórios de moradia.

Entendemos que é crescente a preocupação das organizações da juventude com um trabalho específico, com uma pauta direcionada para a auto-organização da juventude trabalhadora e para o território periférico. E essa necessidade é fruto também da atualidade da luta de classe e do lugar importante que as organizações da juventude vêm assumindo ao longo da história.

10 O MOVIMENTO DE JUVENTUDE E A PAUTA DAS OPRESSÕES

Com certeza, a pauta das opressões ganha um espaço de bastante relevância no último período. A partir do recorte temporal estabelecido para a análise documental desse trabalho, foi possível observar um conjunto de discussões e problematizações acerca da pauta das opressões nas organizações da juventude. É parte da tarefa da juventude contestar a sociabilidade estabelecida, seu conjunto de valores e normas sociais e culturais. Como parte destas contestações, encontramos questionamentos sobre os padrões de gênero, de família, de sexualidade, de discriminações de raça, de religiosidade e de classe social. A própria ascensão do conservadorismo, no último período de nossa história, demonstra a relevância de se pensar tais pautas, a partir da necessidade de uma ótica progressista dos processos sociais de elevação das relações humanas.

As organizações de juventude mostram-se atentas ao devido aprofundamento da leitura de classe social, e convocam muito das organizações históricas da classe trabalhadora para que reflitam esses importantes contornos que condicionam a luta de classe, e estruturam também as marcas do tipo de capitalismo dependente da América Latina. Os sujeitos pesquisados partem de uma análise de que as pautas sobre as opressões foram sendo negadas, ou enfraquecidas, em detrimento da relevância e centralidade do debate de classe, numa falsa ideia de que estes debates poderiam diminuir ou diluir a importância da unidade da classe social, enquanto sujeitos expropriados de sua força de trabalho.

Esse é um debate que, aos poucos, vem sendo superado e dando lugar para compreender as múltiplas dimensões e diversidades que compõem a unidade da classe social e sua identidade. As organizações de juventude compõem um lugar central na ampliação dessa práxis. Pode-se dizer que a maior parte das organizações de juventude na construção de suas estratégias reconhece o potencial da luta contra as opressões, em seus coletivos feministas, antirracistas, LGBTQIA+. Essas organizações convocam os adultos e as demais organizações políticas a pensarem o amplo e necessário debate que a atualidade da luta de classe exige para essas organizações.

Com base na necessidade de aprofundar a práxis contida nas organizações, a partir da pauta das opressões, traremos alguns elementos apresentados pelos entrevistados que demonstram também alguma dessas nuances para dentro de suas organizações. Uma vez que os debates em relação as opressões não são só reflexões para entender a multiplicidade da condição da classe social, mas representam também mudanças de padrões e normas sociais estabelecidas e construídas historicamente no movimento das relações sociais, que se

expressam também no interior das organizações da juventude. Entendemos que este é um debate bastante amplo, com diversas vertentes e nuances. Assim, neste capítulo, não temos a pretensão de aprofundar todo o seu importante conteúdo, partimos essencialmente dos debates levantados nos documentos e entrevistas das organizações pesquisadas, na direção de entender o lugar importante que a pauta das opressões ocupa nos processos organizativos de seus movimentos.

Enquanto um processo educativo das organizações, é importante destacar a autocrítica que realizam, principalmente em detectar processos discriminatórios e preconceituosos no interior das relações na vida das organizações. Segundo a entrevistada 04 da UJC, “historicamente a gente não nega, a gente teve muito debate atravessado, inclusive a questão LGBT foi algo muito problemático” (Entrevistada 04 da UJC, p. 15). A entrevistada destaca o papel da formação política e de criar mecanismos internos de correção de algumas posturas que não podem ser mais aceitáveis. Muitas dessas posturas recaem em posições discriminatórias sob a condição sexual e de gênero. A mudança do padrão heteronormativo e cisgênero para uma abertura de diversidade, cada vez maior dessas diferentes formas de viver e de se entender enquanto humano, se amplificam no interior da sociedade, e adentram também nas organizações políticas. Os debates políticos em torno das questões LGBTQIA+ são os mais diversos, e convocam a militância a pensar a condição humana para além das estruturas da “família tradicional brasileira”. As organizações de juventude podem ser consideradas a vanguarda dessas mudanças de padrões, pois é no interior de suas organizações a maior expressão de militantes LGBTQIA+, que pensam, elaboram e constroem programas que abarcam os desafios de pensar uma sociedade aberta para essa diversidade, livre de qualquer construção moralista ou discriminatória.

Mesmo que haja uma reflexão bastante ampliada sobre o feminismo, esse ainda não é um debate superado e encontra ainda diversos entraves internos; inclusive, essa pode ser considerada uma das pautas mais antigas sobre a condição feminina na sociedade de classe que as organizações vêm trabalhando. Por exemplo, é muito recente de nosso conhecimento um conjunto de militantes mulheres, intelectuais feministas e marxistas, de expressão notória nacionalmente e internacionalmente. Na atualidade, esse número de intelectuais mulheres vem crescendo, assim como tantas outras esquecidas na história vêm se mostrando à tona. Existe uma real preocupação em “dar voz” em “seu lugar de fala” para a produção intelectual das mulheres. É crescente o número de mulheres que ocupam os bancos universitários, que se tornam dirigentes de suas organizações políticas e que, por consequência, modificam a conjuntura desses espaços.

Uma certa ausência dessa produção intelectual e de reconhecidos espaços de dirigentes está diretamente interligada com a posição de executora de tarefa que as mulheres, na maioria das vezes, ocupam nas organizações políticas, e dos poucos espaços de liderança. Historicamente, este foi um espaço quase que exclusivo para os homens. São inúmeros os intelectuais e grandes dirigentes masculinos. O tempo dedicado aos estudos, a ideia de uma intelectualidade avançada, de domínio da política, e “vocação” para a liderança, colocaram os homens nesse lugar de privilégio, o que reforça as estruturas machistas.

Os coletivos feministas e os demais coletivos contra as opressões estruturais modificam as organizações históricas da classe trabalhadora, colocam no centro da pauta questões de valores sociais em transformação e as mazelas do capitalismo. Questionam lugares estabelecidos, preconceitos velados, estruturas opressoras e preconceituosas, que violam a condição humana em sua amplitude. Pensar em vencer tais desafios passa também por questionar e se posicionar internamente nas organizações, a fim de construir valores e princípios para além os da ordem da sociabilidade burguesa. Sobre esse ponto, a entrevistada 04 fala dessa relação no PCB e na UJC, e de como esses processos estão em plena transformação e avaliação:

Sobre essa questão da relação dos jovens, das mulheres dentro do partido, sem dúvida ao longo da história a gente deu mais espaço e mais peso para opinião dos camaradas homens, que estava mais tempo no partido. Mas hoje eu digo com segurança, que esse quadro não se manifesta mais. [...]. E dentro do partido, de seus coletivos, a gente tem um número alto mais 50% de mulheres, negros e negras, LGBT's. Então a configuração do partido, já conseguimos dizer com segurança, que não é um partido de homens brancos, mais velhos, de classe média, isso é algo superado dentro do partido e dos seus coletivos (Entrevistada 04 da UJC, p. 16).

Ainda sobre a divisão revolucionária do trabalho nas organizações, “se colocava as camadas mulheres para fazer as atividades mais organizativas, de fazer o trabalho pesado, enquanto os homens faziam grandes análise de conjuntura, grandes análises políticas, e o trabalho duro ficava para as camaradas mulheres” (Entrevistada 04 da UJC, p. 16). As entrevistadas relatam que, em parte, estas questões foram superadas, mesmo que tenha que se manter sempre vigilante para que as mulheres não acabem assumindo as tarefas de ordem mais prática, mecânicas ou executoras. Além de processos formativos específicos sobre as pautas, os entrevistados destacam que é necessário que haja uma representação paritária para que garanta uma efetiva participação nos espaços também de direção das organizações.

O mesmo é avaliado em relação aos militantes negros e negras, que, em geral, ocupam pouquíssimos cargos de direção. A presença de pessoas negras nas organizações ainda é muito pequena. Isso, segundo a entrevistada 04 do Levante, tem várias relações que estão diretamente vinculadas à nossa estrutura racista e de natureza de uma histórica escravocrata.

[...] a questão do racismo é um debate que tem que ser feito, e tentar garantir a presença das pessoas negras e principalmente das pessoas da periferia. Que hoje a gente também tem uma dificuldade de ter pessoas negras na nossa direção estadual. Tem um menino só, que ele é uma pessoa negra e é um cara da periferia. As outras pessoas são todas advindas do movimento estudantil (Entrevistada 04 do Levante, p. 16).

Os desafios, na atualidade, também passam pela necessidade de uma participação ativa desses sujeitos na vida das organizações. Pensar os movimentos de juventude vinculados à organização da juventude periférica é também trazer a exigência de debater as questões étnico-raciais, uma vez que a maior parcela da juventude negra no Brasil encontra-se nas periferias das cidades. Também é crescente o número de intelectuais negros que as organizações passam a estudar, como um movimento muito recente também de apropriação da condição racial na sociedade de classe. Podemos afirmar que a grande maioria dos autores aos quais as organizações de esquerda têm acesso historicamente, e que fazem parte de um conjunto de autores considerados clássicos, se expressam em homens brancos, identificados como heteronormativos.

Esse é uma reflexão que precisa ser feita constantemente, e os núcleos feministas, antirracistas e LGBTQIA+, em suas organizações, cumprem o papel de manter os debates necessários e atualizados. É crescente o número de mulheres, negros e negras, LGBT's, que ocupam espaços de lideranças em suas organizações, como diretorias, coordenações, entre outros.

Modificar esse perfil não consiste somente em alterar a imagem dos sujeitos ou garantir uma representação. É necessário que possamos evidenciar a multiplicidade, principalmente desses sujeitos que foram invisibilizados ao longo da história, com as suas reflexões e análises que contribuem para entender a dimensão material da formação social da classe trabalhadora.

A pauta das opressões também cumpre um papel de aproximar a juventude das organizações, de despertar o interesse, de acolher o “excluído socialmente”, num espaço onde as pessoas podem ser ouvidas, podem expressar seus anseios, suas inquietações, onde a sua “diferença” pode ser reconhecida em uma maior “infinidade de diferenças”. O entrevistado 03 do Levante relata o quanto a discussão das opressões “é justamente um tema que a juventude quer conversar, e até as ações que as cédulas querem fazer no território. Às vezes, para chamar mais jovens, geralmente essas são as pautas que também são trabalhadas” (Entrevistado 03 do Levante, p. 04). O debate sobre a diversidade é um elo importante de identificação da juventude com as organizações políticas na construção também de suas identidades. Pensar a potencialidade dessas pautas para aprofundar a dinâmica da luta de classe, a necessidade da

coletividade e da luta anticapitalista, é uma estratégia que os movimentos da juventude vêm adotando em suas formas de ação.

Em cada organização, seus militantes relatam um sentimento de unidade, de identificação, de pertencimento, que os colocam na posição de estarem entre iguais. As crises estruturais, por exemplo, as profundas desigualdades, a falta de perspectiva para a juventude, o sentimento de indignação e a rebeldia, o sentido na luta coletiva, a posição de classe, os debates sobre o feminismo, sobre a luta antirracista e LGBTfóbica, são alguns desses elementos identitários que aproximam a juventude desses movimentos.

Mas existe também a crítica por parte de algumas organizações, quando estas pautas são usadas para justificar a ausência das opressões em seus movimentos.

[...] a gente jamais vai usar como critério para qualquer atividade, se uma pessoa é negra, então ela vai ter que trabalhar as questões étnico-raciais. Isso é um desrespeito com a pessoa, isso a gente jamais vai fazer, pegar uma militante que é mulher, e dizer pra ela que ela tem que falar sobre questões da mulher. A organização não vai usar as pessoas por exemplo, pra dizer que não somos racistas, a gente jamais vai fazer isso, jamais vai reproduzir dentro da organização (Entrevistada 02 do Levante, p. 17).

A partir desse trecho, o que observamos é o quanto essas questões podem escapar de uma estratégia que tenha como horizonte o fim da exploração de classe, fruto da apropriação da força de trabalho e da propriedade privada. O debate das opressões carrega em si também um caráter policlassista de sua configuração, e está presente em todas as classes. Porém, compreender a heterogeneidade da classe trabalhadora é fundamental, ajuda a entender a sua real materialidade e a suas aspirações futuras. Mas esse não pode ser tomado pelas organizações como o eixo central de sua organicidade, podendo assim perder os fundamentos que condicionam as relações de opressão e o papel que desempenham enquanto ferramenta de organização da classe trabalhadora.

Observa-se que há uma grande preocupação em desenvolver formações, palestras, materiais gráficos e digitais, que cumpram o papel de formar e informar a militância e o conjunto da sociedade sobre a importância de entender a profundidade das pautas das opressões. Muitos avanços ao longo da história foram construídos através, principalmente, da capacidade da organização política, mas existem ainda muitas questões em aberto.

Alguns desses exemplos de lutas coletivas contra as opressões fazem parte das características de nossa estrutura social, como nos coletivos feministas, que buscam a descriminalização e legalização do aborto⁸⁹. Na América Latina, apresenta-se como uma emergência social, já que registramos os maiores números de mortes de mulheres por abortos inseguros e de partos forçados. É também parte das lutas do movimento feminista combater a sexualização e objetificação dos corpos das mulheres, instrumentalizadas pelo capital como forma de obtenção de lucro, de acúmulo de riqueza e de reprodução do patriarcado.

Como também a defesa dos direitos LGBTQIA+, como parte da defesa dos direitos humanos. O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+⁹⁰, vítimas da LGBTfobia, da intolerância, e do conservadorismo. A luta pela igualdade de direitos no Brasil é histórica e busca, além da criminalização da homofobia e da transfobia, a construção de equipamentos públicos de acompanhamento das mais diversas condições da comunidade LGBTQIA+, que sofre com a exploração sexual, com a violência em suas mais distintas formas e com o preconceito e a discriminação.

A luta contra o racismo também está no centro das discussões das organizações da juventude. O Brasil, país que ainda encontra em suas estruturas seu passado escravocrata, marginaliza, encarcera, e mata cotidianamente sua população negra, principalmente sua juventude periférica⁹¹. O conjunto de lutas antirracista é central na luta de classe. A exploração da população negra, marginalização, discriminação, precarização, o preconceito racial, a violência do Estado, o subemprego, tem sido a base econômica e social fundamental da existência da sociedade de classes e do processo de reprodução ampliada do capital, principalmente na sua relação de dependência da América Latina. Nessa mesma luta, também está contida a luta histórica dos povos originários, e das mais diferentes etnias indígenas, pela defesa de seus territórios, pela soberania de seus povos e de sua cultura, e contra a violência do Estado e dos latifúndios, na expressão do agronegócio.

⁸⁹No Brasil, a legalização do aborto é também um debate de saúde pública, já que em 2019, o SUS registrou cerca de 195 mil internações por aborto (espontâneos e por decisão judicial ou médica), referente a uma média de 535 por dia. Os abortos por motivos previstos em lei são minoria. A cada 100 internações por aborto, 99 foram de abortos espontâneos e tipos indeterminados de gravidez interrompida. Só 1 foi aborto previsto em lei. Informações disponíveis em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/os-abortos-diarios-do-brasil/>>. Acesso em: 16 de mai. de 2022.

⁹⁰Segundo o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), de 2021, o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT's e também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo.

⁹¹Segundo o Atlas da Violência de 2021, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam que 76,2% dos homicídios registrados no país foram de pessoas negras. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2021-v3.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

A fim de aprofundar essa reflexão, podemos afirmar mais uma vez que as opressões, sejam elas de gênero, sobre a sexualidade, sobre as questões de raça, se observadas com a devida profundidade, representam traços do nosso tipo de capitalismo dependente, que encontra nos corpos socialmente marginalizados, na cor da pele, na condição sexual, na divisão de gênero, na objetificação de alguns determinados corpos, traços da superexploração da força de trabalho, do tipo de nossa formação social e política. Por esse motivo, são expressões complexas e multifacetadas da apropriação do capital sobre a vida dos sujeitos latino-americanos.

Portanto, os condenados da terra, os esfarrapados do mundo, como bem denominou Frantz Fanon⁹², não são uma classe genérica, abstrata, mas sim composta por estas especificidades. Como condição geral, os sujeitos considerados oprimidos na ordem social estão submetidos à superexploração da sua força de trabalho, pelo assalariamento, pelo subemprego, ou desemprego estrutural, na formação de desigualdades extremas, pela objetivação e marginalização de seus corpos, e pela desvalorização de suas raízes sociais e culturais. Marcas de uma sociedade que se forjou em uma estrutura servil, colonial, escravocrata, autocrática, pela força do patriarcado, pelo moralismo, conservadorismo e todos os valores e formas de sociabilidade de ordem burguesa.

As organizações da juventude, como importantes forças políticas, demonstram a relevância de encabeçar e desenvolver um trabalho a partir dos aspectos estruturantes da nossa organização social, que produz no conjunto da classe trabalhadora contornos bem definidos de seus sujeitos explorados. Esses sujeitos, na atualidade, encontram, nos movimentos de juventude, um lugar fecundo de atuação, autoconstrução e auto-organização de sua condição social, política, econômica, cultural, um espaço de existência real, de denúncia, e de projeção de futuro, da sociedade que se almeja construir.

⁹²Termo retirado de: FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

11 AS TÁTICAS E AS ESTRATÉGIAS DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE PARA OS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A organização da juventude no Brasil, na construção do seu papel social enquanto ferramenta combativa da ação juvenil, muito se constitui a partir de algumas influências de correntes teóricas e práticas que circulam nas lutas sociais no mundo, principalmente a partir das abordagens teóricas e metodológicas do materialismo histórico e dialético. A teoria da organização política, na América Latina, influenciou não somente a organização da juventude, mas também um conjunto de organizações políticas, partidos, sindicatos e movimentos sociais que incorporam as experiências, principalmente dos paradigmas Europeus, e que se aprofundam a partir das reflexões da própria América Latina.

Entender o contexto e o conteúdo das lutas sociais travadas pelas organizações de juventude é parte essencial para conhecer sua estratégia e o conjunto de táticas adotadas no interior de seus movimentos, como a expressão de sua intencionalidade política, social e educativa, e é o que esse trabalho de tese se propõe a estudar. A partir das entrevistas realizadas e de toda a análise documental, podemos afirmar que as quatro organizações pesquisadas apontam táticas e estratégias no interior da sua organização política, como forma de atuação, como agenda programática, como projeto educativo, e como horizonte estratégico a ser construído. Em síntese, há um projeto de sociedade que se deseja construir.

As organizações de juventude expressam a necessidade da superação da sociedade de classe, da divisão social do trabalho, dividida entre os detentores dos meios de produção e os expropriados de sua força de trabalho, pelo fim da ordem e da sociabilidade burguesa, e de qualquer tipo de opressão entre seres humanos e natureza. O que está no centro dos debates estratégicos das organizações da juventude é a construção da sociedade socialista. A revolução contida nesses termos, à luz das experiências da tentativa da superação do sistema capitalista, passa pela derrocada da velha ordem, pela tomada do poder, e pela construção da emancipação humana, econômica e social. Nos termos de Rosa Luxemburgo (2010), o ponto de partida para uma transformação socialista passa por uma crise geral e catastrófica do sistema capitalista, fruto de suas próprias contradições internas. Segundo a autora:

Baseia-se o fundamento científico do socialismo, como é sabido, em três resultados principais do desenvolvimento capitalista: primeiro na anarquia crescente da economia capitalista, a qual conduz à sua ruína inevitável; segundo, na socialização crescente do processo de produção, que cria os germes do regime social futuro; e terceiro, no reforçamento crescente da organização e da consciência de classe do proletariado, que constituiu o fato ativo da próxima revolução (LUXEMBURGO, 2010, p. 23).

Desta compreensão, entende-se que a revolução socialista é uma necessidade histórica, em que o próprio capitalismo, a partir de suas crises inerentes e de seu desenvolvimento lógico, o conduz à sua ruína e à necessidade da sua superação. Porém, esse não é um “processo natural”, ele obrigatoriamente necessita das forças sociais organizadas, do reconhecimento consciente de que o capitalismo produz um sistema desigual, explorador e expropriador e que necessita da classe organizada para a conquista do poder.

Rosa Luxemburgo (2010) também destaca a importância das reformas estruturais como parte importante para elevar a capacidade das massas conquistarem direitos sociais e potencializarem a organização da luta de classe, em patamares mais elevados. Destaca-se que, mesmo as reformas, quando substanciais, quando significativamente favoráveis ao povo, são vitórias políticas e sociais, como um meio importante para a revolução socialista, mas não o fim em si mesmo.

Ressaltamos os aspectos da construção dos caminhos da revolução brasileira, ao entender que tais definições abrem um grande leque de interpretações, que passam desde a consolidação e edificação de um projeto de nação, em uma programa de desenvolvimento nacional, até a possibilidade de uma ruptura radical e estrutural com o capitalismo, com a realização das reformas de base como correia de transição para a sociedade socialista, pela via da “revolução pacífica”, por um projeto de conciliação dos interesses entre a burguesia e o proletariado, na luta por direitos sociais, ou pela conquista pelo poder estatal, entre outros.

Com base nos estudos realizados, é possível compreender que existem nuances na construção desta estratégia, há, portanto, um conjunto de definições teóricas, práticas e organizativas, que definem estas distinções sobre o caminho a ser desenvolvido para a construção da revolução brasileira. Aqui trabalharemos um pouco sobre estes caminhos e o conjunto destas práxis no desenvolvimento de seus programas, entendendo programa como uma política para a ação, com base nas tarefas que estão colocadas em um determinado período da luta de classes.

Gostaríamos de destacar algumas percepções sobre os programas das organizações de juventude, em parte também alicerçados nas discussões dos partidos políticos que compõem. Evidenciando que este é um debate bastante profundo, amplo, com inúmeras nuances, que ainda se encontra em aberto e em construção, faz-se extremamente necessário salientar alguns elementos reflexivos que foram possíveis de serem destacados a partir deste estudo. Mas também temos a clareza que nesse breve levantamento não conseguiremos dar conta da dimensão e profundidade que o assunto exige. O esforço vem da necessidade de demonstrar o quanto a forma e o conteúdo dos aspectos da teoria da organização política e os caminhos

estratégicos e táticos também compõem as formas educativas de suas organizações de juventude.

Considerando a estratégia como esse horizonte a ser almejado, como um objetivo final a ser alcançado, faz-se necessário construir um caminho. No centro de suas práxis está a busca por mudanças, profundas ou estruturais, a alteração ou adequação da ordem social, ou o desejo de uma transformação pelas vias reformistas, ou revolucionárias. A partir de autoras marxistas como Harnecker (2012), podemos definir estratégia como a mediação entre o objetivo final e o caminho possível para os termos de uma revolução dentro de uma situação concreta. Já a tática como momento de mediação entre a estratégia e questões mais imediatas da realidade, de características mais rápidas, efêmeras ou em transformações constantes determinada pelas condições da luta de classe. A tática é sempre flexível porque a conjuntura é sempre dinâmica. Segundo a autora, a tática revolucionária é “o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política” (HARNECKER, 2012, p. 114). Enquanto que a estratégia revolucionária:

[...] determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo, ou seja, é a forma como se planejam, se organizam e se orientam os diferentes combates sociais para alcançar esse objetivo (HARNECKER, 2012, p. 65).

O alcance desse objetivo final é permeado de intencionalidade e de disputas no interior da luta de classe de um determinado contexto histórico, social, político e econômico, em uma relação da qual a tática sempre deverá estar subordinada à estratégia. A dimensão da correlação de força, a devida leitura do contexto, o preparo analítico, a práxis estabelecida, e as táticas elegidas, também condicionaram o conjunto dos programas, o perfil das organizações, e o nível de penetração na organização da totalidade da classe trabalhadora.

Para isso, torna-se importante compreender a reflexão sobre a tática e a estratégia das organizações de juventude, que estão intimamente ligadas às estratégias gerais de seus partidos políticos ou campos de atuação.

Os referenciais teóricos que embasam as reflexões sobre os caminhos da revolução brasileira e a construção das suas estratégias e táticas, contidos em seus documentos, partem, principalmente, das obras de Lenin, Trotsky, Rosa e Mao Tsé-Tung. Porém, observa-se que o nível de profundidade, radicalidade e compromisso dependerá também do quanto a organização busca analisar a realidade brasileira e latino-americana, o quanto se dedica a estudar as obras com o devido rigor, as posições teóricas e políticas assumidas em sua totalidade, e o nível de aprofundamento analítico, somado às táticas e ao enraizamento de seu trabalho de base na

construção de um projeto que se propõem a transformar a materialidade da classe trabalhadora e seus níveis de consciência.

Partimos de algumas definições contidas nos documentos das organizações que expressam seu posicionamento estratégico da construção do socialismo. Segundo a definição da UJC:

Estamos falando do objetivo de superação desse modo de produção capitalista por um em que seja substancialmente diferente deste, que se elimine a lógica de mercado e dos lucros, da exploração do homem pelo homem a partir das classes, superando todo tipo de opressão e exploração - o socialismo, com a perspectiva do comunismo (Congresso, 2012, p. 55).

Para o Levante Popular da Juventude:

Entendemos que serão esses compromissos que garantirão a construção do Levante Popular da Juventude, do Projeto Popular e da Revolução Socialista Brasileira. A tarefa não é fácil: não esperamos ter todas as respostas nem construir tudo isso sozinhos, mas nos desafiaremos a dar tudo o que pudermos, porque devemos nos construir como a juventude que ousa lutar, que constrói alternativas e que é parte do povo brasileiro. Somente com alegria, amor e muita animação chegaremos lá! (Carta compromisso I Acampamento, 2012, p. 03).

Já para a UJS, o seu compromisso é de:

[...] uma organização juvenil, ampla, política e socialista; atua politicamente através do movimento juvenil, buscando responder às especificidades deste e apresenta o socialismo, único sistema capaz de ser alternativa ao capitalismo no Brasil (Estatuto UJS, s/d).

Em seu ato de fundação o Juntos demarca sua posição:

O saldo do encontro foi uma juventude ainda mais combativa e convencida da importância de lutar. Terminamos o acampamento organizando uma ampla comissão de colaboradores do Juntos! que, a partir de agora, estarão conosco construindo esta nova ferramenta, cujo papel principal será potencializar a luta da juventude pelo socialismo (Jornal Juntos, 26 de janeiro de 2011).

Embora todas as organizações pesquisadas afirmem que os processos de transformação social que buscam construir passem pelos caminhos da revolução socialista, o que podemos afirmar é que existem particularidades e singularidades em cada organização, inclusive na compreensão sobre a definição de socialismo e os caminhos a serem traçados. Estes elementos constituem o conjunto de suas intencionalidades e práticas educativas. Traremos alguns desses destaques.

Na leitura dos documentos, no acesso às páginas das redes sociais, e nas edições de seus jornais, o Juntos, quando busca definir a sociedade que deseja construir, referenda a construção

de “um outro mundo possível”, a partir da necessidade de uma mobilização permanente, em um movimento anticapitalista e anti-imperialista. Afirma que “Só com a mobilização permanente podemos avançar a consciência, potencializar a força das nossas ideias e mover as estruturas da sociedade de forma mundial. Um novo mundo é possível, se lutarmos juntos” (Quem Somos, s/d). O Juntos, a partir de sua identificação partidária com o MES, representa uma das tendências trotskistas do PSOL. Sua principal defesa é a construção da revolução permanente e mundial, a partir da teoria do movimento desigual e combinado, conceitos embasados em Trotsky, e o método de ocupação de rua, muito inspirado também nas reflexões de Rosa Luxemburgo.

O caráter desigual e combinado da sociedade capitalista, desenvolvido por Trotsky, tendo boa parte de sua formulação desenvolvida em seu livro *Revolução Permanente*, publicado em 1932, pela primeira vez, mas elaborado antes da Revolução de 1905, na Rússia, possui uma abordagem que parte do entendimento de uma teoria que unifica as “leis genéticas e estruturais do capitalismo”, que corresponde à ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países. Isso se revela especialmente nos países periféricos do sistema mundial, nos quais um setor extremamente moderno da economia pode existir de forma combinada com o mais atrasado, em processos de exploração em escala mundial. Estes seriam fatores que justificam não só uma revolução permanente, mas também de caráter internacional. Segundo a tradição trotskista, é necessário que se construa uma mobilização permanente para que se possa acumular forças na direção de possíveis rupturas do sistema.

Considerando que, com a tomada do poder, o proletariado inaugura a construção da nova sociedade, em um movimento permanente de sua nacionalização e internacionalização, Trotsky (2017, p. 152) afirma: “a revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve em arena internacional e termina na arena mundial. Só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o planeta”. O triunfo da revolução socialista está contido no aniquilamento de todas as forças constitutivas do capitalismo. A defesa de uma revolução permanente se contrapõe à lógica de uma revolução socialista em um só país, defendida por Stalin, chefe de Estado que passa assumir os rumos da União Soviética após a morte de Lenin. A partir desse momento, Trotsky passa a tecer duras críticas aos caminhos adotados pelo partido, como suas formas burocratizadas, totalitárias, centralistas e etapistas, que, segundo o autor, acabavam por reproduzir a ideológica capitalista.

O que Trotsky passa a defender é a necessidade de entender a condição de um capitalismo altamente globalizado, em sua relação combinada e dependente, entendendo que,

do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas e da técnica, a revolução socialista necessita elevar estes estágios que, até então, foram desenvolvidos pelo próprio capitalismo, criando condições para que a luta pelo socialismo avance a nível nacional, mas também internacional, em uma revolução do proletariado que conduza as massas. Entende que o proletariado é a força que desempenha um papel verdadeiramente revolucionário, tanto nos países ditos “atrasados” ou “avançados”.

Nessa compreensão, não se trata apenas em conquistas do proletariado a níveis nacionais, é preciso avançar e se estender e se aprofundar para a transformação completa da sociedade, para a abolição definitiva da sociedade de classe, da propriedade privada, da sociabilidade burguesa e da exploração capitalista em todas as esferas. O líder do exército vermelho desenvolve um conjunto de quatorze teses que define a importância da revolução de caráter permanente e ininterrupto. Na décima tese, há uma importante síntese da sua intenção:

A revolução socialista não pode ser realizada nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade reside no fato de que as forças produtivas por ela engendradas tendem a ultrapassar os limites dos Estado Nacional. Daí a guerra imperialista de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo da nova sociedade em todo o nosso planeta (TROTSKY, 2007, p. 208).

A defesa de uma revolução permanente parte também de uma análise dos processos vividos no desenrolar dos fatos que se sucederam, na então revolução de fevereiro (governo provisório, 1905) até o triunfo da revolução de outubro de 1917, na Rússia, e depois dela. Suas reflexões partiam do entendimento de que a tomada do poder era tarefa central do proletariado, a classe verdadeiramente revolucionária.

Algumas divergências sobre as posições desenvolvidas por Trotsky se aprofundam a partir da realização da IV Internacional Comunista, com as teses formuladas pelo revolucionário, depois de ter sido expulso do agrupamento da III Internacional e da União Soviética. A defesa da construção da IV Internacional, como uma ação coordenada para caminhos comuns entre o movimento trotskista, justifica-se a partir de uma abordagem que considera que a III Internacional, que já havia sido liderada por ele e por Lenin, teria sofrido uma degeneração, sendo apropriada pelo stalinismo e de caráter contrarrevolucionário. Trotsky e seus seguidores fundam a então IV Internacional, que foi duramente perseguida pelo governo de Stalin e pelos grandes países capitalistas, e também rejeitada por tendências maoístas.

Foram algumas das formulações da IV Internacional: o legado do marxismo revolucionário, a rejeição à burocratização e ao totalitarismo dos partidos, a batalha pela construção de partidos revolucionários internacionais que juntos poderiam orquestrar a revolução mundial e permanente. Neste mesmo período, Trotsky criticava a tentativa de construção de alianças políticas de incentivo à formação de frentes populares, que tinham como objetivo unir as forças antifascistas. Segundo sua opinião, a luta contra o fascismo era tarefa dos comunistas, e tais frentes eram consideradas ações semeadoras de ilusões reformistas e pacifistas.

Embora o movimento não tenha conseguido se ampliar para mais forças políticas e tenha sofrido vários dissensos ao longo de sua história, as organizações políticas de viés trotskistas continuam a defender o legado e a necessidade da continuidade das formulações da IV Internacional. Nesse cenário, também se encontram as organizações de juventude que se alicerçam no pensamento de Trotsky e que reivindicam a sua existência.

Trotsky entendia que só um partido revolucionário independente poderia reunir o melhor da classe progressista, direcionando as marchas e o ritmo dos acontecimentos. Só assim a vitória do proletariado torna-se possível. Para o partido, compete a tarefa de educar os quadros, para a disciplina, iniciativa e ação revolucionária, orientados também pela ação das massas. De acordo com Trotsky (2017), “disciplina da ação revolucionária apoiava-se na unidade da doutrina, nas tradições de lutas comuns e na confiança numa direção experimentada” (TROTSKY, 2017, p. 153).

É importante destacar que, no Brasil, algumas tendências trotskistas consideraram representar uma continuidade do leninismo, acreditando que a leitura de Trotsky seria o suficiente, representando aquilo que algumas organizações definiam como centralismo teórico.

Também como parte dessas reflexões elencadas, há uma crítica de que muitas das organizações partidárias de esquerda no Brasil, sobre influência da III Internacional, sofreram uma forte “stalinização” em suas organizações, abandonando o marxismo e a tradição leninista, reforçando a revolução em um país só, com a aliança com setores reformistas e burgueses. Entende-se que suas organizações partidárias se burocratizaram em aspirações totalitárias, autoritárias, de ausência de democracia interna, em prol da decisão de uma manipuladora “maioria”. Estas afirmações abriram um debate na defesa de partido de massas, que pudessem aglutinar um conjunto de tendências internas.

Além dessas definições teóricas desenvolvidas acima, buscamos entender o programa que define as táticas e as estratégias que a juventude busca construir. Nas pesquisas realizadas sobre o Juntos, nos referendamos, principalmente, em dois instrumentos públicos de

comunicação da organização, o Jornal do Juntos e a Revista Movimento. É importante destacar que não encontramos um documento sistematizado que contenha um programa específico das linhas principalmente táticas da organização. Segundo o entrevistado 08 do Juntos, “nem é a intenção da organização, ter estatutos, regimentos, programas fechados e burocratizados em ideias cristalizadas”. Nos referendamos, principalmente, nos artigos publicados pela organização e pelas entrevistas realizadas, que abordam as perspectivas teóricas do seu entendimento dos caminhos da revolução. Em ambos, encontramos a preocupação em construir um programa anti-imperialista, anticapitalista, de mobilização permanente, que tenha a ocupação dos espaços públicos como espaço de enfrentamento da luta de classe. O ecossocialismo, o movimento classista, o feminista, o LGBTQIA+, o antirracista e o popular permeiam as discussões das pautas que necessitam ser aprofundadas em diálogo com a sociedade.

Já a UJC, alinhada com a tática e com a estratégia do PCB, apresenta um longo e denso documento em forma de programa para apresentar sua linha estratégica e de táticas. Na defesa de uma revolução Brasileira e socialista, sem ceder a concepções etapistas, “que postergam a luta pelo socialismo para depois de uma etapa de luta contra a reação”, apontam “como única saída para a atual crise a reorganização socialista da sociedade através do estabelecimento do Poder Popular” (XVI Congresso Nacional do PCB, Resolução 2, 2022, p. 06). Para tanto, a construção do Poder Popular, como duplo poder, passa por um conjunto de programas de luta, que inclui a presença marcante do movimento de massa, a construção da greve geral, a construção de um bloco revolucionário do proletariado, ampliação da participação da classe trabalhadora nos processos políticos, a luta pelos mais diversos direitos sociais da classe trabalhadora, a garantia de reformas sociais, a luta unificada anticapitalista e anti-imperialista. A tática defendida do poder popular passa por “desenvolver os germes do poder popular, a tal ponto, que eles sejam tão articulados a nível nacional, inclusive que eles sejam capazes de substituir o Estado burguês” (Entrevistada 02 da UJC, p. 07).

A defesa da construção do Poder Popular passa por “organizações independentes, a exemplo de como foram os soviets, os tribunais de fábrica, os cordões industriais, para criar as estruturas de dualidade de poderes fundamentais para a criação da institucionalidade socialista” (XVI Congresso Nacional do PCB, Resolução 2, 2022, p. 14). Nas discussões levantadas, aponta-se que a construção do poder popular encontra seu germe nos movimentos sociais, nos sindicatos, nas organizações e partidos de esquerda, nos fóruns e assembleias, na luta por direitos sociais como moradia, transporte, saúde, educação, entre outros. A UJC, como

“braço” juvenil da organização política, é uma das importantes forças capazes de difundir as diferentes táticas para a construção do poder popular.

Denominado como “Projeto Brasil Popular”, encontramos o programa das organizações que compõe a Consulta Popular, entre elas o Levante Popular da Juventude e demais movimentos sociais. O documento, dividido em eixos temáticos, apresenta uma unidade programática, enquanto sínteses integradas do debate de um novo projeto nacional, que se sustenta na construção de uma sociedade sustentável, que exige a superação das desigualdades sociais, econômicas e políticas. Isto, ainda sem mencionar ao longo de seus diversos cadernos, a construção da sociedade socialista. O que se denomina é a construção de uma sociedade do bem viver, que crie a condição de uma vida boa para todas e todos, como um processo de transição para um novo modelo societário. Num “modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e ambiental capaz de distribuir igualmente as riquezas e a renda gerada por toda a sociedade” (Cadernos para Debate 03, 2020, p. 09), a partir da construção de “um novo Estado orientado por novos paradigmas”. Nas resoluções do seu 4^a Acampamento Nacional do Levante, no texto introdutório, destaca a sua elaboração estratégica:

Formular um plano estratégico significa delimitar onde se deseja chegar. A partir dele traçamos os passos do caminho que deverá ser percorrido para que se alcance o objetivo. Nosso destino é a construção do Projeto Popular para o Brasil, que significa acumular forças sociais em torno de um programa de modificações da estrutura econômica, social e cultural do Brasil através de um programa de reformas democráticas e populares (4^o Acampamento Nacional do Levante, 2019, p. 06-07).

Dividido em vários cadernos, o Projeto Popular para o Brasil, ao qual o Levante se referenda, apresenta debates em relação aos processos da estratégia da construção desse programa, que passam pela garantia de uma vida boa para todas e todos, almejando que todos possam ter acesso à integralidade dos benefícios, também aos bens comuns, construídos pela humanidade. Segundo o entrevistado 05 do Levante, esse Programa pode ser entendido com a seguinte afirmação: “O pressuposto dele é conseguir fazer aquelas transformações no Brasil, que de certa forma nossa burguesia deixou de fazer”, ou “como um projeto guarda-chuva para os anseios do povo”, com a luta pela diminuição progressiva de todos os tipos de desigualdades, opressões e discriminações sociais. É a defesa da democracia, da participação popular e da autonomia de todas as formas de organização popular. Com o objetivo de construção de uma nação soberana e desenvolvida e na afirmação dos valores humanistas, que garanta a “autodeterminação do povo brasileiro para escolher e decidir sobre seu próprio destino. Defendemos uma ideia de emancipação na qual o povo decide os rumos e defende seu território e bens comuns” (Cadernos para Debate 03, p. 21).

São alguns dos pontos destacados da tática do programa Projeto Brasil Popular: democratização da justiça e dos direitos humanos; participação popular e reforma do sistema político; repensar a segurança pública; democratizar os meios de comunicação; construção da soberania ambiental, da construção de mudanças na forma de usar os bens da natureza, objetivando seu uso comum na organização da produção e nas relações sociais; valorização do salário mínimo e resgate e ampliação dos programas de combate à pobreza extrema para a melhora relativa na renda dos mais pobres; reforma tributária progressiva, entre outros. Em síntese, o projeto popular representa um conjunto de reformas estruturais, que possibilitem o engajamento, principalmente dos setores populares da sociedade na luta pela transformação econômica e social do Brasil, em uma frente de unidade, que possa desgastar o poder da burguesia nacional.

Buscando aprofundar a atualidade da estratégia da UJS, através das leituras dos documentos e nas entrevistas com seus militantes, reconhecemos a sua atual posição referendada no Programa Socialista para o Brasil, do PCdoB. Com destaque na fala do entrevistado 05 da UJS:

[...] nós entendemos que não existe caminho para a Revolução no Brasil se não for um caminho que coloque um projeto de nação no centro desse programa de transição. Naquilo que a gente chama de ‘Novo projeto Nacional de Desenvolvimento’. Nós somos uma organização que coloca o tema do Brasil no centro do nosso projeto de transição. Construir uma nação soberana, desenvolvida, faz parte desse nosso percurso. Existem organizações de esquerda que não fazem essa ligação, e isso tem a ver com as experiências. O processo revolucionário na China foi altamente vinculado com o patriotismo Chinês. A Revolução na China, era conectada com a luta pela libertação da China, assim como outras experiências revolucionárias, até pra fazer essa conexão. Para nós construirmos um processo revolucionário no Brasil, passa por um processo de libertação nacional. Para criar as condições para o processo revolucionário, nós temos as reformas estruturais que nós defendemos que são 12, que fazem parte desse processo de luta pela libertação do país. E muito nesse espírito de criar as condições para o processo de ruptura mais profundo de transição de regime (Entrevistado 05 da UJS, p. 03).

A UJS lança forças para a construção de um “socialismo renovado, com feição brasileira”, que se define como uma “revolução com a nossa cara” e com as “nossas cores”, como um desafio nacional, de caráter latino-americano, mas particular do povo brasileiro. Onde “o socialismo é o sistema que pode realizar as potencialidades da Nação, defendê-la com firmeza da ganância estrangeira, e garantir ao povo, seu grande construtor, o direito a uma vida digna e feliz” (Programa do PCdoB, p. 01).

De forma sintetizada, evidenciamos alguns dos elementos contidos no Programa do PCdoB, na realização de um novo programa nacional de desenvolvimento, como um projeto de transição para o socialismo. São elementos dessa transição: as lutas patrióticas somadas às

demandas democráticas e sociais no seio do povo, a conquista do poder político estatal pelos governos democráticos e parlamentos e a construção de frentes amplas de forças democráticas, progressistas e populares, buscando completar e consolidar as reformas estruturais não concluídas.

Ficam bastante claras as mudanças táticas que o partido percorre nos últimos sessenta anos, do abandono da guerrilha armada como forma da tomada do poder, para a conquista do poder estatal como instrumento de transição. A UJS, por sua vez, tem se dedicado a construir espaços de referência na institucionalidade.

Embora atualmente a tomada do poder através de guerrilhas armadas não seja a orientação tática da UJS, Mao Tse-Tung, entre outros asiáticos, continua sendo uma grande referência de estudos para a organização, além de também terem sido mencionados os estudos de Marx e Lenin.

Com forte inspiração na Revolução Chinesa e nos fundamentos desenvolvidos por Mao Tse-Tung, o PCdoB e, consecutivamente, a UJS, principalmente nos anos de 1962 a 1976, representam uma tradição maoísta como uma das bases de suas reflexões teóricas e práticas. As aspirações maoístas, no Brasil, foram responsáveis por difundir e implementar focos guerrilheiros urbanos e rurais, como o caso da Guerrilha do Araguaia, acreditando que primeiro era necessário estabelecer uma guerra civil, para que depois pudesse finalmente tomar o poder.

Representando um certo distanciamento da teoria leninista, os representantes do Maoísmo apostam suas forças no aprofundamento das condições subjetivas, no desenvolvimento da intelectualidade, na construção da vontade revolucionária do povo. Estes foram fundamentos que levaram tais organizações a defender a insurreição armada como método de tomar o poder.

A visão tática e estratégia defendida por Mao apontava que era preciso, desde o princípio, garantir o maior apoio permanente possível dos operários e dos camponeses à guerra civil, mediante uma sintonia profunda entre a organização do Partido e as aspirações populares. A linha de massas do Maoísmo preza pela grande participação popular, com um intuito pedagógico de educar as massas. A exemplo disso, todos aqueles que se rendiam ao exército vermelho poderiam ser reeducados à nova sociedade. Uma natureza distinta, por exemplo do bolchevismo na Europa, que executou muitos contrarrevolucionários.

Preocupado com a particularidade da realidade chinesa, para ele era necessário formar militantes que compreendessem o marxismo a partir de sua realidade nacional. Para isso, era fundamental que os camponeses tivessem primeiramente os conhecimentos básicos de história, geografia, ciências, entre outros, para combater o subjetivismo e ajudar os que têm a teoria a ir

à prática e quem só tem a prática a buscar a teoria. Por esse motivo, foram espalhadas pelo território Chinês diversas escolas de formação.

Ao tratar sobre a formação dos quadros, Tse-Tung afirma que estes necessitam de um trabalho de cooperação e de respeito mútuo, em um movimento de dar continuidade e possibilidade para as novas gerações, na garantia do processo revolucionário. Em suas palavras: “Se o partido não dispuser dum grande número de novos quadros trabalhando em plena e total cooperação com os velhos quadros a nossa causa se extinguirá” (TSE-TUNG, 2014, p. 343). Na defesa de que os comunistas serão sempre em menor número em relação aos não comunistas, há necessidade da cooperação, ligando-se profundamente com as massas. Com uma discussão bastante profunda sobre o papel da cultura, Mao defendeu a necessidade da Grande Revolução Cultural Proletária, como forma permanente de avançar na prática e na consciência revolucionária.

Mao (2014) criticava os intelectuais de conhecimento livresco, como ele denominava aqueles que conheciam a teoria, mas pouco poderia comprová-las na prática. Conforme Tse-Tung (2014): “No mundo só há uma teoria verdadeira: a que é tirada da realidade objetiva e confirmada por essa mesma realidade. A teoria que não tem objeto é inútil” (TSE-TUNG, 2014, p. 351). Eram necessários intelectuais que soubessem dar explicações científicas sobre questões econômicas, políticas, militares e culturais da realidade da China.

Era preciso combater no interior do partido o subjetivismo, o sectarismo e o estilo de clichê. Como é dito por Mao (TSE-TUNG, 2014, p. 353): “Devem repudiar o dogmatismo e não se limitarem a frases feitas e contidas nos livros”, para “através de um estudo sério da realidade histórica e revolucionária da China, realizar o trabalho teórico criador que responda as necessidades”. Era necessário difundir amplamente o materialismo histórico e dialético ao mais alto nível.

Mao anunciava o quanto era nocivo para o conjunto da organização partidária as tendências sectárias, que afetavam diretamente a unidade e a solidariedade partidária. Diz, ainda, o revolucionário chinês: “prejudicam o partido na sua causa de unir a totalidade do povo”, e “não veem que o partido necessita de democracia, mas necessita ainda mais de centralismo” (TSE-TUNG, 2014, p. 359). Isto sem abrir mão de um trabalho educativo e de conexão com as massas.

Já Lenin, considerado o revolucionário que mais se dedicou a pensar a tática e estratégias para a revolução socialista, é um dos maiores responsáveis pela elaboração de uma teoria da organização política, e é a principal base teórica das organizações pesquisadas, identificadas como marxista-leninistas, como a UJC, UJS e Levante, embora algumas assumam

essa posição com mais ênfase e rigor que outras. Lenin foi responsável por elaborar um conjunto de definições e proposições para a organização da classe trabalhadora rumo à tomada do poder pela ditadura do proletariado. Dentro de suas discussões no partido Bolchevique, Lenin foi responsável por “resgatar” a teoria marxista e combater o espontaneísmo, o movimentismo, os populistas e os utópicos. Defendeu a centralidade do partido como a vanguarda dirigente das lutas sociais, como guia, como “Estado maior”, como expressão mais avançada da consciência de classe, dos seus interesses históricos nos fluxos e os refluxos da atividade revolucionária. Para ele, “[...] só um partido guiado por uma teoria de vanguarda é capaz de preencher o papel de combatente de vanguarda” (LENIN, 1981, p. 27). Em um processo de disputa, os avanços revolucionários se concretizam na medida em que a grande massa se integra ao movimento de vanguarda, até mesmo a parcela da massa que sempre se manteve pacífica passa a ser também parte ativa.

Lenin (2014), ao dissertar sobre a organização política, apresenta que o papel do partido é o de ser o órgão de direção do proletariado, através do método do centralismo-democrático, aquele que tem o compromisso em organizar e dar direção ao movimento de massas. Para ele, é fundamental:

Pois bem, eu afirmo: 1) que não pode haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade; 2) que quanto maior for as massas espontaneamente integradas à luta, massa que constitui a base do movimento e nele participa, mais imperiosa será a necessidade de ter tal organização, e mais sólida ela deverá ser (uma vez que será mais fácil para os demagogos arrastar as camadas atrasadas da massa); 3) que tal organização deve ser composta, principalmente, de homens voltados profissionalmente às atividades revolucionárias; 4) que, num país autocrático, quanto mais *restrita* for a aceitação de membros na organização - ao ponto de participar dela aqueles que se dediquem profissionalmente às atividades revolucionárias e que já tenham preparação na arte de lutar contra a polícia política -, mais difícil será ‘capturar’ tal organização e 5) maior será o número de pessoas, tanto da classe operária quanto das demais classes sociais, que poderão participar do movimento e colaborar ativamente nele (LENIN, 2014, p. 193).

Segundo Lenin, a realidade precisava ser profundamente conhecível, para que assim pudesse ser transformada. E, para isso, era central a existência de um partido com quadros qualificados, na construção de uma organização solidamente centralizada e disciplinada, que pudesse tornar-se a vanguarda responsável por dirigir as massas para o caminho da revolução. Assim, tendo como fundamento um programa partidário sólido, difundido entre ações de agitação e propaganda para toda a massa operária e camponesa, demonstrando a estratégia a ser alcançada e as tarefas táticas que cada momento exige.

Para o marxismo-leninista, o partido político é a expressão mais elevada da consciência revolucionária no interior da sociedade, ele tem o papel central de ser um organismo qualificado

teoricamente e de profunda inserção no interior do proletariado. Lenin possui uma produção bastante aprofundada na divulgação das tarefas revolucionárias, como parte da propaganda do partido, difundida em veículos como jornais, na direção de qualificar o debate e o entendimento das condições objetivas e subjetivas da real condição para a revolução. Em uma das muitas cartas que escreveu, Lenin analisa alguns processos necessários que precisavam ser levados ao cabo para a superação do então governo provisório, na forma de nove orientações:

[...] a) saber chegar à etapa seguinte; b) fazer passar o governo das mãos da burguesia para as mãos dos trabalhadores c) obrigar o governo provisório a se organizar seguindo o modelo dos soviets de operários e camponeses; d) destruir a máquina tradicional do Estado; e) estruturar uma organização do povo inteiro em armas f) buscar a paz, mas não a paz imperialista que se baseava no saque das riquezas; g) voltar todo o apoio aos operários e camponeses aplicando o programa agrário para confiscar as terras; h) fazer aliança com os setores dos camponeses pobres, organizando a produção e a distribuição dos produtos bem como garantir o trabalho para todos i) organizar os soviets de deputados e de assalariados agrícolas (LENIN, 2017, p. 166).

Na busca de desenvolver um programa para as tarefas da revolução russa, Lenin construiu uma corrente própria do marxismo, a partir de um movimento teórico e prático, na construção do partido como instrumento de transição para a sociedade comunista.

Após a morte de Lenin, em 1924, os caminhos da Revolução Russa passam para uma nova fase. Stalin assume a direção do país gradualmente, a crise interna se agudiza com a chegada da fome, principalmente após 1930, com a permanência da guerra civil no país, a implementação da II Guerra Mundial e a ascensão do nazismo e do fascismo. Com todas as dificuldades internas, somadas às pressões externas, o leninismo na Rússia converte-se em uma doutrina bastante dogmática, enquanto uma referência oficial de Stalin. As perseguições e execuções políticas que se aprofundaram, somadas às divergências internas no Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), a perseguição ideológica pelo mundo em torno da “ameaça vermelha”, deflagram rupturas, fragilidades, revisionismos teóricos e uma verdadeira caça aos comunistas. Tudo isso somado a uma tentativa de vulgarização da experiência da então União Soviética. Na qual, segundo Braz, na introdução do livro de Lenin (2015), informa que, a partir dos anos 1960, são reforçados tais aspectos de uma neutralização do movimento revolucionários.

[...] parte da intelectualidade da esquerda ocidental e parte dos movimentos sociais (que convergiram no chamado maio de 1968) alimentaram um anticomunismo aberto ou velado (como se pode constatar no âmbito da ideologia pós-moderna). Contribuiu para isso também o agravamento da crise das experiências socialistas existentes no Leste Europeu e na própria União Soviética, que se aprofunda na medida que se estreitava os níveis de socialização da política, tornando os ‘regimes’ refratários a movimentos contrários às direções instituídas (BRAZ *In*: LENIN, 2015, p. 17-18).

O que de fato Braz (*In: LENIN, 2015*) instiga é a reflexão de demonstrar que os períodos considerados stalinistas precisam ser apressados para além de repúdio e desprezo, necessitam ser compreendidos como uma totalidade da condição da geopolítica e da fase da correlação de força. Aqui não é de nossa intencionalidade defender aspectos de uma posição Stalinista, a preocupação é destacar tais elementos, somada às compreensões teóricas dos fatos sociais à luz do movimento comunista. É de nosso desejo demonstrar as forças políticas em disputa, que se desenvolvem e tomam corpo nas direções da teoria da organização política que assumem os movimentos de juventude. Com os desdobramentos da Revolução Russa, o papel do partido bolchevique ocupou e ocupa ainda profundas análises por parte das organizações. Os acontecimentos ao redor do mundo provocam as organizações a colocarem suas posições, a desenvolverem a sua reflexão, e convida seus militantes a pensar os passos do caminho desejável de suas organizações. Sempre referendadas em uma concepção de mundo, de sujeito social e de sociedade, em um arcabouço teórico e no desenvolvimento de suas práticas. Como forma de ilustração, destacamos uma parte da entrevista com uma das militantes da UJC:

A gente reconhece tanto os erros como os acertos desse período. A história não se faz só com um homem, então a gente fala do período Stalin, os erros que foram cometidos não são suficientes, por exemplo, para chamar Stalin de totalitário ou compará-lo com Hitler, isso pra nós é impensável. Pensar que o período Stalin cumpriu a tarefa histórica que foi colocada, que era transformar um país que estava arrasado por uma guerra civil, um país que estava sendo ameaçado pelas potências ocidentais, na década de 20, que foi invadido por 21 potências ocidentais. Tirar aquele país da miséria, industrializar aquele país, se preparar para a guerra que vinha. Eles sabiam que vinha, depois que os nazistas ganharam poder, ele sabia o que estava chegando. Então, fazer que aquele país tivesse preparado para guerra, e cumprir essa missão histórica. A Rússia no início do século 20 era um país agrário, onde não tinha nenhum maquinário, as pessoas utilizavam da agricultura com animais, e ao final do período Stalin, tinha uma bomba atômica. Então se cumpriram as tarefas históricas, industrialização, venceram o nazifascismo, isso é algo que a gente tem que ser honesto, porque assim, se a gente fala que a Rússia Soviética venceu nazifascismo, não dá para dizer que foi apesar de Stalin ou apesar do partido comunista, porque a União Soviética era organizada e dirigida pelo partido comunista em grande medida foi essencial para derrota do nazifascismo (Entrevistada 02 da UJC, p. 05-06).

Para entender o atual cenário dos debates teóricos realizados pelas organizações de juventude, faz-se necessário trazer alguns desses debates para que evidenciem suas posições e atual balanço que fazem das experiências socialistas espalhadas pelo mundo, principalmente a partir do século XX.

As críticas em relação ao período Stalinista, as importantes reflexões trazidas por Trotsky e o movimento trotskista, a tentativa de entender o conjunto da luta de classe e os processos de correlação de forças vividos pelas experiência socialista da Rússia, principalmente após 1930, trazem elementos também para entender as reflexões dessa conjuntura no interior

do movimento comunista no Brasil, e o quanto eles influenciaram a organização partidária e política e os movimentos sociais no país e em toda a América Latina.

Podemos dizer que a “derrota” das experiências socialistas e, junto a ela, a derrocada do modelo de organização política, somada à construção de uma possível crise do paradigma marxista enquanto ferramenta da crítica ao modo de produção capitalista, criam um conjunto de debates, principalmente a partir dos anos 60 do século passado, em relação à construção de um novo paradigma e um novo modelo de organização política que possa dar conta das necessidades da organização política da sociedade. Assim como Braz (*In*: LENIN, 2015) nos sinaliza, as alterações da base produtiva capitalista em curso, em períodos de desindustrialização, e a falência de um projeto societário alternativo ao do capital, passam a alterar o perfil da classe trabalhadora e criam um afastamento da identidade política do sujeito revolucionário que, segundo o autor, acabou por gerar uma crise de identidade partidária.

Novas organizações passam a serem criadas, com um distanciamento do método organizativo marxista-leninista, com bases no centralismo democrático, em um recuo das organizações partidárias comunistas. O que se sucede é a construção de partidos, que aglutinam uma infinidade de correntes internas, bastante alicerçadas nos movimentos sociais populares e no movimento sindical. Como parte das críticas levantadas por algumas das organizações da juventude, o fenômeno que se sucede é um rebaixamento de uma análise marxista. Destaca-se a ausência de materialismo histórico e dialético como método de análise e de intervenção, abrindo o espaço para o espontaneísmo, em um destacamento da supremacia da prática, para o revisionismo, e de reflexões de caráter pós-moderno.

O descrédito que é anunciado aos projetos de cunho coletivo e a sua representação partidária dão a tônica ao indivíduo como ator social, ou como sujeito popular. Dessa forma, os mais diversos movimentos sociais, muitos deles emergentes neste período, passam a ganhar mais espaço e força nas análises da organização política. Ao passo que os movimentos sociais se tornam os verdadeiros portadores da “verdade revolucionária”, “[...] em que a ‘vanguarda’ não é um ‘sujeito político’, mas um ‘sujeito popular plural’, desideologizado” (BOGO, 2008, p. 196). O próprio avanço da ofensiva neoliberalista em curso, a globalização da economia, a crescente economia informal, a diminuição dos custos sociais e a degradação dos instrumentos de luta organizada da classe trabalhadora, criam condições para que o pensamento pós-moderno que vem sendo forjado nesse período ganhe força.

Autores como Adorno, Habermas, Guattari, Giles, Deleuze, Foucault, Touraine, Offe, Melluci, Laclau e Mouffe, entre outros, constituíram um conjunto de “esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas

de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 2004, p. 121). Assim, dando origem ao paradigma dos Novos Movimentos Sociais, que influenciariam profundamente a organização política na América Latina, principalmente a partir dos anos 1980.

Esses conjuntos de autores partem do entendimento de um modelo teórico baseado na centralidade analítica da cultura e do conhecimento. O avanço da tecnologia e o considerado período de pós-industrialização reforçam a ideia de que o cerne das forças produtivas da sociedade é completamente modificado pela tecnologia da informação, e que esta passa a ser elemento decisivo numa nova configuração social nela alicerçada. Portanto, surge uma nova fonte de criação de riqueza e novos fatores determinantes da produção. Acredita-se no início de um novo modo de produção. O pensamento pós-moderno aqui apresentado não é um conjunto teórico orgânico, mas uma construção difusa, abrangente e disforme, e que nesse processo foi criando várias linhas interpretativas.

As categorias de trabalho e consciência de classe perdem a relevância, e a ideologia passa a ser ferramenta interpretativa da cultura e do conhecimento, centrando suas ações nos discursos como expressão das práticas sociais e culturais independente das estruturas. “[...] O novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições capitalistas e formado pela consciência autêntica de uma vanguarda partidária” (GOHN, 2004, p. 120). O novo sujeito abordado é um ator social em um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico ao seu efeito nocivo. A política passa a ser percebida como uma dimensão que abarca todas as práticas sociais, abrindo possibilidade para pensar que a questão do poder está na esfera pública, mas também na sociedade civil, e não apenas na esfera do Estado.

É rebatida a lógica marxista “economicista” da economia política, do conhecimento “totalizante”, e dos valores “universalistas”, em detrimento a uma lógica fluida e fragmentada. As ações das organizações políticas partem de suas ações coletivas que são criadas no processo identitário, enfatizando a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais. Enfatizam-se os conflitos políticos, as estratégias de mobilização, as relações de poder, o papel das lideranças, as alianças construídas, e a função das ações estratégicas.

É a partir da identidade entre sujeitos que se constitui a formação de movimentos, sejam sociais, políticos, comunitários ou de contestação. Segundo Gohn (2004, p. 125), a teoria dos Novos Movimentos Sociais:

[...] recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais – existentes ou a ser adquiridos para a sua clientela. Eles usam as mídias e as atividades de protesto para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil.

A posição discursiva ganha centralidade, as narrativas construídas dentro dos grupos identitários impulsionam o debate no interior da sociedade e constroem relações de poder em disputa. É enaltecida a lógica do indivíduo, em detrimento ao conceito de classe social. As lideranças sociais destes grupos de agentes nascem da ação participativa, de espaços fluidos e espontâneos, formando correntes de opinião que pressionam uma posição do Estado. Atuam mais como redes de trocas de informações, em uma pluralidade de ideias, cooperações em coletivos mais fragmentados e plurais da realidade cotidiana.

Em parte, a teoria dos novos movimentos sociais abre passagem para uma “nova política”, e para uma “nova esquerda”, que buscava criar “acúmulos de força” por dentro da democracia burguesa para pautar uma “resistência” à ordem capitalista, por meio de medidas distributivas e uma singela participação política.

É importante ressaltar como Gohn (2004) analisa a discussão da teoria dos novos movimentos sociais, não como um “novo” paradigma, mas sim como uma reconstrução de orientações teóricas já existentes, como é o caso da teoria da ação social, a partir das matrizes clássicas de Max Weber e do positivismo de Émile Durkheim, também das próprias aspirações de alguns teóricos considerados no bojo do Neomarxismo. O que foi retomado de forma totalmente nova são “esquemas que privilegiam a heteronormatividade socioeconômica em detrimento da homogeneidade econômica dada pela classe” (GOHN, 2004, p. 132).

No mesmo caminho, fortalecidos pelos estudiosos da Escola de Frankfurt, autores, como Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas, Felix Guattari, Giles Deleuze e Michel Foucault, passam também a fomentar o debate sobre a importância de movimentos ecológicos, feministas, de homossexuais, das questões raciais, movimentos pela paz, movimentos culturais, entre outros, dando uma nova “forma” ao próprio idealismo alemão, influenciados também pelos socialistas utópicos, retomando a centralidade dos discursos dos agentes na ação de cada indivíduo, na ideia da compreensão da realidade a partir da condição objetiva de vida, o que abre espaço para as dimensões subjetivas e interpretativas da realidade.

O que passa a ser construído enquanto uma teoria interpretativa da organização social é a ideia de uma abordagem micro das relações sociais, da prática cotidiana, centrada na ação do indivíduo, nos sentimentos, nas emoções, nas subjetividades, e a cultura é a base do processo

dessa singularidade. Há uma negação da racionalidade, e há um discurso em defesa do individualismo e da capacidade do indivíduo de agir livremente contra sua posição definida em termos materiais ou culturais. Segundo Gohn (2004, p. 134), há um grande romantismo e dose de voluntarismo no conjunto da teoria pós-moderna, “ao negar o poder das estruturas macro da sociedade e na sociedade, procura reavivar as forças que se considera existente dentro dos indivíduos”.

O ideal de liberdade e autonomia dos indivíduos serão as principais categorias utilizadas como conquista de um processo interativo, por isso a importância da construção de alianças, de formação de redes sociais e culturais, em contraponto ao poder do Estado. Enfatizam a autonomia baseada em uma ideia neoidealista, negando o papel das determinações e dos processos objetivos, destacando o subjetivismo dos indivíduos e o papel dos agentes sociais em suas lutas contínuas. Atentam para o presente, para o lugar, para o agora, para mudar a ordem das coisas, pois a força da mudança está no próprio ator, e não no entrelaço das contradições estruturais.

A centralidade não é mais o trabalho, as relações de produção, os meios de produção, e a acumulação da riqueza por intermédio da exploração do trabalho, a tônica gira em torno do ator social, o que há é a disputa das consciências, a disputa do discurso, das narrativas. O que existe é uma ideologia dominante que exerce um poder ideológico dominante. Nesta relação, a estrutura econômica perde sua centralidade. As sínteses e as proposições da pós-modernidade como um corpo teórico que provoca implicações efetivas no desenvolver do entendimento da totalidade social e dos caminhos escolhidos ao enfrentamento da lógica de exploração do sistema capitalista. A negação da infraestrutura e da superestrutura dão lugar para distintas relações de poder, de opressão, de identidade e de discursos. A negação da história, ou seja, da possibilidade de transformar os rumos de nossa história vivida para uma revolução de caráter socialista, coloca também a questão de um pessimismo em relação à política enquanto ação coletiva de transformação. Segundo Wood (1995, p. 122), “o máximo que podemos esperar é um conjunto de resistências particulares e separadas”.

O conjunto dessa resistência pós-moderna caminha na tentativa de melhorar o capitalismo na conquista de um bem-estar comum, de disputar o discurso hegemônico, de ampliar as capacidades de padrões de consumo, de proliferação de diferentes “estilos de vida”.

As reflexões levantadas por estas novas teorias são instigantes, justamente por mostrar a pluralidade de concepções sob as quais se pode vislumbrar análises sobre as transformações sociais. A agenda pós-moderna, no bojo de sua discussão, traz questões importantes para o conjunto do pensamento crítico, quando coloca no centro do debate questões relacionadas, por

exemplo, das opressões. Boa parte da esquerda brasileira (não toda, mas nela contida, a esquerda marxista) negou a importância da subjetividade na compreensão da dialética, da individualidade e da identidade. A classe, como já foi explicitada nesse trabalho, foi e de certa forma ainda é tratada de forma genérica e abstrata, retirando na sua identidade de classe, seus aspectos de raça, gênero e também de sexualidade. Esse processo pode ser reconhecido, primeiramente, por um isolamento e reducionismo teórico, por um excesso de dogmatismo e pela falta de diversidade de posições nas formulações da nossa esquerda.

Pensar a classe social, a partir de sua universalidade, particularidade e singularidade, possibilita dar um salto no entendimento do espaço que esta classe ocupa na formação social, nas relações estreitas com as estruturas econômicas e políticas de determinado território, relacionando com a totalidade do sistema capitalista. O que se coloca como necessidade é pensar estas pautas de identidade como pautas antiopressões e anticapitalistas.

Por outro lado, a teoria dos novos movimentos sociais, que se relaciona com a visão de mundo pós-moderno, abre espaços importantes para pensar diferentes segmentos das lutas organizadas, como é o caso das lutas comunitárias, LGBTQI+, antirracista, das mulheres, de diversos grupos que se encontram à margem dos direitos sociais; porém, mesmo assim, ainda ficam lacunas. Muito do debate feito é um diagnóstico dos problemas sociais, faltam elementos explicativos dessas condições de subordinação, exploração, de elevação de nível de empobrecimento da população, e da própria origem das opressões vividas. A teoria pós-moderna se contrapõe ao poder do Estado e suas relações de poder, porém não apresenta um caminho concreto para a superação efetiva dessas relações de poder.

É justamente na ausência de um projeto claro de superação da ordem capitalista, muito influenciado pela teoria dos novos movimentos sociais, pelas aspirações pós-modernas, mas também pelo excesso de revisionismo e reformismo, que destacamos alguma das críticas levantadas também pelas organizações da juventude sobre esse aspecto. A entrevistada 02 da UJC destaca que, na atualidade da situação do país, é urgente “vencer o bolsonarismo e substituir o projeto reformista do Lula e do campo democrático e popular”. Trazemos este destaque, porque entendemos que esse é um importante debate que, inclusive, é um embate histórico dentro da abordagem marxista. Rosa Luxemburgo, no conjunto de suas reflexões que deram origem ao livro “Reforma e Revolução”, apresenta uma abordagem teórica a partir dos caminhos e dos debates levantados no interior do Partido Social-Democrata Alemã, que ocupava uma posição central no movimento socialista no começo do século XX.

Sua posição era de rebater tendências reformistas de aspiração social democrata no interior do partido sobre os caminhos a serem seguidos pelo movimento comunista. Os setores

reformistas do partido defendiam que era possível chegar ao socialismo, através de reformas graduais, com a multiplicação da cooperação da produção e do consumo, pelo aumento da participação política do proletariado, seja através de seus sindicatos ou movimentos sociais, também na direção de ampliação e democratização parlamentar. Segundo ela, essa teoria de realização progressiva do socialismo pressupõe:

A teoria da realização progressiva do socialismo por meio das reformas sociais supõe como condição (e é essa a sua base), certo desenvolvimento objetivo, tanto da propriedade capitalista como do Estado. No que diz respeito à primeira, o esquema do desenvolvimento futuro tende, segundo Conrad Schmidt, a reduzir cada vez mais o proprietário do Capital, pela redução de seus direitos, ao mero papel de simples administradores. Dada a pretensa impossibilidade da busca expropriação, de uma só vez, dos meios de produção, Conrad Schmidt apela para a teoria da expropriação por etapas. Com esse objetivo, estabelece ele, como condição necessária, uma divisão do direito de propriedade [...] (LUXEMBURGO, 2010, p. 46-47).

Como destaca Rosa, a ideia da construção de uma revolução socialista por etapas, como método oportunista, justifica-se como um importante momento no desenvolvimento capitalista, ao passo que, mais tarde, possa lograr espaços para a conquista do poder popular. Como meios de adaptação ao regime capitalista, na garantia de alguns direitos sociais e mais participação social, as tendências que se vinculam aos reformistas acabam por desacelerar ou retraindo o ritmo das lutas sociais. Apresentando-se, assim, como ordem pacífica, ou como meios de adaptação à ordem burguesa, que não altera em nada a estrutura da exploração que define as relações de produção.

É de comum acordo entre as organizações pesquisadas que as reformas sociais são pontos importantes na defesa dos direitos elementares da classe trabalhadora, embora algumas coloquem mais claramente que este é um passo importante, não só para a conquista dos direitos sociais, mas também como instrumento da elevação da consciência política e social, como passo para a consciência revolucionária. Para outros casos, as reformas sociais se parecem mais enquanto a base das transformações sociais, enquanto a possibilidade de um desenvolvimento nacional, de garantia de uma vida digna para a população. Em feições de que a conquista do poder político traga, principalmente pela via eleitoral, modificações substanciais na materialidade da classe trabalhadora, em possíveis maiores regulamentações da exploração, sem modificar as estruturas da propriedade privada, as forças produtivas e do modo de produção, que condicionam a sociedade de classe.

Luxemburgo destaca que estas posições, muitas vezes, representam um revisionismo teórico, uma tentativa de adaptar as reflexões marxistas mais radicalizadas, ao usufruto de uma

flexibilização como meio de adaptação, ou políticas compensatórias, e não como caminho para a derrocada da ordem. A autora define a concepção revisionista como:

[...] uma ocupação intermediária. Não visa levar à maturidade as contradições capitalistas e suprimi-las por meio de uma transformação revolucionária, e sim atenuá-las, suavizá-las. Assim, a contradição entre produção e a troca deverá atenuar-se como a cessão das crises e a formação de associações patronais; a contradição entre capital e trabalho, pela melhoria da situação do proletariado e conservação das classes médias; entre o Estado de classe e a sociedade, pelo controle crescente e progresso da democracia (LUXEMBURGO, 2010, p. 64).

Rosa Luxemburgo define tais posições como tática de natureza social-democrata, que consiste em apoiar-se unicamente na direção do desenvolvimento, dentro dos limites capitalistas. Dentro da limitação deste estudo, o que podemos destacar, a partir da coleta de dados, são posições que parecem pender para um reformismo e revisionismo, dentro dos marcos do debate aqui levantado. Embora apresentem posições consideradas radicalizadas, são conciliadoras. Abrem espaço para revoluções passivas, dentro da ordem, no apelo às eleições, ou de um possível socialismo democrático.

Existe um grande apelo para o desenvolvimento nacional, para a construção de um projeto de nação, pela retomada de políticas públicas para a melhoria de vida da população, com iniciativas na saúde, na educação, na habitação, na mobilidade urbana, na economia solidária, entre outros. A pauta das eleições, a via eleitoral, o caminho da institucionalidade, possuem grande centralidade, principalmente quando o assunto está relacionado à luta por melhores condições de vida.

Ainda existem discussões na direção de que estes são os caminhos para a entrada nas periferias e para a organização do trabalho de base nas mais diferentes frentes. Uma posição direta que defenda a construção de uma sociedade socialista, em diálogo com o povo, principalmente a parte da população mais precarizada, pode-se mostrar como um impeditivo. Segundo os entrevistados, principalmente do “campo popular”, o anticomunismo, na atualidade, afasta os jovens das organizações. É como o entrevistado 05 do Levante destaca: “também acho que é um pouco de pé no chão de nossa parte, de não haver uma certa efetização em reivindicar o socialismo ou o comunismo”. Nesse sentido, o trabalho pode ser mais amplo, passando primeiramente pelo debate da conquista de direitos, de contestação da atual condição de vida da população, pela busca da participação e organização, entre outros. Em contraponto, a entrevistada 02 da UJC argumenta:

Eu acho que o anticomunismo não tem sido um limitador dos nossos recrutamentos. Até agora a gente não recebeu coisa do tipo, ‘há vocês são comunistas’. Não, as pessoas tem que nos procurar porque a gente é comunista. Porque a gente reivindica o socialismo, porque a gente reivindica os símbolos, a gente reivindica ser revolucionário (Entrevistada 02 da UJC, p. 12).

Nos parece ser importante destacar essas duas visões, principalmente em um cenário nacional de aguçada polarização. Os caminhos optados pelas organizações demonstram suas formas e o conteúdo de sua abordagem no trabalho de base, mas também o conjunto da defesa de seus programas. Autodeclarar-se comunista, socialista, humanista, progressista, pode ser uma simplificação. É importante entender o conteúdo desse anúncio. Observa-se que a “ameaça comunista” nunca deixou de existir, há momentos de intensificação e outros de maior aceitabilidade. A história recente nos comprova esta questão. Nessa direção, é necessário aprofundar algum dos aspectos que cercam, não só a formação social brasileira, mas a sua capacidade de enfrentar os desafios e o papel que suas organizações de classe ocupam, ao longo da história, mas também na atualidade da luta de classe.

A formação social brasileira, de caráter dependente com suas leis tendenciais, ao longo de sua história, está marcada, principalmente, por uma contínua busca pela conciliação de classe. Na subserviência da classe trabalhadora à burguesia nacional, que claramente se conecta com os interesses da burguesia imperialista. Em uma relação de profunda violência, como traços da escravidão, dos grandes latifúndios, na superexploração da força de trabalho, dos bolsões de miséria em forma de desigualdades extremas, e da negação do acesso aos direitos sociais mais elementares. As marcas de constituição de nosso tecido social se expressam na organização da política, em todas as suas dimensões. A tarefa histórica das organizações burguesas foi a de eliminar, usando de todos os artifícios possíveis, qualquer possibilidade de ascensão da luta do proletariado brasileiro. Para isso, o uso de concessões, conciliações, de ditaduras, alicerçada nos aparelhos do Estado. Segundo Anita Leocádia Benário Prestes⁹³, o que se observa, no Brasil, é que tais fatos abriram a possibilidade também de um revisionismo oportunista no interior das organizações de esquerda:

Na medida em que as forças revolucionárias, no Brasil, foram constantemente perseguidas e derrotadas pelo poder do Estado a serviço dos interesses das classes dominantes, na medida em que a debilidade orgânica e ideológica dos setores de esquerda e dos comunistas foi uma constante – em grande parte resultante dessa perseguição implacável –, tornou-se possível o predomínio em larga escala da ideologia burguesa nos movimentos populares e dos trabalhadores. Estava aberto o caminho para o avanço do oportunismo no seio das esquerdas brasileiras, para as dificuldades de enfrentá-lo com êxito (PRESTES, 2014).

⁹³Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/06/26/consideracoes-sobre-as-posicoes-revisionistas-oportunistas-do-marxismo-no-brasil-de-hoje/>>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

Fatos como a nossa debilidade de um conteúdo radicalmente revolucionário no interior das organizações de classe, e a quase ausência de lutas vitoriosas da classe trabalhadora, criaram fragilidades na organização do povo.

A questão da debilidade teórica também pode ser explicada pelo fato de que, na América Latina, o pensamento marxista chega de forma tardia, no final do século XIX, e vai ganhando força no século XX, principalmente com a colaboração dos imigrantes alemães, italianos e espanhóis. Inspirado pela Revolução Russa e guiado pela Terceira Internacional Comunista, cristaliza-se o fenômeno do “eurocentrismo”, conduzindo as tendências do marxismo latino-americano, provocando certo “mecanicismo” de explicação do desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Conforme dito pelo pensador marxista brasileiro Michael Löwy (2003, p. 10): “Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista, etc”. Essa análise mecanicista, que buscava enquadrar a realidade nas categorias do método dialético, que acabou por provocar uma visão errônea na história da luta de classe da América Latina, e exigiu de um conjunto de intelectuais o esforço de compreender a particularidade da nossa realidade social, na sua relação complexa com a totalidade.

Momentos históricos, como o fim da Ditadura Civil, Militar e Empresarial, a lei da anistia, as Diretas Já, a construção da Constituição de 88, são alguns exemplos que ilustram que todas estas conquistas representam um “acordo” como pactos com a burguesia nacional. A própria chegada ao poder de um governo de representação do povo reafirma essa marca de uma relação de conciliação aos interesses da burguesia nacional. Segundo Prestes (2014):

[...] tanto Lula quanto a direção do PT enveredavam pelo caminho da conciliação com setores da burguesia. Sem jamais terem adotado a teoria marxista como orientação ou considerado a realização de reformas sociais como caminho para a revolução, os líderes do PT optaram pelo reformismo. Diante da tradicional alternativa - reforma ou revolução -, a escolha foi clara. Tratou-se de buscar a reforma do capitalismo, de alcançar um capitalismo ‘sério’ e distribuidor de benesses aos desassistidos, abandonando definitivamente qualquer proposta de mudança de caráter revolucionário e anticapitalista.

A autora define que, ao contrário do que se pensava sobre o PT e o seu campo político de convergência, estes tornaram-se uma versão da social-democracia brasileira, que não conseguiu alcançar nem mesmo o estado de bem-estar social ou a promoção do “pleno emprego”. Ao contrário, em nome de uma governabilidade, construiu alianças com os mais diversos setores da burguesia nacional, compromisso já assinado na “Carta aos Brasileiros”. Em contrapartida, alguns direitos sociais foram garantidos, boa parte deles através dos lucros

dos grupos monopolistas, também internacionais. Boa parte da militância vinculada ao governo dedicou-se a desenvolver projetos de manutenção de suas organizações e de garantia da continuidade da governabilidade.

Para isso, encontram no revisionismo a explicação de algumas organizações do campo da esquerda brasileira, que se colocam como fruto da tradição comunista, do histórico das lutas sociais da classe trabalhadora, na defesa do legado dos líderes revolucionários e intelectuais marxistas e do marxismo. Ao mesmo tempo, abrem passagem para uma inflexão para as várias correntes pós-modernas, e para o abandono de uma práxis revolucionária pela tomada do poder. O único caminho para a construção do poder está depositado no voto.

A ausência de posição sólida de sua estratégia e tática para os caminhos da revolução brasileira abre passagem para abordagens esvaziadas de conteúdo revolucionário, como construção do socialismo. O que hegemoniza são organizações de caráter pacifistas, que buscam a paz nacional a partir de “revoluções democráticas”. A construção do bem-viver, do anti-imperialismo, do anticapitalismo, de uma sociedade boa para todos são narrativas de uma sociedade que se contrapõe ao atual paradigma, mas que tem dificuldades de demonstrar como é possível superar o fim da exploração e de todas as dimensões da sociabilidade burguesa. Abrem-se brechas para formulações idealistas e liberais, que desconsideram a natureza da centralidade do trabalho, dos meios privados da produção, e de suas forças produtivas no processo de superexploração de uma economia dependente da mundialização do capital, e de uma burguesia nacional também de caráter pró-fascista. Essas mesmas organizações que, em sua maioria, são as forças majoritárias que compõem os movimentos sociais populares, os sindicatos, as organizações comunitárias, os movimentos de juventude, e os partidos com maior representação parlamentar, que “puxam o freio” da luta classe, do movimento de massa, da possibilidade da greve geral, e esperam o melhor momento para então criar as condições para a conquista do poder em todas as suas esferas. Buscam reformar o capitalismo em vez de liquidá-lo.

12 OS MÉTODOS ORGANIZATIVOS DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE

A construção de uma organização, que se propõe aglutinar em seu interior um conjunto de pessoas, como é o caso dos movimentos de juventude, necessita de um processo organizativo interno e externo, para que consiga trazer respostas às estratégias e às táticas que deseja alcançar. Os métodos organizativos encontram-se alicerçados em concepções teóricas e práticas de organização, em esforços históricos de construir ferramentas teóricas e metodológicas para a organização da classe explorada. Esta ferramenta, que é fruto de elaboração histórica e parte sempre do movimento real das contradições, encontra-se em construção, passou e passa por diversos processos ao longo da luta de classe, permeada por contradições, divergências, vitórias significativas, experiências importantíssimas e compreensões de mundo que se aproximam, se diferenciam e se contrapõem. A teoria política das classes populares, na sua expressão mais marcante, como o materialismo histórico e dialético, constitui-se como a ferramenta do seu processo de leitura da luta social, construção enquanto classe e protagonismo histórico.

Todo o método organizativo pressupõe uma vinculação teórica e política, além de expressar um conjunto de metodologias e didáticas que definiram a sua prática educativa e organizativa, sua intencionalidade social, política, econômica e cultural. Podemos, ainda, destacar que os métodos organizativos ganham contornos por vezes específicos, a partir também de seu contexto histórico, social e político.

[...] Essa prática se manifesta no jeito de fazer, nas distribuições de cargos e tarefas, no desenvolvimento das habilidades individuais, na criação de hábitos democráticos e educativos etc. Haverá níveis diferenciados de responsabilidades dentro da organização, e estes se devem à exigência maior de cada tarefa, à capacidade individual e ao acúmulo de conhecimento e experiência que cada um possui (BOGO, 2008, p. 200).

Na América Latina, os métodos organizativos e o desenvolvimento da teoria política aglutinam em seu interior as experiências do movimento comunista, da educação popular, da teologia da libertação e das pastorais sociais, das correntes libertárias, que influenciam e dão conformação para as organizações políticas. No decorrer da leitura dos documentos e das entrevistas realizadas com as organizações, podemos destacar três métodos que compõem a forma e conteúdo do processo organizativo. São eles: o centralismo democrático, o método de direção, o método de ocupação de rua.

O centralismo democrático ocupa lugar central nas organizações. Todas as organizações pesquisadas, em alguma dimensão, sinalizam a importância deste método organizativo. Algumas utilizam de forma central enquanto único método organizativo, e outras juntamente

com outros demais métodos, mais como orientador e não centralizador da práxis da organização. O centralismo democrático referenda-se como um método de construção da organização política, com base na experiência desenvolvida na Revolução Russa, e no conjunto de elaborações desenvolvidas principalmente por Lenin (2019), tornando-se elemento central do marxismo-leninista. Segundo o autor, o centralismo democrático afirma-se como um método na luta pelo poder, onde os trabalhadores só dispõem de uma arma, a sua organização, como organização partidária, pela qual uma vanguarda representa os interesses de todo o proletariado.

Assumindo o centralismo democrático como a forma de funcionamento de sua organização, a UJC enfatiza que esse é o método necessário para que se possa atuar como uma organização forte, disciplinada, unitária e que, ao mesmo tempo, dá voz a todos os seus militantes. Segundo a entrevistada 02 da UJC, o centralismo democrático é considerado a verdadeira democracia, porque ele representa o efetivo exercício da participação e da unidade na ação.

[...] nossa cultura partidária é para a gente discutir, para tirar uma deliberação, a gente discute até que todos sejam convencidos, o que a gente chama de consenso. Onde teve um consenso, em que no geral todos concordam, ou a gente vai para o último recurso que é a votação. Mas a gente discute exaustivamente o que vai deliberar. Todos têm o direito de se colocarem, quando a gente decide alguma coisa, quem discordou e foi vencido vai respeitar, e fora dali a gente vai ter unidade de ação. Isso garante nosso crescimento, isso garante a efetividade das nossas ações. Então essa liberdade de criticar, essa liberdade de se colocar, é algo muito presente no partido que reivindica o centralismo democrático. Isso garante o que a gente defende que é a unidade de ação, isso que todos defendem a mesma posição (Entrevistada 02 da UJC, p. 03).

Tomando a democracia interna como centralidade da organização, ela possibilita a formação de um todo coeso, pela qual as partes se interligam e se complementam. A democracia interna e a disciplina militante são consideradas condições indispensáveis do centralismo na direção de entender que somente elas podem permitir uma democracia efetiva. O efetivo uso da democracia consiste no respeito pelas decisões tomadas pela maioria, que passam a ser aplicadas por todos. Princípios como a unidade na ação, a liberdade para a crítica e o debate como instrumento de construção do consenso são formas eficazes de uma organização que caminha junto para o desenvolvimento das mais diversas táticas que deseja realizar. Justifica-se que, quando os militantes entendem a importância da disciplina partidária, participam ativamente do processo de elaboração e consideram, portanto, a política adotada como fruto também de sua atividade, de suas opiniões, de suas críticas. A centralidade na ação passa a ser garantia de um processo organizativo anterior, que encontra nas discussões as elaborações e as proposições a serem adotadas.

Para Lenin, o contexto político em que a Rússia vivia exigia o caráter clandestino das organizações, só assim elas poderiam permanecer sólidas e preparadas para organizar o proletariado. Segundo ele, a vanguarda tem o papel de educar as massas, desenvolvendo verdades teóricas, ideias organizativas e de tarefas gerais. Ressalta a importância de um centralismo democrático, onde “as decisões de todas as questões gerais do movimento local só poderão ser tomadas pelo comitê” (LENIN, 2014, p. 144). Desde que aprovados pelo comitê, os militantes recebiam determinadas funções, submetendo-se às decisões do grande grupo e dos organismos do partido. Neste ponto, reside um dos principais pontos do centralismo democrático.

É tarefa do comitê realizar as mais diversas divisões sociais do trabalho, em diferentes capacidades de agitação e propaganda, de mobilização, de elaboração de literatura, entre outros. De acordo com Lenin (2014):

Toda a arte de uma organização conspirativa consiste em saber utilizar tudo e todos, em dar trabalho a todos e a cada um, conservando ao mesmo tempo a direção de todo o movimento, e isso entende-se não pela força do poder, mas pela força da autoridade, por energia, maior experiência, ampliação de cultura e habilidade (LENIN, 2014, p. 146).

É parte da arte fundamental da organização, a formação de quadros, um pequeno grupo dirigente, o mais homogêneo possível, de militantes profissionais, os mais experientes possíveis, que dirija o maior número de pessoas possível, do maior número de grupos, das mais diversas e heterogêneas camadas do proletariado. Assim, evitaríamos, de acordo com Lenin, o despreparo eventual e o espontaneísmo das massas.

Lenin é acusado, por vezes, de uma demasiada ideia de dirigência e de distância da democracia. Ele defende sua compreensão de organização quando afirma:

E só a mais grosseira incompreensão do marxismo (ou uma ‘compreensão à maneira do ‘struvismo’) poderia conduzir à crença de que o nascimento de um movimento operário de massa espontâneo nos *livra* da obrigação de criar uma organização revolucionária tão boa, ou incomparavelmente melhor, do que a da *Zemlia i Volia*. Ao contrário, é esse movimento que nos impõe precisamente essa obrigação, pois a luta espontânea do proletariado não se transformará numa verdadeira luta de classe do proletariado enquanto não for dirigida por uma forte organização dos revolucionários (LENIN, 2014, p. 207).

O papel da organização política consiste na educação política, na agitação e propaganda que deflagre o caráter de classe das lutas sociais. Evitar o espontaneísmo exige o mais alto preparo das organizações políticas de caráter revolucionário. É necessário que haja as mais avançadas formas de organização, por isso a importância de definir métodos organizativos.

O debate em torno da eficiência e da centralidade do método do centralismo democrático na organização do partido modifica-se, principalmente com os governos de Stalin e todos os condicionantes da União Soviética nesse período. As críticas que se sucederam em relação aos caminhos que o partido tomou recaem sobre posições autoritárias, esvaziadas de democracia, da ausência da possibilidade da crítica enquanto caminho de construção e na perseguição dos considerados “contrarrevolucionários” no interior do partido, na burocratização, do excesso de centralismo e dogmatismo, na qual tornaram a União Soviética um grande centralismo democrático às avessas. Dessa forma, o partido que deveria dirigir a classe operária passa a se confundir com as demandas do Estado. No Brasil, uma parte dessas discussões estão fundamentadas em correntes do “morenismo”, tendência trotskista aliada às formulações do argentino Nahuel Moreno, fundador da LIT-QI, mas também no avanço da teoria dos novos movimentos sociais e nas mudanças na constituição das organizações partidárias, principalmente com a reabertura democrática. Na maioria, foram tendências que acabavam se afastando de uma organização com base do marxismo-leninista e de concepções organizativas unicamente vinculadas ao centralismo democrático, ou deram a ele novos contornos.

O centralismo democrático, em várias organizações, passou a ser reconhecido como uma referência ao leninismo, como uma abordagem orientadora, e não mais central, passiva de transformação decorrente de contextos diversos. Isso pode ser observado no avanço da Revolução Chinesa, na qual o Partido Comunista da China, que tem sua origem em um partido de vanguarda, altera-se substancialmente para um partido de massas, que tem em seu conteúdo princípios do centralismo democrático, mas também de um acúmulo que deu origem às discussões do método de direção que foi sendo desenvolvido a partir da experiência chinesa e que influenciou também as organizações brasileiras. Das organizações pesquisadas, o Levante e a UJS destacam o método de direção como parte de sua organicidade.

A linha de massa ou método de direção, elaborado principalmente Mao Tse-Tung (2019), também conhecido como Mao Zedong, oferece uma contribuição original, que contém as linhas organizativas do instrumento político, que pode estar expressada na organicidade do exército (exército vermelho), no partido, ou nas massas.

Mao (2019) parte da defesa que é compromisso das direções estar intimamente ligadas a todas as questões que envolvem as massas, no esforço de compreender e buscar solucionar os problemas que envolvem as mais diferentes necessidades das massas, podendo assim, as direções tornarem-se autênticos agrupamentos representantes dos anseios do povo. Em um movimento que as grandes massas compreendam que estas forças representam os seus interesses, podendo assim engajar-se e apoiar a guerra revolucionária, até a vitória da revolução.

O líder da revolução chinesa defendia que era de responsabilidade dos revolucionários difundir amplamente o método de direção, a fim de construir pequenos núcleos, que tinham a tarefa de organizar a grande massa para participar das mais distintas lutas. Para ele, uma das maiores dificuldades em conseguir elevar a qualidade do trabalho dos núcleos dirigentes está na ausência de um trabalho concreto, organizativo e sólido com as massas. Essas dificuldades em se conectar com as massas produzem organizações burocratizadas, com análises subjetivas e desconectadas da realidade, justificando que o trabalho concreto junto com as massas obriga que os dirigentes saiam das salas de reuniões e das elaborações livrescas. As bases dessas reflexões foram fecundas para o desenvolvimento do que veio a se tornar o método de direção nas organizações políticas no Brasil.

O Levante, baseado nas linhas metodológicas desenvolvidas pela CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, e pelo acúmulo organizativo dos movimentos populares ligados à Via Campesina, mais especificamente no Brasil, elaborado pelo MST, desenvolve o que denomina como um método orgânico, o método de direção de sua organicidade, como metodologia popular e princípios do trabalho popular. O entrevistado 03 do Levante afirma que o método de organização é um acúmulo histórico das organizações do campo popular: “[...] conseguimos acumular um método que faz muito sentido, e que consegue atuar de uma forma muito mais consistente nas periferias, muito por esse método de trabalho popular, que veio lá da igreja, e depois com o MST, e com os outros movimentos sociais” (Entrevistado 03 do Levante, p. 03).

A partir, principalmente do documento retirado do 4º Acampamento Nacional do Levante, destacamos o esforço de apresentar sua linha organizativa. Dentro de seus princípios, destaca-se a coesão nacional, como a forma de uma organização única em todo o país, na construção de uma organização de massa, com capacidade de dar respostas imediatas à organização da juventude, com capacidade de dirigir politicamente sua base social. Também com a garantia de uma democracia relativa das partes, combinada com as necessidades de cada lugar de atuação, e da democracia interna, com debates amplos, instâncias coletivas e mecanismo de comando.

Fazem parte também dos seus princípios organizativos e valores militantes: a construção da democracia interna com unidade de ação, baseada no centralismo democrático; a construção da coletividade como instrumento de participar da definição das linhas, posições políticas e dos planejamentos e avaliações; o compartilhamento de tarefas; a disciplina para executar tarefas e responsabilidade com o coletivo; planejamento constante; a crítica e a autocrítica como avaliação periódica; vinculação permanente com o povo.

A UJS, também referendada no método de direção, faz o seguinte posicionamento por meio de um de seus entrevistados:

[...] nós temos um método de direção, nosso sistema de direção é muito bem definido e inclusive com uma dinâmica hierárquica, que às vezes não temos nas outras forças políticas. Nós temos uma presidência, nós temos em alguns casos a vice-presidência. Temos os nossos dirigentes para cada frente que nós atuamos e os fóruns mais amplos de direção. A gente carrega isso, também do ponto de vista Leninista de organização, pautados pelo centralismo democrático. Por mais que eu acho que nos documentos da UJS nós não tratemos dessa forma, enquanto o centralismo democrático, mas é dessa concepção, dessa lógica, que a gente traz do partido (Entrevistado 05 da UJS, p. 07).

Na pesquisa realizada nos documentos da organização, não encontramos com tanta clareza qual o método de organização adotado, ou a defesa dessa organicidade. Mas destacamos alguns princípios organizativos contidos em seu estatuto. São eles: o respeito e o cumprimento das decisões de seus fóruns, a direção coletiva, a valorização do consenso, da identidade de ideias e da unidade política.

O Juntos parte do princípio que é necessário organizar a indignação. Atuando principalmente nas universidades, escolas e no movimento de massa, utiliza-se do método de ocupação de rua, como instrumento permanente de mobilização das massas. “Estamos na rua contra a corrupção, contra a intolerância, em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Lutamos por educação, saúde e transporte público e de qualidade ao acesso de todos” (Jornal Juntos, 12 de outubro de 2013).

Inspirados pelas lutas de massa espalhadas pelo mundo e imbuídos na defesa de uma mobilização permanente como método de luta, defendem que a juventude deve se inspirar em movimentos de massa que vêm acontecendo ao redor do mundo, como a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, e as Occupys, e demais movimentos que têm o protagonismo da juventude na linha de frente dessas manifestações. A organização propõe a mobilização permanente como uma forma de educar as massas e de organizar a indignação como força de ação nas ruas. Entende que a juventude é uma força importante na luta de classe, na sua auto-organização, na sua construção independente.

Como um dos principais veículos de comunicação, o Jornal do Juntos é o instrumento de formação da militância e também de divulgação de suas elaborações teóricas e leitura da conjuntura. Em nossa pesquisa documental, não encontramos documentos sistematizados de suas linhas metodológicas ou discussões teóricas sobre o método organizativo do movimento. As análises contidas nessa discussão parte, principalmente, das entrevistas e dos documentos disponíveis na página da web. Como o destaque da entrevistada 07 do Juntos:

[...] em relação ao nosso método de organização, a gente não tem de fato um estatuto, as pessoas sempre perguntam do nosso CNPJ (risos). A gente não tem porque a gente não é uma entidade, porque existe uma diferença entre organização política e entidade. Os DCE's os Centros Acadêmico eles têm que cumprir o estatuto, e precisa ter tais representantes, mas o Juntos não. O Juntos ele é um movimento da juventude, então a gente acha principalmente falando em democracia, que a gente não precisa burocratizar um espaço, porque a gente pode pensar, e um método como a gente tem, é não é uma coisa jogada de qualquer jeito, mas o estatuto muitas vezes ele é para colocar regras de coisas que não é preciso. Porque a dinâmica das coisas é a dinâmica das lutas, e são muito dinâmicas, e nem tudo se aplica para a mesma situação. Então o estatuto nos tira algumas coisas que são parte da autonomia que a gente acha importante. E como que a gente se organiza, principalmente através do movimento estudantil (Entrevistada 07 do Juntos, p. 17).

Defendendo formas mais horizontalizadas de organicidade, rechaçam a burocratização das organizações e seus excessos de centralismo, na defesa daquilo que considera a democracia real, como um acúmulo de um exercício democrático, da capacidade de escutar e dar voz a todos, em movimentos de entender que todas as posições são válidas para o debate. Assim, constroem a seguinte posição:

E a democracia real que a gente fala, ela tem dois vieses, um mais interno, que é esse método mais democrático da gente organizar as coisas, que não é o centralismo. Porque as coisas não são assim, não tem uma fórmula. A gente não diz, faz desse jeito que vai dar certo. A gente tem a nossa democracia interna, para fazer o debate, todos os militantes podem falar, e a gente não tem muito sistema de votação, a gente vai conduzindo no debate mesmo, vai entrando em consensos. Não tem aquela coisa de duas propostas e tem que votar, a gente vai trabalhando no debate, no diálogo, para chegar numa síntese final, que a gente apresenta de forma municipal, estadual e nacional. E a Democracia real do ponto de vista geral das coisas, da política como um todo. Porque hoje se a gente pensar a estrutura política que a gente tem, ela não é democrática, a gente não tem participação em nada. Inclusive o parlamento é um abismo entre as pessoas e o parlamento. Porque a gente viu em diversas votações que não nos sentimos representados, por que existe um padrão, normativo, branco, hétero, de homens mais velhos, etc. E também batalhar por uma democracia real do ponto de vista geral, onde os trabalhadores, os estudantes, a gente tem a voz. Então tem essas duas partes, da democracia real a interna, e a mais externa (Entrevistada 07 do Juntos, p. 20).

Para o fortalecimento da organização, partem do entendimento que é necessário apresentar ações concretas para a juventude, como por exemplo na construção dos grêmios, diretórios e DCE's, e nas mais diversas mobilizações que movem a indignação da juventude. Como por exemplo, na luta por direitos, na defesa e qualidade da educação, nas pautas contra as opressões.

Na UFRGS a gente teve uma concentração com 15 mil alunos, e a gente passou em sala de aula a semana toda. Eu sempre achei a prática importante. Porque a prática não é só o ato, ou isso que a gente vê maior, mas é esse trabalho de formiguinha. É fazer uma reunião com um curso, é se deslocar do vale até o centro para participar de uma plenária, é todo esse trabalho. Então eu sempre achei de fato o Juntos tem um comprometimento muito grande com as lutas (Entrevistada 07 do Juntos, p. 16).

O trabalho de mobilização permanente da juventude é considerado pelo Juntos como a ferramenta mais eficaz para alcançar a transformação. A luta cotidiana nas ruas exige o preparo da organização na defesa de transformações dos espaços de poder, tendo as mulheres, negros e negras, LGBTQIA+ na linha de frente. Além de Trotsky, Marx e Engels, a juventude do Juntos apropria-se, também, das reflexões realizadas pela Rosa Luxemburgo (1871-1919), principalmente a partir de suas discussões sobre o movimento de massa e a organização do partido, para também defender a sua posição sobre a importância do método de ocupação de rua.

Rosa (2014) é uma das autoras que critica o que ela denomina como o “excesso de centralismo”. Para ela, era inadmissível ter uma organização centralizada e sem democracia interna, na qual a massa fosse impedida de participar. Em seu texto, *Greve de massas, partido e sindicatos*, faz o esforço de comprovar que os anarquistas estavam equivocados quando acreditavam que a greve de massas deveria acontecer sem organização política. Demonstrou aos marxistas que ela não era contrária à ação política, pois havia se tornado uma das principais ferramentas da luta de classe na Rússia. Afirmou, ainda, que a greve de massa é produto da própria história da luta de classe. Ao descrever as greves de massa na Rússia, Rosa (2014) afirma:

Todas as outras greves de massa parciais ou greves gerais não foram greves de protesto, mas de luta; como tais nasceram espontaneamente por ocasiões de incidentes particulares, locais e fortuitos, e não a partir de um plano preconcebido e deliberado e, como poder de forças elementares, adquiriram dimensões dum movimento de grande envergadura, não terminavam como uma retina em ordem, mas transformavam-se ora em lutas econômicas, ora em combates de rua, ora desmoronavam por si mesmas (LUXEMBURGO, 2014, p. 282).

Segundo Rosa, as greves de massa ganham diferentes formas em seu próprio processo de luta. As manifestações políticas ganham forças na medida em que passam pelo progresso das contestações econômicas e suas contradições. As greves de massa são terrenos férteis para as rebeliões de diversas naturezas, contendo um reservatório permanente de energia para a luta. Segundo a autora, as greves de massa dão o tom da unidade política e é, nesse momento, que a organização política é chamada, dando o direcionamento político. Continuemos com as afirmações de Rosa Luxemburgo (2014):

A tarefa mais importante de direção no período de greve de massa consiste em dar a palavra de ordem da luta, em orientá-la, em dirigir à tática da luta política de tal modo que em cada fase e em cada instante do combate, seja realizada e posta em ação a totalidade do poder do proletariado, já comprometido e lançado na batalha, e que este poder se exprima pela posição do partido na luta; é preciso que a tática da social-democracia, no tocante a sua energia e rigor, jamais se encontre aquém do nível da correlação de força real, mas que, ao contrário, ultrapasse esse nível; esta é a mais importante tarefa da direção no período das greves de massa (LUXEMBURGO, 2014, p. 292).

Para que as greves de massas ou movimentos de massa se tornem instrumentos verdadeiramente de luta, é imprescindível que elas se transformem em um movimento popular, com a capacidade de alcançar as mais largas camadas do proletariado. Segundo Luxemburgo (2014), é a própria batalha, juntamente com os setores organizados, que oferece as tropas combatentes. Mesmo que a vanguarda busque organizar e se proponha a ser a unidade consciente do proletariado, sem a contribuição do maior número de colaboração de diversos setores do proletariado engrossando suas fileiras, seria de pouquíssimo alcance, e estaria condenada ao fracasso. Segundo a própria autora, há uma superestimação do papel da vanguarda em detrimento a uma subestimação da massa proletária desorganizada.

Na Alemanha as greves de massa, as lutas políticas de massa não podem ser conduzidas unicamente pelos militantes organizados, nem podem ser comandados por uma ‘direção’ saída do comitê central do partido. Nesse caso – como na Rússia – há menos necessidade de ‘disciplina’, de ‘educação’, de uma avaliação tão precisa quanto possível das despesas e subsídios do que de uma ação de classe resoluta e verdadeiramente revolucionária, capaz de atingir e arrastar as camadas mais extensas da massa proletária desorganizada, mas revolucionária por sua disposição e condição (LUXEMBURGO, 2014, p. 304).

Ao analisar o contexto da Alemanha e da Rússia, a autora afirma que “seis meses de revolução contribuíram mais para a educação das massas atualmente desorganizadas do que dez anos de comícios públicos e de distribuição de panfletos” (LUXEMBURGO, 2014, p. 306). Para isso, é necessário desenvolver um nível de maturidade e de acirramento dos conflitos sociais, em um movimento “natural” daqueles que mais sofrem e acabam por radicalizar-se na tentativa de superar as condições desumanas em que estão submetidos. Segundo Rosa Luxemburgo (2014, p. 306):

[...] na Alemanha é quase certo que não serão os trabalhadores mais bem organizados, mas os operários mais mal organizados ou completamente desorganizados, como os mineiros, os operários têxteis, ou talvez os camponeses, que desenvolverão maior capacidade de ação.

Rosa Luxemburgo (2014) faz a crítica na direção de apontar que não é possível defender ideias de greves e mobilizações de massa construídas artificialmente comandadas pelos partidos

e sindicatos, e executadas por uma minoria organizada. Mas sim, atentarmos para um movimento vivo das massas, entretanto de um movimento popular organizado pelo desespero dos conflitos de classe. Ela defende que: “[...] a tarefa da social democracia consistirá então não na preparação ou na direção técnica da greve de massa, mas na direção política do conjunto do movimento” (LUXEMBURGO, 2014, p. 307).

Ao longo das entrevistas, muitas foram as questões trazidas sobre os processos de organização de seus movimentos, surgiram diversos elementos que demonstram alguns desafios vividos no interior de suas organizações, e algumas críticas tecidas em relação às demais organizações da juventude. Um importante ponto destacado é sobre as dificuldades em relação às divergências de posições e visões. Há uma grande tendência em compreender as diferentes posições e suas divergências em dissidência. Esse fato pode estar associado a vários elementos, entre eles a falta de reflexão e debate elevados sobre as questões, a centralização da tomada de decisões, o autoritarismo, o particularismo. Além de elementos de uma democracia de caráter burguês, que tem por base a ação da participação como uma representação, e não como democracia substantiva, participativa, efetiva e real. Nessa direção, parece ser importante abordar a fala da entrevistada 05 do Levante que destaca: “quando não há divergência, alguém está sendo oprimido em suas ideias”.

Existem desafios nos processos coordenativos e de direção, há uma presença bastante marcante da centralização das direções e das posições, em um número reduzido de pessoas, que passam assumir essa postura e acabam por centralizar um conjunto de atividades/tarefas e decisões. O desafio está em estabelecer, cada vez mais, direções coletivas, feitas por um grupo de pessoas, e não por uma pessoa só ou por algumas pessoas do mesmo grupo. O exercício da autonomia, da autoconstrução a partir de uma participação efetiva, da crítica, que respeite os tempos, os limites e as possibilidades de cada militante, é um caminho a ser aprofundado. Isolando qualquer tentativa de construções dos “chefes” ou dos “donos” das organizações, que deflagram uma militância autoritária e reguladora, burocratizada, que constroem falsos espaços de debate e de tomada de decisão coletiva. Em consequência, constroem uma militância subserviente às suas ordens, em uma política de “arrebanhamento”, em prol de um discurso que coloca o “sacrifício” como elemento para se chegar aos “céus”.

Existe a preocupação em pensar processos organizativos mais horizontalizados, negando espaços e organizações que burocratizaram ou, ainda, exercem uma atuação autoritária, dogmática em suas análises de conjuntura, distanciada do movimento real da luta de classe e dos interesses de classe. Segundo Bogo (2001, p. 11):

Com a demora de surgir a nova onda de ascenso, muitas entidades historicamente respeitadas, se burocratizam, se atrasam ideologicamente e perdem a noção dos desafios estratégicos, tornando-se conservadoras na linguagem e desatualizadas no conteúdo político dos princípios pelo simples fato de que sua forma organizativa não se permite abrir para as mudanças e inovações que as novas contradições apontam sem que elas se desestruturarem.

Há uma grande preocupação em relação aos debates sobre a importância da democracia e o lugar que ocupa na organicidade, como um caminho longo que ainda se encontra desafiado pela democracia burguesa representativa, que ocupa um lugar abstrato de participação. Segundo Bogo (2008, p. 189), “a democracia não pode ser vista como a vontade da maioria, mas sim como a consciência da maioria que se transforma em vontade de tornar as decisões em ação prática”. As organizações de juventude, mesmo que permeadas pelo desafio de construção de espaços democráticos, são, na maioria das vezes, espaços propícios para o exercício de uma democracia substantiva, real e objetiva, na qual se consiste muito mais em construir espaços coletivos de entendimento das razões das escolhas dos assuntos, do que pedir opinião sobre determinados assuntos.

É tarefa dos militantes mais experientes acompanhar os jovens recém-chegados na organização, apresentando-se enquanto suporte, enquanto uma referência confiável. Uma direção coletiva exige que o grupo estude todas as questões da organização em conjunto, sempre alicerçado em um debate atualizado. É ir além da opinião de determinado assunto, é poder analisar com profundidade e rigor, é se comprometer com o coletivo, é conseguir, em conjunto, deliberar ações concretas para os desafios da organização, nas mais diferentes esferas. A “tarefa” é instrumento formativo e instiga a autonomia individual, na oportunidade de pensar e agir a partir de sua condição. Entendendo que a crítica responsável é necessária, de forma aberta e franca, é processo de avaliação, na qual deve ser entendida com um processo educativo. A construção da autonomia, da liberdade, da democracia, o exercício do protagonismo precisa começar pelas organizações.

Sobre as questões que envolvem o “recrutamento”, ou seja, as formas de garantir a aderência de novos jovens para compor os movimentos de juventude, observa-se que há algumas distinções e nuances que apareceram principalmente nas entrevistas. Os militantes do Juntos destacam que a participação e organicidade nos atos de rua, no movimento de massa, são espaços frutíferos para que novos jovens queiram saber mais sobre a organização. Segundo os entrevistados, isso se dá pelo fato de que a agitação, as bandeiras, a batucada, as cores, as palavras de ordem, chamam a atenção da juventude e as conectam com as organizações. Uma organicidade bem definida, um planejamento, e um corpo coeso nas ações, demonstram seu

caráter de unidade, de pertença, de identidade e de confiabilidade. Nesse último ponto, todas as organizações destacam que existe, por parte das organizações, táticas de defesa e autoproteção nos atos de rua, formas organizativas e de segurança que garantem a integridade física de seus militantes.

A UJS destaca que sua presença à frente das direções de entidades como a UNE e UBES aproximam a juventude da organização. Além de uma presença ativa nos espaços estudantis, os jovens sentem-se atraídos em conhecer a organização que dirige a maior entidade estudantil do país. Destacam que a presença da sua agitação nos atos de rua, seu caráter amplo e a defesa, principalmente das pautas da educação e de um país mais justo, são formas também de aproximação com a juventude. “Não necessariamente precisa ser um socialista, um comunista, para se somar e se aproximar da UJS” (Entrevistado 05 da UJS, p. 02). Justificam que muitos jovens procuram a UJS pela identidade de ser uma organização alegre, que pode ser radical, mas que se apresenta como uma radicalidade leve, acessível e que traz esperança para as pessoas.

Segundo o mesmo entrevistado, esse caráter mais amplo da organização possibilitou que a UJS, hoje, seja o maior movimento de juventude a nível nacional, presente em várias escolas e nas principais universidades do país.

Nós somos uma organização que tem um alcance, uma linha política, que nos permite estabelecer elos com a juventude para além dessas fronteiras já posicionadas à esquerda, no espectro ideológico. Nós buscamos esse alcance mais amplo, e isso está marcado na nossa história, está no nosso estatuto, nos nossos documentos, nosso manifesto de fundação. Uma organização ampla, mas com esse caráter patriótico (Entrevistado 05 da UJS, p. 04).

Essa forma organizativa ampla está também caracterizada pela composição dos jovens que participam da UJS, que ocupam um universo mais diverso, dividido entre dirigentes, militantes e filiados. Cada qual ocupa um papel e um conjunto de compromissos com a organização. “Tem organização política que envolve, engaja e tem perto de si, quase que só militantes. Nós não, tem uma galera em volta da gente, tem de tudo, então é mais difícil, é mais fluido” (Entrevistado 05 da UJS, p. 12). Mesmo tendo em sua composição esta diversidade, o caminho a ser construído sempre é o da unidade, justifica o entrevistado. Este afirma, ainda, que a forma de atuar é sempre um caminho que precisa ser renovado, mantendo-se conectado com a realidade.

Para a UJC, os requisitos para entrar na organização passam por uma identidade com a linha política e o método organizativo. Aos interessados, são apresentados os documentos da organização. “Se a pessoa diz sim, então que venha militar conosco, e a formação política ela

se dá no coletivo. Não tem que ter um currículo prévio de leitura, a formação política quem deve dar conta é a organização” (Entrevistada 02 da UJC, p. 11). Os entrevistados da UJC também destacam a importância da agitação e a disciplina nos movimentos de massa como um potencial para o recrutamento.

A entrevistada 04 do Levante destaca que, na sua visão, é muito mais fácil entrar para o Levante do que em outras organizações de juventude, que se apresentam de forma mais engessada em regras:

É relativamente fácil dizer que você é do Levante, não precisa de grandes leituras, não precisa de grandes debates, não precisa passar por grandes crivos da direção ‘de entra ou não entra’, porque eu acho que algumas juventudes tem isso. Algumas juventudes do esquerdismo (Entrevistada 04 do Levante, p. 05).

A entrevistada, quando emprega a referência da juventude do esquerdismo, refere-se à juventude que compõe as organizações do campo radical ou revolucionário, segundo a literatura que tratamos nesse trabalho. Segundo ela, existem processos mais rígidos e esquemáticos para o recrutamento dos jovens, como linhas mais duras para essa aproximação, que exigem um conjunto de leituras, apropriações das linhas da organização e avaliações prévias. Já o Levante, em sua avaliação, propõe-se a um movimento social de massas, que possui um trabalho consolidado nas periferias. A experiência de trabalho junto a periferia possibilitou uma ampliação dessa visão e um processo de aproximação com a juventude mais amplo e diverso. A cultura popular, o método do trabalho popular, as ações comunitárias, como as de solidariedade, são instrumentos potentes para o recrutamento das juventudes periféricas. A conexão dos jovens com as linhas da organização dar-se-á no decorrer de sua experiência no interior do movimento.

Dentre os desafios levantados, está uma organização sólida nacionalmente, com interferência local propositiva. Faz parte também dos desafios de sua organicidade, propor-se a construir valores e práticas, que se opõem ao da ordem vigente, como formas de viver novas sociabilidades. Constituir-se como um sujeito organizado politicamente significa buscar superar muitos elementos da sociabilidade burguesa. Exige o compromisso com o outro, com o coletivo, significa compreender o papel central da política na vida em sociedade.

Entender seu lugar na organização e seu potencial significa compreender-se como sujeito de sua própria história e constituidor também de história coletiva. O exercício de uma posição militante ultrapassa uma fase da vida, um momento de sua história, ela representa uma postura combativa perante a vida, que ganha sentido ao passo que se eleva a cada nível mais profundo de sua práxis. A reflexão contida nas entrevistas também indica que o

amadurecimento intelectual e político é uma construção cotidiana, que exige que o militante ocupe diferentes papéis e assuma diferentes responsabilidades na organização, das mais simples as mais complexas, de execução e de elaboração. Vivenciar e compreender a totalidade do complexo organizativo é um instrumento educativo valioso, para a formação individual e para o conjunto da organização.

Todas as organizações possuem uma estrutura organizativa, instâncias representativas, que passam por uma hierarquia, como seus congressos nacionais, coordenações nacionais, estaduais e municipais, secretarias nacionais e municipais, setores ou operativas. Na organização municipal, podem atuar como núcleos, pequenos coletivos, cédulas. Das organizações pesquisadas, todas possuem coletivos contra as opressões. Para algumas organizações, como é o caso do Juntos, esses coletivos compõem uma centralidade na sua organicidade, como frente de “recrutamento” e também como dimensão de sua estrutura organizativa.

Os coletivos contra as opressões representam um canal, uma via de acesso importante para que mulheres, negras e negros, LGBTIQIA+, possam aderir as organizações políticas do campo da esquerda. As organizações de juventude têm papel central nesse processo.

Destacam também a importância de organizações de base sólidas, de pequenos núcleos, cédulas ou coletivos atuantes, como instrumento essencial para colocar em prática as decisões congressuais, com o propósito da unidade das discussões políticas e de trabalho prático de intervenção na luta cotidiana, como base da elaboração da vida política da organização. Segundo a entrevistada 06 da UJS, “o centralismo democrático ele só pode existir de fato, quando as bases estiverem bem organizadas, porque se elas não estão, é uma democracia pela metade” (Entrevistada 06 da UJS, p. 17). Uma democracia verdadeiramente forte para a UJS necessita que todas as instâncias da organização tenham um trabalho bem desenvolvido e harmônico, com a devida participação e preparo de seus militantes.

É importante superar visões duras e dogmáticas, que freiam os processos criativos das organizações e a capacidade de entender os desafios para cada momento. Também é importante que as organizações revisitem sempre seus métodos, que avaliem periodicamente o trabalho desenvolvido. Faz parte das críticas levantadas pelas organizações pesquisadas, a dificuldade que algumas organizações possuem em desenvolver ações práticas com a juventude, até mesmo proposições para além de seus militantes. Algumas organizações possuem um bom nível de arcabouço teórico, com discursos bastante elaborados, mas que pouco conseguem penetrar nos anseios da juventude, com proposições de organização de ações mais massivas e de atuação permanente.

Todos os movimentos pesquisados destacam que o processo de organicidade e autoconstrução das suas organizações são exaustivas, exige muita disponibilidade de tempo, de condição física e emocional. De um tempo de dedicação dividido entre os estudos, ou com o trabalho, ou com o desemprego e a busca por remuneração, com o cotidiano em família, com a instabilidade emocional e de vida. Afirmam que, mesmo com momentos de bastante sobrecarga, sentem-se “vivos”, como parte ativa da construção da história e das mudanças no tecido social. Entendem que todas essas mudanças só podem acontecer mediante a organização da classe trabalhadora e de sua juventude.

Em suma, percebe-se que, de uma forma geral, as estruturas organizativas e seus métodos organizativos representam a união de um sentimento coletivo. Essas estruturas têm, no centro de suas funções, contribuir com a formação intelectual de seus militantes, construir uma noção política através do exemplo, da disciplina, da democracia, da confiança mútua, que possa ter autonomia para a construção de suas diretrizes, com alto potencial organizativo na luta de massa e nas suas demais frentes de atuação. Devem ser construídas de valores e vínculos sólidos, altamente vinculados com a atualidade da luta de classe. Além de serem um importante coletivo de quadros dirigentes, como a coluna vertebral da organização, aquela que sustenta sua base organizativa, com coordenação política-pedagógica, preocupada com a formação permanente como intelectuais orgânicos, atenta à conjuntura, com um trabalho sólido nas suas bases sociais, e que traga consigo a totalidade da compreensão de sua organização e a capacidade de agir na realidade. Importante, também, um ambiente afetivo, de companheirismo/camaradagem, de troca mútua, de construção de valores, como a solidariedade e a cooperação, que produzem elos de ligação, que respeitam a diversidade, que potencializam as habilidades individuais e que proporcionam um espaço de exercício da democracia e de amplo aprendizado de uma sociabilidade que se opõe à ordem vigente.

13 AGITAÇÃO E PROPAGANDA, E A ESTÉTICA DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE

Em todos os processos de luta histórica da classe trabalhadora, a propagação das ideias de seus movimentos tem um lugar central. Difundir os ideais do mundo que desejam construir, suas formulações em relação a todos os assuntos relevantes em sociedade, faz parte dos processos de comunicação, propaganda e agitação das pautas. Há um conteúdo de relevância, social, político, econômico e cultural, que necessita ser difundido amplamente. Debateremos, no decorrer deste capítulo, o entendimento e as proposições em relação às vias de comunicação e divulgação das organizações, o papel da cultura e o desenvolvimento da estética contida em suas organizações para esses processos. Também suas preocupações em relação à propaganda e à agitação, entendendo que essa se expressa de diferentes formas e com distintas referências e intencionalidade.

Observa-se, a partir das organizações investigadas, a presença marcante do trabalho com a cultura. A valorização da cultura popular e o desenvolvimento de uma cultura revolucionária compreende-se como elemento de conexão com a classe trabalhadora e espaço fecundo de produção da sociabilidade e da ampliação da consciência. A cultura e as suas mais diversas expressões artísticas, como prática ontológica, são parte fundamental para a formação humana, atua diretamente na sensibilidade, nas emoções, na razão e nos sentimentos. A construção de uma cultura revolucionária passa por criar e experienciar espaços de expressões artísticas próprias da classe trabalhadora, como processo de produção e reprodução da humanidade, que dialogue com a sua realidade, seus costumes, seus modos de vida, seus valores, suas lutas históricas. E que, ao mesmo tempo, possibilite a ampliação de uma visão crítica da sociedade. A cultura, como instrumento de resistência popular, pode contrapor-se à cultura burguesa hegemônica e alienante.

É interessante também dialogar a respeito da cultura como forma de estimular a arte. Muitas expressões artísticas podem ser encontradas nas organizações da juventude. Pensar o lugar da estética da classe trabalhadora permite evidenciar os interesses sociais de classe e de refletir a realidade social. As expressões artísticas assinalam a unidade da forma e do conteúdo do objeto que desejam comunicar, possibilitam que o processo de conhecimento e de aprendizagem de um determinado assunto possa ser assimilado de formas múltiplas, pelos sentidos, sentimentos e pelo cognitivo. Segundo Vázquez (1968), o desenvolvimento de uma estética revolucionária está intimamente vinculado à formação humana *omnilateral*, expressada por Marx, marcada pelo desenvolvimento pleno das capacidades intelectuais e produtivas do

ser social, em um exercício de unidade da consciência e da ação social criadora, como crítica da atualidade, em sua capacidade *ontocriativa* da sociedade. Segundo Vázquez (1968, p. 35-36):

A arte não vê as relações humanas em sua mera generalidade, mas em suas manifestações individuais. Apresenta homens concretos, vivos, na unidade e riqueza de suas determinações, nos quais se fundem de um modo peculiar o geral e o singular. Mas o conhecimento que a arte pode nos dar acerca do homem, este conhecimento só pode ser atingido por um caminho específico que não é, de modo algum, o da imitação ou reprodução do concreto real ao concreto artístico. O artista tem diante de si o imediato, o dado, o concreto real, mas não pode permanecer neste plano, limitando-se a reproduzi-lo. A sociedade humana só lhe revela seus segredos na medida em que, partindo do imediato, do individual, eleva-se ao universal para depois voltar novamente ao concreto. Mas este novo individual, ou concreto artístico, é presencialmente o fruto de um processo de criação, não de imitação (VÁZQUEZ, 1968, p. 35-36).

A construção de uma estética revolucionária, que tenha em seu cerne as mais diversas manifestações artísticas e culturais, como a cultura popular, é instrumento propositivo, da objetividade e subjetividade da condição humana, provoca a reflexão, é elemento sensível de conexão, como produção de conhecimento, que transforma a realidade em arte, como forma criadora e criativa de descobrir os aspectos essenciais da realidade humana.

Mas encontra partida a legitimidade do que é bom e belo, passa pelas relações da superestrutura da manifestação artística legítimas na sociedade capitalista e seus interesses mercadológicos. A cultura popular que, na América Latina, tem seu lugar de centralidade na formação social, ocupa por vezes o espaço da “marginalidade cultural”. A arte, como uma das expressões culturais produzidas pelos povos originários, pela população periférica, pelas organizações sociais, a arte como denúncia, como resistência popular, entre outras, são manifestações da natureza de sua condição social, de existência e de sua reflexão sobre o mundo, como potencial criativo e criador. Nas organizações de juventude pesquisadas, encontramos presente a preocupação em refletir a cultura e a estética juvenil de caráter popular ou revolucionário, como elemento aglutinador e propositor de parte de sua organicidade.

A presença de uma estética que se contraponha à sociabilidade burguesa é umas das formas de pensar os processos de difusão da agitação e propaganda, mas não só isso, porque sua importância pode ir além.

Os aspectos sobre a importância do papel da agitação e da propaganda do conteúdo organizativo dos movimentos da classe trabalhadora são discutidos e ganham maior elaboração, a partir da Revolução Russa e com as contribuições de Lenin. A agitação e propaganda leninista, ou a “agiprop” como termo síntese, referenda-se na ideia de que a propaganda possui conteúdo mais elaborado, com uma explicação elaborada, trazendo de forma detalhada a natureza dos

fenômenos, e essa comunicação deve ser assimilada por algumas pessoas, a vanguarda do partido, por exemplo. Já a agitação deve trazer as mesmas questões, o mesmo conteúdo, mas de forma mais ampla, organizando a indignação, desmascarando as contradições, convocando as massas para a luta.

A elaboração teórica, a propaganda, a agitação e a organização andam juntas, expressam a mesma unidade de compreensão sobre os desafios da atualidade da luta de classe. A teoria e a prática, a estratégia e a tática, o organismo político e as massas, devem estar conectados às palavras de ordem mais urgentes do momento. Para Lenin (2019), a tarefa do propagandista consiste em estudar com afinco as “verdades do marxismo”. Além de dominar o método dialético, é necessário que acumule toda a experiência possível no interior da organização operária. O domínio teórico e prático do propagandista constrói também o agitador, tornando-o um comunicador acessível às massas. Torna, assim, o propagandista um militante de compreensão acessível no aprendizado da teoria marxista, e também um guia para a ação. A propaganda, a agitação e a organização não estão separadas por muralhas intransponíveis. “O propagandista que saiba comunicar ao público o seu entusiasmo é, ao mesmo tempo, um agitador. O propagandista que saiba converter a teoria em guia para a ação facilita indubitavelmente o trabalho do organizador” (KRUPSKAIA, 1939, p. 03).

O propagandista pode encontrar na publicação de artigos, nos textos destinados aos veículos de comunicação da organização, como jornais, páginas da web, redes sociais, entre outros, um canal de divulgação das ideias de seu movimento. O agitador, através de seus megafones, dos carros de som, de suas bandeiras, de seus símbolos, da sua identidade visual, na colagem de cartazes, na ação direta de escrachos, encontra suas mais diversas formas de comunicar as suas denúncias e a sua leitura sobre a realidade. Embora haja distinções, a agitação e a propaganda precisam andar juntas, têm o papel também de qualificar e especializar seus militantes, mas não podem se confundir com os importantes momentos de formação de sua organização.

Tomar a propaganda como formação acaba por produzir organizações que jogam todas as suas forças somente para a agitação. Já a formação destina-se à elevação dos quadros políticos da organização, cumpre o papel de aprofundar os debates, estudar profundamente o método dialético a partir da realidade concreta. É o exercício de debruçar-se nos estudos, de construir análises próprias e coletivas. Por essa referência, distancia-se de atividades como cursos abertos, palestras, rodas de discussões, que são algumas formas de propaganda, que servem tanto para a sua militância, como para todo o público que deseja alcançar. A propaganda, nesses formatos, aprofunda discussões, levanta questionamentos, dialoga com as

táticas e as estratégias das organizações, mas não cumpre o papel de qualificar seus militantes como quadros profissionais de suas organizações. A agitação é um método para fomentar a atividade das massas. A força da agitação está no trabalho de esclarecimento, convenientemente organizado, comunicação simples e clara na forma.

É importante observar o quanto o trabalho de agitação e propaganda tem sua dimensão educativa, em seu trabalho pedagógico, com as massas e com as bases. Uma ação planejada a determinados fins, seja no trabalho com a juventude periférica e trabalhadora, ou com o movimento estudantil. As organizações de juventude têm o desafio de construir programas que aproximem a juventude, que dialoguem com suas pautas, que demonstrem a importância do seu caráter organizativo, que tragam reflexões apuradas da realidade, e que também apresentem ações concretas de engajamento.

Durante o processo revolucionário na Rússia, o exército, a juventude do Komsomol, artistas, intelectuais, educadores, os mais diversos militantes do partido, empenharam-se no desenvolvimento da agitação e propaganda do conteúdo revolucionário e dos caminhos da construção do homem e da mulher nova. Para isso, diferentes foram os instrumentos e técnicas de comunicação e divulgação das ideias revolucionárias. Além do veículo oficial do partido, o jornal impresso “Pravda” e o uso da oratória, outras linguagens também se tornaram instrumento da agiprop, como o cinema, o teatro e as artes plásticas. A arte e a cultura têm grande centralidade na construção de uma estética revolucionária, no anúncio de diferentes formas de constituição da sensibilidade e da sociabilidade humana, para a elevação da consciência da classe trabalhadora. O jornal, como órgão centralizador da política do partido, tinha como finalidade difundir as ideias, educar politicamente a população e conquistar cada vez mais aliados políticos, mas, acima de tudo, ele seria um propagandista coletivo, um agitador coletivo e também um organizador coletivo.

As experiências desenvolvidas na Rússia servem, até hoje, de forte orientação e inspiração para as organizações, tanto para pensar seus processos organizativos, como para o desenvolvimento de sua comunicação. Na América Latina, na configuração das organizações de esquerda, elas acabam por ganhar também novos contornos, a partir da realidade local, dos mais diversos contextos sociais e culturais. Os movimentos de juventude pesquisados destacam que, em seus processos organizativos, há sempre a preocupação com a agitação e a propaganda. Cada movimento produziu seus métodos e formas, de acordo com o conteúdo de suas estratégias e as táticas a serem alcançadas.

É importante perceber que a agiprop pode ser assumida com superficialidade ou profundidade, dependerá do nível de compreensão de sua importância. Para algumas

organizações, ela pode ser vista como o exercício da panfletagem, da divulgação de ideias, ou para a convocação para atos, assembleias, entre outros. Até mesmo em alguns contextos partidários, as organizações de juventude podem ser usadas como agentes tarefeiros dessas ações, como mão de obra disponível. O uso do marketing político passou a ser usado de forma expressiva e indiscriminada, na sensibilização das massas, em seus programas comerciais para fins eleitorais. Muitas dessas organizações políticas da esquerda passaram até mesmo ver a agiprop com pouca importância ou desprezo.

A agiprop, no movimento de massa na atualidade, é uma particularidade bastante juvenil. É possível observar que são as organizações da juventude que tomam a frente dos atos, animam o movimento, instigam as pessoas para a participação. As bandeiras, os corpos pintados, a batucada, os megafones, os cartazes, as performances, fazem parte de uma identidade e estética demarcada juvenil nas lutas de rua. Esse é um ponto de destaque das organizações de juventude, que demonstram seu potencial organizativo, sua importância na agitação, e que convocam as demais organizações, principalmente as formadas majoritariamente por adultos, buscarem diferentes formas de agiprop. É bastante comum que os adultos, representando suas organizações como partidos políticos ou sindicatos, utilizem do recurso do carro de som, como forma de mobilização, em longas falas. Já a juventude fica com a tarefa da animação.

[...] a tarefa da agitação e propaganda é centralmente das organizações de juventude, com uma ideia de que ‘a juventude não tem muito o que fazer, solicita-se a agitação e propaganda’, ‘agitem aí’. Existe um pouco essa avaliação pejorativa, da ideia que a juventude é pra fazer agitação e propaganda (Entrevistado 03 do Levante, p. 16).

Embora a juventude também se utilize do carro de som para produzir suas falas, relatam que entendem que essa é uma forma de comunicação importante com as massas, mas que não pode ser a única ou centralizadora.

[...] na agitação e propaganda, é tu conseguir refletir, pensar e praticar cotidianamente de outras formas. Tu precisas ter outras formas de comunicar, a esquerda ali no caminhão de som na esquina democrática, com cem pessoas não consegue se comunicar. Muitas vezes escrevendo isso em um muro de uma determinada forma, colocando numa faixa em determinado horário e local. Daí precisa ser criativo, mas é isso pensar nessas outras formas de se comunicar (Entrevistado 03 do Levante, p. 17).

No Brasil, os movimentos sociais populares, principalmente os ligados à Via Campesina, em seu interior, mantiveram importantes ações direcionadas a agiprop. Suas grandes marchas, os festivais da reforma agrária, as jornadas socialistas, a identidade visual Sem Terra, as místicas, entre outros, partem da referência do movimento comunista

internacional, somando-se às experiências da América Latina. Este acúmulo está bastante presente em todas as organizações do campo democrático e popular, esse é um ponto importante também nos processos de trabalho de base desenvolvidos. Há um conjunto de instrumentos sistematizados e de práticas consolidadas que passam de geração em geração.

No ponto referente à cultura popular, podemos trazer várias questões, como a construção de eventos nas periferias, com a presença marcante das batalhas de rap, hip-hop e slan, a construção de bandas, grupo de batucadas, participação em escolas de samba das classes populares, a música, a percussão, a construção do ritmo e da autoria musical, das paródias, do aprendizado de um instrumento, na valorização da cultura e da produção cultural local, as artes plásticas, a moralização, o grafite, e a pichação. Todas essas expressões artísticas, e tantas outras expressões culturais que as juventudes desenvolvem, são formas potentes do trabalho de recrutamento, de construção de vínculos e de auto-organização da juventude.

São também uma forma importante de resgate da cultura, e da agitação e propaganda como instrumento de resistência, mas também da construção de uma cultura revolucionária no interior das organizações da juventude, com a proposta do resgate de importantes experiências. Como exemplo, os Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE, nascido em 1961, e o Movimento de Cultura Popular (MCP), que surgiu em 1959. Ambos movimentos tinham em seu propósito desenvolver um projeto nacional de valorização e disseminação da cultura popular, como espaço de resistência, formação e organização da classe trabalhadora.

Pela análise documental e nas entrevistas realizadas, foi possível observar uma infinidade de formas de expressão da agiprop; sem dúvidas, os movimentos de juventude são uma das organizações do campo das lutas sociais que mais desenvolvem essa ferramenta. Possuem um trabalho bastante consolidado e sistematizado. Sua intencionalidade passa pelo recrutamento dos jovens, como processos de vínculos, potencial cultural e artístico, ferramenta de organicidade, comunicação e da batalha das ideias, construção de uma estética revolucionária ou popular.

A entrevistada 02 da UJC destaca que a agitação e propaganda leninista são uma particularidade da sua organização, e com o avanço das pautas da juventude trabalhadora, amplia-se também a preocupação com o trabalho com a cultura popular e revolucionária. A defesa dos símbolos e dos valores comunistas também está no centro de suas formas de comunicação com as massas.

Sobre a dimensão do trabalho com a cultura, a entrevistada 01 da UJC recorda que, na história do PCB, a cultura sempre teve um papel importante, sempre aglutinou um conjunto dos mais diversos artistas. Essa é uma preocupação da juventude do UJC, mas que ainda se encontra

desafiada a ampliar esse canal a partir de uma proposição organizativa sua. Sinaliza que o trabalho de base, a partir da cultura popular e revolucionária, é uma porta inclusive de acesso para o diálogo e aproximação com a juventude trabalhadora ou desempregada.

Dentre as organizações pesquisadas, o Levante é a organização que possui um vasto material sistematizado sobre seu trabalho com a agitação e propaganda, e com a cultura popular no desenvolvimento de um trabalho consolidado que se expressa em seus acampamentos nacionais, no seu trabalho de base, nas periferias, na mística, na presença da cultura periférica. O entrevistado 05 do Levante destaca a importância de pensar a cultura como elementos de conexão com a juventude:

[...] ver a cultura como algo que instiga, que consegue através de outra coisa que não é sempre fala, que por muitas vezes a fala ficar monótona, repetitiva. Fica com discurso muitas vezes vazio de prática, e daí quando tu vais para esse elemento da cultura, tu tá te comunicando de outras formas, mais sensíveis, se abre para outros sentidos (Entrevistado 05 do Levante, p. 17).

A entrevistada 06 do Levante recorda que, em muitos momentos, são vistos como “cirandeiros” ou “igrejeiros” por uma parte da esquerda, que acabava por vulgarizar a dimensão da cultura como um elemento sensível de se pensar a organização das classes populares. “[...] mostramos que a política pode ser ‘cirandeira’ e não é por causa disso que será menos legítima. Porque muita gente deslegitima dizendo que somos cirandeiros” (Entrevistada 06 do Levante, p. 18). Mas ressalta que a própria banda/batucada, que era uma forma de agitação que só o Levante fazia, vem sendo desenvolvida em quase todas as organizações de juventude. Avalia como positivo e como uma dimensão que eles ajudaram a construir. Em uma de suas cartilhas, destacam esta dimensão de sua agitação e propaganda, que além da influência das correntes socialistas, conectaram-se às experiências dos movimentos populares. Afirmam que esta é uma das suas maiores marcas:

A agitação e propaganda é a nossa maior marca: são as armas que escolhemos para dialogar com a sociedade e mostrar os desejos da juventude. Nossa agitação busca traduzir nossas ideias em uma mensagem simples e que atinja muitas pessoas. Já a propaganda é mais profunda: se refere ao processo de espalhar a reflexão sobre a luta de classe para os jovens. Ações de agitação e propaganda estão sempre interligados. Como fazer isso na prática: Com grafite, muralismo, teatro, batucadas, ocupações de ruas e o que mais nossa criatividade permitir (Cartilha Conheça o Levante, p. 06).

A batucada, inspirada na “murga” Argentina, está na identidade do Levante, assim como o momento da mística. Todas essas dimensões do trabalho da agiprop trazem aquilo que, segundo os entrevistados, é um “florescimento” para a luta que, às vezes, é muito “embrutecida”:

A mística é uma herança dos movimentos sociais do campo, resgata a história das lutas sociais que já foram travadas por nós e nossas companheiras e companheiros que já se foram, e está presente em todos os espaços do Levante. Pode ser um poema, uma encenação ou mesmo uma bandeira na parede: a mística se traduz a partir de mensagens subjetivas, que nos tocam e nos fazem compreender o sentido da nossa luta (Cartilha Conheça o Levante, p. 06).

Bogo (2008) afirma que, além de sua compreensão teológica, e da ciência política, a mística pode ser vista em sua dimensão filosófica, como pensar, fazer e sentir, conectada com os aspectos culturais, na unidade de valores sociais, com a estética, com a formação humana, com a aprendizagem, com a dimensão do trabalho socialmente útil. A mística é um caminho utópico, construído no concreto das determinações, como motivação, como caminho a ser seguido, como esperanças renovadas.

Fruto desse acúmulo histórico dos movimentos sociais, o Levante preocupa-se em evidenciar em suas cartilhas, que o trabalho com a juventude exige que as formas de realizar a agirop também se modifiquem, ganhem novos conteúdos, metodologias e didáticas, que dialoguem com a diversidade da identidade juvenil que é muito mais ampla que a camponesa, por exemplo. Os acampamentos nacionais são um exemplo bastante marcante da presença da cultura popular, do uso da música, da dança, da cultura regional, das palavras de ordem, do teatro, das performances, da mística presente em várias formas. Em seu último acampamento reuniu mais de 8 mil jovens de forma auto-organizada em GTs e setoriais. “[...] o acompanhamento ele consegue cumprir esse papel em um curto período de tempo, principalmente para juventude da periferia, de mostrar o papel de cada pessoa, da importância, e a diferença que cada um pode fazer no grupo” (Entrevistada 04 do Levante, p. 07). São momentos de socialização, coletivização, e de vivenciar a agitação e propaganda de forma mais intensa e formativa.

O trabalho com a cultura popular no Levante parte de duas frentes. A primeira está ligada às proposições organizativas, como ferramentas de aproximação e desenvolvimento do trabalho. Por exemplo, nos territórios periféricos, as oficinas de percussão são espaços em que muitos jovens se aproximam do Levante. A segunda está na inserção dos espaços da cultura popular já existentes no território, como a participação das rodas de samba aos domingos, nos eventos de hip-hop, de funk, da batalha de slan. A cultura juvenil é bastante ampla e possibilita uma infinidade de recursos para construção de uma identidade política e de resistência popular.

Para a UJS, a preocupação com a agitação e a propaganda passa pela identidade visual, pela sua bateria, pela sua presença organizada nos atos de ruas, pelo desenvolvimento das agendas dos congressos nacionais das entidades que dirigem, como a UNE e a UBES. Destacam

que ainda precisam caminhar mais na direção de desenvolver pautas mais consolidadas da organização com os elementos culturais. Há uma dedicação grande, por parte da organização, em desenvolver eventos culturais como os das Bienais. “[...] a nossa agenda cultural ela se volta bastante para esse tema quando a gente encaramos as Bienais da UNE e os Festivais Estaduais de Cultura e Arte da UBES” (Entrevistado 05 da UJS, p. 12). Como um dos maiores momentos de aglutinação dos jovens, temos, como exemplo, a realização dos CONUNES da UNE e CONUBES da UBES, onde reúnem mais de 12 mil jovens, de distintas organizações. Estes são espaços importantes para a agitação e propaganda.

Destacam que, durante a pandemia, as redes sociais e as mais diferentes formas de comunicação digital foram essenciais para manterem-se conectados à juventude, como também espaços de agitação e propaganda. O entrevistado afirma que possuem uma particularidade muito própria na sua forma de agitação.

[...] quando você ver uma galera que é bem diferente uma das outras, mas tá toda junta, em uma confusão, fazendo muito barulho, ali tá a UJS. Inclusive nos congressos das entidades estudantis, em muitos momentos isso é utilizado de forma pejorativa contra a gente. Tem gente que diz que a UJS vai para os congressos só para fazer micareta, porque nós somos dessa turma mesmo entendeu (risos). E vai estar no rolê até de madrugada, confusão, gritaria, bagunça. Mas no outro dia vai estar de pé, bem cedo. Podemos estar iguais a uns zumbis, mas nós vamos estar lá, vamos ganhar o congresso com muita política, mas sem abrir mão dessa alegria, dessa energia, dessa confusão, que para nós é marca da juventude, como característica e como identidade nossa (Entrevistado 05 da UJS, p. 12).

A presença da alegria, enquanto marca da juventude, enquanto “a festa da juventude”, deflagra não só uma identidade da organização e da condição juvenil, mas demonstra que a agitação, segundo eles, pode ser combinada com a alegria, e com o fazer político com seriedade e responsabilidade, e com a diversidade da expressão juvenil.

Para o Juntos, a agitação tem sua centralidade na forma como se comunicam no movimento de massa, a unidade em torno das pautas, o destaque das cores amarelo e vermelho, o destaque das bandeiras, faixas e cartazes, além de uma identidade bastante marcante das pautas do feminismo, da negritude e dos LGBTQIA+. A entrevistada 07 do Juntos relata que a centralidade da discussão interna da organização parte da ideia que a agitação tem um caráter amplo, massivo, precisa trazer formas de comunicação que tragam visibilidade para as pautas. Já a propaganda será feita para aqueles que se interessarem em saber um pouco mais, para aqueles que procuram entender mais a fundo a organização e as pautas levantadas. O trabalho com a cultura também tem um lugar de destaque de acompanhar os eventos nos territórios periféricos a partir da atuação de seus militantes.

Na pesquisa realizada, podemos destacar uma diversidade de elementos da construção da agirop, podem ser eles: a) o uso da oratória, em palestras, falas públicas, atos de rua, nos “trancaços”, no uso dos megafones, palavras de ordem; b) publicações impressas como panfletos, jornais, colagem de lambe-lambe, revistas, livros, em todos seus materiais gráficos; c) nas artes plásticas com as pichações, grafiteagem, muralismo, painelismo, nas faixas, nos cartazes, nos “pirulitos”, estêncil; d) nas artes cênicas, no teatros, nas performances, nos escrachos, nas místicas; e) na música, na batucada/banda, nos blocos carnavalescos, nas escolas de samba, batalhas de rap/slan, na poesia, nos sarais, festivais, torneios esportivos, apresentações de rua, em rádios comunitárias; f) na identidade visual, nos bonés, nas bandanas, camisetas, bandeiras, broches, escudos, entre outros; g) nos meios de comunicação de massas, nas mídias digitais, nas redes sociais, nos *podcasts*, nas plataformas de compartilhamento de vídeos, nos mais distintos espaços de audiovisuais. Além, é claro, de momentos mais pontuais, as ocupações. Sobre a identidade visual, existe um apelo grande em relação às simbologias e seus recursos visuais e gráficos. Isso se expressa nas ruas, nas camisetas, nas bandeiras, nas faixas e cartazes, na bateria e na percussão, nas encenações e performances, nas canções e palavras de ordem. Na animação da juventude que carrega a alegria, a efervescência, a dinamicidade, e também a mensagem destacada. As organizações da juventude são, por muitas vezes, a linha de frente dos atos de rua, também são presença marcante nas assembleias gerais, nas greves gerais, nas ações diretas, nas denúncias. Todas as organizações definem a identidade visual como um aspecto importante da agitação e propaganda, como um elemento de identidade, como a celebração de sua existência, como um aspecto visual da sua intencionalidade e da concepção de sociedade que disputa dentro da hegemonia.

Os símbolos, as palavras de ordem, a identidade visual das pautas LGBTQIA+, feministas e antirraciais, estão cada vez mais presentes nos mais diversos espaços de agitação e propaganda. Aparecem, com a presença de seus arco-íris, da sua diversidade de formas de expressão, demarcando sua importância, no combate à intolerância e à violência contra os corpos oprimidos, na defesa do respeito aos direitos humanos, e na valorização de sua existência.

As mídias digitais e as redes sociais das organizações cumprem o duplo papel, de serem meios de agitação e também de propaganda. Há um trabalho bastante intenso de alimentar todas as páginas dos meios digitais, com publicações de textos, análises da conjuntura, vídeos, *cards*, *podcasts*, “memes”, convocatórias. É crescente o número de *digitais influencer* que ocupam as redes como meio de divulgação da batalha das ideias. A atualidade dos meios de comunicação e as novas tecnologias da informação transformaram profundamente nossos cotidianos e

reorganizam as formas de comunicação em sociedade. A juventude é uma das partes geracionais da sociedade que mais se “conecta” com a atualidade dos meios de comunicação virtuais através de seus smartphones. Há um debate bastante necessário sobre a hegemonia dos meios de comunicação, como veículo de difusão de falsas informações, como instrumento centralizar de poder das classes dominantes, entre outros. Mas para o estudo sobre os instrumentos educativos, organizativos da juventude, destacaremos os meios de comunicação como ferramentas importantes na batalha das ideias.

Todas as organizações pesquisadas possuem suas páginas digitais e redes sociais, como forma de comunicação com o seu público e também como ferramenta difusora de seus ideais. Mesmo que estes não sejam os únicos meios de comunicação, eles ganham uma grande importância no último período.

Os desafios que cercam o uso da comunicação digital estão na devida profundidade e qualidade que a propaganda necessita, já que a agitação acaba, por muitas vezes, ocupar uma centralidade nesses espaços, em função de respostas rápidas, pequenos textos, ideias difusas, um número reduzido de caracteres para comunicar com mais “facilidade”. O avanço da tecnologia, na expressão das redes sociais, ocupa um espaço central no cotidiano das pessoas e, principalmente, da juventude. Caminham para um tipo de comunicação que precisa ser rápida, fluida, “panfletária”. A dificuldade de aprofundar os conteúdos da propaganda produzem o uso intensivo da agitação, que encontra limites para o devido aprofundamento da consciência coletiva. Todas estas questões deflagram um tipo de organização política, que emprega diversos anúncios, deflagra a indignação, e se encontra por vezes limitada em dar o próximo passo, o de aprofundar a leitura da realidade, na busca de uma práxis assertiva para a auto-organização, não só dos anseios da juventude, mas na superação de suas mazelas. Qualificar a propaganda é, ao mesmo tempo, qualificar a agitação. Quanto mais as organizações buscam qualificar sua explicação sobre a realidade, explicitam as contradições, sistematizam o conteúdo dos seus processos organizativos, afastam-se do espontaneísmo, do imediatismo e das pautas superficiais.

A cultura e suas mais variadas expressões artísticas, como uma estética revolucionária, passam por combater ideias de que o campo da estética deve ser desvinculado da vida política. O uso de diversas formas artísticas e culturais, além de serem forte instrumento de engajamento, transformam-se em interventores na realidade. Isto porque há a compreensão que somos sujeitos compostos de sensibilidade, de potencialidade criativa, de construção do lúdico, que alimenta nossa formação humana, como força criadora. A cultura é, também, instrumento de

resistência, é a evidência dos fatos, dos costumes cotidianos, é a capacidade de imaginar o *vir-a-ser*.

Mesmo entendendo todos esses desafios que cercam a qualificação da ação da agitação e propaganda, concluímos que as organizações da juventude, juntamente com os movimentos sociais e populares, são as organizações que mais avançam nesse aspecto importante das formas de comunicação com as massas e com a sua base social, na produção de sua estética em interlocução com a cultura popular e revolucionária.

14 AS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DOS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE

Neste capítulo, busca-se compreender a elaboração das experiências educativas dos movimentos de juventude pesquisados, que representam um conjunto de referenciais e experiências de uma visão de mundo e de processos educativos e de aprendizagem. Embora destaques, ao decorrer da escrita desta tese, que a forma e o conteúdo educativo se expressam em todas as suas formulações e intencionalidades organizativas, destacaremos as experiências mais sistematizadas em relação aos debates realizados sobre a educação, a formação humana e a prática educativa vivenciadas.

Durante este estudo, foi possível observar algumas práxis educativas que referendam o fazer pedagógico, no desdobramento da teoria da organização política e na teoria pedagógica de seus movimentos. Sublinhamos as seguintes referências: a pedagogia socialista, a educação popular e a pedagogia do movimento. Ambas são fruto do acúmulo teórico e prático das experiências educativas da classe trabalhadora, são utilizadas como instrumento de elaboração e de proposições das mais diferentes intencionalidades educativas, passando pela auto-organização, pela coletivização, pela ampliação da visão social do mundo, da leitura crítica da realidade, e de uma experiência educativa de ensino e aprendizagem a partir da condição objetiva e subjetiva dos interesses da classe trabalhadora.

A pedagogia socialista, que a partir da Revolução Russa tem seu lugar de destaque de elaboração e execução, desenvolve uma proposta educativa alicerçada, principalmente, nas reflexões de Lenin, Krupskaja, Pistrak, Shulgin e Makarenko, em consonância com o movimento socialista, e no desenvolvimento da NarKomPros (Comissariado da Instrução Pública), com a proposta de escolas experimentais. As principais “escolas experimentais-demonstrativas”, em formato de internatos, foram a Escola Comuna de responsabilidade de Pistrak e Shulgin, e a Colônia Gorki de Makarenko, que se constituíram como espaços importantes para o desenvolvimento de uma concepção educativa que corroborasse com a construção do homem novo e da mulher nova, como caminho da nova moral socialista, e de todos os valores da nova sociedade que vinham sendo gestadas, tornando a escola e a vida em sociedade uma unidade dialética.

A proposta pedagógica desenvolvida apresenta-se empenhada na criação da nova vida social, na capacidade de desenvolver uma formulação pedagógica que possibilita abrir as portas para o desenvolvimento da formação humana de caráter emancipatório. O trabalho, enquanto princípio educativo, tem seu lugar de centralidade. Shulgin (2013) afirma a importância do fundamento da escola única do trabalho:

O trabalho é o fundamento da vida, o fundamento do trabalho educacional, é a melhor maneira de ensiná-los a viver com a atualidade de ensinar, como ele, da melhor maneira, une-se a ela: a fábrica é o melhor e mais sensível registro da atualidade. Assim, fundem-se em uma unidade indivisível de autogestão o trabalho, a atualidade, e assim são puxados, desafiados para a vida pelo caminho do desenvolvimento econômico, que exige uma escola necessária para a classe-construtora, a classe operária, uma escola que cria um lutador e construtor da vida (SHULGIN, 2013, p. 42).

Segundo Marx (2018), o trabalho, enquanto fundamento da vida, é produtor de nossa ontologia, enquanto constituidor de sua natureza social, como um processo dialético entre seres humanos e natureza, mediados pela ação do trabalho. O trabalho, nessa direção, é fundamento da existência humana, produtor das condições materiais objetivas e subjetivas, necessário e indissolúvel à existência dos seres humanos dentro da organização social e na sua relação com a natureza. Portanto, os processos de aprendizagem dependem necessariamente do exercício de formulação, a partir do trabalho necessariamente útil, entendendo como forma de relação em sociedade e como elemento formador de múltipla dimensão humana.

Além da centralidade do trabalho, enquanto princípio educativo e organizador da pedagogia socialista, outras categorias e métodos de trabalho foram desenvolvidos no decorrer das experiências das escolas, como: a coletividade, a auto-organização e autogestão, a atualidade, e a politécnica. As categorias desenvolvidas constituem a totalidade da proposta educativa da pedagogia socialista, e serviram de base para o desenvolvimento de outras pedagogias, como a Pedagogia do Movimento Sem Terra. Trabalharemos mais especificamente as categorias de auto-organização, atualidade e coletividade, por entender que estas são as que mais se evidenciam na forma organizativa dos movimentos de juventude pesquisados.

Os processos vividos pela revolução de outubro exigiram uma profunda organização da classe trabalhadora, sendo que o elemento da auto-organização ganha destaque. Pistrak (2013), ao desenvolver o papel da auto-organização na luta social, aborda a seguinte questão:

[...] é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho de desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto construímos o fundamento da tarefa da autogestão (PISTRAK, 2013, p. 63-64).

A auto-organização é compreendida como instrumento para a formação de sujeitos históricos, coletivos e organizados em determinadas tarefas que, a partir da atualidade, possam organizar a classe em detrimento de suas necessidades. Para tais fins, a “autodireção” é entendida como a participação direta de todo o coletivo de estudantes e educadores nas diversas formas de trabalho produtivo e intelectual da vida escolar, como uma “disciplina” específica de

ensino escolar, a qual tem seu conteúdo e seu método e que devem ser desenvolvidas juntamente com todos.

Entende-se a auto-organização como a totalidade do processo organizador do trabalho socialmente útil, e da divisão social do trabalho, que pressupõe formas organizativas dos sujeitos aos coletivos. O desenvolvimento da auto-organização, segundo Pistrak (2013), está diretamente ligada à capacidade de trabalhar coletivamente, de abraçar cada tarefa de forma organizada e responsável, e ao desenvolvimento da criatividade no cotidiano do trabalho coletivo e da disciplina consciente.

Através de um sistema de cooperação consciente é que se efetiva uma proposta para uma atuação social igualmente consciente e ativa. Segundo o autor, só assim se assumirão como sujeitos do próprio processo educativo, dentro de um espaço próprio de organização, e neste, tornam-se educadores e educandos de sua própria práxis. Para Pistrak (2013), ter habilidade para trabalhar coletivamente significa tanto saber dirigir, quanto obedecer, sempre que necessário. Para isso, é preciso que, na auto-organização, todos ocupem continuamente todas as funções, seja como dirigentes ou dirigidos. As experiências adquiridas no desempenho de diferentes funções e tarefas da auto-organização, em vários organismos, proporcionam um instrumento vivo, construtivo de habilidades e consciência para analisar cada novo desafio.

A categoria de atualidade, segundo Shulgin (2013), parte de um trabalho profundamente conectado com a vida moderna, um trabalho educativo e socialmente útil concebido do ponto de vista social, na base do qual se forja inevitavelmente uma compreensão e uma intervenção consciente nas demandas e necessidades da realidade atual. Pistrak (2013, p. 117-118) corrobora com a seguinte passagem:

[...] a tarefa básica da escola é o estudo da atualidade, o domínio e a penetração nela. Isso não significa que a escola não deva familiarizar-se e estudar o passado coexistente [...] A escola deve formar nas ideias da atualidade; a atualidade deve, como um rio amplo, desembocar de forma organizada. A escola deve penetrar na atualidade e identificar-se com ela.

Conhecer profundamente a realidade atual proporciona que os sujeitos conheçam a essência dos fenômenos sociais de seu momento histórico, reconheçam os processos contraditórios, onde as lutas ganhem densidade coletiva, além de possibilitar e ampliar a consciência.

Makarenko foi outro educador importante no contexto das escolas experimentais do NarKomPros, construiu sua proposta pedagógica, a partir da Colônia Gorki, e da Comuna Dzerjinski. As experiências sob a gestão de Makarenko têm sua centralidade no

desenvolvimento da categoria de coletividade, que se constitui como o instrumento educativo presente em todo processo de sua experiência nos internatos.

A coletividade, como instrumento pedagógico, correspondia à necessidade de construir, para além de aspirações individuais, um processo educativo que tenha no centro a formação de sujeitos coletivos. Para o educador, a escola deveria ser constituída em consonância com os preceitos gerais da educação, juntamente com o trabalho produtivo, o que minimiza a centralidade de uma ideia de educação calcada estritamente na sala de aula. Nessa direção, a pedagogia deveria, assim, assumir-se como “objeto do processo de constituição dialética da coletividade em seus diferentes aspectos - educação, instrução e trabalho produtivo”. E, aos educadores, caberia a função fundamental de “instruir, de educar e de ser educado, junto aos alunos, na vida coletiva autogestionária” (LUEDEMANN, 2002, p. 19).

Em sua proposta, era necessário construir um processo educativo que tivesse o compromisso em construir valores coletivos, como fruto da sociabilidade humana, como caminho de nossa formação omnilateral. Durante seu trabalho, publicou novelas, peças de teatro e livros sobre suas vivências educativas, que servem como base para entender a importância do trabalho desenvolvido nesse período da revolução russa.

A partir de várias inspirações e com a contribuição de diversos sujeitos, forjam-se, no Brasil, os caminhos da Educação Popular. Segundo Paludo (2015), como um fenômeno de traços latino-americanos, com origem no interior das organizações populares, nas correntes libertárias, nos movimentos sociais, comunitários, sindicatos, indigenistas, partidos políticos, e nas mais diversas organizações da classe trabalhadora. Sua importância reside em um acúmulo teórico e metodológico de um projeto de educação de transformação da condição social e políticas da classe explorada, que busca alterar a ordem social e o sistema educacional. Os movimentos de cultura popular, somados às formulações de Paulo Freire e às experiências dos movimentos de alfabetização espalhados pelo país, constituem um acúmulo sistematizado de uma educação para e com o povo, a partir da realidade brasileira.

Principalmente, a partir dos anos 50 e 60, com a intensificação das lutas sociais no país, o “Movimento de Educação Popular” torna-se um esforço coletivo de mobilização, organização e de processo de ensino e aprendizagem das classes populares. Freire e Nogueira (2001) afirmam que esse esforço se pautava na construção do poder, na direção de romper com o poder burguês, para que se pudesse construir um outro modelo de educação e sociedade. Baseada na busca da formação de uma consciência crítica da vida, na superação da consciência ingênua que condiciona a exploração do oprimido pelo opressor, como forma de manutenção da ordem

capitalista, a educação popular é a possibilidade de reconhecer o seu papel no mundo. Segundo Freire (2011, p. 57):

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão compreendendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens e mulheres [grifo meu] em processo de permanente libertação.

Isso implica que educandos e educadores têm papéis assumidamente políticos, na construção de uma proposta político-pedagógica do ensino e da aprendizagem, da sua concepção de sociedade, de seu entendimento da formação humana enquanto sujeito de sua própria história. No centro desta proposta, encontramos a pedagogia como forma de conscientização, da compreensão da realidade e da capacidade organizada da ação das classes populares, no desenvolvimento de uma práxis educativa, cujo ponto de partida é o sujeito e seu contexto social, e tendo como princípio a participação popular, a solidariedade, a autonomia, a criticidade, a dialogicidade, a investigação, a construção de um projeto societário mais justo, mais humano e igualitário.

O acúmulo teórico e prático tornou-se a base para o desenvolvimento de muitas experiências educativas, no âmbito institucional, como propostas para as escolas públicas. Como exemplo, o próprio Paulo Freire foi secretário da educação em São Paulo no governo de Luiza Erundina, e no Rio Grande do Sul com a gestão democrática do governo de Olívio Dutra. Várias foram as tentativas de construir um processo institucional nas escolas públicas de referência nos métodos e metodologias acumulados da educação popular. Mas destacamos as experiências não formais, aquelas que acontecem fora dos muros das escolas, e que continuam tendo seu espaço de destaque na organização popular e em seus processos educativos.

São muitas as referências, destacaremos o espaço que ocupam nas organizações pesquisadas da juventude, como instrumento fecundo de uma proposta educativa, a partir das necessidades reais de auto-organização dos sujeitos juvenis e seus coletivos.

Também enquanto importante instrumento pedagógico da classe trabalhadora, temos a Pedagogia do Movimento Sem Terra, ou a Pedagogia do Movimento, que se forja, no interior da organicidade do Movimento Sem Terra, e no acúmulo da sistematização de sua proposta educativa. Partindo do entendimento que o conjunto de seus militantes possuem também a característica de serem sujeitos pedagógicos, o MST desenvolve, ao longo de sua trajetória, nas lutas pela terra, uma proposta político-pedagógica de formação de seus militantes. Caldart (2011), uma das principais autoras responsáveis pela sistematização da pedagogia do

movimento, afirma que a “Pedagogia do Movimento foi o nome que demos a uma forma de práxis pedagógica que tem origem e referência no Movimento Social dentro ou desde um projeto de transformação da sociedade e do ser humano” (CALDART, 2011, p. 148).

A elaboração da proposta da pedagogia do movimento, segundo Caldart (1996), está referendada em diferentes pedagogias das lutas sociais, mas as contribuições de Paulo Freire e da Pedagogia socialista têm o seu destaque. O instrumento pedagógico é responsável por sustentar experiências educativas do movimento, como o Instituto de Educação Josué de Castro (ITERRA), com seus cursos de educação profissional e escolarização, nas escolas itinerantes dos acampamentos, nas cirandas e também como importante referência para as escolas públicas em territórios da reforma agrária.

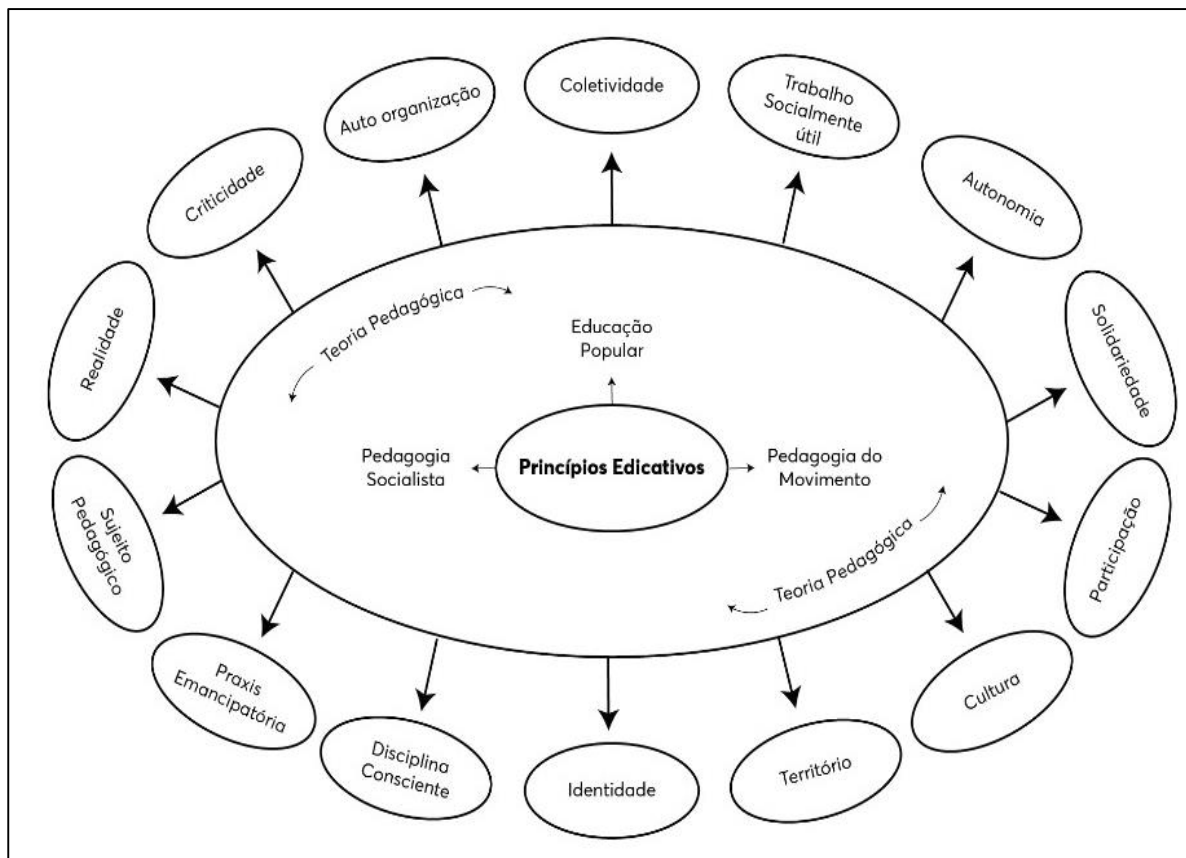
A proposta desenvolvida constitui-se como um todo educativo, que ultrapassa os limites da educação de escolas institucionais, e se propõe como um instrumento amplo para a formação humana de caráter emancipatório. Faz parte de suas referências, uma educação para a transformação social, para o trabalho e a cooperação, de valores humanistas e socialistas, “[...] de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam a justiça social, a radicalidade e os valores humanistas e socialistas” (MST, 1996, p. 6). Fazem parte das bases metodológicas, os temas geradores de Paulo Freire e sua pedagogia do oprimido, o acúmulo da educação popular no Brasil, bem como os complexos de estudo, a auto-organização e o trabalho necessário de Pistrak.

Ambas as propostas pedagógicas destacadas nesse capítulo, embora não ocorram em todas as organizações pesquisadas uma sistematização de suas influências pedagógicas, compreendem-se como um caminho, uma tradição de acúmulo a partir destas fontes, principalmente das referências da educação popular e de outras não citadas. Observa-se a preocupação com formulações e proposições para ações concretas para a organização da juventude, assim a educação ganha um espaço de destaque, com a preocupação com a formação humana, com a ampliação da consciência, com a vivência em espaços distintos aos da educação burguesa, e a possibilidade dos espaços de elaboração e de aprendizagem poderem ser diversos.

Consideramos como a síntese dos princípios educativos partilhados nos processos organizativos dos movimentos de juventude pesquisados: a teoria pedagógica que sustenta suas práxis é fruto de um acúmulo histórico das teorias contra-hegemônicas, que encontram na educação popular, na pedagogia socialista, e na pedagogia do movimento, bases sólidas para o desenvolvimento de um conjunto de categorias para o seu trabalho educativo, que tem como sustentação a construção do senso crítico, como terreno fértil para a construção das transformações sociais no horizonte da emancipação humana.

Como uma forma de ilustração desse entendimento, destacamos a figura abaixo.

Figura 6 - Princípios Educativos



Fonte: Elaborado pela autora, com base no acervo das entrevistas e análise documental.

Também como uma possibilidade de sistematizar a sua matriz educativa, destacamos algumas destas categorias apresentadas na figura acima, como elementos de sua organicidade, do sentido de seus princípios educativos, como: 1) na sua construção da sua *identidade*, de classe, juvenil e militante; 2) da *coletividade*, como o desenvolvimento das capacidades individuais mediadas pela coletivização da vida; 3) no *trabalho socialmente útil*, ao tomar o trabalho humano como o centro da atividade prática humana, na sua capacidade formadora e formuladora, na sua relação entre teoria e prática, no desenvolvimento de suas múltiplas potencialidades; 4) na *autogestão* e *auto-organização*, como forma de ação conjunta, planejada, distribuída, organizada e conectadas entre si; 5) no contexto da *atualidade*, como concepção com o que há de mais avançado na sociedade, na leitura da realidade social, política, econômica e cultural; 6) no respeito à construção da *autonomia* e da liberdade de cada sujeito; 7) na ação da *críticidade*, como capacidade de ler e intervir no mundo de forma consciente; 8) no contexto da *realidade* social, política e de classe, a partir das necessidades objetivas e subjetivas do

trabalho em cada território de ação; 9) na produção da *solidariedade*, como ele de conexão; 10) na produção de uma *participação* política ativa na conjuntura em todas as suas esferas; 11) no exercício da *disciplina consciente*, como processo educativo consciente das responsabilidades individuais e coletivas para fins comuns; 12) na valorização da *cultura* popular e na construção de uma cultura revolucionária; 13) no *território* como espaço educativo; 14) no *sujeito*, enquanto *sujeito pedagógico*, que é ensinado e ensina em um processo coletivo em movimento, que atua de forma intencional como sujeito formador do vir-a-ser ; 15) na *práxis emancipatória*, como ação humana da união da teoria e da prática, na direção da superação da sociedade de classe em todas as suas formas e conteúdo.

Os princípios educativos das organizações da juventude podem ser percebidos na totalidade de sua organicidade, passam por todas as frentes de atuação, organicamente em movimento. Alguns deles destacam-se por uma presença educativa mais elaborada e sistematizada, enquanto momento de estudo, de construção da criticidade, e como importantes espaços de vivências de auto-organização da juventude. Apresentaremos algumas dessas experiências.

Um dos espaços fecundos para o estudo e a reflexão são as escolas nacionais de formação. Cada organização pesquisada possui a sua escola nacional de formação, com aspectos metodológicos próprios. Podem estar organizadas de forma física, como é o caso da Escola Nacional Paulo Freire do Levante, ou virtual, como a Escola Marx do Juntos. Todas elas, incluindo a Escola Nacional de Formação Castro Alves da UJS, a Secretaria Nacional de Formação do UJC, e a Escola Nacional Emerson Pacheco do Levante, são escolas em movimento. Escolas que atuam como instrumento de formação de seus militantes, em formatos de cursos, grupos de trabalho, seminários, eixos temáticos, palestras, eventos nacionais, estaduais e municipais. Todas as escolas possuem o compromisso da elaboração dos mais diversos conteúdos, a serem difundidos entre seus militantes. Com a chegada da pandemia do Covid-19, intensificam-se os processos de formação de forma virtual e modifica-se a estrutura de algumas dessas escolas, que passam a construir um conjunto intensivo de cursos online ou híbridos.

Os temas abordados são os mais variados, passando pela apresentação da organização e de sua intencionalidade, pela introdução ao marxismo, pela apropriação do método dialético, pela teoria da organização política, pelo método de organização, pela formação social brasileira, pelo debate das opressões, pelo contexto neoliberal e imperialista, pelo direito à cidade, pelo mundo do trabalho e da juventude, entre tantas outras temáticas. Há uma centralidade na literatura marxista, embora nem todas as organizações estudem Marx e Engels diretamente em

suas obras. Nas entrevistas, somente a UJC sinalizou que estudam o autor a partir de seus livros. As demais organizações estudam, em sua maioria, os teóricos da tradição marxista, como Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Mao Zedong, Stalin, Gramsci. Existe, por parte de algumas organizações, um certo centralismo teórico, onde se privilegia a leitura de alguns determinados autores em detrimento de outros.

Além dos clássicos do marxismo, as organizações estudam autores latino-americanos. Os entrevistados do Levante mencionam alguns autores, como: Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Marta Harnecker, Ranulfo Peloso. A UJS estuda bastante as contribuições de João Amazonas, além dos autores asiáticos, centrais no debate da Revolução Chinesa. As entrevistadas da UJC destacaram a leitura de autores, como: Mariátegui, Antônio Mazzeo, Ruy Mauro Marini, Álvaro Cunhal, entre outros. A entrevistada 02 da UJC destaca que, nesse último período, a organização passou a se dedicar aos estudos da teoria marxista da dependência, o que, segundo ela, tem contribuído significativamente para pensar a teoria marxista a partir da condição latino-americana, além também de um conjunto de autores africanos e asiáticos. O Juntos vem dedicando-se a estudar temas como: o ecossocialismo, a partir de autores como Michael Lowy; o método marxista, a partir de Pedro Fuentes; também as pautas das opressões, como a condição do racismo estrutural no Brasil, a partir da leitura de Sílvia Almeida, entre outros.

Para além das escolas nacionais, os coletivos de base, os núcleos, as cédulas também são espaços dedicados à prática dos estudos. Faz parte das organicidades desses espaços, os momentos dedicados à reflexão. A temática, por sua vez, na maioria dos casos, parte das necessidades de avanços, de saltos de aprendizagem de seus militantes, a partir de suas próprias realidades. Por esse motivo, as temáticas podem ser diversas, ou podem estar orientadas a partir da agenda de suas escolas ou secretarias nacionais, na direção de construir embasamentos, referências, elementos teóricos e práticos de análise, a partir da autonomia intelectual da juventude. Os espaços de reflexão coletiva instigam que seus militantes “tomem gosto” pelo estudo e possam assim avançar também para processos de estudo mais individuais e autônomos. A entrevistada 06 da UJS coloca que considera os espaços de estudo coletivos como um importante momento da formação, abre uma possibilidade que, em geral, é bastante esvaziada, já que a maioria da classe trabalhadora não possui hábitos de leitura e estudos mais profundos. Em geral, encontra-se imersa no cotidiano de trabalho e com muito pouco tempo para a dedicação aos estudos.

As organizações de juventude também contam com a contribuição de outras importantes escolas de formação. No caso do Levante, com sua participação nas atividades desenvolvidas na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Para a UJS, através da Fundação Maurício

Grabois. E, e para a UJC, através da Fundação Dinarco Reis. Também, enquanto veículo de informação, participação e colaboração de editoras, editoriais e institutos, como a Expressão Popular, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, a Carta Capital, Fundação Perseu Abramo, Brasil de Fato, Editora Anita Garibaldi, Instituto Caio Prado Jr., Editora Boitempo, Esquerda Diário, Revista Movimento, LavraPalavra, Esquerda Online, Marxismo21, entre outros.

Os momentos formativos podem configurar-se como elemento de organicidade, como espaço agregador de um maior número de jovens, como organizador das pautas, momento de reflexão mais apurado e profundo. As organizações cumprem o papel de tornarem-se escolas, nelas está contida a capacidade de construir importantes lutadores sociais.

No âmbito do trabalho desenvolvido nos espaços universitários, a extensão universitária ganha destaque na elaboração de experiências educativas. Projetos como o Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) e o Movimento por uma Universidade Popular (MUP), são espaços importantes para vivência e de elaboração de um projeto de universidade, vinculando as demandas da sociedade, em especial, da classe trabalhadora. O MUP, ferramenta política da UJC, entende-se como um movimento pautado na educação popular. Dentre suas definições, está a defesa de uma universidade pública, com acesso universal, democrático, que articule ensino, pesquisa e extensão em resposta real às demandas da classe trabalhadora. Conforme Manifesto da CONUNE, “[...] o que implicaria na proposição de saídas técnicas, administrativas e pedagógicas que nos levassem na direção de outro modelo de universidade pública” (Manifesto CONUNE, 2021, p. 03).

Na cidade de Porto Alegre, as atividades do MUP estão presentes em ações como nos territórios quilombolas, como relata a entrevistada 01 da UJC:

O MUP possibilita com que a gente faça projetos de extensão, por exemplo, que a gente saia da Universidade. Hoje a gente tem uma atuação no Quilombo dos Machados, a partir dessa ponte que o MUP faz, de estar atuando no quilombo. A gente conseguiu nesse momento da pandemia, algumas pessoas da saúde para estar prestando alguns auxílios, e também no mapeamento para o que especificamente eles precisam, de todo o mapeamento do Quilombo. Mas tem várias outras atividades que estão sendo realizadas, como de reforço escolar, em que a juventude estar inseridas, que se deu através também através do MUP (Entrevistada 01 da UJC, p. 03).

O trabalho da extensão universitária possibilita que o movimento da juventude possa desempenhar um trabalho concreto na direção de ultrapassar os muros das universidades com seu conhecimento científico e técnicas a serviço das comunidades, como também proporciona uma vivência direta, propositiva e educativa na formação de todos os sujeitos envolvidos. Estes elementos também podem ser observados na realização dos EIV's. O Estágio Interdisciplinar

de Vivência⁹⁴ é uma iniciativa do movimento estudantil, em parceria com movimentos sociais vinculados à Via Campesina, em especial ao MST, que sistematiza uma experiência que já acontece há mais de quatro décadas. O EIV foi um importante instrumento de consolidação do Levante no movimento estudantil desde sua criação. O principal objetivo do EIV é o estudo da realidade social, através da extensão universitária, sob uma perspectiva de questionamento e crítica, com o intuito de estimular os estudantes a organizarem-se pela busca da transformação dessa realidade. O entrevistado 03 do Levante fala da importância histórica da construção dos EIV's:

[...] a gente teve um processo de construção do EIV que foi em 2019, que a gente construiu o EIV de novo aqui no Rio Grande do Sul, e foi muito positivo. Foi um momento em que a gente conseguiu fazer com que muitas pessoas entrassem para organização. Tu traz pessoas de outras organizações para o EIV, tinha gente do PCR, do PCB, da UJC e da UJR no caso, é um momento de troca nesse sentido. Essas pessoas que fizeram, e são dessas outras organizações, segue nessas outras organizações, e eu sinto, sei que é bem específico, mas eu sinto que elas mudaram um pouco a própria lógica da militância delas. Ter um pouco mais de contato com o campo, eu sinto que tem algo no nosso campo que ele é quase tem um patrimônio do Brasil. Mais do que simplesmente um campo político, ele é algo muito importante para esquerda brasileira, que ele significa muito. Eu acho que entender isso, e também convencer as pessoas disso, é um pouco parte do papel do EIV (Entrevistado 03 do Levante, p. 11-12).

A vivência em espaços auto-organizados da classe trabalhadora, como é o caso dos acampamentos e assentamentos do MST, são momentos de profundo aprendizado. Acontece a internalização de valores, princípios, métodos e metodologias oriundos dos movimentos sociais, da luta pela terra, mas também pela construção de uma nova ordem social. A oportunidade de viver por alguns dias o cotidiano de um assentamento ou acampamento provoca nos estudantes a reflexão sobre seu papel e compromisso social. Os estágios são momentos de aprendizado prático e de contribuição para os espaços.

Outra importante contribuição dos movimentos de juventude são as propostas de cursinhos pré-vestibulares populares. Das quatro organizações pesquisadas, três delas constroem projetos de cursinhos preparatórios para o ingresso nas universidades. O Levante Popular da Juventude, a partir da rede de cursinhos Podemos+⁹⁵, presente em quinze estados do Brasil, desenvolve uma proposta pedagógica de educação popular e auto-organização dos

⁹⁴A proposta do Estágio de Vivência que tem origem na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) foi premiada pela UNESCO, em 1992, como iniciativa de destaque da juventude Latino-Americana.

⁹⁵Em 2014, o Levante Popular da Juventude criou uma rede de cursinhos populares, o Podemos +, com aulas preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Atualmente, o curso existe em 15 Estados do país, com 55 turmas, em 26 cidades e cerca de 1500 jovens educandos. Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2019/10/01/levante-popular-da-juventude-oferece-aulas-gratuitas-preparatorias-para-o-enem>> . Acesso em: 06 de jun. de 2022.

estudantes como base para sua metodologia. O funcionamento conta com uma Coordenação Político Pedagógica (CPP) coletiva, composta de alunos e professores, um espaço físico adequado, e o exercício do voluntariado dos professores. É formado pelo núcleo político-pedagógico, pelas turmas, os núcleos de base dos educandos e educandas (NBs) e as assembleias.

Com um acúmulo de quase oito anos de experiência, foi possível desenvolver um método de trabalho, metodologias e didáticas alicerçadas, principalmente, a partir da inserção nos territórios periféricos do país e com a participação de jovens trabalhadores. No desenvolvimento de uma prática educadora, o intuito é estimular o pensamento crítico, a auto-organização na intervenção da realidade, além de garantir que os estudantes possam ter acesso a todo conhecimento acumulado e exigido para as provas do ENEM. A entrada na universidade representa, para esses jovens e a sua família, a possibilidade de melhoria das condições materiais de vida.

Como parte do programa do Projeto Popular para a Educação, o cursinho popular do Podemos+ vem acontecendo desde o ano de 2017, no Rio Grande do Sul. Na cidade de Porto Alegre, acontece no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, espaço cedido pela escola, com turmas de mais de trinta alunos. O entrevistado 03 do Levante relata que existe, por parte da organização, já há algum tempo, o exercício de sistematizar as experiências dos cursinhos que acontecem em todo o país, além de aprofundar a prática da educação popular que acontecem nesses espaços.

[...] o cursinho, ele precisa funcionar de uma forma que ele mesmo seja uma ferramenta, que forme sujeitos, que já tenham esse senso crítico, que tenha essa compreensão de que existem tarefas que a gente precisa realizar no Brasil. A metodologia desses cursinhos é muito semelhante à metodologia das escolas do Movimento dos Sem Terra, pegando um exemplo aqui do Rio Grande do Sul, o ITERRA. E ele tem essa tentativa, de fazer com que esses sujeitos, em geral esses jovens de periferia, que eles passam ter essa experiência representativa (Entrevistado 03 do Levante, p. 09).

Essa prática oriunda da educação popular e da pedagogia do movimento tornam esses espaços para além de cursinhos pré-vestibulares, mas a possibilidade de organização da juventude em um movimento educativo como prática libertadora, que estimula a participação, no estudo dos conteúdos a partir da realidade concreta da vida da classe trabalhadora. E, ainda, também possibilitam que os estudantes universitários em formação possam ter um espaço de atuação como extensionistas.

Naquilo que considera a diversificação de sua atuação, a UJS vem se preocupando em pensar numa rede de cursinhos pré-vestibular de caráter popular. A Ocupa, cursinho popular, é

uma experiência online de revisão para as provas do ENEM. Considerado como um “projeto piloto”, a realização dos cursinhos cumpre o papel de “trazer esse avanço da nossa intervenção política, a partir dos vínculos com os territórios, a partir das ações de solidariedade, pela realização dos cursinhos populares” (Entrevistado 05 da UJS, p. 08). Ainda como proposta, o entrevistado destaca que a vontade da organização e a realização de uma rede de cursinhos que funcione de forma híbrida, com uma capacidade de atuação virtual e também presencial. Aborda qual a proposta que almejam desenvolver:

Para nós os cursinhos, é como se ele fosse ser uma referência, que seja educação, cultura, esporte. Essa é a pegada do nosso debate nessa perspectiva de futuro. É como se fosse um centro de referência para a juventude. Que a gente possa inclusive engajar a juventude de outras formas, porque a juventude se mobiliza pelo esporte, a juventude se mobiliza pela cultura, e nós queremos ser essas pontes de contato de forma mais expressiva, a partir desse fio condutor (Entrevistado 05 da UJS, p. 22).

Os cursinhos são espaços potentes de organização e comunicação com a juventude, na luta pela democratização da educação e dos demais direitos sociais. O Juntos, a partir de sua contribuição no Emancipa, movimento nacional de educação popular, caminha na mesma direção. Fundado em 2011, no estado do Rio Grande do Sul, desafia-se na construção de cursinho preparatório para o vestibular e ENEM para jovens e adultos das classes populares. Inspirados pela refundação do Cursinho da Poli⁹⁶, a proposta do Emancipa está alicerçada na organização da população periférica, nos estudantes das escolas públicas, e no engajamento pela democratização do acesso à educação universitária.

Presente em várias cidades do estado, em Porto Alegre, em 2018, o Emancipa conquistou sua sede, com sala de aula para 45 alunos e uma biblioteca com cerca de 2.000 livros. Desenvolve, além do curso preparatório para o ENEM, aulas de preparação para o Ensino Médio, alfabetização e projetos de práticas esportivas, entre outras formações, como a questão racial e o feminismo. Faz parte de sua metodologia incentivar os estudantes dos cursinhos a participarem de ações coletivas e em comunidade. Através de suas coordenações de alunos em consonância com a coordenação geral, possibilita a experiência de trabalhar em grupos, de forma colaborativa, organizando eventos culturais e atuando junto a outros movimentos sociais.

Todas as experiências dos cursinhos pré-vestibulares são fruto de acúmulo histórico do movimento de educação popular, em prol ao acesso universal à educação. São propostas

⁹⁶Fundado em 1987, pelo Grêmio Politécnico, para promover a democratização do acesso à universidade, o cursinho funcionou dentro da própria USP, até 1995. Como uma proposta de educação popular, o cursinho acontece há mais de trinta anos; porém, a partir de 2005, os caminhos da gestão levam por privatizar a experiência.

consolidadas que atuam como exemplo pedagógico da intencionalidade educativa transformadora desses espaços. A educação é vista como instrumento possível para a elevação da qualidade de vida da classe trabalhadora e como espaço concreto de ampliação da visão social de mundo.

São importantes momentos de aprendizagem, os eventos como congressos, acampamentos, jornadas de formação, as greves e as ocupações. Todos eles estão alicerçados por princípios como de autogestão e auto-organização, coletividade, participação direta, disciplina consciente, cultura militante e capacidade de se entender como sujeito pedagógico, aprendiz de outras formas de sociabilidade. São formas de vivenciar as divisões das tarefas, da realização dos espaços culturais, da organização da alimentação, da infraestrutura, da ornamentação, da mobilização, da arrecadação de recursos para financiar o encontro, do deslocamento, etc. Toda essa dinâmica constitui-se em uma forma de inserir os jovens coletivamente em experiências bastante marcantes na sua formação.

Nos aspectos que cercam o referencial teórico adotado pelas organizações pesquisadas, é possível perceber que todas elas partem de uma tradição marxista na América Latina, em níveis e leituras distintas. O que existe na maioria das organizações são importantes debates, mas que carecem de uma abordagem teórica densa e aprofundada de formulações, que carreguem consigo o compromisso com a leitura da realidade, a partir de um debate atualizado e em movimento que “adote a tradição marxista no que se refere à perspectiva de classe e de projeto social e, de outro, renove, integrando com grande densidade o processo às pautas culturais” (PALUDO; SANTOS; TADDEI, 2016, p. 567).

As experiências educativas realizadas pelos movimentos de juventude representam um instrumento de organicidade, na apropriação dos pressupostos da educação popular. Tornam esta uma ferramenta de ação para criar as condições necessárias para que a classe trabalhadora se aproprie da teoria revolucionária e da extensão popular. Entendendo, assim, a educação como condição para a formação de sujeitos integrais na sua vocação ontológica e histórica de um constante “vir-a-ser”, onde suas necessidades jamais se concluirão. Além de um espaço de acolhimento, resultantes da própria experiência de participação, fruto das rodas de discussões, da possibilidade da partilha em momentos coletivos, do ouvir o relato ou a história de vida do outro, da preparação para a participação de um ato, da luta por direitos, entre outras tantas atividades.

Os resultados da participação direta em espaços educativos, os mais distintos, modificam valores, decompõem falsos moralismos, produzem o conflito, amplificam contradição como um movimento permanente, abrem espaço para a valorização das

experiências de vida das classes populares, da cultura popular, do reconhecimento da identidade de classe, na luta contra as opressões, na solidariedade, no pensar coletivamente que modifica posturas individuais, abre passagem pelo apreço aos estudos, em um movimento de entender mais profundamente o conhecimento historicamente acumulado, na apreciação da arte e da cultura como instrumento de resistência popular. A formação, nesse sentido, caracteriza-se também como uma forma de ação embasada, onde a teoria e a prática caminham juntas, onde o conteúdo dá base para a forma, e vice-versa.

15 A ATUALIDADE DA OFENSIVA NEOLIBERAL, A VIDA NAS CIDADES E OS DESAFIOS PARA OS MOVIMENTOS DA JUVENTUDE

Entender a condição, na atualidade da ofensiva neoliberal, do movimento da luta dos contrários e dos desafios que cercam as organizações da juventude nas cidades, passa por compreender o lugar da América Latina no capitalismo altamente globalizado e parcializado, seus processos históricos, sua formação social e sua construção política. Os estudos que buscam entender a formação social, econômica e política latino-americana são diversos; porém, o nosso interesse é situar o debate sobre as múltiplas relações que cercam essa formação, a partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Compreendendo-a, assim, como uma teoria rigorosa, na perspectiva da crítica da economia política, como fruto de uma análise marxista da realidade, a partir de um pensamento próprio latino-americano.

A América Latina, que facilmente é considerada como subdesenvolvida, dependente da economia externa e de um capitalismo atrasado, tem esse entendimento justificado, em características de suas desigualdades extremas, por exemplo, na ausência de soberania nacional, na qual necessita de um projeto de desenvolvimento interno, de reformas estruturais, que rompam com a dependência e criem processos baseados na construção de uma indústria autônoma e com a forte presença do Estado em políticas sociais. Numa análise em que entende a relação de uma dependência externa, como um impeditivo do desenvolvimento interno.

Considerando os processos de exploração como elemento de nossa dependência, faz-se necessário entendê-la também na especificidade das suas leis tendenciais, como é o caso da superexploração, na transferência de valor, na diferenciação de sua formação socioeconômica, em um contexto mundial e integrado em seu sistema de produção. A TMD avança no entendimento de que a formação social latino-americana está marcada historicamente pela ocupação colonial, pela violência, pelo extermínio dos povos originários, e pelo modo de produção colonial escravista, pela alta concentração da propriedade privada, em uma dependência particular aos interesses do imperialismo, enquanto territórios anexos ao centro de exportação de capitais, através da superexploração, principalmente da terra e do trabalho. Segundo Traspadini (2016), as bases dessa exploração estão sustentadas em “uma riqueza originária que serviu ao fim mercantil da acumulação primitiva - baseada no saqueio, na espoliação - e, não menos importante, na implementação interna de novos processos produtivos ancorados na abundância de terra e de trabalho” (TRASPADINI, 2016, p. 120).

A construção de um capitalismo dependente na América Latina foi estruturada a partir da transferência de valor para as economias centrais, pela superexploração da força de trabalho

e das riquezas naturais, e no desenvolvimento de mercadorias destinadas aos interesses da exportação das elites econômicas. Em um desequilíbrio da industrialização, com trocas desiguais, que fortaleceu a continuidade da especialização em produção de matérias-primas, o que resultou em um ciclo dependente associado e integrado também à burguesia nacional, aos interesses imperialistas, demonstrando que as forças imperialistas não eram somente externas, mas encontravam-se nas estruturas locais. Em uma relação que:

Existem economias que se apropriam de valor/de riqueza produzida por outras economias, em relação sob as quais as últimas encontram-se submetidas às primeiras através das transferências de valor como relação de subordinação no mercado mundial. Nessa relação antagônica, o que para umas é apropriação, para as demais é transferência/perda de valor ou riqueza. Eis o significado da categoria transferência de valor como intercâmbio desigual (LUCI, 2018, p. 84).

As marcas do processo de constituição de nosso tecido social têm em sua base a superexploração da força de trabalho e da transferência de valor/riqueza como fundamento dessa totalidade integrada e dependente de capitais. Ou seja, as formas dessa superexploração estão contidas no baixíssimo valor do pagamento da força de trabalho e no elevado prolongamento da jornada de trabalho, dentro dos marcos formais vigentes. Também são marcas de nossa formação social, uma classe dominante de caráter dominada, altamente subserviente aos interesses imperialistas, e uma estrutura produtiva afastada das necessidades das massas. Sobre os territórios latino-americanos, se agudiza profundamente o “exército de reserva”, onde uma parcela da classe trabalhadora não possui assalariamento, um posto fixo de trabalho, e encontra-se imersa em uma realidade de desemprego estrutural (MARINI, 2005).

Para o estudo desenvolvido nessa tese, nos parece necessário entender essas leis estruturais apresentadas pela TMD, juntamente com o avanço da formação das cidades e o papel que as mesmas ocupam na sociabilidade da juventude no contexto da ofensiva neoliberalista. Castells (1983) ressalta que o avanço das forças produtivas da indústria torna-se bastante responsável por uma maior ocupação das cidades, que acabam por crescer significativamente, e junto com elas crescem as suas demandas para a vida social. Precisamos compreender mais profundamente os condicionantes que constituem a organização das cidades em um processo de totalidade do globo. O autor demonstra que as cidades vivenciam uma relação de dependência e subordinação, em detrimento do avanço do capitalismo, das necessidades do imperialismo, e de suas formas de sociabilidade e relações culturais. Principalmente, a relação de dependência e a subordinação que as cidades latino-americanas estão submetidas.

Uma sociedade é dependente, quando a articulação de sua estrutura social, a nível econômico, político e ideológico, exprime relações assimétricas com outra formação social que ocupa, frente a primeira, uma situação de poder. Por situação de poder, entendemos o fato de que a organização das relações de classe na sociedade dependente exprime a forma de supremacia social adotada pela classe no poder na sociedade dominante (CASTELLS, 1983, p. 59).

Trata-se, portanto, de uma relação de “subdesenvolvimento” de alguns territórios, em detrimento de um “desenvolvimento” de outros. O processo de urbanização torna-se, portanto, sua expressão, sua formação econômica, política, social, determinado pelas relações de dependência e subordinação às grandes metrópoles, território das grandes capitais, de concentração de riquezas.

Neste processo de dependência, Santos (2013) aponta para o processo de intensificação dos interesses da urbanização brasileira, principalmente a partir do século XX, com o que o autor denomina como uma relação de uma “urbanização corporativa”, “isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, em detrimento dos gastos sociais” (SANTOS, 2013, p. 105).

É na metade do século XX, a partir da Ditadura Civil Militar Brasileira, e com um conjunto de ações na direção da “modernização” do país, que uma nova ordem econômica mundial aprofunda seus interesses na economia nacional, o neoliberalismo. A partir daí se fortalecem as grandes empresas internacionais capitalistas e, por consequência, o mercado interno vai perdendo seu espaço. Cresce o pequeno número de empresas internacionais, em uma posição dominante no mercado, exercendo cada vez mais seu papel de controle sob o território, por via também de um controle da produção e do consumo da população, revelando cada vez mais um padrão de dominação externa e interna imperialista, e de um capitalismo altamente globalizante.

As profundas crises estruturais do sistema capitalista provocam, a partir da década de 1970, um novo modelo de engenharia de sua dominação, que intensifica a ofensiva do neoliberalismo. A reestruturação global, sob o comando hegemônico do mundo financeiro, garante a expansão do capital fictício, resultado do capital produtivo e o bancário, ampliando a exploração do trabalho, na flexibilização dos trabalhadores e de seus salários, de seus direitos trabalhistas, na ideia do trabalho polivalente, multifacetado, empreendedor e altamente competitivo. Inaugura-se uma nova fase da dominação capitalista e da vida da classe trabalhadora, que se encontra com o trabalho precarizado, terceirizações sem precedentes, desemprego estrutural, com alta rotatividade, de menor qualificação e de piores remunerações.

“Um novo precariado desponta nos trabalhos de *call-center*, telemarketing, hipermercados, hotéis, restaurantes, *fast-food* etc” (ANTUNES, 2018, p. 266).

No Brasil, o neoliberalismo teve seu efeito retardado em relação ao restante da América Latina, com as lutas sociais dos anos 80. Neste período, se fortalecem os movimentos sociais populares, as frentes sindicais, e desenha-se a constituição de 88. Segundo Katz, a implementação do neoliberalismo na América Latina pode ser dividida em duas fases:

No plano econômico, o neoliberalismo latino-americano atravessou duas etapas diferenciadas. Nos anos de 1980, prevaleceram as ‘as reformas de primeira geração’ com prioridade de ajuste anti-inflacionário. No decênio seguinte, predominou-se o ‘Consenso de Washington’ com transformações complementares de abertura econômica, privatizações e flexibilizações do trabalho (KATZ, 2016, p. 82).

Espalham-se por todos os debates os ideais do neoliberalismo, incentivando o tratamento da economia de forma mecânica e distanciada da base material. Ambas as fases do neoliberalismo na América Latina degradam a renda da população, aumentando o nível de empobrecimento, provocando a desintegração da indústria, gerada, principalmente, pela intensificação da importação de *commodities*. Acentua-se a vulnerabilidade da economia, a expressão da inflação e a dependência da economia flutuante internacional.

No começo do novo século, irrompeu a crise do neoliberalismo latino-americano. Os desequilíbrios gerados por esse modelo espalharam-se por toda a região, justamente com a primazia crescente dos setores exportadores em detrimento do desemprego interno. Aumentou a heterogeneidade estrutural da economia e concentraram-se as atividades mais rentáveis em punhado de empresas. A capacidade do estado para priorizar as decisões de investimento ficou muito debilitada (KATZ, 2016, p. 84).

É necessário, portanto, colocar em jogo uma política de moderação e adequação à ordem, em uma política de aliança com os mais amplos setores de classe. Em 2002, com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), inicia-se, no Brasil, uma nova fase da política e da economia. Antunes (2018) atenta que a vitória da esquerda no poder já não se apresentava mais como um partido representativo da classe operária, assalariada e de trabalhadores rurais. O partido havia se transformado em um defensor de um programa policlassista, “quando o transformismo já havia metamorfoseado e convertido o Partido dos Trabalhadores em um partido da ordem” (ANTUNES, 2018, p. 221).

Em um primeiro momento, a política foi de dar continuidade ao modelo neoliberal, preservando a hegemonia dos capitais financeiros, retiradas das determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o segundo mandato, há alterações importantes sob a

variante do social-liberalismo (ANTUNES, 2018) ou como também é denominado, neodesenvolvimentismo (KATZ, 2016).

Tal medida implementou as políticas sociais assistencialistas, como Bolsa Família, e programas sociais de diversas ordens focados na pobreza, sendo incapaz de tocar no lucro dos grandes capitais.

O programa neodesenvolvimentista propõe a necessidade da intensificação estatal para emergir o subdesenvolvimento, “destacando que não há mercados fortes, mas Estados fortes” (KATZ, 2016, p. 160). Porém, a presença do Estado não deveria reduzir a eficiência do privado. A importância da retomada da industrialização para a garantia de emprego, com alto grau de tecnologia, para garantir também a maior abertura de exportação no modelo agroexportador.

No novo cenário, os neodesenvolvimentistas preveem processos de crescimento em coalizão com o agronegócio. O velho conflito com a oligarquia exportadora foi diluído e os antigos adversários são convocados a forjar um bloco comum. A conversão dos produtores agrícola em novos empresários recriou a solidariedade capitalista entre os endinheirados do campo e da cidade. A tradicional contraposição entre o liberalismo agrário e o protecionismo urbano diminuiu, e o neodesenvolvimentismo visualiza a agro exportação como um potencial fornecedor de divisas para a reindustrialização (KATZ, 2016, p. 162).

Ainda:

Desse modo, seu governo fechou as duas pontas da tragédia social no Brasil: remunerou de forma exemplar as diversas frações do capital (em especial o financeiro, mas também o industrial e aquele vinculado ao agronegócio) e, no extremo oposto da pirâmide social, em que encontramos os setores mais ‘desorganizados’ e ‘empobrecidos’ da população brasileira – que depende do Estado para sobreviver – implementou uma política social assistencialista, associada a uma pequena valorização do salário mínimo. É decisivo acrescentar, contudo, que tais medidas não confrontaram nenhum dos pilares estruturantes da desigualdade social brasileira, na qual a riqueza também continuou se implementando significativamente (ANTUNES, 2018, p. 223).

O fenômeno de governos social-liberais ou neodesenvolvimentistas não é característica isolada da conjuntura brasileira, mas também se expressou em países como Argentina, Chile, Uruguai e México. A aliança com os grandes capitais acabou por corroer por dentro a tentativa de governos progressistas, provocando o agravamento da crise econômica, social, política e institucional, exigindo da burguesia brasileira a retomada do projeto neoliberal em seu sentido “puro”, na direção de seus interesses, como aponta Antunes (2018). Para isso, não é mais necessário um governo de conciliação de classes, ou neodesenvolvimentista. “Vale recordar que a dominação burguesa no Brasil sempre se revezou entre a conciliação pelo alto e o golpe, seja ele militar, civil ou parlamentar” (ANTUNES, 2018, p. 261).

A chegada da crise desmoronou o sonho do projeto de conciliação de classe, dando espaço para retomada da ofensiva neoliberal, com o projeto de intensificação da concentração de riqueza, da transferência de valor, da propriedade da terra, e da superexploração do trabalho, no avanço dos lucros e dos capitais, intensificação da privatização, desregulamentação dos direitos sociais e do trabalho, aumento do desemprego, da exploração das riquezas e do empobrecimento da população.

E, aos poucos, consecutivamente, o mito do *Lulismo*, e de um possível rumo para a economia de primeiro mundo foram ruindo. O que se sucede é um conjunto de manifestações por todo o país, demonstrando a fragilidade e o nível de dependência econômica e social que nos mantém imersos. Diversos setores de classe ocupam as ruas nas Jornadas de 2013, ultrapassando a marca de 200 mil pessoas. Neste momento, a burguesia oportuniza-se dos movimentos de massa para propagandear um discurso de *antipetismo* e *antiesquerda*. Passa a ser crescente a adesão do pensamento conservador, grupo pró-família, pró-fascista, de ascensão das igrejas evangélicas fundamentalistas. Este cenário deflagrou um golpe parlamentar na presidente eleita, pautado em uma legislação de exceção, amparado por diversos setores da burguesia nacional e internacional. Assim, abrindo espaço para o então vice-presidente Temer, considerado a alternativa ideal das frações burguesas e com grande apoio das corporações midiáticas.

O golpe contra a então presidente Dilma, em 2016, representa uma “saída pelo alto”, onde não há mais espaço para tentativas de conciliação entre capital e trabalho, como medida também para conter a crise econômica interna e externa, que exige dos países dependentes a retomada mais intensa da transferência de valor. Para isso, privatizações, retirada de direitos sociais e rebaixamento dos direitos trabalhistas, são necessários para preservar os interesses dominantes, na direção da intensificação da superexploração da economia e da força de trabalho, em uma fase muito mais agressiva do neoliberalismo no Brasil.

Posteriormente, há a eleição de um representante que, além de aliar-se com a burguesia nacional, dá continuidade ao processo, mas também retoma ampla relação de submissão ao imperialismo ianque. As eleições de Jair Bolsonaro, em 2018, com traços claros de autoritarismo, conservadorismo e obscurantismo, intensificam os ajustes neoliberais em seus processos de superexploração e subordinação ao capital financeiro. Intensifica-se a garantia do superávit primário em elevadas taxas de juros, à custa dos direitos sociais. A alta nos preços, como dos alimentos e combustível, é o reflexo de uma política desastrosa para a classe trabalhadora. Dados do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15), registram a variação dos preços, em abril de 2022, onde a marca chegou a 1,73%, como a maior

alteração da inflação, deste os últimos 27 anos. Todos esses efeitos se desdobram no aumento das nossas contradições e da precariedade da vida, principalmente nas cidades.

A atualidade da ofensiva neoliberal agudiza a precariedade do modo de vida nas cidades, revela a estrutura de nossos problemas sociais, da privação intensa da classe trabalhadora, que vem perdendo cotidianamente seus direitos conquistados. Criam-se extraordinárias riquezas, cada vez mais concentrada na mão de poucos, o que aparece como não sendo contraditório, o aumento da pobreza, da fome e das desigualdades sociais. Todas estas transformações na economia geraram enormes mudanças nas cidades e na vida social, o que Santos (2013) chamou de uma urbanização corporativa, na qual as cidades, o mercado, as relações sociais e o próprio papel do Estado estão a serviço do desenvolvimento desta forma de economia dependente.

Para entendermos como na atualidade se configura o processo de urbanização, temos que entender a vida nas cidades, principalmente com a ofensiva do pensamento neoliberal, que, a partir dos anos 1980, intensifica o processo de globalização da economia capitalista. O neoliberalismo estabelece um planejamento competitivo, que se pretende flexível e amigável, principalmente à economia norte-americana.

A noção de flexibilização da economia e das relações sociais remete à ideia de eficiência empresarial, supondo uma forma de gestão capaz de aproveitar as oportunidades mais rapidamente que os demais concorrentes. Vainer (2016) demonstra que as cidades têm cumprido o papel de cidades/empresas, sua função social estará determinada por pressupostos empresarial de qualidade total. O mesmo autor refere que, alicerçada a uma noção de flexibilização e competitividade da economia, outra análise entra em questão, a quebra do paradigma do processo de urbanização moderno para o pós-moderno, que projeta para o tecido social a intensificação da individualização e da vida em pequenos “guetos”.

Em contraposição às certezas que amparavam as concepções e proposições dos urbanistas modernos, Ascher, na esteira de muitos outros, vai propor que a pós-modernidade, caracterizada pela incerteza e pela multiplicação/fragmentação de atores sociais e interesses, teria vindo corroer as bases do que antes inquestionável ‘interesse comum’, e a plataforma de onde falavam seus pretensos porta-vozes, se prefere, seus profetas: os planejadores racionalistas (VAINER, 2016, p. 27).

O avanço do pensamento pós-moderno acaba por interiorizar e legitimar a multiplicidade de interesses individuais, em detrimento aos “interesses comuns”. A razão dá lugar à negociação, e a norma geral se apagaria em benefício dos acordos caso a caso. E, ainda, torna os interesses públicos dependentes dos atores privados, cada caso de maneira específica e com uma falsa ideia de particularidade. As cidades passam a voltar-se cada vez mais para os interesses privados, sua projeção, planejamento, mobilidade, arquitetura, infraestrutura, e

propriamente seus espaços públicos, acompanham os interesses privados e particulares de corporações, empresas, empresários de sucesso, sempre com uma roupagem de movimentos espontâneos da competitividade e da ideia da meritocracia.

Submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade deve funcionar como uma verdadeira empresa, e como tal, deve ser conduzida. Por conseguinte, e coerentemente, há que entregá-la, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócio: os empresários capitalistas. Ao fim dos inúmeros eventos para a difusão de suas diretrizes, o Banco Mundial deixava clara a nova mensagem 'o setor privado deve assumir a direção das estratégias econômicas locais' (VAINER, 2016, p. 28).

As cidades, nesta perspectiva, são lugares de negócios dos interesses privados, de uma ideia de produtividade e empreendedorismo. É a negação das cidades como bem comum. Aqui não estão em jogo os interesses comuns, nem a possibilidade de as cidades constituírem-se enquanto um espaço público, democrático, de acesso a uma formação social mais coletivizada de uma determinada população. A ideia de um Estado cada vez mais ausente de suas políticas públicas dá passagem para a legitimação dos recursos públicos e de seus espaços de bem comum para interesses privados.

É na correlação de força, na luta de classe, que os direitos individuais entram em disputa com os direitos coletivos. Podemos perceber esse movimento, quando dentro de um sistema tradicionalmente conservador, emergem com força a luta pelos direitos humanos, tomando forma de lutas mais coletivizadas da sociedade. É a partir deste ponto que debateremos o direito à cidade. Segundo Harvey (2013), os movimentos sociais na atualidade começam a reivindicar cada vez mais esse direito.

A questão de que tipo de cidade queremos, não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2013, p. 42).

A atualidade do debate sobre a questão urbana nos remete a pensar que tipo de cidade queremos, quais serão as formas de ser e agir nos espaços urbanos. Harvey (2013), quando aponta a profundidade do que significa a luta pelo direito à cidade, questiona que tipo de relações humanas necessariamente precisa-se construir. Neste ponto, destacamos também as organizações da juventude, como movimentos que reivindicam o direito ao público, à coletividade.

Segundo Harvey (2013, p. 32), “o direito à cidade não pode ser concedido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedade social”. As cidades necessitam incluir as diferenças de todas as ordens, precisamos expandir as esferas da liberdade, do acesso e dos direitos. Para isso, o direito às mudanças não é de forma alguma abstração, mas a materialização das rupturas e da construção de novos caminhos.

Os jovens, que hoje exigem o direito às cidades, encontram-se com a realidade de uma vida precarizada, de informalidade, de péssimas moradias, de serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência, com seus direitos de ir e vir comprometidos e espaços urbanos segregados, com o aumento do desemprego e do trabalho informal, com a precarização da educação, a redução da idade penal, a ausência de políticas públicas voltadas à cultura, o aumento da violência etc. Tudo isso, com um profundo estreitamento das margens de expectativa para o futuro da vida dos jovens. As organizações pesquisadas sinalizam que esse conjunto de condições de precariedade da vida nas cidades dificulta também os processos de auto-organização da juventude, que se encontra no limite de garantir cotidianamente sua sobrevivência.

E é a partir destas questões que envolvem os rumos das cidades, do mundo do trabalho, das relações humanas, que adentramos na especificidade do papel da juventude enquanto atores sociais importantes na luta pelo direito ao comum, ao público, ao direito à cidade, e na construção de novas relações sociais de caráter mais transformador de sua realidade objetiva. A juventude sente a cada dia mais a dificuldade em acessar o que é público e sua riqueza, produto do seu próprio trabalho. Dividindo a vida nas cidades, cada vez mais, daqueles que podem consumir a cidade, dos que não podem, condenando estes à exclusão urbana.

A questão urbana, na atualidade, expressa, por sua vez, todo o jogo político em disputa, por mais que a hegemonia do capitalismo busque suas estratégias para vencer suas próprias crises, os processos contra-hegemônicos pulsam no interior das relações nas cidades, forjando um contingente de lutadores, assim como uma parcela da juventude, que reivindica um novo modelo societário, o direito à cidade como bem público e universal.

Como se analisou, nas últimas décadas, o movimento orientado pelo capital, que reorganizou o mundo do trabalho, aprofundou significativamente a mercantilização das cidades. Apropriou-se do patrimônio e da poupança pública, desempregou e remanejou a cadeia produtiva e não impediu a crise de seus próprios paradigmas. A população sofre com a aceleração das mudanças tecnológicas, fundamentalmente pela rápida urbanização e pela favelização das periferias das grandes metrópoles (BOGO, 2001). Nossa formação social está

marcada por um contingente enorme da população que vive nas periferias, em grandes favelas e subúrbios, num país produtor de grandes riquezas, que convive ao mesmo tempo com a extrema pobreza, com a precariedade das condições básicas de vida, com longas jornadas de trabalho, e também em longos trajetos de transporte público nos centros urbanos.

A população mais afetada com estes desmontes não tem outra saída a não ser brigar pelo seu direito de existir com dignidade. É justamente a juventude que, neste momento, é um dos segmentos sociais que mais sofre com a destruição dos espaços públicos. As organizações da juventude se somam ao conjunto de movimentos sociais, partidos políticos e setores progressistas na formulação de uma intencionalidade política, que buscam saídas para a elevação da qualidade de vida da classe trabalhadora nas cidades.

Vivemos em um momento em que o capital é altamente destrutivo, do trabalho, da natureza, do campo e da cidade, das relações humanas, enfim, da humanidade. O debate do direito à cidade é parte e totalidade do tipo de civilização que temos, e de qual, inevitavelmente, precisamos construir. Os desafios que cercam essa construção passam por entender a profunda crise econômica e política que vivemos, e propor uma alternativa a médio e longo prazo para a auto-organização da classe trabalhadora, a fim de propor tensionamentos e horizontes de superação de tal precarização da condição de vida. Entendemos que as organizações de juventude, como parte do campo político que atuam, encontram-se no movimento de aprofundar sua análise sobre a condição juvenil na atualidade da ofensiva neoliberal, como também o de buscar caminhos para radicalizar a sua práxis, como um passo necessário de sua existência e importância histórica⁹⁷.

⁹⁷A juventude do campo, considerando-se o espaço rural, que compreende o campo, as águas e as florestas, também possui o desafio de retomar esses espaços. O agronegócio é o neoliberalismo no campo, seus efeitos são igualmente perversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

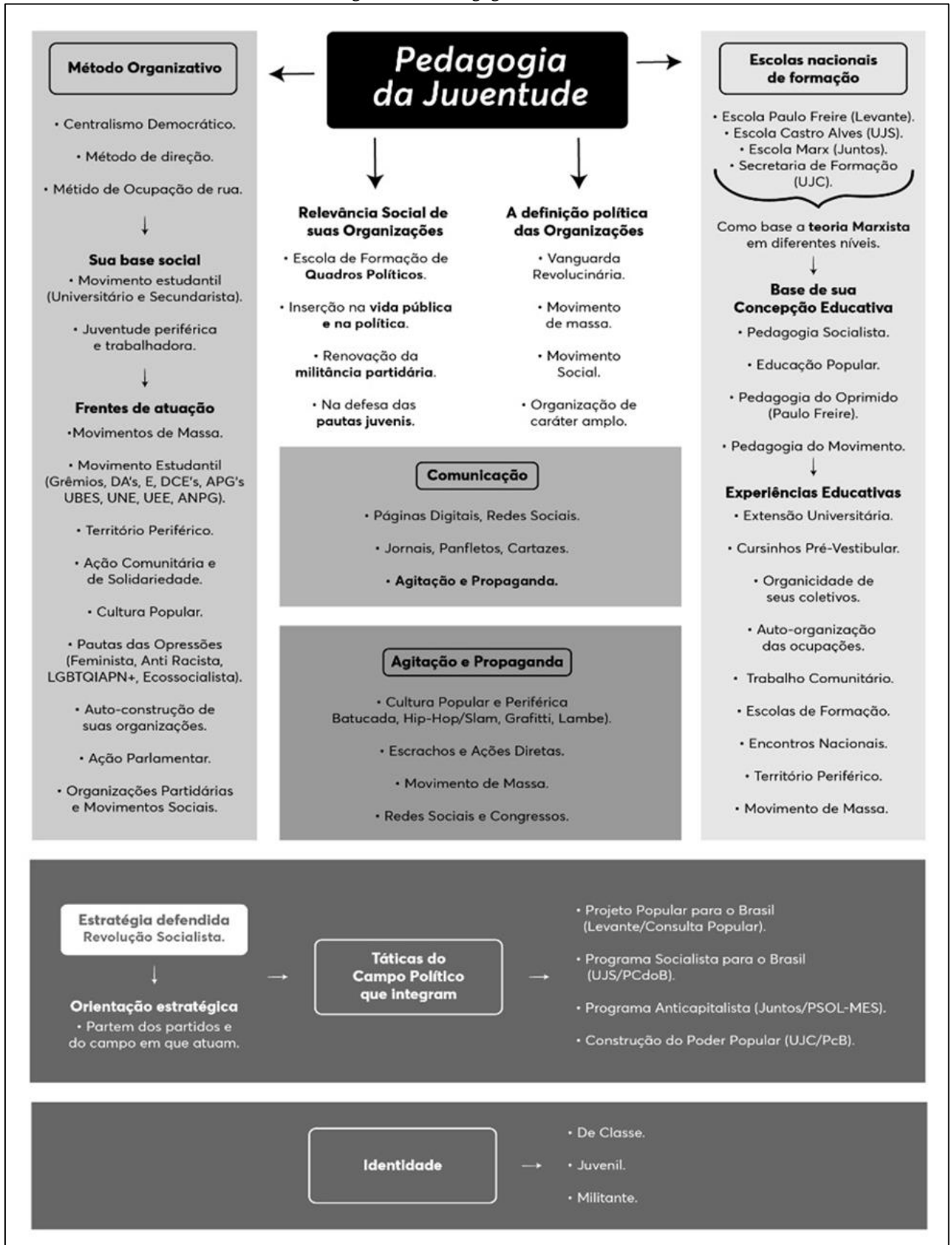
Chegamos ao final desse trabalho de pesquisa, entendendo que a juventude é protagonista e não somente reproduz pautas e ações difusas ou efêmeras, desarticuladas do conjunto do que se constrói na atualidade, no âmbito das lutas sociais. **Nossa hipótese de pesquisa se confirma**, entendendo que as organizações de juventude pesquisadas se constituem como um espaço importante do potencial da renovação política, como também fazem parte de uma tradição histórica das lutas sociais no desenvolver da sua ação, enquanto sujeitos políticos e pedagógicos.

Neste movimento, entendemos que a questão de pesquisa proposta por esse trabalho de tese confirmou-se como o caminho para entender as organizações da juventude, como produtoras de processos altamente educativos no desenvolver de sua organicidade. Chega-se à conclusão que a *pedagogia da juventude* revelada, nesse trabalho de pesquisa, representa o conjunto dessa intencionalidade expressada na forma e no conteúdo organizativo e educativo. Destacamos que essa pedagogia se constrói no concreto, no movimento real de sua práxis, como um projeto educativo contra-hegemônico e crítico, de uma ampla dimensão da formação humana, na qual sua formulação/construção está submetida às necessidades de seu tempo histórico, da sua conjuntura, e dos níveis da correlação de força, e em sua relação com a estratégia e as táticas adotadas.

Para melhor entender esses aspectos, traremos alguns destaques importantes sobre a forma e conteúdo evidenciados no processo investigativo das organizações pesquisadas, expressados no decorrer do trabalho em cada capítulo, apresentado aqui como sínteses. O esquema visual abaixo representa o resultado dessa totalidade e o caminho percorrido por todo este trabalho, na identificação do conjunto dos elementos que dão a forma e o conteúdo da intencionalidade educativa da juventude no processo da formação humana de seus militantes.

Cada capítulo apresentado no decorrer desse trabalho apresenta o desdobramento, o aspecto geral e particular, a discussão contida em cada elemento constitutivo dessa pedagogia, como: o perfil identitário das organizações; os métodos organizativos utilizados; a estratégia e a tática do campo político que integram; suas principais frentes de atuação; sua relevância social e política; suas formas de comunicação; as bases da concepção de educação desenvolvida e suas principais experiências educativas. O esquema apresenta a síntese desses múltiplos aspectos desenvolvidos na pesquisa realizada com as quatro organizações da juventude.

Figura 7 - A Pedagogia da Juventude



Fonte: Elaborado pela autora, com base no acervo das entrevistas e análise documental.

A partir desse quadro síntese, foi possível chegar ao entendimento de que as organizações de juventude, como parte integrante de um todo político em ação, possuem algumas tarefas conjuntas, como: impulsionar e agitar o movimento de massa; organizar e sistematizar métodos educativos e organizativos, como instrumento e forma de atuação particular e geral do sujeito juvenil; atuar nas mais diferentes frentes da condição juvenil; combater perspectivas revisionistas e contrarrevolucionárias; combater organizações autoritárias e burocratizadas; aprofundar a leitura da realidade, a partir de uma práxis revolucionária na sua base social.

Fica bastante demarcado o caráter anticapitalista das organizações pesquisadas, como movimentos de denúncia e reivindicação de uma nova forma de organização social, política e econômica. Todas as organizações destacam a necessidade de um projeto de transição, da urgência de uma revolução socialista, como uma tarefa estratégica da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, destacamos que o conteúdo desse processo revolucionário pode ser bastante distinto para cada uma das organizações pesquisadas. Todas essas discussões estratégicas e as táticas adotadas estarão bastante alinhadas às orientações que partem dos partidos e demais forças sociais, que são elas: o projeto popular para o Brasil (Levante/Consulta Popular); o programa socialista para o Brasil (UJS/PCdoB); programa anticapitalista (Juntos/MES-PSOL) e a construção do poder popular (UJC/PCB).

Essas diferenças estão alicerçadas a partir de suas formulações teóricas e práticas, que compõem um espaço mais amplo de elementos de conexão de sua estratégia, que se constituem os campos de atuação, que envolvem os aspectos políticos, ideológicos e educativos de sua construção, que nesse trabalho de tese, a partir de nosso referencial, destacamos dois campos de atuação da esquerda brasileira à qual as organizações de juventude encontram-se vinculadas: a *esquerda radical* e a *esquerda moderada*.

De uma forma bastante ampla, destacamos três perfis políticos e organizativos encontrados em nossa pesquisa, que condicionam seus campos de atuação. As organizações de natureza *pacifista*, onde seus militantes tendem a defender a não violência e organizam seus membros para uma luta pacífica, por direitos sociais, como formas de lutas democráticas por dentro da ordem. As organizações *reformistas* e *revisionistas*, onde seus quadros tendem a flexibilizar a práxis revolucionária, e acabam por defender um método de negociação com seus opositores, no mesmo momento que preparam seus militantes para pressionar os inimigos, mas sem pôr fim a sua ordem, garantindo alguns direitos sociais. E as organizações de caráter *revolucionário*, que buscam no melhor da tradição revolucionária, nas formas mais assertivas de enfrentar, acumular forças e elevar a consciência de classe de seus militantes.

A partir do quadro evidenciado, podemos chegar a algumas sínteses. Mesmo observando por vezes a destacada natureza revolucionária de algumas organizações, situada ao longo do texto, como a esquerda radicalizada, observa-se que não basta ter um nível elevado de debate conceitual, ou uma postura considerada “verdadeiramente revolucionária”. É necessário que todos esses conhecimentos penetrem no interior da vida social da organização política, transformando-se em método de trabalho, em ações concretas, em formas de mobilização, e de ação enraizada no interior do cotidiano da vida da juventude e que busque, nas suas múltiplas determinações, uma base social ativa e propositiva.

O que foi possível de ser observado é que, mesmo que tenham em seu interior importantes quadros revolucionários, ainda possuem muita dificuldade em desenvolver um processo orgânico que ganhe sentido no interior da juventude, principalmente a juventude trabalhadora e periférica. Possuem uma base social ainda muito pequena e com pouca penetração prática de ações de auto-organização. Dedicam-se exaustivamente a tecer críticas contra a esquerda moderada, mas, ainda, pouco avançam no desenvolvimento de um método de trabalho próprio e efetivo que substituam o enraizamento dessa visão de mundo, muitas vezes revisionistas, conciliadoras e pacifistas no interior da organização da classe trabalhadora.

Destacamos, também, o notório enraizamento do trabalho no interior da classe trabalhadora, das organizações da juventude aqui analisadas no decorrer dos capítulos dessa tese, como campo democrático e popular, ou esquerda moderada. O trabalho nas periferias, que é considerado pelas organizações como um acúmulo do trabalho popular, possibilitou que esses movimentos de juventude, principalmente o Levante Popular da Juventude, desenvolvessem um trabalho bastante consolidado e sistematizado no território periférico. Em uma elaboração que se utiliza da cultura popular e da educação popular, como método organizativo e de trabalho, valendo-se principalmente da experiência dos movimentos sociais populares. Além de possuírem uma ampla e detalhada sistematização de seus métodos e metodologias de trabalho com a juventude, e um acúmulo de experiências educativas na perspectiva da educação popular.

É notório que as organizações do campo da esquerda moderada possuem o maior número de militantes organizados, com grande influência na organização política. Como, por exemplo, na direção da UNE, composta majoritariamente pela UJS, há mais de três décadas. Os desafios que cercam a esquerda moderada estão contidos, em parte, em superar leituras revisionistas e reformistas, que acabam por flexibilizar a estratégia revolucionária, e jogam força em táticas conciliadoras e estreitamente vinculadas à institucionalidade. Abrindo mão, dessa forma, da construção do poder popular como forma de acumular forças para rupturas mais

profundas. Ao contrário, depositam esperanças nas urnas, em políticas públicas compensatórias, como capacidade de ampliação dos direitos sociais e de uma possível revolução democrática favorável para a classe trabalhadora.

Foi possível compreender que as organizações da juventude, além de serem importantes instrumentos de ampliação da visão social de mundo, atuam como escolas primárias de formação política. Importantes espaços de centralidade da condição juvenil, em sua capacidade de serem organizações amplas, com a facilidade de inclusão de uma diversidade de jovens que, na maioria das vezes, possuem pouca experiência organizativa, pouco, ou quase nenhum acúmulo de teoria e método organizativo. A relevância social dessas organizações passa pelo seu papel de escola de formação de quadros políticos e espaço de inserção ativa na vida pública. Além de um lugar de renovação política e abertura para a institucionalidade, com o crescente número de jovens parlamentares oriundos dos movimentos de juventude.

O ingresso nas organizações de juventude, em primeiro plano, representa o propósito de uma mudança individual, no mesmo movimento que passa a se tornar um compromisso coletivo. O primeiro contato com as organizações parte de uma inserção na vida pública, como um espaço de acolhimento da condição juvenil, e de ampliação da visão social de mundo: na convivência com o diferente, nas referências históricas das lutas sociais, no espírito da rebeldia e da resistência popular, assim como no compromisso social e no desenvolvimento dos valores revolucionários, que possibilita a construção de uma “nova moral”, uma ética de conteúdo de classe, alicerçado na práxis e no exercício da militância. A inserção nessas organizações ocupa um lugar importante na formação da identidade de classe, juvenil e militante e representa um lugar bastante marcante na história de vida, como um traço de sua personalidade, de sua condição humana, social e política.

Fica evidente que a pauta das opressões é um elo de conexão com a juventude, que encontra nas organizações um espaço de pertencimento, de acolhimento e de autoconstrução, e também como instrumento de luta coletiva e anticapitalista. Ao mesmo tempo em que a pesquisa demonstrou que as organizações da juventude, na atualidade, são espaços privilegiados de auto-organização de sujeitos LGBTQIA+, de negros e negras, de feministas, são justamente nessas organizações que encontramos o maior número desses sujeitos.

O movimento estudantil representa um espaço destacado de auto-organização da juventude, como sua maior base social, fruto de sua construção histórica e da relevância social de sua atuação. Destacamos a importância de entidades estudantis, como UNE, UBES e ANPG, como espaços de atuação das mais diversas tendências políticas, como um dos poucos lugares de unidade na diversidade, na atualidade da organização política do país. Mesmo assim,

entendemos que estes espaços se encontram permeados de contradições e dificuldades de avanço.

As organizações destacam que o trabalho no movimento estudantil acaba por centralizar e absorver boa parte da pauta dos movimentos de juventude, o que acaba por deflagrar também o conteúdo de sua intencionalidade. Parece ser válido de ser questionado e entender é que o movimento estudantil e as organizações de juventude precisam encontrar espaço, conteúdo e forma, método, metodologia e didática, com a juventude que está fora dos bancos universitários e escolares, para avançar o trabalho com a juventude trabalhadora e periférica. Visto que as quatro organizações pesquisadas destacam a importância do trabalho de suas organizações com a juventude trabalhadora e periférica, como necessidade de avanço da própria luta de classe.

Percebe-se a agitação e propaganda como um espaço bastante central nos processos organizativos dos movimentos de juventude, que avançam na produção de uma estética juvenil das lutas sociais, ancoradas na cultura popular. Resultam, assim, em um acúmulo de trabalho com a comunicação bastante avançada em relação às demais organizações políticas como, por exemplo, partidos políticos e sindicatos. A agitação e propaganda juvenil carregam consigo o lugar destacado da sua ação no movimento de massa, como “frente de massa”, com a sua batucada/banda e identidade visual. No território periférico, o hip-hop, slan, o grafite, são elementos que agregam a juventude.

A partir de nossa questão de pesquisa, foi possível compreender que a juventude é o setor que vive as maiores formas de precarização do mundo do trabalho, onde a marca do desemprego é três vezes maior do que a dos adultos. Ao mesmo tempo, vivenciam a precariedade estrutural da condição de vida nas cidades. O direito à cidade é elemento reivindicatório dos sujeitos juvenis que sofrem com a ausência dos equipamentos públicos, com cidades segregadas, com a falta de transporte, alimentação, saúde, educação, emprego, espaços de lazer, moradia, entre outros. Os movimentos de juventude fazem parte das organizações que, na atualidade, deflagram a precariedade da vida nas cidades, sob a avalanche da ofensiva neoliberal, reflexo da crise sistêmica da ordem do capital, que recrudescer a dinâmica da luta de classes e expõe mais abertamente o caráter burguês do nosso Estado. A mercantilização da vida nas cidades, como já foi analisada anteriormente, acaba por empurrar os jovens para a ocupação dos espaços públicos, das ruas, das escolas, das universidades, reavivam o movimento de massa, e potencializam as redes sociais como espaço de comunicação de sua propaganda.

Com uma base teórica bastante ancorada nas bases teóricas do marxismo, as organizações de juventude desenvolvem seus métodos organizativos, principalmente a partir da referência do centralismo democrático, do método de direção e do método de ocupação de rua.

Destacamos a penetração também de referenciais pós-modernos que, sistematicamente, vêm ganhando espaço nas discussões das organizações da juventude.

Observa-se que as bases de sua concepção de educação e de formação humana, no desenvolvimento de sua teoria pedagógica, partem das experiências históricas de referências como: a pedagogia socialista, a pedagogia do movimento sem terra e a educação popular. Esse conjunto de referências representam seu conteúdo educativo, sua concepção de sociedade, sua teoria crítica da realidade social, como uma educação contra-hegemônica, como princípios teóricos, metodológicos e didáticos da sua intencionalidade política, social e educativa que constituem a totalidade do que aqui definimos como a pedagogia da juventude. Encontram nas experiências educativas mais sistematizadas como os cursinhos populares, as ações comunitárias, na extensão universitárias, nas suas escolas nacionais de formação, na autoconstrução de sua organicidade, um lugar de destaque do seu fazer educativo.

O estado da questão realizado neste trabalho de tese e a revisão de literatura sobre a temática apontam para a pouca exploração de pesquisa em relação à temática da juventude politicamente organizada, demonstrando o quanto o tema ainda necessita ser estudado, principalmente pelo seu viés educativo. Explicitando a importância e relevância deste estudo, comprometido também em apresentar os elementos que constituem o conjunto de análises da construção do conhecimento para a educação, como a história, sociologia, filosofia e a ciência política.

Assim, concluímos, entendendo que é na luta concreta que se forja uma pedagogia das lutas da juventude na América Latina, que demanda a construção de uma consciência “em si e para si”, mas que ainda encontra limite em uma definição estratégica, programática, teórica e educativa, para avançar em uma articulação organizativa revolucionária e representativa dos anseios de transformação e rupturas, que seja capaz de dar direcionamento coletivo em múltiplas formas de lutas e em conjunto com as mais diversas organizações da classe trabalhadora, como tarefa hegemônica urgente. Se por um lado reconhecemos esta realidade, não podemos desconsiderar que, mesmo com toda a adversidade, a luta por mudanças pulsa no interior dos movimentos de juventude.

REFERÊNCIAS

Teses e Dissertações:

ALMEIDA, Greyce Kelly Fernandes. **A descoberta da juventude pela CUT em seus documentos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro/RJ, 2008.

AMADOR, Pedro Augusto de Queiroz. **As formas de governo da juventude na contemporaneidade**: um estudo sobre a Rede Coque Vive. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pernambuco/PE, 2010.

CAVALCANTI, Rossana Tenório. **Educação, Estado e Organizações Sociais**: um estudo sobre o papel do Observatório de Favelas na formulação e implementação de Políticas Públicas de juventude na região metropolitana de Recife. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pernambuco/PE, 2011.

FÁVERO, Douglas Gonsalves. **A experiência juvenil no processo de luta pela moradia em Uberlândia/MG (2012-2015)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa Pós-Graduação em Educação, Uberlândia/MG, 2017.

INÁCIO, Ana Elise Cardoso. **Jovens em Movimento**: um estudo sobre o Movimento Passe Livre. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Catarina/SC, 2008.

JANATA, Natacha Eugênia. **Juventude que ousa lutar!**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Catarina/SC, 2012.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. **Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista**: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte/MG, 2012.

PERONDI, Maurício. **Narrativas de Jovens**: experiência de participação social e sentidos atribuídos às suas vidas. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre/RS, 2013.

REIS, Denise Maria. **Políticas Públicas e Juventudes**: a participação juvenil para o acesso ao fundo público no Brasil. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos/SP, 2016.

SILVA, Marcelo Ricardo dos Santos. **Pedagogia do Movimento Estudantil**: representações sociais de jovens de centros acadêmicos de enfermagem sobre a formação política e as implicações na sua formação acadêmica. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém/PA, 2016.

Livros e artigos:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. *In*: GENTILI, Pablo. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. (OSA) Observatório Social de América Latina. Año XIV, n. 34, publicación semestral, noviembre de 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletário de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAKUNIN, Mikhail. Anarquismo e organização. *In*: FAG. **Teoria da organização política anarquista**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Deriva, 2013.

BERNARDO, João. Estudantes e Trabalhadores no Maio de 68. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, n. 19/20, 2008.

BOGO, Ademar. **Organização Política e Política de Quadros**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classe**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume I: Escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa e Mao. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume II: Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Minh, Marighela, Álvaro Cunha, Agostinho Neto e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume III: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. 1. Reimpressão. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume IV: Escritos de Antonio Gramsci, Ernesto Guevara, Florestan Fernandes, Friedrich Engels, Karl Marx, Mao Tse-tung, Vladimir Lenin e Vo Nguyen Giap. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônicas de um mês inesquecível. *In*: GENTILI, Pablo. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, (OSA) Observatório Social de América Latina. Año XIV, n. 34, publicación semestral, noviembre de 2013.

BRAGA, Ruy. **A Rebelião do Precariado**: Trabalho e neoliberalismo no sul global. 1. reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121. Disponível em: <<http://www.observatorio.doensinomedio.ufpr.br/wpcontent/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>>. Acesso em: 05 de out. de 2020.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a escola: concepção de educação e matriz formativa. *In*: CALDART, Roseli Salete (org.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CASTELLS, Manuel; CALDERÓN, Fernando. **A Nova América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CASTRO, Fidel. Ato em homenagem aos mártires do assalto ao Palácio Presidencial, na escadaria da Universidade de Havana, 13 de maio de 1962. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CASTRO, Fidel. Ato comemorativo do “1º de Maio”, na Praça da Revolução, 1º de Maio de 1962. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista**: categorias e leis da dialética. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, 1982.

FAG (Federação Anarquista Gaúcha). **Teoria da organização política anarquista**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Deriva, 2013.

FERNANDES, Florestan. Revolução Nacional ou Revolução Proletária. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política IV**: escritos de Antonio Gramsci, Ernesto Guevara, Florestan Fernandes, Friedrich Engels, Karl Marx, Mao Tse-tung, Vladimir Lenin e Vo Nguyen Giap. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. *In*: **Clássicos Sobre a Revolução Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FRASCHETT, Augusto. “O mundo romano”. *In*: LEVI, G.; SCHIMITT, J.C. (orgs.). **História dos jovens**: da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

FREIRE Paulo; NOGUEIRA Adriano. **Que Fazer**: Teoria e Prática em Educação Popular. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra: 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: Fazenda, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

FORACCHI, Marialice M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

FONSECA, Carlos. Da cadeia eu acuso a ditadura. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FONSECA, Carlos. Mensagem ao povo da Nicarágua. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. *In*: ARIÉS, P. & DUBY, G. (orgs.). **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, v.1, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e Protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAMSCHI, Antonio. **O Partido Político**. In: BOGO, Ademar (org.). Teoria da Organização Política. Volume II: Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Minh, Mariguella, Alvaro Cunha, Agostinho Neto e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GRAMSCHI, Antonio. O partido comunista. In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume II: Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Minh, Mariguella, Alvaro Cunha, Agostinho Neto e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GUEVARA, Ernesto Che. O Partido Marxista-Leninista. In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume II: Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Minh, Mariguella, Alvaro Cunha, Agostinho Neto e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GUEVARA, Ernesto Che. Sobre a Construção do Partido. In: BOGO, Ademar (org.) **Teoria da Organização Política**. Volume II: Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Minh, Mariguella, Alvaro Cunha, Agostinho Neto e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARNECKER, Marta. **Ideias para a Luta**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARNECKER, Marta. **Os desafios da Esquerda Latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

IANNI, Otávio. O Jovem Radical. In: BRITTO, Sulamita de. **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 225-266.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio Sobre a Consciência e Emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JUNTOS. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://juntos.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 23 de mar. de 2021.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LEVI, G.; SCHIMITT, J.C. (orgs.). **História dos jovens**: a época contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 1, 1996.

LENIN, Vladimir I. Carta a um camarada. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política I**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LENIN, Vladimir. Os métodos artesanais dos economistas e a organização dos revolucionários. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política I**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LENIN, Vladimir. **Lenin e a Revolução de Outubro**: textos no calor da hora (1917-1923). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LENIN, Vladimir. **Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LÖWY, Michael. **O que é o ecossocialismo?** 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: Problemas e categorias. Uma visão história. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. **Anton Makarenko**: Vida e Obra: a pedagogia da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política I**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo e o Protagonismo das Lutas de Massa**. 2. reimpressão. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ponto de vista anti-imperialista**. Teoria da Organização Política. Volume II: Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Minh, Mariguella, Alvaro Cunha, Agostinho Neto e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARIGUELLA, Carlos. A nova geração e a liderança marxista. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume II: Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Minh, Mariguella, Alvaro Cunha, Agostinho Neto e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARIGUELLA, Carlos. A Crise Brasileira. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume II: Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Minh, Mariguella, Alvaro Cunha, Agostinho Neto e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. O Caráter da Revolução Brasileira. *In*: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **Caminhos da Revolução Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Livro I. Crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. *In*: BRITTO, Sulamita de. **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 69-94. (texto original de Mannheim: 1943).

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. *In*: MARGULIS, Mario (org.). **La juventud es Más Que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1983, p. 13-30. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mario_margulis-la-juventud-es-mas-que-una-palabra.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2020.

MARTINS, Helena. **Comunicação em Tempos de Crise**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MAX, Altman. **Hoje na História**: 1968 - Exército mexicano abre fogo contra multidão de estudantes. OperaMundi, 2012. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/24628/hoje-na-historia-1968-exercito-mexicano-abre-fogo-contra-multidao-de-estudantes>>. Acesso em: 28 de ago. de 2019.

MENEGOZZO, Carlos Henrique. **Juventude e Política**: ensaios e entrevistas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origem da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Princípios da educação no MST**. Caderno de Educação, n. 8. Porto Alegre: MST, 1996.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas**: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial; CAMP, 2001.

PALUDO, Conceição; MACHADO, R. Carmen. **Reflexões sobre os Movimentos Sociais Latino-americanos e a Educação Escolar**. *Ideação*, v. 15, p. 63-81, 2013.

PALUDO, C. **Educação popular como resistência e emancipação humana**. Cadernos CEDES, v. 35, p. 219-238, 2015.

PALUDO, Conceição; SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; TADDEI, Paulo Eduardo Dias. A Educação Popular no Levante Popular da Juventude do Rio Grande do Sul: renovações e permanências. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v. 14, n. 02, p. 545-571, abr./jun., 2016.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). **Caminhos da Revolução Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

PISTRAK, Moisey. **A Escola-Comuna**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. In: Clássicos Sobre a Revolução Brasileira. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PRADO JR., Caio. Os Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira. In: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **Caminhos da Revolução Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PASTOUREAU, M. “Os emblemas da juventude atribuídos a representações dos jovens na imagem medieval”. In: LEVI, G.; SCHIMITT, J.C. (orgs.) **História dos jovens**: da Antiguidade à Era Moderna. v. 1. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 5/6, 1997.

PRESTES, Anita Leocádia Benário. **Considerações sobre as posições revisionistas (oportunistas) do marxismo no Brasil de hoje**. Disponível em: <<https://blogdaboi tempo.com.br/2014/06/26/consideracoes-sobre-as-posicoes-revisionistas-oportunistas-do-marxismo-no-brasil-de-hoje/>>. Acesso em: 09 de jun. de 2022.

SADER, Emir. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAVIANI, Dermival. **A Pedagogia no Brasil**: História e teoria. São Paulo: Autores Associados, 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. **Estudos sobre juventude em educação**. São Paulo: USP, 2008.

STÉDILE, Miguel Enrique (Org.). **Mao Zedong e a Revolução Chinesa**: método de direção e desafios da transição ao socialismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TROTSKY, Leon. O que foi a Revolução Russa. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. 5. Reimpressão. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

TROTSKY, Leon. Que é, afinal, a revolução permanente?. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

TSE-TUNG, Mao. Retifiquemos o estilo de trabalho do partido. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política I**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

TSE-TUNG, Mao. Sobre o fortalecimento do sistema de comitês do partido. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política I**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2014.

União da Juventude Comunista. **Resoluções do V Congresso Nacional da UJC**. Disponível em: <<https://ujc.org.br/v-congresso-nacional-da-ujc/>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

União da Juventude Comunista. **Resoluções do VI Congresso Nacional da UJC**. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZV200V2QxQkNhRTg/edit>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

União da Juventude Comunista. **Resoluções do VII Congresso Nacional da UJC**. Disponível em: <<http://ujc.org.br/wp-content/uploads/2015/11/VII-Congresso.pdf>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

União da Juventude Comunista. **Resolução do VIII Congresso Nacional da UJC**. Disponível em: <<https://ujc.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%B5es-VIII-Congresso-UJC.pdf>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

União da Juventude Comunista. **História da UJC**. Disponível em: <<https://ujc.org.br/historia-da-uniao-da-juventude-comunista-ujc/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2021.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **As idéias estéticas de Marx**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

WOOD, Ellen Meiksins. **Em defesa da História**: o marxismo e a agenda pós-moderna. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 3, p.118-127, 1996.

ZIBAS, Dagmar M L. “A Revolta dos Pingüins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 38, mai./ago., 2008.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. *In*: **Occupy**: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.